



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GERMANO ANTÔNIO RIGOTTO

*MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*

PORTO ALEGRE

FEVEREIRO DE 2004

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Germano Antônio Rigotto

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO
Antônio Hohlfeldt

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Alberto Walter de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
João Carlos Brum Torres

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Helena Maria S. Coelho

CHEFE DA CASA MILITAR
Ten. Cel. Paulo Roberto Osório

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Ibsen Valls Pinheiro

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA E COOPERATIVISMO
Vulmar Silveira Leite

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
Luiz Alfredo Schütz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
José Otávio Germano

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Paulo Michelucci Rodrigues

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO
Frederico Cantori Antunes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Alceu Moreira da Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Odacir Klein

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Luís Roberto Andrade Ponte

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
José Alberto Reus Fortunati

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Jorge Celso Gobbi

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Gasparini Terra

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
José Alberto Wenzel

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Edir Pedro de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Jair Henrique Foscarini

SECRETÁRIA DE ESTADO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Luiz Valdir Andres

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Roque Jacoby

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Kalil Sehbe Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
Luís Augusto Barcellos Lara

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO GABINETE DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS
José Hugo Ramos

LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Dep. Alexandre Postal

SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO.....	9
II O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA.....	15
III AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	29
IV AS AÇÕES DO GOVERNO.....	39
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO.....	41
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E CRÉDITO.....	43
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.....	55
TURISMO, ESPORTE E LAZER.....	62
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.....	65
INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.....	71
TRANSPORTES.....	73
ENERGIA.....	80
SANEAMENTO E OBRAS PÚBLICAS.....	91
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO.....	95
MEIO AMBIENTE.....	97
POLÍTICAS SOCIAIS.....	101
SAÚDE.....	103
EDUCAÇÃO.....	113
JUSTIÇA E SEGURANÇA.....	118
TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	126
CULTURA.....	131
ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS.....	137
GOVERNO DO ESTADO.....	139
COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	142
ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....	153
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.....	160
ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIÁRIA.....	163
ANEXO – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DO RIO GRANDE DO SUL	

I – APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Em 2003, o Governo do Estado lançou as bases de uma nova estratégia para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Em linhas gerais, as ações desenvolvidas foram no sentido de sedimentar os grandes eixos que estruturam o nosso programa administrativo, já delineados no Plano Plurianual 2004-2007: a promoção da inclusão social; a atração de investimentos e fomento ao desenvolvimento econômico; o combate às desigualdades regionais e a modernização da gestão e dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, esse primeiro ano de governo serviu para firmar a convicção de que o diálogo e a união de todos os gaúchos é o melhor caminho para enfrentarmos os grandes desafios do desenvolvimento estadual.

Alguns efeitos e impactos das ações que fazem parte do projeto administrativo do Governo já são visíveis, mesmo tendo em conta as enormes restrições financeiras do Estado. Com efeito, assumimos o Governo com dívidas de curto prazo da ordem de R\$ 4.441 milhões – incluindo-se aí os débitos do IPE – e fomos obrigados a trabalhar com um orçamento no qual os gastos com pessoal e dívida foram subestimados em R\$ 1.529 milhões. A essas dificuldades adicionam-se as de caráter estrutural, como é caso do comprometimento de 18,7% da receita líquida real para o pagamento da dívida com a União.

O enfrentamento dessas restrições implicou medidas de grande austeridade que incluíram desde ações pontuais, como o corte no preenchimento de CCs, redução do número de telefones celulares, restrição no número de viagens, até providências de impacto sistêmico, como o contingenciamento na execução orçamentária. Por outro lado, apoiado no bom desempenho da economia gaúcha e no empenho da fiscalização, a arrecadação do ICMS atingiu a cifra de R\$ 8,9 bilhões em 2003. Ainda assim, as dificuldades estruturais das finanças estaduais implicaram um resultado negativo, obrigando o Governo a tomar providências extraordinárias para o fechamento do ano fiscal.

Na área do desenvolvimento econômico, o Governo adotou, desde o seu primeiro dia, uma forte estratégia de buscar novos investimentos para o Estado. O resultado das iniciativas tomadas traduziu-se no montante de R\$10,4 bilhões em investimentos já confirmados em 2003, significando a geração de 13.657 empregos diretos. Importa destacar que esse processo de promoção do desenvolvimento está sendo feito sob a diretriz de desconcentração de investimentos, através da reestruturação do FUNDOPEM e criação do programa INTEGRAR-RS que faculta incentivos diferenciados às empresas que optarem por se localizar nas regiões menos desenvolvidas do Estado. Dessa forma, pretende-se superar a idéia tradicional de ver o crescimento econômico como um fim em si mesmo, para entendê-lo associado a uma política de desenvolvimento que tenha como meta despertar as vocações de cada uma de nossas regiões e, assim, aproveitar plenamente todas as potencialidades do nosso Estado. Para tanto, nosso governo tem também mantido um forte compromisso com as micro e pequenas empresas e com a agricultura familiar. Ainda com o propósito de impulsionar o desenvolvimento, explica-se o esforço empreendido para recompor as relações do Rio Grande do Sul com os organismos de financiamento internacional, o que permitiu a preservação e a ampliação de recursos para programas como o RS Rural e a Recuperação e Manutenção de Rodovias.

Ao mesmo tempo, ainda que nos limites das dificuldades apontadas, o ano de 2003 foi marcado pela retomada de obras e investimentos em infraestrutura, dentre as quais vale mencionar os trabalhos na Rota do Sol e na RST 471.

No campo da inclusão social, estabelecemos metas ousadas, como a diminuição drástica no índice de mortalidade infantil e a erradicação do analfabetismo no Rio Grande do Sul. Do mesmo modo, vários outros programas estão em curso, mobilizando a grande rede de serviços públicos do Estado, para melhorar os nossos indicadores sociais. Um passo importante nesse sentido foi o lançamento do Programa Ação Total para Inclusão Social que promoveu a convergência de diversos programas com o propósito de maximizar a ação social do Estado.

Nossa meta é estender ao maior número possível de gaúchos a qualidade de vida superior que nos distingue no contexto nacional. Entretanto, temos a convicção de que a melhoria na condição de prosperidade e bem-estar dos rio-grandenses só poderá ser alcançada pelo esforço sinérgico entre governo e sociedade.

A institucionalização e a implementação do processo de Consulta Popular na elaboração do Orçamento do Estado, representou outro passo importante desse primeiro ano de trabalho. Essa iniciativa, juntamente com a valorização dos COREDEs, renovou a tradição da democracia participativa do nosso Estado, constituindo-se, também, em um instrumento concreto da política de combate às desigualdades regionais ao destinar, proporcionalmente, maiores recursos e investimentos públicos para as regiões mais carentes do Rio Grande.

No plano macroeconômico, mesmo em meio a um quadro nacional recessivo, a economia gaúcha confirmou as suas potencialidades, alcançando um crescimento de 4,7% no PIB, o que correspondeu a uma elevação de 3,6% no PIB per capita. Fruto de uma safra extraordinária, a agropecuária foi o grande destaque desse desempenho com uma taxa de 18,5%, embora a indústria gaúcha também tenha registrado uma performance altamente significativa com uma expansão de 2,9%.

Como o crescimento da economia brasileira, segundo estimativa do IPEA, deve situar-se, em 2003, próximo de zero (0,2%), o Rio Grande do Sul deverá aumentar sua participação na geração da riqueza nacional para valores próximos aos da metade da década passada, ocasião em que o Estado chegou a representar quase 9% do PIB do País.

O Governo tem plena consciência de que os méritos do excelente desempenho da economia gaúcha cabem aos trabalhadores, produtores e empresários e, globalmente, à própria sociedade rio-grandense. Mas, por outro lado, não pode deixar reconhecer e assumir a sua responsabilidade na construção de um ambiente político e social mais favorável ao investimento e ao desenvolvimento.

A aposta na união dos gaúchos como forma de enfrentar os grandes desafios do Estado esteve presente, em cada momento, em todos os atos de nossa administração. O governo estruturou-se sob uma aliança ampla, plural e inédita de partidos; foi solidário à agenda de mudanças do Governo Federal; desenvolveu esforços conjuntos com os ministros gaúchos e com nossa bancada federal em prol dos interesses do Estado; abriu suas portas para as representações do funcionalismo público; aproximou-se das comunidades, através do projeto de interiorização e da parceria com os COREDEs; e manteve

um diálogo construtivo e respeitoso com a Assembléia Legislativa, com os outros Poderes e com a oposição. Há um novo ambiente no Rio Grande, que foi buscado por nós com convicção e perseverança, e que é hoje uma conquista de todos os gaúchos. Essa postura construtiva diante das grandes questões do País permitiu ao Rio Grande reconquistar espaços importantes na política nacional. Nosso Estado foi ouvido, em posição de destaque, nas grandes decisões tomadas pelo Congresso Nacional em torno de temas de grande relevância, como as reformas tributária e previdenciária.

É no contexto dessas mudanças no cenário político-administrativo do Estado que, nos termos do disposto no inciso IX do artigo 82 da Constituição Estadual, apresentamos a essa egrégia Assembléia Legislativa a presente Mensagem, contendo um breve demonstrativo do desempenho econômico do Estado e dos indicadores do setor público em 2003. Integram também essa Mensagem o relatório das principais ações do governo realizadas no exercício de 2003. Além disso, de maneira inédita, atendendo aos reclamos contemporâneos de transparência e objetividade no trato das questões de interesse público, apresentamos, em anexo, um conjunto de indicadores econômicos, sociais e ambientais que, sistematizados, serão de grande valia para o acompanhamento da evolução das condições de vida e do bem-estar da população gaúcha.

Por fim cabe ainda observar que no presente exercício as prioridades que acabam de ser indicadas e cujo detalhamento encontra-se adiante, no corpo deste documento, deverão ser perseguidas sem solução de continuidade. Assim, em primeiro lugar, tudo faremos para assegurar continuidade aos programas sociais já em andamento, ênfase especial sendo dada ao Programa Ação Total para Inclusão Social, que contamos venha a se consolidar como um novo padrão de política social, capaz, graças a articulação racional das iniciativas, de conferir as iniciativas do setor público muito mais eficácia e resolutividade do que a até agora alcançada. Do mesmo modo, a continuidade da recuperação dos investimentos em infra-estrutura será perseguida sem descanso, eis que é um complemento indispensável à política de atração de investimentos e de combate às desigualdades regionais. Do mesmo modo, com o apoio de recursos obtidos junto ao Banco Mundial, deveremos aprofundar os esforços já feitos para a racionalização e melhora da gestão pública.

É mister observar, porém, que o agravamento da situação das finanças estaduais exigirá o máximo de controle e racionalização do gasto por parte da administração com vistas à preservação desse programa de trabalho. Essencial para isso será também o sucesso que tivermos nas negociações com o Governo Federal destinadas a (i) melhorar o nível de compensações ao Estado por conta das perdas tributárias decorrentes do forte desempenho exportador de nossa economia, (ii) a redução do serviço da dívida pública estadual e (iii) o ressarcimento dos investimentos feitos pelo Estado em rodovias federais.

Acreditando no sucesso de tais tratativas, certos do apoio de todas as forças políticas do Estado a esse objetivo, confiamos que conseguiremos preservar no exercício de 2004 os avanços alcançados no ano recém findo e dar novos e significativos passos no caminho do desenvolvimento econômico e social que todos almejamos.

II – O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

A economia gaúcha conviveu com um ambiente econômico carregado de incertezas ao longo de 2003 e isso principalmente em função das alterações a que a conjuntura econômica brasileira esteve submetida a partir da campanha eleitoral para a sucessão presidencial, de outubro de 2002.

Até meados do último exercício, a inflação mantinha-se sob controle, e a expectativa de aumento dos preços para o ano seguinte não indicava mudanças bruscas de comportamento. Todavia, à medida que a data do pleito se aproximava, que os debates se intensificavam e que a possibilidade de a oposição chegar ao poder ficava evidente, ocorreu uma significativa transformação nas expectativas dos agentes econômicos quanto à trajetória dos preços. Isso porque o discurso empregado, naquela época, pelo candidato da Oposição ao Governo sinalizava uma provável mudança na política econômica vigente.

Tendo em vista que as medidas adotadas anteriormente haviam obtido um êxito significativo contra o descontrole no comportamento dos preços – objetivo recorrente das autoridades econômicas brasileiras ao longo das últimas décadas –, era inegável que se poderia colocar em risco o resultado mais extraordinário dos anos 90: a vitória sobre a inflação.

E, assim, na ocasião da eleição, o patamar dos preços esperados para 2003, até então inferior, tornou-se superior àquele praticado em 2002, resultando em um descolamento do IGP-M, utilizado na indexação de preços administrados, em relação ao IPCA, indicador oficial da inflação no relacionamento das autoridades brasileiras com o Fundo Monetário Internacional.

A ameaça da perda do controle sobre a inflação, uma iniciativa exitosa alcançada a partir dos lançamentos do Fundo Social de Emergência, da Unidade Real de Valor e da nova moeda, o real, ainda no primeiro quinquênio dos anos 90, parecia evidente à época em que os números confirmaram a vitória da Oposição.

A opção assumida pelo novo governo, no sentido de dar continuidade à política econômica posta em prática no período anterior permitiu, entretanto, a concretização de uma progressiva reversão de expectativas dos agentes econômicos quanto à trajetória da economia brasileira. A decisão de elevar o nível do superávit primário perante o PIB evidenciou que a nova administração estava atenta à necessidade de preservar a política de combate à inflação, obtendo, dessa forma, o reconhecimento da comunidade financeira internacional. Isso se evidenciou, entre outros fatos, pela queda do Risco-Brasil, que se encontrava em um nível acima de 2000 pontos à época da posse do novo Presidente, para um patamar em torno de 400 pontos ao final de 2003.

Concomitantemente à austeridade da política fiscal, o Brasil conviveu com um avanço na produção da agricultura e com uma elevação das exportações, que, em conjunto, contribuíram decisivamente para provocar um aumento expressivo do saldo da balança comercial, revertendo, dessa maneira, o quadro das contas externas brasileiras que se encontravam em posição extremamente debilitadas desde 1993.

Inserido nesse período de consumo interno limitado e de elevado nível de atividade econômica voltada para o Exterior, o exercício de 2003 pode representar um ponto de transição no processo em curso no ambiente econômico brasileiro. Transcorreram duas décadas de crescimento econômico insuficiente, combinado com uma estagnação que se manteve por um triênio e que deve estar chegando ao seu epílogo com o fim da recessão vigente nos dois primeiros trimestres do ano findo. Paralelamente, o País obteve o controle da inflação, reduziu a dependência nas contas externas, elevou o nível do produto da agricultura, aumentou a competitividade das commodities, aprovou as reformas, restabeleceu a corrente de comércio com a Argentina, intensificou o fluxo de mercadorias para a China e manteve forte presença em fóruns internacionais.

A ECONOMIA GAÚCHA EM 2003

A instabilidade econômica a que o Brasil foi submetido a partir da mudança no câmbio, em janeiro de 1999, e que voltou a se intensificar em outubro de 2002, por ocasião da transição política, alcançou a economia gaúcha em pleno processo de desaceleração.

A taxa de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul, que atingiu 4,4%, em 2000, ficou reduzida a 3,1% em 2001 e a 1,8% em 2002. É oportuno lembrar que a desaceleração na economia estadual ocorreu simultaneamente à estagnação da economia brasileira, que apresentou taxas de crescimento de 1,42%, em 2001 e 1,52% em 2002.

No entanto, no final de 2003 ficou claro que a economia gaúcha havia revertido essa tendência, pois o PIB do Estado registrou um crescimento de 4,7%, simultaneamente a um avanço de 3,6% no PIB per capita, resultando em valores de R\$ 130,744 bilhões para o primeiro e R\$ 12,437 mil para o último. Evidentemente deveu-se ao excepcional desempenho da agricultura e à intensificação do "drive" exportador essa reversão, que se pode considerar como espetacular, da dinâmica econômica.

Com efeito, em termos setoriais, o produto da agropecuária cresceu 18,5%, a indústria geral avançou em 2,9%, e o setor serviços acusou um incremento de 1,7%. Na comparação com o desempenho da economia brasileira, percebe-se que o ambiente econômico estadual esteve incomparavelmente melhor, porque o PIB brasileiro registrou um aumento de apenas 0,2% no último exercício. Ao mesmo tempo em que a economia gaúcha elevou a sua participação no produto nacional de 8,06%, em 2002, para 8,42%, em 2003, os resultados evidenciam a necessidade de a economia estadual preparar-se para as mudanças que deverão ocorrer no cenário nacional, em 2004, na medida em que as perspectivas da retomada do crescimento econômico do País são bastante elevadas.

A INSERÇÃO DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA NO AMBIENTE ECONÔMICO

Dadas as articulações do Setor Primário gaúcho com o Exterior e com a administração setorial em âmbito nacional, a agropecuária do Rio Grande do Sul deve ser analisada à luz do momento atual da economia internacional e do desempenho da política agrícola posta em prática pelo Governo brasileiro em termos de economia brasileira.

O foco no cenário externo é fundamental para compreender a performance do Setor Primário, porque parcela significativa da produção regional tem como destino o mercado internacional face à competitividade do produto nacional no que diz respeito à produção de *commodities* brasileira, que viabiliza o ingresso de dólares e a conseqüente redução da dependência externa nas contas do País.

No âmbito externo, a economia internacional evidenciou um processo de desaceleração, a partir de 2001, cujo centro dos acontecimentos se localizou na economia norte-americana que praticamente paralisou, em 2001, ocasião em que o PIB registrou aumento de apenas 0,3%; simultaneamente, o comércio internacional, que avançava a taxas elevadíssimas, retrocedeu em 0,1% no mesmo ano. Utilizando, a seguir, taxas anualizadas de crescimento para períodos inferiores a um ano, percebe-se que, em 2002, a economia dos Estados Unidos apresentou desempenho intermitente: nos primeiro e terceiro trimestres, mostrou excelente comportamento, enquanto, no segundo e quarto trimestres, os resultados foram modestíssimos.

Essa intermitência gerou uma polêmica: alguns analistas acreditavam na recuperação da economia, enquanto outros apostavam em uma nova recessão depois daquela ocorrida em 2001. Em 2003, o País mostrou crescimento persistente, com o produto avançando 1,6%, no primeiro trimestre, 3,8%, no período seguinte e 8,2%, no terceiro trimestre, afastando de vez os receios dos mais pessimistas. Na Ásia, a economia japonesa, após um longo período de estagnação e com a deflação persistente, apresentou sinal de reversão quando cresceu 3,9% no segundo trimestre de 2003. Naquele Continente, também merece destaque o fato de a China atravessar o período mantendo elevadas taxas de crescimento econômico. A economia alemã, que se encontra estagnada e que teve crescimento nulo, no exercício, passou a conviver com índices empresariais crescentes - dentre eles, o Índice Ifo, de Munique, que alcançou 95,7 em outubro, patamar mais elevado desde o início de 2001 - no final do ano. Por fim, a Argentina, que se encontrava em recessão desde 1998, também voltou a crescer em 2003. Em suma, apresentam-se sinais de retomada do crescimento econômico que eclodem junto a todos aqueles que são parceiros importantes do Rio Grande do Sul na corrente de comércio global.

No plano interno, as autoridades brasileiras, que conviveram com dificuldades de vulto na década anterior, fruto do endividamento do produtor rural, e que optaram por decisões ousadas, a partir de meados do decênio, viram recompensados os seus esforços ao obterem resultados incontestáveis em 2003. Tendo em vista que as dívidas dos agricultores não permitiam que os produtores rurais investissem em produção, as autoridades governamentais conceberam uma estratégia para superar as imensas adversidades presentes junto ao homem do campo. Na oportunidade, ativeram-se a iniciativas que compreenderam a renegociação da dívida agrícola (a Lei da Securitização 9.138/95, a Resolução 2.238/96 e o Programa Especial de Saneamento de Ativos, o Pesa/98) por um prazo de até 20 anos, a criação de mecanismos - o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Modernização da Frota Agrícola (Moderfrota) - de financiamento com juro fixo e prazo longo e também a necessidade de gerar renda junto ao produtor rural. Dessa forma, os investimentos setoriais anuais, que se situavam em níveis de US\$ 6,7 bilhões em 1996, atingiram US\$ 17 bilhões em 2002, viabilizando a absorção de tecnologia e a modernização de equipamentos.

Com esse pano de fundo, a safra 2002/2003 registrou recordes expressivos de produção de grãos, que chegou à casa de 120 milhões de toneladas, tendo a soja lugar de destaque ao atingir 52,5 milhões de toneladas no mesmo período. A cultura foi avançando sobre o Centro-Oeste e chegou até à fronteira com a Guiana, no ano 2000, onde, desde então, há duplicação anual da área plantada na região. Paralelamente, a última safra também conviveu com o aumento dos preços internacionais da soja por causa da redução da estimativa - de 71,9 milhões para 67,2 milhões de toneladas - da safra dos Estados Unidos.

Ao lado da cultura dos grãos, a produção de carnes também vem mostrando um avanço nos últimos anos. Presente entre os países que lideram o *ranking* internacional, o Brasil tem nas exportações de carnes de frango e de gado bovino e suíno itens importantes da sua corrente de comércio. Paralelamente à desvalorização do real e dos níveis de custo de produção, os fatores determinantes da posição brasileira na competição externa decorrem, dentre outros, da utilização de pesquisa e de tecnologia, do uso de técnicas de criação modernas e da melhoria do rendimento dos cortes. Em termos de sanidade animal, desde agosto de 2001, quando do último foco de aftosa, há vacinação preventiva no País, e o consumo de vacinas e de medicamentos, aliado aos investimentos para controle de enfermidades da pecuária, levou os órgãos de controle setorial a constatarem a inexistência de registros de enfermidades nas aves no rebanho dos suínos.

Com a posse do novo Governo do Brasil, em 2003, a par de importantes restrições - tensão social no meio rural, logística de transportes e armazenagem, dentre outras - e da necessidade de esperar por uma decisão em nível científico a respeito dos produtos transgênicos - o projeto sobre organismos geneticamente modificados, que revoga a Medida Provisória nº 2.191-9 e que dá poderes à CTNBio, foi enviado ao Legislativo em final de outubro -, a gestão da agropecuária nacional identificou quatro linhas de ação para o Setor Primário as quais consistem em priorizar as negociações internacionais, conceber políticas públicas para assegurar competitividade, melhorar as cadeias produtivas e ampliar as linhas de crédito para médios e pequenos produtores e também para o setor cooperativo.

A expectativa dos agentes econômicos para a safra 2003/2004 está voltada para um crescimento da produção de grãos da ordem de 4%, atingindo, dessa forma, um novo recorde de 125 milhões de toneladas de grãos, mais uma vez liderado pela produção de soja, que deve alcançar 58 milhões de toneladas, e seguida, na ordem, pela produção de milho, com 44,7 milhões de toneladas, pela do arroz, com 11,7 milhões de toneladas, e pela do trigo, com 5,1 milhões de toneladas. O crédito para o setor deve se fixar em R\$ 32,5 bilhões na safra atual - entre julho e novembro, foram aplicados R\$ 15,4 bilhões, 20,3% a mais do que em igual período igual do ano passado - e há previsões de que os recursos para financiamento setorial cheguem a R\$ 40 bilhões na safra 2004/2005.

Dadas, assim, a sanidade vegetal nacional, a abertura de novos mercados e a competitividade extrema do Brasil em açúcar, algodão, café, soja e suco de frutas, constata-se que a lavoura presta uma inestimável contribuição às contas externas do País, através de uma sucessão de recordes na produção de grãos, contexto este que deve se manter, mais uma vez, na próxima safra.

A agricultura gaúcha está inserida nesse promissor cenário nacional com uma presença pujante e com uma participação crescente da sua agropecuária.

Ao analisar a estrutura do produto do Rio Grande do Sul, percebe-se que a participação da agropecuária gaúcha no PIB total, que era de 11,67%, em 2001 – ocasião em que iniciou o processo de desaceleração da economia gaúcha -, elevou-se para 15,0%, em 2003, tendo, nesse ano, superado a respectiva participação do ano 2000, que se encontrava no patamar de 14,19%, quando havia ainda crescimento global e a economia internacional não tinha reduzido o seu ritmo anual de crescimento.

Esse avanço da presença do Setor Primário na economia gaúcha decorre de vários fatores, dentre os quais a modesta performance da lavoura em 2000 (quando a estiagem do final do ano anterior afetou o rendimento setorial), a excelente safra agrícola de 2001 (quando a agropecuária cresceu 12%), o recuo da lavoura, em 2002, devido à frustração com as safras de milho e soja, e, finalmente, a notável recuperação da agropecuária, que apresentou crescimento de 18,5% em 2003.

A Lavoura em 2003

Em 2003, a lavoura gaúcha cresceu 23,7%, recuperando-se totalmente da frustração com o desempenho do ano anterior, quando houve redução no respectivo PIB da ordem de 4,0%.

A observação dos resultados permite formar três grupos de produtos quanto ao desempenho subsetorial: aquele constituído pelos produtos que apresentaram incrementos expressivos; um outro, do qual participam as culturas que evidenciaram pequenos aumentos na produção; e, por último, o complemento que compreende produtos que conviveram com reduções de produção na safra 2002/2003.

Coube ao trigo o registro da maior taxa de crescimento entre os principais produtos da lavoura estadual. Após um incremento de 4,0% na safra anterior, em 2003, o aumento daquela cultura foi de 83,8%, atingindo 2,071 milhões de toneladas, fruto de uma elevação da produtividade para 1,97 tonelada por hectare, valor praticamente igual àquele obtido no ano 2000.

Após o trigo, a soja foi a responsável pela segunda maior taxa de crescimento na safra atual, embora a intermitência de crescimento tenha sido a característica da produção do grão em período recente. Houve queda de 33,7% na produção, em 1999, seguida por incrementos de 7,1% e 44,8% em 2000 e 2001 respectivamente. A propósito, o resultado do exercício de 2001 ocorreu em virtude do aumento da produtividade, pois não houve mudança na área plantada. Em 2002, aconteceu uma reversão no comportamento que se mantinha por um biênio, e a produção caiu 19,3% devido à quebra da safra. Em 2003, mais uma vez a cultura do grão mostrou um comportamento extraordinário -para cuja obtenção a generalização do uso de sementes transgênicas contribuiu importantemente- com a produção aumentando 70,4%, de forma concomitante com a elevação das cotações das *commodities* e com as perdas nas safras nos Estados Unidos em função das elevadas temperaturas registradas no verão do Hemisfério Norte.

Juntamente com o trigo e a soja, o milho complementa o grupo de produtos que apresentou as maiores elevações de produção no Rio Grande do

Sul na safra 2002/2003. A rentabilidade da produção e a comparação com os preços da soja estiveram entre aqueles fatores que determinaram a decisão do produtor na safra. A produção de milho alcançou 5,428 milhões de toneladas, em 2003, representando um incremento de 39,1% sobre o resultado do exercício anterior, apresentando uma produtividade de 3,83 toneladas por hectare, nível bastante superior ao rendimento de 2002, que ficou em 2,66%, e próximo ao patamar de 3,66% registrado em 2001.

Um segundo grupo de produtos - cana de açúcar, mandioca e laranja - apresentou taxa de crescimento em dimensão menor do que aquele formado por trigo, soja e milho. Em 2003, a produção de cana-de-açúcar avançou 6,7%, ao mesmo tempo em que a mandioca e a laranja mostraram incrementos de 3,8% e 2,3%, respectivamente. Enquanto a produtividade da cana-de-açúcar cresceu de 32,58 para 35,07 toneladas por hectare de 2002 para 2003, os rendimentos da mandioca (14,82 t/ha) e da laranja (12,96 t/ha) mantiveram-se estáveis no último biênio.

Por fim, o conjunto formado pelas culturas de cebola, batata-inglesa, arroz, uva, feijão, fumo e maçã representa o desempenho negativo da última safra. As produções de cebola e batata-inglesa apresentaram, respectivamente, quedas de 24% e 18,1%, em 2003, ao passo que a produção de arroz e a de uva diminuíram à mesma taxa, ou seja, 14,2% em igual período. Quanto às demais culturas, elas evidenciaram diminuições proporcionalmente equivalentes: 5,6% no feijão, 5,2% no fumo e 5,0% na maçã.

A Pecuária em 2003

Ao longo de 2003, a produção animal cresceu 1,4% no Estado do Rio Grande do Sul. No último biênio, o produto da pecuária avançou 1,0%, em 2001 e 2,2%, em 2002, mostrando que o comportamento do subsetor, em 2003, não acompanhou a elevada oscilação verificada no comportamento da lavoura gaúcha.

Observando o perfil da pecuária estadual, verifica-se que, em 2003, houve incremento nas produções de leite (5,7%), aves (3,2%) e bovinos (1,7%) e reduções nos níveis de produção de suínos (0,8%), mel (2,2%), ovos (2,4%), lã (5,9%) e ovinos (6,8%).

O desempenho da produção subsetorial, em 2003, teve como pano de fundo os problemas sanitários que foram constatados em período recente. Em 2000, ocorreu o reconhecimento, por parte da Organização Internacional de Epizootias (OIE), de que o Estado estava livre de febre aftosa sem vacinação, mas, no ano seguinte, houve reincidência dos focos da mesma enfermidade no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, o esforço desenvolvido pelas autoridades brasileiras para promover a carne no Exterior criou uma situação em que as exportações brasileiras cresceram substancialmente, ao mesmo tempo em que houve um movimento inverso referente à participação do produto estadual no mercado externo. Mesmo com a queda da presença da carne bovina gaúcha no mercado internacional, em 2001, época da desaceleração da atividade econômica mundial, a produção local cresceu 2,0%. Posteriormente, em 2002 e 2003, a produção de bovinos avançou 3,6% e 1,7%, respectivamente, tendo em vista que houve a reconquista progressiva do mercado externo e o retorno do produtor rural à plenitude das suas atividades.

A produção de carne de aves, no Rio Grande do Sul, mantém-se em um ritmo de crescimento mais elevado do que a correspondente atividade relacionada à carne bovina. O desempenho recente mostra um crescimento anual médio acima de 3,0% ao ano, ao longo do último triênio: depois de crescer 3,6%, em 2001 e 4,7%, em 2002, a produção de aves elevou-se a 3,2% em 2003. O fortalecimento do mercado da carne de aves decorreu dos problemas sanitários presentes na União Européia. O receio da doença da vaca louca aliada à febre aftosa, na Europa, tornou a carne de aves - frango e peru - a principal fonte de proteína animal disponível para o consumo.

Ao contrário da carne bovina e de aves, a produção de ovinos e a de lã vêm evidenciando um desempenho sofrível desde 2001. Naquela oportunidade, a produção de ovinos decresceu 10,4%, tendência que se manteve em 2002 e em 2003, quando as taxas diminuíram 8,6% e 6,8% respectivamente. A mesma situação mantém-se na produção de lã, que vem apresentando quedas sucessivas de atividade econômica e que alcançou 10,2%, em 2001, 6,3%, em 2002 e 5,9% em 2003. Também a produção de carne de suínos vem diminuindo sistematicamente, um fato relacionado à presença da febre aftosa no Estado. Foram três anos de quedas sucessivas: 1,4%, em 2001, 1,0%, em 2002 e, finalmente, 0,8% em 2003.

A INDÚSTRIA GAÚCHA

Dadas as dificuldades conjunturais do último biênio, da mesma forma que no exercício passado, a indústria gaúcha deu uma contribuição significativa ao desempenho da economia estadual em 2003. No biênio 2002-03, enquanto o Brasil conviveu, inicialmente, com uma estagnação que depois se tornou um processo recessivo, o produto da indústria gaúcha cresceu em torno de 3% ao ano.

Efetivamente, no corrente exercício, o PIB do Setor Secundário avançou 2,9% a partir do desempenho da indústria de transformação, que cresceu 3,5% no mesmo período. Os demais subsetores apresentaram resultados tímidos, - como foram os casos de eletricidade, gás e água (que cresceu 1,0%), e da construção civil (que teve incremento de 0,5%), - ou sofríveis, como o da indústria extrativa mineral, que decresceu 6,2% no último exercício.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 2003

Concentrado em alguns gêneros voltados à agricultura e às exportações, o desempenho da indústria de transformação gaúcha, em 2003, ocorreu devido ao excelente comportamento das indústrias mecânica e de papel e papelão, e graças aos bons resultados dos gêneros industriais couros e peles, material de transporte, química, têxtil e borracha. Os demais gêneros não avançaram no ano findo e alguns apresentaram quedas expressivas, como foram os casos de produtos de madeira, de matéria plástica, de bebidas e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

A indústria mecânica vem ocupando posições de liderança entre os diversos gêneros industriais ao longo do último quadriênio, com crescimento de 25,9%, no ano 2000, de 17,1%, em 2001, de 18,4%, em 2002 e, por último, de 21,5% em 2003.

A presença do segmento de máquinas e equipamentos agrícolas em âmbito estadual, combinada, de um lado, com o comportamento dos preços agrícolas, dos níveis de produção da agropecuária e do crédito disponibilizado ao produtor, via Moderfrota, que vem permitindo a renovação da frota nacional de 450 mil tratores, e, de outro, com a alavancagem proporcionada pelas exportações de tratores, explica a posição de destaque que é ocupada pela indústria mecânica no Rio Grande do Sul.

Também o gênero papel e papelão evidenciou excelente performance no exercício passado. Partindo de uma situação de queda, no biênio 2000-01, recuperou-se, a partir de 2002, quando apresentou um crescimento de 5,4%, assumindo posição de destaque, em 2003, com uma taxa de crescimento de 13,7%, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Rio Grande do Sul.

Seguem-se às indústrias mecânica e de papel e papelão - que alcançaram desempenho de dois dígitos -, outros cinco gêneros industriais que, embora em um ritmo de crescimento menor, apresentaram resultados positivos em 2003, quais sejam, couros e peles (8,2%), material de transporte (6,8%), química (3,7%), têxtil (3,7%) e borracha (3,5%).

O gênero material de transporte vem avançando com ímpeto pelo terceiro ano consecutivo, pois as taxas ao longo do triênio atingiram 4,8%, em 2001, 9,7% em 2002 e 6,8% no último exercício. A explicação para esse bom desempenho está associada ao crescimento sistemático da produção de carroçarias, caminhões leves, reboques e chassis para ônibus, além de o impacto significativo a que foi submetido o comportamento da indústria de material de transporte desde a instalação da empresa General Motors em Gravataí.

Após registrar uma queda de 11,0%, em 2001, o gênero couros e peles mostrou um desempenho excelente, no biênio 2002-03, com taxas de crescimento de 5,3% e 8,2% respectivamente.

A indústria têxtil alternou bom desempenho, com 5,6%, em 2001 e 3,7% em 2003, contra uma queda expressiva de 11,1% no produto em 2002.

Quanto aos gêneros química e borracha, percebe-se que ambos ensaiaram uma recuperação no exercício passado. A indústria química havia apresentado quedas do produto da ordem de 7,6% e 1,0%, no biênio 2001-02, respectivamente, porém recuperou-se em 2003, alcançando um crescimento de 3,7%. Da mesma forma como ocorreu com a indústria química, o gênero borracha também conviveu com um desempenho sofrível, em 2001-02 e recuperou-se, crescendo 3,5% no ano passado.

Por fim, o desempenho da indústria de transformação no período foi afetado negativamente por conta dos gêneros madeira, matéria plástica, bebidas e vestuário, calçados e artefatos de tecidos. O segmento de bebidas, que caiu 10,5% no último ano, vinha de uma recuperação no exercício anterior, ocasião em que cresceu 6,0%; o mesmo comportamento, todavia, não ocorreu com os outros três gêneros, que já estão em queda há três anos consecutivos. Entretanto os outros três segmentos desse grupo mantiveram um comportamento atípico no triênio, registrando uma perda de participação relativa crescente no âmbito da economia estadual.

Efetivamente, o gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos convive com reduções na produção, desde 2001, quando registrou diminuição de 4,2%, e tornou-se ainda maior, nos anos seguintes, atingindo 7,0%, em 2002 e

10,3% em 2003. Nesse mesmo sentido, também registraram declínios sucessivos os gêneros produtos de matéria plástica (7,4% em 2001 e 4,0% em 2002) e madeira (8,1% em 2001 e 20,4% em 2002), alcançando níveis exorbitantes em 2003, quando registraram reduções de produção de 20% e 41,4%, respectivamente.

O SETOR GAÚCHO DE SERVIÇOS

O setor gaúcho de serviços cresceu 1,7% em 2003. Trata-se de um resultado importante, porque incide sobre aquele setor que detém a maior parcela da renda estadual. Todavia, convém observar que, desde o início da década, verifica-se uma queda na participação relativa do produto do setor sobre o PIB estadual. Em 2000, os serviços representavam 49,06% do PIB gaúcho, participação essa que decresceu para 47,84% em 2001 e para 46,02% em 2002, mantendo-se nesse mesmo patamar em 2003. Esse declínio manifestamente reflete as severas restrições fiscais a que se encontra submetido o setor público no Estado.

A análise do Setor Terciário permite verificar que, em 2003, o comportamento de Serviços apresentou, nos subsetores administração pública e demais setores, incrementos da ordem de 1,1% e 3,0% respectivamente. Em conjunto, os dois subsetores representam cerca de 35% do Valor Agregado Bruto da economia gaúcha. O comércio, que registrou uma queda de 0,3%, e os transportes e armazenagem, que também evidenciaram uma queda da ordem de 1,1%, complementaram o quadro do desempenho do setor em 2003.

O COMÉRCIO EM 2003

Depois de dois anos de excelente desempenho, oportunidade em que apresentou taxas de crescimento de 9,52% (2000) e de 10,49% (2001), o comércio gaúcho acompanhou a estagnação da economia brasileira, a partir de 2002, registrando uma queda de 1,0% naquele ano, e de 0,3% em 2003.

AS RELAÇÕES COM O EXTERIOR¹

No último exercício, o Rio Grande do Sul obteve o segundo lugar no *ranking* nacional dos estados exportadores, posição que já havia ocupado em 2002: as parcelas correspondentes à participação gaúcha no comércio externo brasileiro foram de 10,56% e 10,96% nos dois últimos anos, respectivamente.

Em 2003, o saldo comercial do Estado alcançou US\$ 3.823.665.000,00, um valor 34,41% acima do apresentado no exercício anterior.

AS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS EM 2003

Em 2003, as exportações gaúchas para o Exterior atingiram US\$ FOB 8.013.263.165,00, representando um aumento de 25,69% sobre o ano anterior.

Os Estados Unidos continuaram na posição de principal parceiro do Rio Grande do Sul, como destino de 22,22% das mercadorias enviadas pelo Estado

¹ Os dados constantes desta análise e que se referem às relações da economia gaúcha com o Exterior compreendem informações divulgadas até o mês de dezembro de 2003.

ao Exterior. O fato de se manter na liderança como local de destino não impediu que houvesse uma redução da participação norte-americana no perfil das exportações estaduais - em 2002, essa parcela era equivalente a 28,51% do total das remessas de bens ao mercado externo.

As duas posições seguintes, em termos de parcerias comerciais, representam a consolidação do quadro existente no ano anterior: a China, e a Argentina (em processo de recuperação), países que recebiam 6,97% e 3,30% das exportações gaúchas em 2002, passaram a representar parcelas maiores, quais sejam 8,97% e 7,57% respectivamente.

A Alemanha, o Reino Unido, a Itália, os Países Baixos, a República Islâmica do Irã, o Chile, a Espanha, o México, a Federação da Rússia e o Japão complementaram a lista dos principais portos de destino das mercadorias produzidas no Rio Grande do Sul. Nas relações comerciais do Estado com os países que constituem este último grupo, cabe um registro especial ao aumento de 60,57%, entre 2002 e 2003, nas exportações gaúchas para a Alemanha.

Em termos de produtos exportados, em 2003, a liderança da pauta gaúcha ficou com "outros grãos de soja, mesmo triturados", cujo valor alcançou US\$ 839.326.155,00, representando 10,47% do total das exportações estaduais. O fato de ocupar a primeira posição entre as mercadorias exportadas implicou aumento de 141,55% no valor exportado, no último exercício, quando comparado ao do ano anterior.

A seguir, constou do perfil das exportações gaúchas o envio para o Exterior de "outros calçados de couro natural", no valor de US\$ 797.319.911,00, representando 9,95% do total exportado pelo Rio Grande do Sul e de "fumo não manufaturado total ou parcialmente destalado, folhas secas, etc", no valor de US\$ 726.284.348,00, com participação de 9,06% sobre a pauta de exportações estadual. Esses produtos já ocupavam posição de destaque nas exportações gaúchas do ano anterior, quando os dois lideraram o *ranking* dos principais produtos exportados pelo Estado.

O último bloco dos produtos selecionados dentre aqueles que têm a maior representatividade das exportações gaúchas incluiu "bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo", "óleo de soja em bruto, mesmo degomado", "pedaços e miudezas, comestíveis de galos e galinhas", "carnes de galos/galinhas não cortadas em pedaço" e "outros tratores". Esses cinco produtos, em conjunto, representaram 15,99% das exportações estaduais em 2003, contra uma participação de 15,10% em 2002. Embora a ordem de importância na participação relativa fosse a mesma do ano anterior, percebe-se que os aumentos de produtos de um ano para o outro foram inversamente proporcionais à posição no *ranking*; "outros tratores", que ocupou a oitava posição no biênio, cresceu 113,08% entre 2002 e 2003; "carnes de galos e galinhas não cortadas em pedaços" manteve a sétima posição no *ranking*, mas registrou um incremento de 48,93% no biênio; "pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas" permaneceu no sexto lugar na pauta, após registrar um crescimento de 30,89% entre os dois anos; "óleo de soja em bruto, mesmo degomado" avançou 25,01% de 2002 para 2003, ocupando a mesma quinta posição do ano anterior; e "bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo", o quarto produto mais exportado pelo Estado em ambos os exercícios, evidenciou um acréscimo de apenas 7,83% de 2002 para 2003.

Se, de um lado, houve uma desconcentração das exportações gaúchas por porto de destino - de 2002 para 2003 houve uma queda de 2,03% das

exportações locais para os Estados Unidos, que foram compensadas por incrementos de 61,75% nas remessas de bens produzidos no Estado para a China e de 188,25% para a Argentina - de outro, houve uma pequena desconcentração nas importações regionais dos principais portos de origem.

Em termos de capítulos selecionados, a liderança em exportações ocorreu por conta de "calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes", no valor de US\$ 1.185.759.000,00. A seguir, pela ordem de exportações, encontram-se "fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados" (US\$ 964.691.000,00), "sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc." (US\$ 843.131.000,00), carnes e miudezas, comestíveis (US\$ 669.073.000,00) e "reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos" (US\$ 611.077.000,00).

AS IMPORTAÇÕES GAÚCHAS EM 2003

Entre janeiro e dezembro de 2003, o Rio Grande do Sul importou do Exterior o equivalente a US\$ FOB 4.189.598.151,00. Quando comparadas às do mesmo período do ano anterior, as importações gaúchas apresentaram um acréscimo de 18,66%.

Efetivamente, o Estado importou da Argentina o equivalente a US\$ 1.032.775.067,00, em 2003, contra um total de US\$ 834.164.953,00 em 2002, representando um incremento de 23,81% entre os dois anos. Essa elevação nas importações da Argentina foi acompanhada por um incremento de 12,62% nas importações da Nigéria e de 1,58% no recebimento de mercadorias com origem nos Estados Unidos.

Em 2003, além de Argentina, Nigéria e Estados Unidos, os outros principais parceiros que enviaram mercadorias para o Estado foram, pela ordem, a Argélia, a Alemanha, o Uruguai, a Itália, o Japão, a França e o Reino Unido.

Em termos de capítulos selecionados, a liderança em importações aconteceu por conta de "combustíveis minerais, óleos minerais, etc., e ceras minerais", no valor de US\$ 1.491.330.000,00. Depois, pela ordem de importações, seguiram: "reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos" (US\$ 629.176.000,00), "adubos ou fertilizantes" (US\$ 354.321.000,00), "cereais" (US\$ 243.100.000,00) e "produtos químicos orgânicos" (US\$ 157.732.000,00).

III – AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

O conhecimento adequado da situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul e a mensuração precisa das contas, principalmente do *déficit* público, são instrumentos essenciais e, como tais, imprescindíveis para a condução das políticas de governo e para a gestão responsável do setor público. Isso é ainda mais verdadeiro quando o contexto, já reconhecido por todos, é de **desequilíbrio estrutural**, que afeta as finanças estaduais e que se manifesta, de forma mais expressiva, através da crescente participação da folha de inativos no custeio de pessoal, da alta carga de desembolso mensal pelo pagamento da dívida fundada, da redução gradativa no nível de investimento no longo do tempo e, pelo lado das receitas, da inelasticidade dos ingressos correntes em relação ao Produto Interno Bruto.

Uma análise mais criteriosa dos principais indicadores das finanças públicas e de políticas fiscais faz-se através dos seguintes itens: no Item 2.1 – As contas de resultado e o *déficit* estrutural; no Item 2.2 – Saldo financeiro; no Item 2.3 – Principais agregados das Contas Públicas (despesas com pessoal, investimentos públicos e ICMS). Por fim, no Item 2.4 - Dívida fundada.

AS CONTAS DE RESULTADO E O DÉFICIT ESTRUTURAL

O fechamento das contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul vem apresentando *déficits* expressivos e recorrentes há décadas.

O financiamento desses resultados negativos tem sido feito de variadas formas no longo do tempo, entre outras: emissão de títulos; rolagem de dívidas; operações de crédito; financiamento inflacionário; privatizações; uso dos recursos do Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado, sem a devida recomposição dos saldos; antecipações de impostos; e operações de socorro ao BANRISUL.

Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário da Administração Direta

Em R\$ mil

ANOS	PRIMÁRIO	ORÇAMENTÁRIO
1970	-208.189	-238.120
1971	-116.680	-93.128
1972	-310.620	-169.621
1973	-470.510	-315.721
1974	-796.418	-315.731
1975	-1.160.198	-465.748
1976	-1.461.808	-1.011.304
1977	-203.972	-362.052
1978	-814.396	170.843
1979	-812.258	-305.716
1980	-681.339	-356.358
1981	-1.548.642	-376.669
1982	-2.364.825	-963.827
1983	-1.985.827	-3.625.714

ANOS	PRIMÁRIO	ORÇAMENTÁRIO
1984	-1.337.893	-1.688.042
1985	-1.639.970	-5.978.683
1986	-1.112.022	-1.658.442
1987	-802.341	-623.613
1988	-775.062	-558.802
1989	-1.877.079	108.471
1990	-2.097.908	-463.893
1991	-445.520	-403.109
1992	-2.528.438	-748.130
1993	-1.468.349	-353.439
1994	-632.286	-525.279
1995	-746.586	-1.263.384
1996	-1.303.342	75.549
1997	-1.587.724	895.775
1998	-2.054.761	744.448
1999	-927.942	-1.373.327
2000	-509.849	-883.309
2001	-137.444	-791.166
2002	388.527	182.066
2003	-99.580	-423.538

Fontes: Balanço Geral do Estado / Secretaria da Fazenda.

Nota: Os valores estão a preços de dez/03 e estão inflacionados pelo IGP-DI médio anual.

O problema estrutural das finanças públicas estaduais é visualizado nessa série de 34 anos. O resultado orçamentário só foi positivo em seis anos e o primário, em apenas um ano. No período entre 1998 e 2003, percebe-se que houve uma redução progressiva dos resultados negativos primário e orçamentário, tendência que, no exercício de 2002, produziu resultados superavitários em ambas as contas.

No entanto, assinala-se o caráter precário do resultado primário e orçamentário em 2002, tendo em vista o modo do fechamento das contas (distorções verificadas na apuração desses números), já explanado no PPA 2004-2007 e na LOA 2004². Outro componente que fez com que as contas tivessem uma conciliação melhor, nos últimos exercícios, foi a drástica redução nas despesas com investimentos. Geralmente, anos com altos *déficits* primários coincidem com os de altos investimentos, havendo uma relação quase simétrica entre resultado primário e investimentos, como se demonstra na tabela a seguir.

² Conforme pode ser observado na página 69 da Mensagem do PPA 2004-2007, foram desprezados na apuração dos resultados R\$ 672,5 milhões correspondentes a despesas não registradas na contabilidade. Além disso, na apuração da Receita Corrente, foi computado o valor de R\$ 169,0 milhões por conta de empenhos cancelados. Ao longo do exercício de 2003, surgiram mais R\$ 369,8 milhões referentes a outras dívidas identificadas. No cômputo geral, ao ajustar-se às contas públicas verifica-se que o resultado primário, de fato, foi **negativo** em R\$ 901,83 milhões, e o resultado orçamentário, também negativo, de R\$ 1,029 bilhão, conforme os dados apresentados.

Resultado Primário antes dos Investimentos na Administração Direta

Em R\$ mil

ANOS	PRIMÁRIO (A)	INVESTIMENTO (B)	(A) + (B)
1995	-300.966	385.409	84.443
1996	-583.701	453.399	-130.302
1997	-767.321	902.008	134.687
1998	-1.031.633	1.346.559	314.926
Média	-670.905	771.844	100.939
1999	-518.627	420.667	-97.960
2000	-324.198	589.109	264.911
2001	-96.452	562.644	466.192
2002	309.470	371.918	681.927
Média	-157.452	486.085	328.768
2003	-99.580	419.545	319.965

Fonte: Balanço Geral do Estado.

Em face às deficiências do Estado do Rio Grande do Sul na área de infra-estrutura e na base física e técnica dos grandes serviços sociais, é incontestável que a trajetória desejável para a melhoria dos resultados fiscais dever-se-ia apoiar no incremento da receita corrente e na redução correspondente das despesas correntes.

Contudo, o real *déficit* estrutural do Estado permanece num patamar elevado, uma vez que o montante das receitas não é suficiente para cobrir despesas que, pelo menos na presente conjuntura, são rígidas e, portanto, obrigações que não se pode elidir.

A Reforma da Previdência, aprovada em 2003, dá ânimo novo para as finanças públicas do Estado, quando visualizadas no longuíssimo prazo, tendo em vista que, atualmente, tanto em número quanto em despesas de pessoal inativo mais pensionistas, estão perto de se igualar ao pessoal ativo. A relação entre inativos e ativos no RS é a pior do País. Conforme dados de outubro de 2003, o estado do Rio Grande do Sul possuía 175,8 mil servidores ativos, 113,5 mil inativos, 1,7 mil pensionistas do Estado e 48,7 mil pensionistas do Instituto de Previdência do Estado.

A regulamentação da Reforma Tributária, ainda em 2004, trará um pequeno alívio aos cofres estaduais, com a partição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e com a criação do Fundo de Compensação às Exportações, esta para compensar as perdas impostas pela Lei Kandir a partir de 1997.

O Fundo de Compensação às Exportações é de fundamental importância para as finanças do estado do RS, tendo em vista sua vocação exportadora e o *quantum* que é deixado de arrecadar anualmente, em obediência a uma política de incentivo à exportação patrocinada pelo governo federal, às custas de um tributo de competência estadual, o que expõe a fragilidade do equilíbrio federativo.

SALDO FINANCEIRO

A análise de alguns indicadores do Balanço Patrimonial, apresentados na tabela seguinte, atesta uma visível redução do patrimônio público gaúcho.

A Situação Líquida Financeira – que são as receitas financeiras menos despesas financeiras - em valores nominais, passou de R\$ 211,9 milhões positivos, em 1998, para R\$ 1.527,5 milhões negativos, em 2002, e para R\$ 1.522,2 milhões negativos em 2003.

Considerando-se a Situação Líquida Financeira Real, também em valores nominais, passou de R\$ 836,1 milhões negativos, em 1998, para R\$ 3.787,5 milhões também negativos em 2002, e para R\$ 3.636,5 milhões negativos em 2003.

Caso o Estado utilizasse todo o seu ativo financeiro, ainda estaria faltando o referido valor para pagar todas as obrigações constantes em seu passivo financeiro e as despesas a empenhar que compõe o seu passivo potencial. A manutenção do saldo financeiro potencial em patamar elevado atesta que as receitas vinculadas não têm sido aplicadas em suas destinações específicas.

Evolução do Patrimônio Financeiro do Estado

EM R\$ MILHÕES

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002 (**)	2003
Ativo Financeiro	1.618,00	730	779	803	612,3	623,9
Passivo Financeiro	1.406,10	1.285,00	1.896,00	2.476,00	2.139,80	2.146,10
Situação Líquida Financeira	211,9	-555	-1.117,00	-1.673,00	-1.527,50	-1.522,20
Situação Líquida Financeira Potencial	-1.048,00	-1.065,00	-967	-1.335,00	-1.048,70	-1.228,10
Dívidas Pendentes de Registro					-672,5	-585,2
Cancelamento de Empenhos					-169	-301
Outras Dívidas Identificadas					-369,8	-
Situação Líquida Financeira Real	-836,1	-1.620,00	-2.084,00	-3.008,00	-3.787,50	-3.636,50
Coefficiente liquidez corrente	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29
Saldos Atualizados (*)						
Situação Líquida Financeira	419,5	-915,7	-1.678,40		-2.277,10	# -1.522,20
Situação Líquida Financeira Real	-1.655,10	-2.672,90	-3.131,40		-4.094,00	# -3.636,50

Fonte: Balanço Geral do Estado.

(*) Deflator: IGP-/DI - Dezembro de 2003.

()** A conta "Resgates do SIAC" em 31/12/2003, no valor de R\$ 1.663,3 milhões, foi considerada como conta retificadora do ativo e passivo financeiro, que é a classificação técnica correta.

Por sua vez, o coeficiente de liquidez corrente - que mede a relação entre o ativo e o passivo financeiro - passou de 1,15, em 1998, para 0,29 em 2002 e 2003. Para cada real a pagar havia R\$ 1,15, em 1998 e somente R\$ 0,29 em 2002 e 2003.

A deterioração da Situação Líquida Financeira Real, entre 1999 e 2002, decorre dos saques da conta Resgates do Sistema Integrado de Administração do Caixa (Caixa Único), indicando uma forma de endividamento interno junto aos outros órgãos da Administração Pública Direta e Indireta. Destaque-se que esgotou-se esse modelo de financiamento do *déficit* público.

PRINCIPAIS AGREGADOS DAS CONTAS PÚBLICAS

Despesa com Pessoal e Encargos

A despesa com pessoal e encargos, mesmo com reajustes abaixo da inflação para quase todas as categorias e Poderes, ainda assim apresentou um crescimento nominal de R\$ 1.951,5 milhões ou 45,1%, entre 1998 e 2003, conforme tabela a seguir. O número total de servidores aumentou em 26.571, no período, sendo 15.535 ativos e 11.036 inativos.

Evolução da Despesa com Pessoal e Encargos

Em R\$ milhões

Ano	Valor	Variação Anual em R\$	Variação Percentual Anual	Variação Percentual Acumulada
1998	4.328,0	-	-	-
1999	4.559,0	231,0	5,34%	5,3
2000	4.956,9	397,9	8,73%	14,5
2001	5.401,7	444,7	8,97%	24,8
2002	6.276,9	875,3	16,20%	45,0
2003	6.279,5	2,6	0,41%	45,1
TOTAL	-	1.951,5		-

Fontes: Balanço Geral do Estado / Secretaria da Fazenda.

Investimento Público

As finanças do Estado do Rio Grande do Sul, a exemplo da maioria dos demais estados brasileiros e entes federativos, atravessam grave crise fiscal. Há exígua disponibilidade de recursos financeiros para serem aplicados em investimentos prioritários de governo, principalmente nas áreas social e infraestrutura.

Conforme os dados relativos aos investimentos efetuados pela Administração Direta do Estado, em valores nominais, apresentados anteriormente (Tabela "Resultado Primário antes dos Investimentos na Administração Direta"), constata-se que, em 2002, o Estado investiu R\$ 371.918 mil, chegando a atingir o menor nível das últimas três décadas. Em 2003, os gastos com investimentos foram de R\$ 419.545 mil.

A queda gradativa dos investimentos públicos, no longo dos últimos governos, motivou a redução do *déficit* primário. Todavia, não é correto afirmar que essa redução signifique o saneamento financeiro das contas públicas.

Em 2003, foram dados os primeiros passos nas discussões sobre os programas de parcerias público-privadas. Essas visam à união de esforços entre a administração pública e o empreendedor privado, no intuito de permitir um amplo leque de oportunidades de aplicação de recursos (investimentos), por parte deste e remunerada por aquela, com a finalidade de alavancar melhores

índices de desenvolvimento humano e fomentar a economia. As parcerias surgem como mais uma ferramenta à disposição dos governos para o enfrentamento de demandas reprimidas da sociedade, já para o ano de 2004.

Desempenho do ICMS

No período entre 1998 e 2003, o ICMS total cresceu 112,6%, em termos nominais. Na comparação de 2003 em relação a 2002, o crescimento nominal representou 20,79%. Em termos reais, deflacionado pelo IGP-DI, temos que, entre 1998 e 2003, houve um aumento de arrecadação de 9,07%. Contudo, se a comparação for de 2003 em relação a 2002, houve um decréscimo de 1,36%.

O ICMS tem um peso relativo sempre maior em relação aos demais tributos e apresentou boa performance nos últimos anos. É um fenômeno nacional que teve como causa o desempenho dos setores de combustíveis, telefonia e energia elétrica, com o aumento anual das tarifas acima da inflação e com a ampliação da oferta de seus produtos e serviços. Esses três setores são responsáveis por mais de 40% da arrecadação total do ICMS no Estado do Rio Grande do Sul, estando concentrado em apenas 24 empresas.

Evolução da Arrecadação Total de ICMS

Em mil reais

Ano	Arrecadação Nominal	Varição Nominal s/ Ano Anterior	Arrecadação Corrigida IGP-DI	Varição Corrigida s/ Ano Anterior
1998	4.228,2	5,53%	8.421,9	1,55%
1999	4.659,5	10,20%	8.330,7	-1,08%
2000	5.646,8	21,19%	8.872,2	6,50%
2001	6.706,4	18,76%	9.553,0	7,67%
2002	7.441,5	10,96%	9.312,0	-2,52%
2003	8.988,8	20,79%	9.185,4	-1,36%

Fonte: Secretaria da Fazenda.

O *déficit* estrutural do Estado é tão preocupante que, mesmo com um crescimento nominal do ICMS - principal receita - de R\$ 4,76 bilhões, no período entre 1998 e 2003, mesmo sem ter havido reposição integral da inflação nos vencimentos dos servidores - principal despesa - foi necessário lançar mão de mais de R\$ 4 bilhões de receitas extras (resgate do SIAC, alienação de bens, operações de crédito, antecipação de receitas, juros sobre o capital próprio, entre outras) e, assim mesmo, o *déficit* vem em um *continuum* crescimento.

É importante salientar que, apesar do insignificante crescimento da economia brasileira em 2003 (dados preliminares do IPEA apontam entre 0,2% e 0,3%), o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul cresceu 4,7%, conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE). O setor exportador foi o impulsionador desse crescimento, com um volume de 25,7% maiores do que o ano anterior, o que consolidou o Estado como segundo exportador brasileiro, alcançando vendas de US\$ 8,01 bilhões. Porém, esse bom desempenho não se refletiu na arrecadação de ICMS, pois os produtos exportados são isentos desse imposto. Ao fim, o principal tributo estadual teve queda real de 1,36%.

DÍVIDA FUNDADA

A tabela a seguir mostra a evolução da dívida fundada total do Estado do Rio Grande do Sul, no período entre 1970 e 2003, discriminada por governo, assim como o serviço da dívida em termos de comprometimento da Receita Corrente Líquida. A dívida fundada cresceu 27,3 vezes, nesse período, em valores reais.

Salienta-se que a evolução da dívida pública está numa trajetória estável de crescimento, se comparado ao IGP-DI, índice dos mais robustos que medem a inflação num determinado período. No governo anterior (1999-2002), enquanto o IGP-DI teve uma alta acumulada de 83,8%, a dívida cresceu 83,4%. No primeiro ano do atual governo (2003), o IGP-DI foi de 7,67% e o aumento da dívida alcançou 7,57%.

Evolução do Estoque da Dívida Fundada e do Serviço da Dívida em função da Receita Corrente Líquida

Em R\$ milhões

Govern o	Ano Final	Valor Dívida (**)	Índice de Referência	Variação Governo	% Serviço Dívida / RCL
Perachi	1971	970	100	-	-
Triches	1974	2.123	219	119%	-
Guazelli	1978	3.887	401	83%	-
Amaral	1982	6.962	718	79%	-
Jair	1986	9.664	996	39%	-
Simon	1990	9.678	998	0%	-
Collares	1994	11.947	1.232	23%	-
Brito	1998	26.559	2.738	122%	-
Brito (*)	1998	21.487	2.252	83%	-
Olívio	2002	26.489	2.731	21%	14,2
Rigotto	2003	26.465	2.728	0%	14,7

Fontes: Balanço Geral do Estado / Secretaria da Fazenda.

(*) Exclui a Operação Proes, de R\$ 4.711 milhões (IGP-DI de dez/03).

(**) Variável Estoque corrigido pelo IGP-DI, em dezembro de 2003.

Quanto ao pagamento de juros e encargos da dívida mais amortização do principal, no último ano do governo Brito (1998), foram desembolsados, em valores nominais, R\$ 1,790 bilhão ao ano. No Governo seguinte (1999 - 2002), foram pagos, em média, R\$ 1,198 bilhões ao ano. Em 2003, o Estado do Rio Grande do Sul comprometeu R\$ 1,422 bilhão com o pagamento da dívida fundada, entre juros, encargos e amortização, equivalente a 14,5% da Receita Tributária e 14,7% da Receita Corrente Líquida.

Em 2004, é prioridade na agenda do governo gaúcho - em sintonia com os demais grandes Estados devedores -, negociar com o governo federal um novo perfil de pagamento para a dívida pública interna, dando melhor margem de sustentabilidade aos cofres estaduais. Os montantes desembolsados mensalmente a título de juros, encargos e amortização são desproporcionais à capacidade financeira do Estado, o que prejudica qualquer esforço na expansão dos investimentos públicos e nos gastos sociais essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As finanças do Estado do Rio Grande do Sul enfrentam uma grave crise estrutural. A superação definitiva desse quadro passa por um sólido planejamento de longo prazo, além da superveniência de um ciclo de crescimento econômico sustentado. Ademais, as respostas da Reforma da Previdência e a melhor partição da carga tributária nacional, através da Reforma Tributária, poderão amenizar o conturbado equilíbrio fiscal.

Não há soluções milagrosas à vista. Contudo, no curto prazo, é preciso manter a disciplina fiscal, otimizar o uso dos recursos disponíveis, contando com a colaboração e o esforço concentrado de todos os Poderes na busca da redução do *déficit* público. Além disso, ainda no curto prazo, conforme notado na apresentação desta Mensagem, é imprescindível que se tenha êxito nas negociações com o governo federal, notadamente com vistas a (i) melhorar o nível de compensações ao Estado por conta das perdas tributárias decorrentes do forte desempenho exportador de nossa economia, (ii) obter a redução do serviço da dívida pública estadual e (iii) conseguir o devido e longamente reivindicado ressarcimento dos investimentos feitos pelo Estado em rodovias federais.

IV – AS AÇÕES DO GOVERNO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

Com o objetivo de gerar mais emprego e renda para a população, a estratégia de desenvolvimento econômico do Governo combina uma política que visa colocar o Rio Grande do Sul num lugar de destaque no mapa dos grandes investimentos do País com ações de preservação, fortalecimento e diversificação da matriz produtiva gaúcha tradicional. Buscando atrair investimentos de ponta, nesse primeiro ano, foram lançadas as bases de um programa que pode iniciar um novo ciclo de desenvolvimento no Estado e já se vislumbram alguns resultados. Cerca de R\$ 10,4 bilhões em investimentos já foram confirmados, e devem gerar mais de 13,6 mil empregos diretos, estando ainda em negociação a atração de outros projetos que somam mais de R\$ 13,9 bilhões, com geração de outros 15,7 mil empregos. Além disso, vem sendo dada especial atenção ao setor exportador, à agropecuária, às pequenas e médias empresas, ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao turismo e outros setores responsáveis pela sustentação da economia do Estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E CRÉDITO

A **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)** é o órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul responsável por incentivar o desenvolvimento econômico com vistas a promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, assim como para tratar das suas relações com outros países. A ela estão vinculadas a **Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (JUCERGS)** e a **CAIXA RS – Fomento Econômico e Social**, cujas atividades estão incluídas neste relatório.

Para cumprir a missão de garantir melhor nível de vida à população do Rio Grande do Sul, a partir da inserção competitiva do cidadão no mercado de trabalho e das empresas nas cadeias produtivas, a SEDAÍ privilegia de forma absoluta a parceria e a cooperação entre todos os agentes de desenvolvimento públicos e privados, entendendo que a receita para o efetivo desenvolvimento social e econômico exige a completa integração de órgãos públicos das diferentes esferas de Governo com as instituições de capacitação técnico-profissional, com as universidades, centros de pesquisa e de tecnologia, com os agentes de crédito e de fomento e com a sociedade organizada representada pelas associações, entidades de classe e Organizações Não Governamentais – ONGs.

DEFINIÇÃO DE UM PLANO ESTRATÉGICO DE ATUAÇÃO

Ao longo do primeiro semestre de 2003, foram lançadas as bases para a atuação da SEDAÍ no período 2003-2006. O Plano Estratégico de Atuação foi elaborado de maneira a conter tanto as definições estratégicas, com uma visão sistêmica acerca do desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul, quanto à forma de organização e operação dos diferentes programas, subprogramas, projetos e ações.

Assim, foi definido um conjunto de objetivos estratégicos que sintetizaram a visão da nova gestão acerca das necessidades do desenvolvimento da economia gaúcha, destacando-se os seguintes aspectos básicos: aprimoramento do processo de participação da sociedade na identificação das necessidades primordiais referentes aos desafios do

desenvolvimento e da competitividade; eficiência e eficácia da atuação dos vários agentes voltados ao fomento econômico e empresarial; uma visão abrangente sobre o desenvolvimento econômico do Estado.

A partir desses pressupostos, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- Propiciar um ambiente receptivo e estimulador da atividade produtiva exercida por empresas de todos os portes;
- Ampliar a competitividade dos setores tradicionais que integram a matriz produtiva gaúcha, capacitando-os à inserção internacional;
- Ampliar o grau de diversificação do sistema produtivo gaúcho, fomentando a estruturação e/ou consolidação de setores estratégicos ou de mais complexa tecnologia;
- Promover a expansão econômica nas regiões menos desenvolvidas com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais, utilizando os vários programas e instrumentos disponíveis pela SEDAI, principalmente o INTEGRAR/RS;
- Institucionalizar a união e a integração efetivas do conjunto de organismos públicos e privados que atuam no campo do fomento empresarial, promovendo parcerias eficazes que otimizem a utilização dos recursos disponíveis e ampliem a oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento.

Definiram-se os organismos para as instâncias de articulação e os programas estruturantes, que estão sendo implementados progressivamente com o Plano Estratégico de Atuação da SEDAI.

IMPLANTAÇÃO DE ORGANISMOS BÁSICOS DE AÇÃO ARTICULADA COM A SOCIEDADE

Foram criados e implantados o Conselho Estadual de Competitividade do Rio Grande do Sul (COMPET/RS), os Fóruns Setoriais de Competitividade, o Fórum Permanente de Exportação (FPEX/RS) e os Núcleos Regionais de Articulação para o Desenvolvimento (NURADs) que, no novo modelo organizacional, são quatro instâncias de articulação que cumprem papel fundamental no apoio ao esforço competitivo das empresas gaúchas.

O **COMPET/RS** constitui o foro de deliberação das macro-políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade da economia do Estado, cabendo-lhe decidir sobre as proposições encaminhadas pelos Fóruns Setoriais e por outras instâncias de articulação com o setor produtivo estabelecidas pelo Governo do Estado.

As ações tratadas no âmbito do COMPET/RS, no ano de 2003, já contemplaram importantes deliberações para vários setores e questões: indústria moveleira – propostas relativas ao problema de sobretaxas de exportação; cadeia produtiva de conservas de frutas e hortaliças – melhoria da competitividade nas relações comerciais pelo estabelecimento de isonomia de tratamento fiscal com outros estados; aços planos – tratamento fiscal para redução dos custos de frete arcados pelas pequenas empresas localizadas nas regiões menos desenvolvidas, equiparando-os aos pagos pelas empresas de médio e grande porte localizadas nas regiões mais ricas; cadeia produtiva da carne bovina – correção das desvantagens competitivas decorrentes da oferta de carne subsidiada por outras unidades da Federação; indústria do pescado –

liberação parcial para criação do *catfish* em cativeiro; e cadeias produtivas do frango e do suíno - estabelecimento de mecanismos de compensação dos benefícios fiscais adotados por outras unidades da Federação.

Os **Fóruns Setoriais de Competitividade** têm como objetivo principal alcançar maior agilidade e eficácia no diálogo entre o setor produtivo e o Governo do Estado, permitindo que se encaminhe ao COMPET/RS, e também diretamente a instâncias operacionais, as proposições e necessidades que, em cada cadeia produtiva, orientam a superação dos entraves à capacidade competitiva e aos avanços necessários ao desenvolvimento empresarial. No segundo semestre de 2003, foi implantado o primeiro Fórum Setorial de Competitividade, contemplando as Cadeias Produtivas de Base Florestal e envolvendo as atividades de reflorestamento e as indústrias de madeira, móveis, papel e celulose. Em paralelo, foram estudados mecanismos destinados a garantir agilidade e eficácia a essas instâncias de articulação, de modo que nos primeiros meses de 2004 possam ser instalados outros fóruns contemplando outras cadeias produtivas estruturadas no Estado

O **Fórum Permanente de Exportação** tem como objetivo, através de uma instância superior de deliberação, o debate, a formulação e a difusão da estratégia de inserção externa das empresas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como de mecanismos de facilitação e estímulo ao comércio exterior. Instalado com a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que dele é membro, é presidido pelo Governador e coordenado pela SEDAI, com a participação de representantes das diferentes organizações envolvidas nas atividades de exportação.

Para complementar as instâncias de articulação, a SEDAI incluiu no seu modelo de organização os **Núcleos Regionais de Articulação**, que buscam dar resposta para as demandas das microrregiões, estabelecendo um processo de participação e envolvimento as comunidades locais na programação das atividades operacionais desenvolvidas pela SEDAI e seus parceiros no âmbito dos Programas Estruturantes.

Com base nos Núcleos, as características específicas de cada localidade determinarão a combinação de programas de apoio, envolvendo ações de treinamento e consultoria empresarial, acesso ao crédito, fomento ao investimento, promoção da exportação e estímulo à cooperação interempresarial. Em 2003 foram instalados os NURADs da Região Sul em Pelotas e o da Fronteira Oeste, em Uruguiana.

PROGRAMAS PARA O APRIMORAMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS GAÚCHAS

O **Programa de Capacitação para a Competitividade Empresarial** tem o objetivo de articular e configurar uma rede de capacitação para o empreendedor (potencial ou já estabelecido), ampliando a eficiência e eficácia das ações de apoio à micro, pequena e média empresa. Com abrangência estadual e multisetorial, busca incentivar as vocações de empreendedores e a ampla difusão da cultura do desenvolvimento e da ética empresarial e dar apoio à elaboração de planos de negócios e ao ensino de técnicas gerenciais. Esse Programa é implementado através das atividades e projetos de extensão e capacitação empresarial.

➤ **Extensão Empresarial:** objetiva viabilizar o acesso de micro, pequenas e médias empresas a formas inovadoras de gestão administrativa,

produtos e processos, através de assistência técnica gratuita na identificação e resolução de problemas técnicos, gerenciais e tecnológicos. Em 2003, atendeu 474 empresas, e terá forte incremento nas suas atividades com a assinatura de 19 convênios com universidades, sendo cinco destes em parceria com o SEBRAE-RS, destacando-se que passará a incluir o setor de comércio e serviços, além do industrial, atendendo mais de 4.300 empresas.

➤ **Capacitação Empresarial:** é voltado à qualificação dos empreendedores pelo treinamento em gestão empresarial, tendo sido realizados 33 cursos, contemplando 535 empreendedores. As ações de capacitação vêm recebendo forte incremento, com a celebração de 13 convênios com instituições de ensino superior, visando à realização de 138 cursos para aproximadamente 2.350 empresários ao longo de 2004.

O **Programa de Cooperação Empresarial e Inovação** tem como objetivo estimular a cooperação entre empresas, através de dois subprogramas principais: Apoio a Arranjos Produtivos Locais e Redes de Cooperação. O primeiro engloba ações de cooperação empresarial que fortaleçam a competitividade dos agrupamentos empresariais presentes em distintas regiões do Estado. O segundo, através da formação de redes de empresas, permite a redução de custos, a conquista de mercado, a melhoria dos produtos e o aprimoramento tecnológico e gerencial.

➤ **Apoio a Arranjos Produtivos Locais:** busca incentivar ações de cooperação entre micro, pequenas e médias empresas, que fortaleçam a competitividade dos agrupamentos industriais, tomando como ponto de partida os APLs Autopeças (Serra), Conservas (Região Sul), Coureiro-Calçadista (Vale do Rio dos Sinos e Paranhana), Moveleiro (Região Serra), Máquinas e Implementos Agrícolas (Noroeste do Estado). Foi dada continuidade aos quatro convênios para implementação dos Centros Gestores de Inovação (CGIs), com o repasse de recursos para o CGI Conservas e CGI Autopeças e previsão para o Moveleiro e Máquinas e Implementos Agrícolas. No âmbito do CGI Conservas, destacam-se a realização de Seminário de Certificação e Rastreabilidade, que contou com a participação do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) – organismo francês especializado em pesquisa agrônômica – e a elaboração de projeto de rastreabilidade e selo de qualidade para as conservas da Região Sul. Este projeto já apresentou os primeiros resultados, com a publicação do Guia de Rastreabilidade para a Cadeia de Frutas e a implantação de uma indústria na região. O CGI Moveleiro desenvolveu ações como a Quantificação e Qualificação dos Resíduos do Pólo Moveleiro da Serra Gaúcha e a prospecção da utilização desses para a co-geração de energia e o Desenvolvimento de Metodologia em Gestão do Design para capacitação continuada da Cadeia Produtiva Moveleira. Destaca-se, também, o encaminhamento pelo CGI e a aprovação pela FINEP do Projeto “Sistema de Informações Competitivas.

➤ **Redes de Cooperação:** é voltado ao fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas por meio de instrumentos integrados de cooperação entre empreendimentos do mesmo segmento. Conta hoje com 44 Redes formadas, atendendo a 955 empresas, e está firmando sete novos convênios. Foram constituídas duas novas Redes em 2003, atendendo 82 empresas.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, APRIMORAMENTO DO FUNDOPEM/RS E A CRIAÇÃO DO INTEGRAR/RS

O **Programa de Atração de Investimentos** busca combinar os objetivos de aumentar os investimentos e reduzir as desigualdades regionais, através de instrumentos como o **FUNDOPEM - INTEGRAR/RS**. Através da lei 11.916, de 02/06/03, foi instituída a nova versão do FUNDOPEM/RS. Além das modificações introduzidas, foi criado o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul - INTEGRAR/RS. Ambos visam financiar atividades industriais, agroindústrias e centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em projetos de instalação, ampliação, modernização ou reativação de plantas industriais. O limite do financiamento mensal é de até 75% do ICMS novo gerado pela empresa incentivada, limitado ao montante dos investimentos fixos realizados a partir da data da solicitação do incentivo no Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP/SEDAI).

Até 30 de setembro de 2003, foram aprovados 127 projetos em "rito sumário", isto é, inicialmente os projetos foram submetidos a uma análise simplificada, anteriormente à concessão do incentivo, condicionados a que, uma vez elaborados os competentes relatórios técnicos, e devidamente instruídos pela coordenadoria adjunta do SEADAP, serão submetidos ao grupo de análise técnica e à deliberação do conselho diretor do FUNDOPEM/RS que, em última análise, promoverá o enquadramento ou não dos novos empreendimentos, em caráter definitivo.

As ações de **promoção do Estado e fomento à implantação de novos investimentos** buscam aproveitar as potencialidades e resolver os gargalos produtivos da matriz industrial gaúcha através da elaboração de material de divulgação do Rio Grande do Sul, do desenvolvimento de projetos setoriais como o pólo cerâmico, pedras preciosas, rochas ornamentais e têxtil/confecções, bem como os projetos especiais e estratégicos nas parcerias para a implementação de ações de desenvolvimento da cadeia produtiva de base florestal e de atração de investimentos no setor de geração de energia. Negociações estratégicas em curso buscam captar investimentos da ordem de R\$ 24 bilhões, que irão gerar mais de 29 mil empregos diretos, dos quais mais de R\$ 10 bilhões de investimento e 13 mil novos empregos já estão confirmados.

A implementação do programa de **Incubadoras Empresariais** busca oferecer às empresas iniciantes as condições indispensáveis ao desenvolvimento de seus produtos, através do compartilhamento de custos de instalação e operacionalização, de serviços, assessoria técnica e administrativa e apoio gerencial. Nesse sentido, foram concluídas nove incubadoras e mais cinco encontram-se em fase de conclusão, totalizando 88 unidades desde o início do programa .

O projeto **Distritos Industriais** objetiva fomentar novos investimentos para as regiões onde os mesmos estão localizados, minimizando custos de implantação da infra-estrutura necessária na concentração industrial e propiciando relações comerciais e tecnológicas entre as empresas. Os lotes nos distritos industriais de propriedade do Estado (Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada-Viamão, Montenegro-Triunfo, Santa Maria, Rio Grande e Bagé) são disponibilizados para implantação e/ou realocação de empresas industriais e correlatas, isto é, empresas afins à atividade industrial para complementar a atividade principal visando atender toda a cadeia produtiva, incluindo as de logística. No corrente ano foram comercializadas áreas para 14 empresas, com

valor aproximado de R\$ 2,1 milhões, prevendo investimentos em torno de R\$ 43 milhões e a geração de 900 novos empregos.

O projeto **Áreas Industriais** visa apoiar iniciativas municipais na implantação de áreas industriais propiciando o desenvolvimento regional, através do assessoramento técnico e do repasse de recursos às prefeituras municipais para apoiar a implantação de infra-estrutura nas respectivas áreas. Em 2003 foram assessorados seis municípios e cadastrados dez municípios para futuro repasse de recursos.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS ESTRUTURANTES DE CRÉDITOS, PRINCIPALMENTE PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Em um processo de evolução em relação a iniciativas anteriores, em que se destacavam as ações de crédito assistido, o **Programa Estadual de Acesso ao Crédito (PEAC)** foi concebido no sentido de formar uma rede de informação e orientação, capaz de produzir um conjunto amplo de canais de acesso para que as empresas de micro, pequeno e médio porte tenham melhores condições de financiamento, o que inclui a redução de exigências formais e garantias, bem como taxa de juros e prazos de amortização mais adequados à realidade da atividade produtiva. Neste sentido, está sendo implantado um conjunto crescente de acordos e parcerias com instituições de crédito e agentes de fomento empresarial, bem como está sendo desenvolvido um sistema capaz de disseminar de forma mais eficaz as linhas de financiamento disponíveis aos empreendedores.

O **PEAC** tem como objetivo central ensejar às empresas, inclusive às micro e pequenas, a solução de suas necessidades de acesso a crédito com juros e prazos compatíveis com as suas atividades, articulando as ações das instituições de financiamento, em particular da Agência de Fomento, do BANRISUL, do Banco do Brasil e do BRDE.

Ainda no escopo de ações voltadas ao apoio à competitividade, a iniciativa pioneira do Estado de criação da **Sociedade de Garantia de Crédito**, a ser desenvolvida em parceria com o SEBRAE, Prefeituras Municipais e entidades empresariais, no sentido de oferecer alternativas de garantias acessórias, aliada a taxas reduzidas de juros e acesso à incorporação de técnicas gerenciais modernas, aos micro, pequenos e médios empresários que pleiteiam financiamentos junto ao sistema bancário. Teve seu projeto piloto para a Região da Serra aprovado no dia 10 de novembro de 2003 pelo Comitê Técnico do BID, que aportará recursos na ordem de US\$ 1,3 milhão. A Sociedade de Garantia de Crédito, de acordo com recentes pesquisas de mercado, atenderá necessidades de cerca de 60% dos empresários da Região, e foi oficialmente constituída no dia 1º de dezembro de 2003.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA EXPORTA RS

O Programa **EXPORTA RS** foi estruturado de modo a permitir uma melhor articulação operacional entre os principais órgãos e instituições que desenvolvem atividades de promoção das exportações. Através do estabelecimento de um processo de divisão e complementaridade de atividades, o Programa definiu um conjunto de quatro subprogramas, no âmbito dos quais um amplo conjunto de projetos e ações passou a ser desenvolvido, trazendo maior eficiência ao processo de suporte à atividade exportadora e de internacionalização de empresas. Foram implementados os seguintes

subprogramas: Difusão de Oportunidades de Negócios e Informações sobre o Comércio Exterior; Apoio a Feiras e Missões de Promoção Comercial; Sistema de Inteligência Setorial e Mercadológica para Exportação; Sistema de Cooperação e Capacitação Exportadora.

A área de **Difusão de Oportunidades de Negócio e Informações sobre Comércio Exterior** da SEDAI passou a reunir projetos e ações voltadas a disseminar as informações e oportunidades de negócios existentes em diferentes redes de informação comercial, enfatizando a formação de um sistema de informações e a constituição de pontos de difusão que facilitem o acesso a empresas e empreendedores localizados em todos os pontos do Estado do Rio Grande do Sul. O *site* da **Rede de Negócios** proporcionou 4.025 acessos, com 967 empresas cadastradas, 4.866 oportunidades de negócios oferecidas e 387 consultas atendidas.

Foram renovados os convênios entre a SEDAI e instituições locais, para dar continuidade aos trabalhos dos **Escritórios Regionais do Trade Point** em Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Pelotas e inaugurado o Escritório Regional do Trade Point Canela.

Visando ampliar o **apoio a feiras e missões de promoção comercial** foi realizado um processo de articulação entre os principais órgãos e instituições que atuam no sentido de organizar a participação de empresas gaúchas em eventos de promoção de seus produtos. Foi dada ênfase à elaboração de um calendário de eventos e à padronização do material de divulgação do Estado e dos principais segmentos da atividade exportadora. Em 2003, foram investidos R\$ 1,2 milhão em 11 feiras, sendo duas no Exterior, com a participação de 207 empresas que fecharam 3.034 negócios.

O **Sistema de Inteligência Setorial e Mercadológica para Exportação** é subprograma concebido para tratar do processamento dos estudos e informações disponíveis acerca das condições potenciais de exportação de empresas gaúchas, de um lado, e de tendências setoriais e perspectivas de mercados-alvo, de outro lado. O projeto Estratégia Exportadora Setorial está em fase de elaboração, de forma a ser viabilizado no âmbito de parcerias com a APEX e com a UFRGS.

O **Sistema de Cooperação e Capacitação Exportadora** é um subprograma que tem como objetivo ampliar o intercâmbio técnico e a eficiência operacional dos projetos e ações que estimulam a cooperação interempresarial e a capacitação das empresas no processo de exportação e internacionalização. Estão em fase de implementação os seguintes projetos: Projetos Setoriais Integrados (trata do maior intercâmbio e suporte complementar aos projetos atualmente operacionalizados pelo SEBRAE/RS e FIERGS, com apoio da APEX); Assessoria e Treinamento para a Primeira Exportação, com parceria entre SEDAI e SEBRAE/RS; Projeto Estratégia de Internacionalização, parceria entre a SEDAI, UFRGS, e APEX.

IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MISSÕES PARA OUTROS PAÍSES

O **Programa de Integração e Cooperação Internacional** tem como objetivo desenvolver ações que fortaleçam a participação do Estado no MERCOSUL e nos acordos comerciais, bem como o aproveitamento de oportunidades de cooperação técnica internacional. Foram organizadas Missões Governamentais e Institucionais-Empresariais à Argentina, ao Uruguai, aos Estados Unidos e à Europa (Espanha, Países Baixos e Alemanha) e recebidas três

Missões Governamentais de Baden-Württemberg (Alemanha), Hubei (China) e Shiga (Japão), além de recebidas Missões e Visitas Oficiais de Embaixadores e delegações de 20 países. Foi organizado o V Encontro de Embaixadores do NAFTA (México, Canadá e Estados Unidos), em parceria com a FEDERASUL.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (JUCERGS)

A Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (JUCERGS) é administrativamente vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais - SEDAI. As principais atividades desenvolvidas pela JUCERGS no exercício de 2003 foram as seguintes:

➤ **Agentes auxiliares de comércio:** foi realizado o recadastramento dos leiloeiros e tradutores públicos e procedidas 25 novas matrículas para o ofício de Leiloeiro Oficial. Relativamente à caução depositada por estes agentes, o valor foi atualizado de R\$ 20.000,00 para R\$ 42.510,00, o que não ocorria desde 1986.

➤ **Escritórios Regionais:** foram renovados 47 convênios com municípios do Rio Grande do Sul visando à manutenção dos escritórios regionais instalados, que se constituem em unidades descentralizadas da Junta Comercial.

➤ **Registros realizados:** de janeiro a outubro de 2003 a JUCERGS registrou a constituição de 19.354 firmas individuais; de 15.987 empresas do tipo Ltda; de 38 empresas do tipo S/A; e de 141 Cooperativas, totalizando 35.526 novas empresas. Foi registrada, ainda, a abertura de 4.095 filiais de empresas. Salienta-se que a média mensal de registros em 2003 é de aproximadamente 34 mil contra os 21.200 registros/mês de 2002., principalmente em função do novo Código Civil.

CAIXA RS – FOMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A partir de 4 de abril, quando tomou posse, a nova Diretoria da CAIXA RS – Fomento Econômico e Social vem implementando um programa de completa reestruturação da Empresa, com o propósito de torná-la um poderoso instrumento de estímulo e apoio ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, de acordo com as diretrizes da SEDAI. Grandes esforços e recursos estão sendo empregados, especialmente na remotivação e no desenvolvimento da capacitação das pessoas de seu quadro, com a adoção de novo organograma e renovação das práticas de gestão, dos processos e sistemas em geral.

Planejamento Estratégico

A revisão do planejamento estratégico atualizou os princípios, reposicionou a missão da Empresa, definindo-a *como* "contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul através de soluções financeiras e estratégicas em consonância com as políticas governamentais". Estabeleceu os objetivos e metas, com a visão de tornar-se, até 2006, referência nacional como instituição em soluções financeiras às demandas estratégicas de desenvolvimento.

Núcleo de Inteligência Competitiva (NIC)

O NIC constitui-se numa inovação implantada com o propósito de atuar como um observatório do ambiente de negócios, em âmbitos nacional e global, para buscar, selecionar e sistematizar informações de natureza comercial e tecnológica, de forma a disponibilizá-las aos empreendedores gaúchos, com foco na competitividade da nossa economia.

Financiamentos

Um decidido esforço no sentido de ampliar a assistência financeira a empresas de todos os portes e de todos os setores produtivos resultou num salto no volume de projetos aprovados, num total de 511 projetos, totalizando R\$112,423 milhões em financiamentos de novos investimentos no setor privado, nas mais diversas regiões do Estado. No setor público, apesar do limite imposto pelo contingenciamento do Banco Central do Brasil – que não liberou, em 2003, nenhuma verba para operações com municípios - foram aprovados 49 financiamentos a prefeituras, totalizando R\$21,5 milhões.

Projetos Aprovados

Setor da Economia	Nº de Operações	Valor (R\$mil)	%	Empregos gerados
Primário	414	27.788	20,75	282
Secundário	41	61.329	45,79	951
Terciário	56	23.306	17,40	492
Setor Público*	49	21.500	16,05	0
Total	560	133.923	100,00	1725

Disponibilização de recursos para programas especiais

Foram disponibilizados recursos para os seguintes programas: Programa de Fomento ao Setor Rural (PRODEAGRO), R\$ 232 milhões; Secretaria de Turismo – Aparelhamento da Hotelaria, R\$ 10 milhões; Meu Primeiro Negócio – Empreendedorismo, R\$ 10 milhões; Reativação do FUNDOPIMES – Prefeituras, R\$ 10 milhões.

Rede Fomento e Sedes Regionais

Numa estratégia de interiorização que não comprometa grandes recursos na implantação de uma rede de agências (tendo em vista a disponibilidade da rede do Banrisul), a CAIXA RS adotou dois projetos: Rede Fomento e Sedes Regionais.

O **Rede Fomento**, iniciado na administração anterior, foi avaliado, aprovado e reforçado pela atual. Envolve 28 entidades parceiras (universidades, cooperativas de trabalho e entidades associativas empresariais), espalhadas por todo o Estado, que captam negócios e facilitam o acesso de pequenos e microempreendedores às linhas de fomento da CAIXA RS, ampliando o seu alcance.

Através do **Sedes Regionais**, foi planejada a implantação de seis sedes, além da central, em Porto Alegre, distribuídas por diferentes regiões do Estado, com a finalidade de ampliar e facilitar o atendimento aos empreendedores públicos e privados do Interior. Já foram instaladas duas unidades, em Pelotas e Uruguiana, estando programadas as outras quatro para

instalação no primeiro semestre de 2004, em conjugação com os NURADs, da SEDAI.

Fundos Estaduais de Desenvolvimento

A CAIXA RS passou a administrar oficialmente os fundos estaduais de desenvolvimento a saber: FOMENTAR, PRÓ-GUAÍBA, PRÓ-RURAL 2000, FUNPROCRED, FUNAFIR, FUNDOPEM e INTEGRAR RS, RS RURAL, FEAPER, FUNDOVITIS, FREE, PROCRED, FUNTERRA, FUNAMEP e PRÓ-PRODUTIVIDADE. Somente os quatro primeiros mantêm ativas 6.393 operações, envolvendo recursos de R\$ 62,837 milhões.

Apoio à Sedai e ao Banrisul

A CAIXA RS tem a responsabilidade de prestar forte apoio técnico à SEDAI, nas ações de: captação de investimentos e apoio a novos empreendimentos – por meio da Diretoria de Desenvolvimento e Marketing; análise de projetos e gestão financeira do FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS; suporte à instalação de NURADs – por meio da Diretoria Operacional e Financeira; assessoria na formulação de programas e estratégias e participação no Conselho Diretor do FUNDOPEM e no FPEX – por meio do Diretor-Presidente.

A CAIXA RS vem prestando serviços ao BANRISUL na análise e acompanhamento dos financiamentos realizados pelo Banco, especialmente aos Municípios, em 72 operações aprovadas, que totalizaram R\$ 39,765 milhões.

Microcrédito

Foi repactuado e mantido o apoio às Instituições Comunitárias de Crédito estabelecidas em Caxias do Sul, Santa Maria, Bagé, Pelotas e Frederico Westphalen, com a aplicação de R\$ 500 mil, de recursos próprios da Caixa RS.

Foi lançado um amplo programa de microcrédito (CREDIMICRO), com a meta de aplicação de R\$ 70 milhões até 2006. Serão utilizados recursos provenientes do BNDES e mobilizadas parcerias com a SEDAI, Prefeituras, SEBRAE-RS, outros integrantes do Sistema S e comunidades do interior. O processamento será simplificado, por meio de Agentes de Crédito – recrutados nos municípios que aderirem ao CREDIMICRO e instituírem Fundos de Aval – com simplificação burocrática e utilização de meios eletrônicos.

Capitalização e Aplicações

Por meio da Lei Nº. 12.012, de 27 de novembro de 2003, o Governo do Estado viabilizou um substancial reforço patrimonial da CAIXA RS, elevando o seu capital de R\$ 180,273 milhões para R\$ 294,273, com o que a capacidade de financiar projetos de desenvolvimento da CAIXA RS elevou-se a R\$ 1 bilhão, entre recursos próprios e repassados de terceiros.

A capitalização de R\$114 milhões, totalmente integralizada em moeda corrente pelo Executivo, permitiu a aquisição da maior parte da carteira de operações de longo prazo do BANRISUL, num montante de R\$ 600 milhões, elevando substancialmente o estoque de financiamentos da CAIXA RS.

O crescimento nas aprovações de novos financiamentos somados às operações citadas colocaram a CAIXA RS na liderança do ranking das Agências de Fomento de todo o Brasil.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Para alavancar novos negócios e incrementar o nível de receita, foram efetivadas ações para manter a solvabilidade de ativos e a rentabilidade do patrimônio do **BANRISUL**.

No que diz respeito ao mercado, quanto à solidez, o Banco manteve o conceito "A" do Comitê de Classificação de Risco da Austin Asis, pois classificou-se como instituição dotada de negócios seguros e valorizados. BANRISUL foi a marca mais lembrada, recebeu o "Top of Mind", na Categoria Banco, segundo recente pesquisa da Revista Amanhã e foi um dos agraciados com o Troféu Mérito Lojista 2003. No Guia Você S/A de Investimentos Pessoais foi classificado na sexta posição no desempenho dos fundos de investimentos entre 14 bancos de varejo com atuação nacional, e, ainda, alcançou a 12ª posição no *ranking* dos bancos de varejo que mais captaram recursos em fundos de investimento no ano de 2003, segundo levantamento do *site* Fortuna. O Banco foi o que mais cresceu no segmento público, entre junho de 2002 e junho de 2003, conforme pesquisa do Intitulo Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

No desempenho financeiro o lucro líquido acumulado até setembro foi de R\$ 147,4 milhões, com rentabilidade anualizada de 25,6% sobre o patrimônio líquido. Os ativos totais registraram R\$ 12.301,9 milhões no mês de novembro. A captação global do BANRISUL, em novembro de 2003 alcançou R\$ 9,7 bilhões incluindo os fundos de investimento. Os depósitos totais apresentaram um crescimento anual de 14,4% alcançando um montante de R\$ 7,3 bilhão. Os recursos administrados expandiram-se em 35,4% passando para R\$ 2,4 bilhões em novembro deste ano. A carteira de crédito alcançou 4.859,0 milhões em novembro de 2003.

O Banco financiou a ampliação de negócios, a modernização de empresas e a diversificação de produtos.

Credito Comercial

O BANRISUL, através da Carteira de Crédito Comercial, fomenta a economia gaúcha com a alocação de recursos nos diversos segmentos.

Para apoiar o segmento de **Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas**, ampliando a produção, aumentando a renda e gerando mais empregos, foi disponibilizado o programa de crédito **Promicro Banrisul**, onde até dezembro de 2003, foram contempladas 21,4 mil micro e pequenas empresas, envolvendo volume de recursos na ordem de R\$ 123,5 milhões.

A partir da resolução 3.109 de 2003, que determinou que as instituições financeiras devem direcionar o mínimo de 2% dos saldos de depósitos à vista para operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, o Banco ampliou o portfólio de produtos e disponibilizou novas modalidades de crédito pessoal e empresarial voltados às operações de microcrédito. Desde o lançamento foram aplicados R\$ 214,3 mil em 531 operações.

Nos investimentos em novos bens, foram disponibilizados R\$ 873,3 milhões, no ano de 2003, em 10,3 mil operações na linha de crédito **Compror** destinada a pequenas, médias e grandes empresas para aquisição de bens, matérias-primas, serviços, enfim, produtos ou serviços objeto de seu negócio. E para as empresas abrirem crédito e concederem prazos para pagamento a seus clientes compradores, foi oferecido o **Vendor**, perfazendo um total de R\$ 130,0 milhões de alocação mensal.

O Cheque especial para empresas, encerrou 2003 com 76,0 mil operações, com limite global de R\$ 982,8 milhões e uma média de utilização

mensal de R\$ 420,2 milhões. Na modalidade de Capital de Giro com títulos ou cheques o Banco possui uma média mensal alocada em torno de R\$ 320,0 milhões.

A Instituição participa com programas específicos de crédito para as instituições hospitalares do Estado, estando alocados R\$58,2 milhões para apoiar a recuperação financeira e a melhoria da qualidade dos serviços. Para atender a necessidade de giro dos hospitais, clínicas e laboratórios foram destinados R\$ 62,1 milhões para 161 instituições em 2003.

Com relação ao **Crédito de Longo Prazo**, na área do desenvolvimento e infra-estrutura, o saldo, em novembro de 2003, atingiu R\$ 908,9 milhões, abrangendo 1,9 mil operações. Desse montante, R\$ 130 milhões referem-se a operações de repasse/longo prazo, através das linhas de financiamento do BNDES, com universidades, propiciando a ampliação e construção de unidades como salas, laboratórios, hospitais, e toda a infra-estrutura para seus diversos cursos.

Para os hospitais o montante alocado foi de R\$ 22,4 milhões, com recursos do BNDES, destinados a saneamento e modernização.

Em novembro de 2003, os financiamentos direcionados ao setor agropecuário contabilizaram saldo de R\$ 544,8 milhões, sendo R\$ 228,6 milhões de recursos próprios alocados no custeio e comercialização, e R\$ 316,2 milhões originários de repasses. O Banrisul, em sintonia com o segmento do agronegócio, participou de 108 expofeiras durante este ano, de um total de 136. Em especial, cita-se a 26ª. Expointer, considerada a maior feira da América Latina. Também esteve presente em 86,7% das feiras e exposições agropecuárias do Estado, financiando 914 produtos no volume de R\$ 5,6 milhões.

No âmbito do agronegócio, o Banrisul firmou 386 convênios e parcerias em 2003. Foram contratadas 17,4 mil operações de custeio agrícola de curto prazo, totalizando R\$ 245,4 milhões liberados. Foram financiados, entre outros produtos, o custeio do trigo, milho, soja, arroz, de hortifrutigranjeiros e da uva. E também foram custeadas pastagens de bovinos de corte, bovinos de leite e suinocultura. Os programas rurais de investimento, destinados ao financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos, melhoria nas condições de produção e investimentos relacionados com a implantação ou melhoramento de espécies produzidas que resultam em aumento da produtividade, totalizaram R\$ 17,5 milhões liberados, abrangendo 682 operações.

BANRISUL CORRETORA S.A

Em 2003, a **Banrisul Corretora de Valores** firmou-se como a mais sólida e segura opção de investimentos para os gaúchos. Teve um aumento no seu lucro líquido de 42,9% superior a 2002. Já o volume negociado de compra e venda de ações atingiu R\$ 302,9 milhões, o que significa um crescimento real de 60,7%.

A Corretora foi, em 2003, a grande parceira da produção cinematográfica gaúcha. Destaque especial foi a captação de recursos através da Lei do Audiovisual (Banrisul Cinema) que atingiu R\$ 2,2 milhões, o que representa um acréscimo de 372,3% em relação a 2002.

O Programa Bolsa do Arroz, que realiza a comercialização de safra através do pregão eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias, e que tem como objetivo oferecer aos produtores o acesso a mecanismos de mercado que garantam preço justo na época de venda do seu produto, comercializou 2,4 mil toneladas, atingindo R\$ 1,8 milhão em apenas 4 meses de operação.

O Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), que visa à acumulação de um capital complementar à aposentadoria básica da previdência, atingiu o volume de R\$ 10,7 milhões de patrimônio líquido, em 2003, representando um aumento de 73% em relação a 2002.

O Fundos de Investimentos gerenciados pela Corretora, cujos papéis são negociados em Bolsas de Valores, no ano de 2003 atingiram um patrimônio líquido de R\$ 38,6 milhões, equivalendo a um acréscimo de 121% em relação ao ano anterior.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

AGROPECUÁRIA

Como Órgão executor da política estadual agrícola e de abastecimento, a **Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA)** presta serviço diretamente através de seus Departamentos e Órgãos vinculados e relacionados. No ano de 2003, a SAA dedicou-se a implementar programas e projetos que impulsionarão o Estado do Rio Grande do Sul rumo ao desenvolvimento rural sustentável.

Expointer 2003

A 26ª edição da Expointer foi a maior da história, com 203 mil pagantes, arrecadação de R\$ 1,3 milhão em bilheteria, comercialização de R\$ 3,1 milhões em animais e venda de R\$ 216 milhões em máquinas e implementos. Pela primeira vez, a feira foi aberta oficialmente por dois Presidentes de República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Jorge Batlle, do Uruguai. Foram mais de 2,3 mil expositores; mil credenciais de imprensa retiradas para cobertura do evento; 150 expositores de máquinas e implementos agrícolas, entre inscritos (110) e sublocados (40); 10 países participantes; R\$ 4,6 milhões em vendas de animais; 1.246 animais vendidos, sendo 1.116 comercializados no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio; R\$ 216 milhões em comercialização de maquinário e implementos agrícolas (em 2002, foram comercializados R\$ 125 milhões); R\$ 20,4 milhões em negócios do Banrisul, em 425 operações e R\$ 95,7 milhões de negócios do Banco do Brasil, em 2.159 operações; 140 bancas na Feira da Agricultura Familiar, com vendas de mais de R\$ 200 mil; 234 artesãos em 180 estandes na 20ª Feira do Artesanato, com faturamento de R\$ 663.653,70.

Safra Recorde

As culturas de soja e trigo tiveram em 2003 produção superior à do ano anterior no Rio Grande do Sul. A soja chegou ao recorde de 9,57 milhões de toneladas, contra 5,61 milhões de toneladas da safra de 2002. O trigo, em fase final de colheita, tem 2,18 milhões de toneladas retiradas das lavouras, quase o dobro de 1,10 milhão de toneladas do ano passado. Os tricultores estão festejando a primeira exportação do cereal desde 1817. Pelo porto de Rio Grande, até o começo de 2004, sairão 300 mil toneladas de trigo destinadas a países da Europa e do norte da África. Em dezembro, embarcaram 55 mil toneladas para a Romênia, no valor de US\$ 7,75 milhões.

Arroz RS

O programa Arroz RS, desenvolvido pelo **Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga)**, pretende aumentar a produtividade média gaúcha em uma tonelada por hectare em quatro anos, diminuir custos da lavoura, reduzir impacto ambiental e melhorar a qualidade do cereal. Hoje, a produtividade média do Estado é de 5,3 toneladas por hectare. Uma dos recursos utilizados pela Autarquia para chegar ao objetivo é representado pela **cultivar Irga 422 CL**, lançada em março de 2003. A nova variedade tem como principal característica a resistência ao herbicida Only, desenvolvido para uso exclusivo em cultivares CL. A Irga 422CL, cultivada pelo sistema de produção Clearfield, é recomendada como alternativa para controle do arroz vermelho e se adapta a todas as regiões orizícolas do Rio Grande do Sul. A projeção do Irga é que nos próximos três anos, 25% da produção arrozeira no Estado seja obtida com aquela cultivar. O **projeto Alta Tecnologia**, conhecido como Projeto 10, também integra o programa Arroz RS, reunindo um conjunto de tecnologias que elevará a rentabilidade de lavouras de arroz irrigado com sustentabilidade, melhorando a qualidade de vida da comunidade arrozeira e auxiliando no desenvolvimento da Metade Sul do Estado.

Troca-Troca de Sementes

Criado em 1988, o **Programa Troca-Troca de Sementes** subsidia a produção de milho e de cebola em todo o Estado através de parceria da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) com prefeituras, associações e sindicatos rurais e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). A compra da safra 2003/2004 já foi realizada e demandou 8,27 mil toneladas de sementes de milho, em 413 municípios, permitindo cultivo aproximado de 450 mil hectares. Aproximadamente 200 mil famílias foram beneficiadas. O incremento em relação à safra anterior é de 15%. O investimento do Estado foi de R\$ 26,51 milhões. Em relação à safrinha de 2004, com previsão de plantio (ideal) até 20 de janeiro, o Programa deve abranger 60 mil hectares. O Troca-Troca de Sementes de Cebola investiu R\$ 404 mil, favorecendo 2,5 mil produtores de São José do Norte, Mostardas, Tavares e Rio Grande. A inclusão de fertilizantes foi feita, de maneira experimental, em Fortaleza dos Valos e Selbach. As dívidas com fornecedores, oriundas da administração anterior, totalizam R\$ 21,21 milhões e foram renegociadas pelo atual Governo.

Seguro Agrícola Subsidiado

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) recebeu a contratação de 20.122 propostas do Seguro Agrícola Subsidiado do Milho para a safra de 2003/2004. A cobertura serve como proteção a agricultores familiares em consequência de estiagens, granizo e outras ocorrências climáticas. O mecanismo abrange os participantes do Programa Troca-Troca de Sementes, com teto de apenas dois hectares por propriedade. O prêmio é pago pelo segurado e Governo do Estado, este último sendo responsável por até 94% do valor.

A SAA distribuiu, entre 9 de outubro e 11 de dezembro, 161,8 mil propostas do seguro em 328 municípios gaúchos, além de divulgar a cobertura para 495 organizações rurais. Desses totais, 224 localidades e 332 sindicatos e associações rurais contrataram o seguro. A área total de lavoura assegurada é de aproximadamente 41 mil hectares. O limite máximo de garantia da apólice atingiu R\$ 14,9 milhões, com média por proposta de R\$ 745. O prêmio total

alcançou R\$ 2,3 milhões, com média por proposta de R\$ 115. A parcela de prêmio assumida pelos agricultores ficou em R\$ 176 mil e o subsídio, concedido pelo Estado, em R\$ 2,1 milhões (percentual médio de 92,4%). A adesão sobre as propostas distribuídas se limitou a 12,4%.

Assistência Técnica e Extensão Rural

O Programa **Agroindústria Familiar** se constitui em uma excelente ferramenta para o produtor rural agregar valor à sua matéria-prima. A busca de alternativas nas linhas de processamento, aperfeiçoamento, qualificação dos processos existentes, abertura de novos mercados e valorização da produção primária foram os objetivos enfatizados durante o ano de 2003. Nesse ano, 130 agroindústrias foram instaladas e outras 19 têm projeto em andamento, com recursos próprios, do RS Rural e do PRONAF, beneficiando 1.038 famílias.

O Programa de **Formação e Capacitação de Agricultores** tem por objetivo qualificar os produtores, profissionalizando-os, com ênfase na demanda social e de mercado de trabalho, beneficiando de maneira gradativa e permanente parte da população rural economicamente ativa, com idade acima de 16 anos. Em 2003, através da **Emater**, foram qualificados 10.650 mil agricultores, em 469 eventos; 5.193 conselheiros, em 279 eventos; e, 1.957 beneficiários em 140 cursos.

No segmento da **Pecuária Familiar**, a Emater desenvolve e estrutura subprogramas de capacitação, melhoria da produção, inserção no mercado, atividades não-agrícolas (turismo rural e artesanato, por exemplo) e infraestrutura.

Câmaras Setoriais

As Câmaras Setoriais, vinculadas à Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) da Secretaria da Agricultura, constituem-se em fóruns de debate que têm como objetivo aumentar a competitividade e criar estratégias de ação para o desenvolvimento das 14 principais cadeias produtivas do agronegócio no Rio Grande do Sul. A articulação dessas redes permitirá que se desenvolvam, em parceria entre poder público estadual e iniciativa privada, planos integrados de ação voltados para segmentos agropecuários específicos, desde as pesquisas iniciais até a fase de distribuição de produtos aos consumidores. As áreas que compõem essas Câmaras são a do trigo, a da vitivinicultura, a da carne bovina, a do leite, a da suinocultura, a da soja, a do arroz, a do milho, a do fumo, a da erva-mate, a da horticultura, a do pescado, a de aves e a da ovinocultura. Até agora, oito fóruns da cadeia produtiva foram retomados: trigo, milho, suinocultura, leite, carne bovina, ovinocultura, arroz e erva-mate.

Defesa sanitária animal

A Divisão de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal (DFDSA) do Departamento de Produção Animal (DPA) adotou, em 2003, um conjunto de medidas técnico-administrativas com objetivo de proteger e promover a saúde animal no Estado. A Doença de Aujeszky foi erradicada com sacrifício e abate sanitário, de acordo com recomendação do Código Zoossanitário. A enfermidade atingiu granjas no município de Pinheiro do Vale, em janeiro, e na região de Erechim, em setembro. A eliminação total de suínos, com sintomatologia clínica

ou sorologicamente positivos, chegou a 29,5 mil cabeças. As normas para fixação de barreiras sanitárias e trânsito de animais entre estados são de competência exclusiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por isso não podem ser adotadas pelo Governo gaúcho na divisa com Santa Catarina para impedir o ingresso de suínos. Em relação à Peste Suína Clássica, o Rio Grande do Sul detém condição de área livre. Desde setembro de 2003, o plantel avícola industrial gaúcho é reconhecido como livre da Doença de Newcastle, a partir da realização de inquérito soroepidemiológico que comprova a ausência de atividade viral.

O Departamento de Produção Animal (DPA) atingiu as metas de vacinação estabelecidas para 2003 no combate contra febre aftosa. Em março, concluiu-se a imunização do rebanho com aplicação de 12.916.817 doses (92% do total de 14.040.019 cabeças), das quais 4,5 milhões foram doadas pelo Estado para pequenos produtores enquadrados em critérios do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), isto é, proprietários de até 50 reses. A segunda etapa da vacinação, encerrada em junho, destinada apenas a terneiros, abrangeu 2,2 milhões de cabeças, equivalentes a 91,6% do total de 2,4 milhões de cabeças. No começo de 2003, havia débito de R\$ 1,08 milhão relativo à vacinação de 2002, renegociado pelo atual Governo.

Defesa Sanitária Vegetal

No ano de 2003, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através do Departamento de Produção Vegetal (DPV), juntamente com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, FEPAM, FECOAGRO e Associação Nacional dos Distribuidores de Defensivos Agrícolas e Veterinários promoveu oito reuniões Regionais com 223 empresas e cooperativas, com o objetivo de orientar e organizar o Sistema de Recolhimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos no Estado, atendendo ao que determina o Decreto Federal 4.074, de janeiro de 2002.

A SAA, através do Serviço de Inspeção e Fiscalização do DPV, inspecionou, em 2003, 826 empresas e cooperativas que comercializam agrotóxicos, sementes e mudas em 167 municípios. Com este trabalho ficou constatado que cerca de 21% das empresas e cooperativas não atendem, de forma plena, ao que estabelecem as Legislações Federal e Estadual, dando origem, em 2003, a 175 autuações, 143 apreensões e emissão de 417 notificações.

Através do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, a Secretaria, com o envolvimento de 31 engenheiros agrônomos e engenheiros florestais, emitiu cerca de 27.000 Permissões de Trânsito para produtos Vegetais (PTV) com Certificação Fitossanitária de Origem, o que garantiu a Exportação e o envio para outros Estados de boa parte da produção de maçã, pêsego e frutas cítricas, proporcionando aos produtores gaúchos segurança sanitária com ganhos adicionais de preço e renda.

Departamento de Comandos Mecanizados

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), através do Departamento de Comandos Mecanizados (DCM), realiza, desde outubro de 2003, ações do convênio Patrulhas Emergenciais, que prevê execução, emergencialmente de obras de infra-estrutura com apoio de municípios. No mês de lançamento do convênio, por exemplo, 12 máquinas do DCM foram cedidas para recuperação de estradas na zona rural de Ajuricaba, Derrubadas e Redentora, na região do Médio Alto Uruguai. Trata-se de uma prática nova de

uso do maquinário, com formação de patrulhas administradas pelas coordenadorias regionais da Secretaria e operacionalizadas pelo DCM. Nas suas atividades de apoio à infra-estrutura rural, o DCM perfurou mais de 160 poços tubulares profundos, construiu e reformou 800 açudes, 65 km de canais de irrigação e 450 km vias de acesso, atingindo 311 municípios e beneficiando mais de 20.000 famílias rurais.

Programa de Irrigação

Esse Programa visa diminuir a dependência exclusiva de condições climáticas favoráveis, especialmente nos cultivos de arroz irrigado, hortícolas, milho, feijão e pastagens. O Programa possibilita a redução da instabilidade na produção decorrente da irregularidade das precipitações, através do uso da irrigação de forma racional. Em 2003, foram irrigadas propriedades numa área total abrangendo mais de 60.000 hectares e beneficiando mais de 27.300 produtores assistidos. Essas obras contemplaram desde a construção de 800 pequenos açudes, até a irrigação de hortaliças (10.000 hectares), floricultura (25 hectares), arroz (37.000 hectares) e diversos pomares (12.000 hectares).

Programa Estadual de Fruticultura

Lançado em agosto de 2003, o **Programa Estadual de Fruticultura (Profruta/RS)** tem como desafios aumentar a produtividade e qualidade de frutas gaúchas, incrementar a renda de fruticultores e viveiristas e desenvolver agroindústrias processadoras de frutas. Orçado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento em R\$ 53,4 milhões, o Profruta abrange desde o levantamento da fruticultura comercial no Estado até a capacitação de técnicos e produtores para atingir a meta maior, isto é, a auto-suficiência em frutos para consumo *in natura* e industrial no Rio Grande do Sul. O Programa de Fruticultura, coordenado pela Emater, pretende assistir, nos próximos quatro anos, 15 mil produtores (hoje, são 9 mil) e ter implantado pomares em 138.567 hectares (atualmente, 115,4 mil hectares). Entre os projetos financiados pelo Profruta estão viveiros de mudas certificadas, recuperação e/ou implantação de pomares e aquisição de máquinas e equipamentos para produção e pós-colheita.

RS Rural

O **Programa RS RURAL** tem por objetivo melhorar a qualidade de vida e a capacidade produtiva dos agricultores familiares, agricultores assentados, indígenas, quilombolas e pescadores profissionais artesanais estabelecidos nas regiões mais empobrecidas do Rio Grande do Sul.

Trata-se de um programa de combate à pobreza, ao êxodo rural e à degradação dos recursos naturais, financiado pelo Banco Mundial (BIRD), Governo Estadual e municípios. Neste Programa, do qual a Emater é a principal executora, também estão previstas ações de capacitação e formação de beneficiários, pesquisas e estudos de viabilidade técnica e mercadológica para novos produtos agropecuários, bem como assistência à elaboração de projetos técnicos e acompanhamento de suas execuções.

Em 2003, o Programa foi reestruturado e ampliado, com abrangência para todos os municípios do Estado, destinando-se cotas maiores de recursos para os municípios e para cada família beneficiária. Também foram criados cinco tipos de projetos especiais, destinados a atender demandas verificadas nos

municípios, que possibilitarão o aumento de ações em geração de renda, controle sanitário dos rebanhos leiteiros e biodiversidade.

Os limites para projetos de Geração de Renda foram ampliados, de R\$ 450,00 por família, para R\$ 1.500,00 para ações individuais e R\$ 2.000,00 para ações coletivas. As contrapartidas do Estado, Municípios e Beneficiários foram reduzidas. A proporção dos recursos do BIRD e Estado foram estabelecidas através de um novo *pari passu*, com 75% para o Banco Mundial e 25% para o Estado. Os recursos do Banco e do Estado constituem 80% dos recursos dos Projetos Integrados do RS Rural, complementados com 10% das Prefeituras e 10% dos Beneficiários.

Em 2003, o Programa beneficiou 34,3 mil famílias, entre agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas, assentados e quilombolas, com R\$ 56,8 milhões, referentes a 818 projetos. Para 2004, está programado o atendimento de mais 27 mil famílias, com aplicação de R\$ 65 milhões.

Silos e Armazéns

Os números da **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa)** são positivos no período de janeiro a novembro de 2003. O resultado dos serviços, decorrente da receita líquida (serviços e vendas) menos a despesa operacional, chega ao *superávit* de R\$ 2,72 milhões. O resultado operacional bruto, decorrente do resultado dos serviços menos as depreciações do ativo imobilizado, aponta *superávit* de R\$ 1,04 milhão. O resultado operacional líquido, decorrente do resultado operacional bruto menos despesas financeiras e outras receitas não-operacionais, apresenta *superávit* líquido de R\$ 336 mil. Safras recorde, possibilidade de recebimento de soja sem distinção entre convencional e geneticamente modificada, redução de despesas, negociação do passivo consolidado e parcerias com a iniciativa privada, por exemplo, levam a Empresa a obter receitas mensais significativamente superiores às obtidas nos últimos cinco anos.

Tá no Prato

O Programa **Tá no Prato**, desenvolvido pela **Centrais de Abastecimento S/A (CEASA)**, prevê ações de combate ao desperdício de alimentos e realização de cursos de educação nutricional. O Tá no Prato atende a aproximadamente 40 mil pessoas, as quais recebem ranchos de hortifrutigranjeiros suficientes para o suprimento de uma semana. Deste universo de beneficiados, 22 mil são crianças, que recebem frutas, verduras, pães, biscoitos e bolos. Os cursos de nutrição e aproveitamento de hortifrutigranjeiros são desenvolvidos em um ônibus-escola ou através de aulas ministradas em sedes de associações de bairros da periferia de Porto Alegre. O Programa já conferiu certificado de conclusão dos cursos para 4 mil pessoas. O Tá no Prato também distribui livreto com receitas informando como aproveitar alimentos que, em geral, são jogados fora.

REFORMA AGRÁRIA E COOPERATIVISMO

Com o intuito de melhorar a condição de vida dos assentados de reforma agrária, mas fora de um enfoque tão-somente assistencialista, foi criado o programa **Viabilização Econômica dos Assentamentos**. Para tratar da questão fundiária, quer via aquisição de imóveis, quer via concessão de crédito fundiário, foi criado o programa prioritário **Acesso à Terra**. Para lidar com as indenizações e reassentamento de agricultores desalojados de áreas, foi criado

dentro do programa **Acesso à Terra** o projeto especial de Indenização e Restituição de Agricultores. Finalmente, na área de cooperativismo e associativismo foi criado o programa prioritário **Apoio e Fomento ao Cooperativismo e Associativismo**. Todos esses programas estão sob a coordenação do **Gabinete da Reforma Agrária e do Cooperativismo (GRAC)**, a quem compete promover as políticas de reforma agrária e de cooperativismo no Estado.

É importante ressaltar que estes programas foram desenvolvidos em parcerias, seja com outros órgãos e Secretarias de Estado, como a SEHADUR, EMATER, EMBRAPA, SAA e outras, seja com prefeituras das regiões de assentamentos do programa Viabilização Econômica dos Assentamentos, seja com o governo federal, com o INCRA no programa Acesso à Terra, o DENACOOOP no programa Apoio e Fomento ao Cooperativismo e Associativismo e o Ministério de Integração Nacional para um projeto de reflorestamento no âmbito do programa Viabilização Econômica dos Assentamentos.

O Programa **Viabilização Econômica dos Assentamentos** atendeu 3.302 famílias mediante a distribuição de cestas básicas. Através de convênio firmado com a EMATER, forneceu assistência técnica e extensão rural a 52 assentamentos do Estado, beneficiando 2.057 famílias de agricultores assentados. Foram assinados convênios com as prefeituras de Hulha Negra e Santana do Livramento para a construção e finalização de 362 casas.

O Programa **Acesso à Terra**, que trata das questões fundiárias do Estado, em 2003, realizou a indenização de 171 famílias em 1.283 ha para ocupantes de áreas indígenas no valor de R\$ 5,5 milhões, bem como foram reassentados 78 famílias de agricultores desalojados pela Barragem Dona Francisca. Foram adquiridos 4.402 ha de terras para reassentamento de agricultores oriundos de áreas indígenas, novos assentamentos de reforma agrária e crédito fundiário no valor de R\$ 4,7 milhões. Também foi assinado no mês de outubro um convênio entre o Gabinete da Reforma Agrária e do Cooperativismo com o INCRA no valor de R\$ 30 milhões, para aquisição de imóveis, cadastro e transferência de tecnologia.

O Programa **Apoio e Fomento ao Cooperativismo e Associativismo** do GRAC executou amplo programa de capacitação de dirigentes, técnicos e associados de cooperativas em convênio com o DENACOOOP (Programa de Gestão Cooperativa e Responsabilidade Social) em 22 COREDES. As ações desdobraram-se em cursos regionais, cursos setoriais e oficinas regionais de consolidação e trabalho. Os cursos regionais capacitaram 1.326 pessoas em gestão institucional, gestão de negócios e responsabilidade social cooperativa, culminando com a realização de 15 Oficinas Regionais de Consolidação e Trabalho, perfazendo um total de 300 horas. Os cursos setoriais desenvolvidos no período foram os Cursos de Organização Cooperativa e Liderança Estratégica que tiveram como objetivos discutir o quadro social das cooperativas, o seu papel primordial e os aspectos estratégicos que envolvem a cooperativa. Foram realizados 12 cursos num total de 240 horas, para cerca de 630 pessoas.

Além das ações regionais e setoriais foi prestada consultoria para Acompanhamento e Avaliação do Programa de Gestão e Responsabilidade Social, com o objetivo de mobilizar, planejar, executar, acompanhar e avaliar o Programa nas diferentes regiões em que foi implantado. A consultoria foi prestada em 15 COREDES perfazendo um total de 1.920 horas.

Além das ações desenvolvidas no programa de Gestão Cooperativa e Responsabilidade Social, o programa Apoio e Fomento ao Cooperativismo e Associativismo implantou o serviço de Apoio Técnico Operacional (SATO) com o objetivo de apoiar tecnicamente as cooperativas do Estado. O SATO atendeu cerca de 40 cooperativas, privilegiando especialmente as pequenas e médias cooperativas.

TURISMO, ESPORTE E LAZER

O Governo do Estado, através da **Secretaria da Coordenação e Planejamento** e da **Secretaria Turismo, Esporte e Lazer (SETUR)** adotou as medidas necessárias para a inclusão do Estado no programa **Prodetur Sul**, elaborando o primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Estado - Serra Gaúcha. O Prodetur deverá representar um investimento de US\$ 100 milhões para o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul - sendo US\$ 60 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento - e terá como obras prioritárias a conclusão da Rota do Sol e do Aeroporto das Hortênsias.

Através do Projeto de **Sinalização Turística** foram sinalizados, com recursos próprios e em parceria com o DAER, DENIT e SEBRAE, a BR 116, a Rota da Uva e do Vinho, a Rota Romântica, a Rota dos Campos de Cima da Serra, e com recursos do DAER, os Caminhos da Erva Mate. Já para a Costa Doce está sendo feita uma sinalização turística promocional. Outras ações de atendimento ao turista estão sendo colocadas em prática.

Além da questão da sinalização turística, o atendimento ao turista é outro diferencial que deve ser visto com a maior importância, pois a qualidade dessas informações tanto serve para garantir a permanência e boa recepção do turista, quanto para a mensuração da potencialidade turística do Estado. Através do **Centros de Informações Turísticas (CENINTURs)**, podem ser obtidas essas informações. Com vistas à qualificação desses Centros estão sendo promovidas reformas e melhoramentos nos espaços da Rodoviária e do Aeroporto de Porto Alegre. Como ação complementar, estão sendo criados 15 novos CENINTURs, que se somarão aos 37 já existentes, para atendimento do Verão Gaúcho 2003/2004, incluindo a Região da Serra, dentro da Campanha Veraneio na Serra, que busca torná-la opção de turismo de verão, além do turismo de inverno. Serão alocadas 170 pessoas para atendimento durante o Verão Gaúcho, que receberão treinamento específico para qualificar o atendimento prestado.

Exemplo da qualificação desse serviço se dá através dos números de atendimento aos turistas apresentados a seguir:

Tipo de Atendimento	Quantificação / Turistas
Atendimento nos Ceninturs - até outubro	231.018
Atendimento por telefone no Ceninturs do Aeroporto e Rodoviária	7.671
Solicitações recebidas e respondidas por e-mail, fax e correios	3.250

Com as ações desenvolvidas para a **Divulgação e Marketing Turístico**, a SETUR buscou, através de parcerias com a iniciativa privada, suprir a falta de recursos e captar meios alternativos de divulgação, através de programas jornalísticos e eventos televisivos tais como a gravação da minissérie "A Casa das 7 Mulheres", que rendeu à Secretaria, juntamente com a SECOM e SEDAC, o prêmio "Top de Marketing ADVB 2003".

No que diz respeito ao **Desenvolvimento de Novos Produtos e Captação de Eventos**, também através de parcerias com a iniciativa privada, foi realizado 1º Desfile Temático da Semana Farroupilha (público estimado de 50.000 pessoas) e captados seis eventos de porte nacional e internacional que ocorrerão no Estado a partir do próximo ano.

Partindo do pressuposto de que os investidores de pequeno porte dependem fundamentalmente da disponibilidade de linhas de financiamento em condições compatíveis, em termos de custo financeiro e condições de pagamento, a SETUR, através da **Bolsa de Negócios e Ações Cooperadas**, atuou no sentido de buscar junto a Agência de Fomento/RS, ao Banrisul, a Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, linhas de crédito com juros de 3 a 4% ao ano, com período de oito anos de amortização, para esse segmento. Em 2003 foi feita a renovação do convênio com a Caixa Estadual S/A, Agência de Fomento RS - maio/2003, e em outubro foi celebrado convênio com Banco do Brasil S/A com a criação de uma nova linha de crédito: "Proger Turismo". Foram encaminhados 26 projetos aos agentes financeiros num valor total de R\$ 4,849 milhões, atendendo 9 regiões do Estado.

Relação dos projetos de financiamento encaminhados aos Agentes Financeiros

Zona	Atendimento	Zona	Atendimento	Zona	Atendimento
Central	02	Hidrominerais	03	Missões	01
Serra	09	Pampa	03	Litoral Norte	01
Sul	02	Vales	02	Metropolitana	03

Fonte: SETUR, Relatório do Turismo Gaúcho, 2003.

Após atender a necessidade de linhas de crédito para investimentos, foi necessário projetar mercado para desenvolver o fluxo necessário de turistas no Estado. Baseada nisso, a SETUR captou para o Rio Grande do Sul diversos eventos a serem realizados nos próximos anos, através dos quais será possível a expansão do setor, que agora possui, além de linhas de financiamento a juros mais baixos, também uma demanda efetiva e em processo de crescimento.

Eventos para 2004

Evento e descrição	Cidade
1) – 4ª Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul da IACP 4ª INTERSEG - Feira Internacional de Tecnologia, Serviços e Produtos para Segurança Pública IACP- ASSOCIAÇÃO INTERNAIONAL DE CHEFES DE POLÍCIA.	Porto Alegre
2) – Congresso Sul-Regional dos Clubes da Melhor Idade	Bento Gonçalves
3) – SEPG LA 2004 – Esi Center Unisinos Nº de participantes: 1000 – 80% de público local e países do Mercosul e 20% europeus e/ou americanos São reconhecidas como "as mais importantes conferências na área de melhoria de processos de	

Evento e descrição	Cidade
software que ocorrem atualmente no mundo”.	
4) - Congresso da Sociedade Brasileira de Odontologia	Porto Alegre
5) - Congresso Brasileiro de Cardiologia	Porto Alegre
6) - XVIII Congresso Latinoamericano de Avicultura	Porto Alegre
7) 57 ^o Congresso Brasileiro de Enfermagem	Gramado
8) - <u>World Association Marching Show Band</u> Número de participantes estrangeiros estimados: 3.500 - 50 bandas internacionais com média de 70 integrantes cada.	Porto Alegre

Tendo em vista que a qualificação da mão-de-obra no setor é, sem dúvida, um dos principais fatores para o desenvolvimento da potencialidade turística de um Estado, foi feita uma parceria com o Sistema S, possibilitando o investimento de R\$ 3,5 milhões na qualificação e preparação da mão de obra. Além disso, objetivando capacitar profissionais para a gestão e desenvolvimento de produtos turísticos, a SETUR, em projeto articulado com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, estruturou, com o suporte técnico do SENAC e recursos do FAT, o Curso “Organização e Comercialização do Produto Turístico” para os municípios de Osório, Parobé, Lagoa Vermelha, Caçapava do Sul, Frederico Westphalen, Ibirubá, Porto Alegre, Três Passos, Tapes e Bagé, contemplando as nove Zonas Turísticas do Rio Grande do Sul.

Outras ações foram implementadas pelo para garantir a qualificação do setor tais como:

➤ **Oficina de capacitação de gestores locais do projeto integrado de orla marítima:** visa capacitar gestores locais para o processo de descentralização da gestão da orla, fornecendo elementos que permitam compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do Governo Federal com as políticas municipais. Dentro desse propósito foi realizada oficina em Torres em 2003.

➤ **Fóruns regionais de turismo:** têm como objetivo prestar assessoramento na organização das Zonas Turísticas para a Festa de Lançamento do Salão Gaúcho 2004: Hidrominerais (Regiões da Produção, Médio Alto Uruguai e Norte), Serra (Regiões Paranhana/Encosta da Serra, Serra, Hortênsias e Nordeste), Pampa (Regiões Campanha e Fronteira Oeste), e Regiões Porto Alegre/Delta do Jacuí e Alto do Jacuí/Rota das Terras.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

Através da **Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)**, em 2003, foram desenvolvidas atividades na busca dos seguintes objetivos: a melhoria do acesso da população ao esporte e lazer; o apoio ao desenvolvimento de atletas e ao esporte de alto rendimento; o incentivo à capacitação de recursos humanos. Sua atuação contou com a colaboração de diversos municípios, federações esportivas, clubes, universidades, atletas e comunidade, além de parcerias. O total de aplicação de recursos foi de aproximadamente R\$ 2 milhões, aplicados principalmente nas ações descritas a seguir.

Municipalização do Esporte

No âmbito do projeto **RS Esporte** foram proporcionados cursos de capacitação de gestores do esporte buscando aprimorar o desenvolvimento

esportivo no Estado. Foram, ainda, apoiados diversos eventos promovidos por prefeituras do Interior do Estado, destacando-se os eventos da Super Copa Sul de Voleibol, IV Etapa do Campeonato Gaúcho de Motocross e a Copa Sul Americana de Futebol Infantil e Sub-16.

Apoios e Parcerias com Associações Esportivas, Federações e Clubes

As ações tiveram como objetivo proporcionar o desenvolvimento técnico de diversas modalidades esportivas, integrar regiões do Estado, desenvolver os atletas gaúchos, promover um maior acesso ao esporte e ao lazer e proporcionar o processo de preparação dos clubes para representação do Estado em eventos. Foram realizados 48 convênios com diversas entidades, sendo 19, com federações de esporte. Destacam-se entre as ações realizadas: o 89º Campeonato Brasileiro de Rafting; o Mundial e Estadual de Triathlon; a XX Maratona de Rua de Porto Alegre; o Encontro de Futebol Infantil Pan-Americano e a Copa Escolar de Atletismo Caldas Júnior .

Eventos esportivos oficiais do Estado

No que se refere aos eventos esportivos cabe destacar: a Realização das Olimpíadas Estaduais de Deficientes; o XV Jogos de Integração do Idoso do RS; os Jogos de Integração do Rio Grande do Sul – JIRGS; os Jogos Abertos do Rio Grande do Sul e o Projeto Verão Gaúcho de 2004.

Representação esportiva do Estado

O Estado foi representado, com apoio da Fundergs, nos Jogos da Juventude Brasileira - Brasília- DF; Jogos Abertos Brasileiros - Poços de Caldas-GO e no Campeonato Brasileiro de Seleções Futsal.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A partir dos programas desenvolvidos pela **Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)** e pelas fundações a ela vinculadas (FEPAGRO, CIENTEC e FAPERGS), o Governo objetiva alcançar a meta de desenvolvimento econômico e social do Estado através da geração de emprego e renda, tornando o Rio Grande do Sul expoente em tecnologia de ponta. Esses órgãos, além das suas atribuições específicas, atuam no sentido de promover a sinergia entre o poder público, as instituições de ensino superior e a iniciativa privada.

A seguir, serão apresentadas as principais ações desenvolvidas pela SCT e suas vinculadas, no ano de 2003.

PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Através desse Programa são desenvolvidas ações de apoio técnico e financeiro necessário ao desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada, distribuídos por quase todos os COREDEs, visando estimular a integração entre as universidades e centros de pesquisa com todos os segmentos do setor produtivo gaúcho para o desenvolvimento de tecnologias próprias, respeitadas as vocações de cada região. No primeiro ano de Governo o Programa foi orientado no sentido de fomentar e dar suporte técnico a projetos que busquem aporte tecnológico para o desenvolvimento do pequeno produtor rural, produtos e processos inovadores, melhoria dos processos produtivos, tecnologias limpas,

preservação e recuperação do meio ambiente, pesca e da aquicultura. As ações desenvolvidas objetivaram agregar valor à produção, aumentar a competitividade do setor produtivo, aumentar a renda familiar e reduzir o desemprego. O Programa atuou junto a 20 **Pólos de Inovação Tecnológica** implantados em 18 regiões do Estado, que abrangem um total de 436 municípios, tendo sido criado, em agosto, o pólo da Região Nordeste. Foram assinados Protocolos de Intenções para a instituição dos Pólos de Modernização Tecnológica do Vale dos Sinos e COREDE Nordeste e 19 convênios com Universidades, com repasse R\$ 1,9 milhão, para desenvolvimento de 33 projetos de pesquisas de inovação de processos ou produtos, voltados à vocação regional dos COREDEs: Vale do Taquari, Sul, Central, Médio Alto Uruguai, Fronteira Oeste, Alto Jacuí, Serra, Produção, Norte, Missões, Vale do Rio Pardo, Paranhana Encosta da Serra, Litoral, Nordeste, Campanha e Centro-Sul.

EDUCAÇÃO EM TECNOLOGIA

Para incrementar a incorporação do conhecimento aos processos produtivos sob a forma de tecnologias inovadoras, a SCT lançou o Programa **Educação em Tecnologia** que reúne importantes Secretarias de Estado, entidades, iniciativa privada e universidades, com o objetivo de mobilizar a sociedade para esse tema. Esse Programa visa motivar e capacitar a sociedade gaúcha para o desenvolvimento de tecnologias próprias, objetivando a geração de conhecimento e a melhoria da qualidade de vida. Busca também desenvolver uma cultura que prestigie a criatividade, o empreendedorismo e a inovação. Em 2003, foi elaborado o Termo de Referência do Programa, tendo sido assinado em novembro o Protocolo de Intenções com os representantes de Universidades, Secretarias de Estado, UERGS, FAPERGS, PROCERGS, SEBRAE, SENAI E ONGS.

Objetivando interligar universidades gaúchas ao circuito de Internet, a **Rede Tchê** realizou curso de capacitação de recursos humanos em parceria com a UFRGS, através de aulas à distância. Por meio de convênio, serão oferecidos serviços gratuitos, via Internet, em Novo Hamburgo.

A Secretaria desenvolveu ainda dois projetos voltados para o uso da Internet:

➤ **Prossiga:** convênio objetivando o estabelecimento de um regime de cooperação técnica entre MCT, o CNPq e o Estado do Rio Grande do Sul, promove a criação e o uso de serviços de informação na Internet voltados para as áreas prioritárias de C&T e de desenvolvimento sócio-econômico, assim como estimula o uso de veículos eletrônicos pelas comunidades dessas áreas.

➤ **Internet na praia:** numa parceria com prefeituras e iniciativa privada, a SCT, através do Via RS, colocou à disposição de veranistas e comunidades do Litoral Norte do Estado um serviço de acesso gratuito à Internet, entre janeiro e março. O projeto, feito em parceria com as empresas HP, Tim, L3 Communications, Softsul e Marelli, através de computadores, sinal, equipamentos, móveis e materiais promocionais, disponibilizou uma unidade fixa no Município de Torres, enquanto uma unidade móvel percorreu as praias de Atlântida, Capão da Canoa, Xangri-lá, Tramandaí, Imbé, sendo o serviço estendido também ao balneário da Belém Novo, em Porto Alegre.

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA (CEITEC)

O CEITEC visa à implantação de um Centro de Desenvolvimento Tecnológico de produção de circuitos integrados (chips) e de formação de recursos humanos e busca disponibilizar infra-estrutura tecnológica às empresas, aos centros de P&D, às instituições de ensino superior, inserindo o país no mercado internacional de microeletrônica, estimulando a participação local para o desenvolvimento de projetos e formação de recursos humanos na área. No que diz respeito à integração industrial, este projeto visa estimular a formação de uma rede nacional de prestação de serviços técnicos e tecnológicos e oferecer infra-estrutura e suporte para desenvolvimento de tecnologias e produtos em microeletrônica, transferindo tecnologia às indústrias do complexo eletro-eletrônico nacional.

Em 2003, foi realizada a assinatura do acordo de cooperação técnica firmado entre a Secretaria da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Obras Públicas e Saneamento e a Secretaria da Educação, objetivando a conjugação de esforços e recursos para viabilizar a construção da nova sede da Escola Estadual Onofre Pires, na Lomba do Pinheiro, como parte das ações necessárias a execução do Projeto CEITEC, além de assinatura de convênio com a FINEP, no valor de R\$ 5.924.251,97, visando à construção do núcleo de *design* do Centro Operacional.

Rede Petro/RS

A **Rede Gaúcha de Fornecedores de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural (Rede PETRO/RS)** tem como objetivo promover o desenvolvimento da indústria de base tecnológica do Estado, com foco nos setores de petróleo, gás natural, energia e mineração. Em 2003, foi assinado convênio entre a SCT, UFRGS e a Dambroz, de Caxias do Sul, para o desenvolvimento do projeto de oito Unidades de Bombeio (UB) para a PETROBRAS UNRN/CE. As unidades possuem tecnologia inovadora, que coloca a empresa como pioneira na fabricação de UB, utilizando o sistema ortogonal, que possibilita ajustes no equipamento sem a necessidade de parada do mesmo. Para 2004, a Dambroz prevê a ampliação do seu quadro com a contratação de 100 funcionários, para a unidade 2, que já possui 200.

Objetivando estimular a integração entre empresas, universidades e centros de pesquisa; promover o contato entre os integrantes da Rede e as principais áreas da PETROBRAS/RJ, além de divulgar a Rede Petro como projeto especial da Secretaria da Ciência e Tecnologia, foi realizado o **I Seminário Rede Petro/RS – Tecnologia e Oportunidades de Negócios**. A Rede Petro participou ainda da **Feira Argentina Óleo e Gás 2003** juntamente com o SEBRAE e SEDAÍ, levando oito empresas fornecedoras do setor de petróleo e uma universidade. Nessa ocasião foi realizada uma rodada de negócios com a finalidade de apresentar o potencial das empresas do Estado e desenvolver parcerias entre empresas e centros de pesquisa do setor. Durante a realização da Feira Internacional de Integração Industrial do MERCOSUL (MERCOPAR), em Caxias do Sul, a Rede articulou, juntamente com o SEBRAE, a participação de mais de 40 empresas na rodada de negócios.

REDE FITO

Para o desenvolvimento das ações da **Rede Gaúcha de Inovação Tecnológica para a Produção de Fitoterápicos (Rede Fito)**, lançada em 2001, foi assinado convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério de Ciência e Tecnologia, a ser executado em 2004.

A **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)**, vinculada a SCT, trabalha na elaboração de pesquisas voltadas ao desenvolvimento da agropecuária do Estado, possui 23 Centros de Pesquisa distribuídos em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, além de 18 laboratórios responsáveis pelas análises de solos, sementes, mudas e sanidade animal, desenvolvendo trabalhos nas áreas de produção, nutrição e sanidade animal; produção de vacinas; qualidade de carnes; análise e diagnóstico de doenças; fertilização e microbiologia de solo; controle de pragas e tecnologia de sementes. Suas ações se desenvolvem, fundamentalmente, em dois programas: Modernização Tecnológica da Agropecuária Gaúcha e Programa Institucional de Pesquisa da FEPAGRO.

Destacam-se, entre as ações desenvolvidas, em 2003, o lançamento de três cultivares de soja, a promoção do Fórum Capim Annoni 2 em Uruguaiana, a realização de cursos de queijos finos em Caxias do Sul (FEPAGRO, UCS, EMATER) e, ainda, a edição da Revista Científica – Pesquisa Agropecuária Gaúcha.

Seus laboratórios mantêm 28 pesquisas em andamento, nas áreas de tecnologia de sementes, fertilizantes, solos, fixação biológica de nitrogênio, biotecnologia, fitopatologia, entomologia agrícola, agrometeorologia e de produção animal. No Centro de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor (CPVDF) sediado em Eldorado do Sul, são realizadas pesquisas nos temas: parasitologia, leptospirose, histopartologia, brucelose, tuberculose, virologia, imunobiológicos, patologia suína. Entre as ações desenvolvidas em 2003, destacam-se a autorização do CTNBio para pesquisar vacina transgênica e a publicação de 40 trabalhos científicos.

A **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)** tem como missão promover o desenvolvimento da sociedade através de ações em tecnologia industrial básica, pesquisa e inovação tecnológica. As ações prioritárias desenvolvidas em 2003 foram as seguintes.

Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre

Seu principal objetivo é apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, através de ações em Tecnologia Industrial Básica(TIB), pesquisa e desenvolvimento, possibilitando aumentar a competitividade das unidades aí localizadas. Está em fase de elaboração o projeto de engenharia do Parque Tecnológico, localizado no Campus da CIENTEC, em Cachoeirinha. A previsão de conclusão das obras é maio de 2004. Um convênio com a Prefeitura de Cachoeirinha permitiu a realização de obras de infra-estrutura nos acessos ao Campus.

Eletrificação Rural (Pequenas Centrais Térmicas Descentralizadas)

Esse projeto tem como objetivo o aproveitamento adequado da grande quantidade de biomassa e resíduos agroindustriais existentes no Estado, atualmente desperdiçados ou descartados e que agridem o meio ambiente, beneficiando pequenos produtores rurais da Metade Sul do Estado e o meio ambiente. O projeto fornecerá subsídios técnicos e econômicos para a

implantação de pequenas centrais térmicas descentralizadas, aproveitando-se os resíduos ou biomassas geradas nos próprios locais.

Certificação de compras da CELIC

Este projeto visa certificar os produtos adquiridos pela CELIC, comparando-os com padrões estabelecidos por normas nacionais, quanto à durabilidade e qualidade dos produtos ofertados, com intuito de reduzir os gastos das compras governamentais.

Termos de Convênio

Foram firmados em 2003 os seguintes convênios:

➤ Ministério Público do Estado do RS / CIENTEC / INMETRO / Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do RS (Termo de Convênio) – para prevenir e coibir qualquer alteração das características dos combustíveis que tenha o potencial de torná-los inadequados ou impróprios ao consumo, ou que de alguma forma despreze as exigências de qualidade ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor;

➤ Convênio de Cooperação Técnica e Científica – Indústria Eletrônica Ltda (Indel) - desenvolvimento de testes de ensaios em laboratórios tendo como base a Lei 10.176/2001.Termo Aditivo 001/03, Ensaios de interferência eletromagnética em sistemas de retificadores chaveados, no valor de R\$ 36.717,80, assinado em março de 2003;

➤ CEITEC - cooperação mútua no âmbito da implantação de um centro de prototipação de circuitos integrados em Porto Alegre. A CIENTEC disponibilizará pesquisadores ao CEITEC;

➤ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – colaboração recíproca entre as partes, visando operacionalizar a Incubadora Tecnológica de *Desing* de Produto, através da cooperação técnica e operacional disponíveis;

➤ Marcopolo - Utilização do complexo laboratorial da CIENTEC, que visa para desenvolvimento e aperfeiçoamento dos produtos fabricados pela empresa;

➤ Associação Qualidade RS – Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade;

➤ Acordo de Cooperação, visando promover, incentivar e fortalecer negócios da FINEP, nos campos do desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial, no Rio Grande do Sul, em articulação com órgãos e instituições governamentais e empresariais locais, através do qual as instalações da CIENTEC, em Porto Alegre, serão utilizadas por técnico indicado pela FINEP.

➤ Termo de Adesão ao Projeto Excelência na Pesquisa Tecnológica da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) que visa a promoção da melhoria do desempenho da gestão dos Institutos de Pesquisa Tecnológica do País, utilizando como referência os critérios de excelência do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ).

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) funciona como agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Sua finalidade é desenvolver a pesquisa em

todas as áreas do conhecimento. Sua principal tarefa é promover a inovação tecnológica do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural, estimular a formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infra-estrutura de pesquisa no Estado. Em 2003, foram investidos em pesquisas R\$ 12 milhões e foi assinado Protocolo de Intenções para captação, junto aos fundos setoriais, de um montante de R\$ 8 milhões. Foram implementados 1.538 projetos, distribuídos nos Programas de Formação de Recursos Humanos, Fomento ao Intercâmbio Científico-Tecnológico-Artístico-Cultural e Fomento à Pesquisa.

INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Apesar das dificuldades financeiras, o Governo tem o compromisso e o dever de realizar os investimentos em infra-estrutura de que carece a comunidade gaúcha e que são essenciais para o desenvolvimento da economia estadual. Foram retomadas obras paralisadas e iniciadas outras, com decisões orientadas pela busca da racionalização e otimização no uso dos recursos. Foi definido que, em primeiro lugar, deveriam ser executadas as obras que estivessem em fase final de conclusão e aquelas cuja interrupção acarretasse prejuízo aos serviços já realizados. Foi dada máxima prioridade à retomada de projetos apoiados por financiamentos internacionais. Dentro dessas diretrizes estão sendo aplicados R\$ 37 milhões na recuperação de 483 km de estradas, com financiamento do Banco Mundial e contrapartida do Estado; foram iniciadas obras em 13 trechos de estradas, num valor de R\$ 28,6 milhões, com recursos do Estado; foram aplicados R\$ 18,0 milhões de recursos próprios em três trechos da Rota do Sol (10,5 km pavimentados); e foi iniciada a construção da RST-471, que auxiliará no escoamento da produção do Norte do Estado, na qual serão investidos R\$ 157,0 milhões. O Governo está atuando, também, de maneira muito forte para buscar novas alternativas na área de energia, tendo sido já confirmados R\$ 5,0 bilhões em projetos de expansão da capacidade de geração de energia e estando em fase de negociação mais R\$ 10,0 bilhões para ampliação e modernização energética. Além disso, o Governo está empenhado em implementar parcerias no desenvolvimento de projetos inovadores nas áreas de habitação, saneamento e meio ambiente.

TRANSPORTES

O desenvolvimento da infra-estrutura de transporte do Rio Grande do Sul é responsabilidade da **Secretaria Estadual dos Transportes** e seus órgãos vinculados **Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER)**, **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** e **Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG)**. A preocupação da Secretaria vai além da construção de rodovias e pontes, manutenção de estradas, obras de arte e aeroportos. Não só são investidos recursos na melhoria dos 11.935,13 quilômetros de rodovias sob a responsabilidade do Estado, mas na qualidade de vida das pessoas que são usuárias das estradas e de quem mora nos limites de cada uma.

No período do atual Governo, a Secretaria dos Transportes atuará no sentido da melhoria e ampliação da malha rodoviária estadual. A conclusão da Rota do Sol, importante acesso da Região Serrana ao Litoral Norte do Estado constitui-se num compromisso, e a RST-471 é uma das maiores obras rodoviárias das últimas décadas no Estado, com 111,7 km de Barros Cassal a Vera Cruz, passando por cinco municípios nesse trajeto. Constam como metas de ação a implantação e a qualificação de aeroportos no Estado; o Anel Viário Metropolitano (rota alternativa a BR 116), beneficiando mais de dez municípios da RMPA; a revitalização do Porto da Capital e sua transferência para o Cais do Bairro Navegantes; a exploração da capacidade de navegabilidade dos rios gaúchos e melhorias no calado da Lagoa dos Patos e Rio Gravataí; melhorias no Porto de Rio Grande.

Em 2003, o Governo do Estado, através da Secretaria de Transportes, realizou ações diretas junto ao Governo Federal, obtendo a renovação de concessões de nove aeroportos regionais e a confirmação dos recursos junto ao Programa Federal de Auxílio (PROFAA). No Porto de Rio Grande, foi requisitado o prolongamento dos molhes e o aumento de calado de 40 para 60 pés, com o início de uma dragagem emergencial do acesso ao Porto, que corria risco de ter seu calado rebaixado pela Marinha. Foi gestionado com a União a duplicação da BR-101 (Divisa c/ Santa Catarina a Osório); da BR-116 (Guaíba/Pelotas); da BR-290 (Guaíba/Pantão Grande); BR-392 (Pelotas/Rio Grande); conclusão do trecho Bojurú a São José do Norte, na BR-101/Sul; pavimentação da BR-285 (Bom Jesus/São José dos Ausentes); conclusão do asfaltamento da BR-470 (Barracão/Nova Prata) e manutenção de diversas rodovias federais no Estado. Também foi solicitada a implantação da extensão da Linha 1 do Trem Metropolitano (São Leopoldo/Novo Hamburgo), implantação da Linha 2 (Azenha/Sarandi, passando pelo Centro da Capital).

Outras ações importantes a destacar são a avaliação e reavaliação dos contratos de concessões rodoviárias no Estado, assim como a substituição de controladores ostensivos de velocidades (Pardais) por Lombadas Eletrônicas, enfatizando o caráter educativo e não arrecadador desses equipamentos.

Um panorama geral da atuação da Secretaria do Transportes e seus órgão vinculados nos diversos setores é apresentado nos quadros que seguem.

AÇÕES NO SETOR RODOVIÁRIO

OBRAS PRIORITÁRIAS EM ANDAMENTO

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	VALOR ATUAL. PI+R R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
RS/350	CAMAQUA - DOM FELICIANO (LOTE 1)	25,000	27.958.122	67.688
RS/413	LAJEADO - SANTA CLARA	9,800	10.091.041	1.282.455
RS/540	ALECRIM - SANTO CRISTO	23,100	8.842.758	72.041
RS/342	DOUTOR MAURICIO CARDOSO (SEDE) - RS/305	11,500	3.220.231	385.193
RS/435	PUTINGA - ILOPOLIS (RS/332) - ACESSO PUTINGA	9,700	4.198.936	195.189
RS/347	FINAL DO CALÇAMENTO EM IBARAMA - INÍCIO DO PAVIMENTO EM SOBRADINHO	11,320	5.580.876	273.040
RS/118	ITAPUA - LAMI	17,800	23.375.698	49.059
VRS/833	ENTRONCAMENTO BR/116 (MORRO REUTER) - SANTA MARIA HERVAL	14,360	8.260.156	381.706
RS/348	VAL DA SERRA - IVORA (LOTE I)	15,000	8.139.105	412.176
RS/124	ENTRONCAMENTO RS/240 (MONTENEGRO) - PARECI NOVO	5,850	6.856.750	50.217
RS/440	TRIUNFO - BR/386	28,000	25.658.752	-
RS/265	BOA VISTA - ENTRONCAMENTO COM A BR/116	19,500	11.925.852	1.918.492

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	VALOR ATUAL. PI+R R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
RS/207	CRISSIUMAL - HUMAITA - BR/468	27,171	4.932.336	336.280
	CORONEL PILAR (AV. CENTRAL) - RST/453 (ROTA DO SOL)	11,453	5.524.134	599.472
RS/448	SAO MARCOS - NOVA ROMA DO SUL	36,000	49.044.814	1.961.194
RS/EP	DO ACESSO AO DISTRITO INDUSTRIAL DE BAGE	5,888	2.109.224	23.192

OBRAS DE PROTEÇÃO

<i>RODOVIAS</i>	TRECHO	EXTENSÃO km	VALOR ATUAL. PI+R R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
RS/475	CHARRUA - GETULIO VARGAS	20,120	12.932.201	331.607
494 ^A M9010	MORRINHOS DO SUL - BR/101	11,000	7.122.111	1.153.978

ROTA DO SOL

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO Km	VALOR ATUAL. PI+R R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
RS/486	TERRA DE ARREIA - ARROIO LIMOEIRO	17,000	29.586.786	4.515.898
RS/486	TERRA DE AREIA - CURUMIN	12,482	6.142.827	3.587.439
RS/486	RS/020 (TAINHAS BR/101 - TERRRA DE AREIA) 3 OAE	0,080	961.183	61.207
RS/486	KM 10,5 - BANANEIRAS - ARATINGA - RS/020	19,000	52.138.072	3.017.030
RS/486	ARROIO LIMOEIRO - KM 10,5 DO SUB-TRECHO: BANANEIRAS - ARATINGA	15,500	102.695.712	12.102

PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA

<i>RODOVIA</i>	TRECHO	EXTENSÃO Km	VALOR ATUAL. PI+R R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
RS/471	BARROS CASSAL - HERVEIRAS (LOTE I)	54,040	85.968.088	24.646.627
RS/471	PANTANO GRANDE - ENCRUZILHADA DO SUL - LOTE 3	48,490	24.157.273	5.658.223
RS/471	BOA ESPERANÇA - RIO CAMAQUA (LOTE 1)	25,300	27.482.598	8.540.410
RS/471	VERA CRUZ - SANTA CRUZ (LOTE III)	20,650	34.059.952	6.401.719
RS/481	CRUZ ALTA - SALTO DA JACUI - LOTE 8	33,800	16.289.089	2.719.553
RS/377	FAZENDA LIMOEIRO - SÃO FRANCISCO DE ASSIS - LOTE 5	32,460	20.980.566	10.914.706
RS/377	CONTORNO DE QUARAÍ - LOTE 2	7,100	9.064.449	3.351.057
RS/471	HERVEIRAS - VERA CRUZ (LOTE II)	36,970	93.180.932	21.643.662
RS/101	CAPIVARI - OSORIO	20,000	11.000.104	3.585.421

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO Km	VALOR ATUAL. PI+R R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
RS/101	PASSINHOS - OSÓRIO - LOTE 7	18,740	10.304.516	1.440.770
RS/377	CONTORNO DE ALEGRETE - LOTE 1	4,469	3.840.402	2.998.438
RS/377	LAJEADO SANTA BRÍGIDA - SANTA TECLA (LOTE 05)	30,500	16.375.705	2.612.059
RS/377	SANTA TECLA - JÓIA (LOTE 06)	30,300	21.502.534	6.061.532
RS/377	KM 9,2 - MANUEL VIANA (LOTE 07)	31,500	13.336.088	1.593.902
RS/377	SANTIAGO - ACESSO A CAROVI (LOTE 03)	25,300	11.808.078	2.827.480
RS/377	ACESSO A CAROVI - LAJEADO SANTA BRIGIDA (LOTE 04)	29,700	12.886.208	1.944.733
RS/377	SANTIAGO- FAZENDA DO LIMOEIRO	35,100	21.242.139	1.466.180
OBRAS DE ARTE - BID				
RS/481	CRUZ ALTA - SALTO DO JACUÍ - LOTE 9	-----	6.293.559	4.549.612
RS/471	RIO CAMAQUÃ (LOTE 02)	0,357	4.360.244	349.154

OBRAS CONVENIADAS

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO Km	VALOR ATUAL. (PI+R) - R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
	INTERSECÇÃO DA AVENIDA GENERAL MOTORS COM A BR/290	3,208	3.218.002	1.243.214
	INTERSECÇÃO DA AVENIDA GENERAL MOTORS COM A BR/290	Obra com conclusão prevista para março de 2004		
RST/481	ARROIO DO TIGRE - SALTO DO JACUI	36,000	82.487.519	-
BR/116	GRAVATAI- AV.FARRAPOS(COMPL.VIÁRIO DE AC.NOVO TER./PASSAG.DO AEROP.SALGADO FILHO)	1,300	21.506.951	251.037
	COMPL.VIÁRIO DE AC.NOVO TER./PASSAG.DO AEROP.SALGADO FILHO)	3,00	5.468.088	473.872

OBRAS DE PEDÁGIO COMUNITÁRIOS

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO Km	VALOR ATUAL. PI+R - R\$	DESEMBOLSO 2003 - R\$
RS/122	ARROIO PARADISO - ARROIO COLUMBIO	9,690	26.995.715	779.863
RS/122	R.CASCALHO/.VENDELINO-L.IV-PTE.FORMECO	10,810	23.754.936	4.716.173
RS/239	ARROIO FUNIL - TAQUARA	11,200	47.571.975	3.139.003

PRINCIPAIS AÇÕES DAS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS

OBRA	CONCESSIONÁRIA	INVESTIMENTO - R\$	CONCLUSÃO
PÓLO DE CARAZINHO			
REVO DO BAIXINHO (BR/386)	COVIPLAN	520.381,43	1º SEM 04

OBRA	CONCESSIONÁRIA	INVESTIMENTO - R\$	CONCLUSÃO
DUPLICAÇÃO DE PISTAS (RST/153 - KM 0 AO 3)	COVIPLAN	225.365,05	2003
TREVO DE SANTO ANTÔNIO (BR/386)	COVIPLAN	252.003,50	1º SEM 04
ASFALTO BORRACHA (BR/386 - KM 233 AO 236)	COVIPLAN	313.089,38	1º SEM 03
SINALIZAÇÃO	CIVIPLAN	502.233,10	2003
RESTAURAÇÃO, REPAROS, BASES E SERVIÇOS SIMILARES	COVIPLAN	10.572.089,96	2003
PÓLO DE GRAMADO			
ACESSO AO SIERRA PARK (RS/115)	BRITA	366.801,60	2003
ACESSO AO BAIRRO JARDIM (RS/115)	BRITA	52.308,00	2003
ACESSO AO DISTRITO INDUSTRIAL DE CANELA (RS/235)	BRITA	380.433,58	2003
RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO	BRITA	63.771,40	2003
SINALIZAÇÃO	BRITA	115.125,98	2003
PÓLO DE SANTA CRUZ			
RECUPERAÇÃO DE PONTE ARROIO BARRIGA (RST/287)	STA CRUZ ROD.	405.000,00	abr/03
PASSARELA CONCRETO ARROIO STA CRUZ (RST/287)	STA CRUZ ROD	30.000,00	mai/03
EXECUÇÃO 3ª FAIXA (RST/287 - KM 110 AO 112,5)	STA CRUZ ROD	506.000,00	mai/03
PÓLO DE VACARIA			
RECUPERAÇÃO DE ACOSTAMENTOS (BR/116)	RODOSUL	4.127.302,14	2003
PÓLO DE LAJEADO			
RECUPERAÇÕES ESTRUTURAIS EM OBRAS DE ARTE	SULVIAS	404.366,59	2003
REPAROS E RESTAURAÇÕES	SULVIAS	14.309.935,82	2003
SINALIZAÇÃO	SULVIAS	4.073.940,90	2003
PÓLO METROPOLITANO			
REPAROS E RESTAURAÇÕES	METROVIAS	5.554.919,01	2003
SINALIZAÇÃO	METROVIAS	3.546.242,84	2003
MANUTENÇÃO TREVO DE CAMAQUÃ	METROVIAS	188.670,65	2003
PÓLO DE CAXIAS DO SUL			
REPAROS E RESTAURAÇÕES	CONVIAS	2.211.764,08	2003
SINALIZAÇÃO	CONVIAS	1.623.537,50	2003

AÇÕES NO SETOR AEROPORTUÁRIO

ATIVIDADES REALIZADAS

OBRAS/SERVIÇOS /ATIVIDADE	PREVISÃO		EXECUTADO ATÉ OUT/2003	
	FÍSICO%	VALOR R\$	FÍSICO%	VALOR R\$
IMPLANTAÇÃO AEROPORTO DE VACARIA	29,90%	938.765,08	12,3%	387.448,24
AEROPORTO DE TORRES/REFORMA DO TERMINAL DE PASSAGEIROS	88,04%	13.191,36	0%	
AEROPORTO REGIONAL DE PASSO FUNDO/RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DO TERMINAL DE PASSAGEIROS	100	25.398,08	0%	

OBRAS/SERVIÇOS /ATIVIDADE	PREVISÃO		EXECUTADO ATÉ OUT/2003	
	FÍSICO%	VALOR R\$	FÍSICO%	VALOR R\$
AEROPORTO REGIONAL DE RIO GRANDE/SERVIÇOS DE CERCAMENTO COM 1.700 M DO SÍTIO AEROPORTUÁRIO	100%	4.000,00		4.000,00
AEROPORTO REGIONAL DE SANTO ÂNGELO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA SEÇÃO DE CONTRA-INCÊNDIO PELO V COMAR	100%	354.792,42		354.792,42
AEROPORTO REGIONAL DE PASSO FUNDO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA SEÇÃO DE CONTRA-INCÊNDIO PELO V COMAR	100%	341.326,37		341.326,37
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO NOTURNA PARA REPOSIÇÃO NOS AEROPORTOS DE CAXIAS DO SUL, SANTO ÂNGELO, SANTA ROSA, ERECHIM, TORRES E PASSO FUNDO.	100%	57.484,44		57.484,44
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS EQUIPAMENTOS DE PASSO FUNDO, RIO GRANDE, SANTO ÂNGELO E CAXIAS DO SUL	100%	167.025,68		167.025,68
SERVIÇOS DE CEIFAMENTO E MANUTENÇÃO DOS AEROPORTOS DE PASSO FUNDO, CAXIAS DO SUL, SANTO ÂNGELO E RIO GRANDE	100%	ADM DIRETA		Adm Direta
CONCESSÃO DE ÁREAS PARA OCUPAÇÃO POR BAR/LANCHERIA, TABACARIA, LOCADORAS DE VEÍCULOS NOS AEROPORTOS DE PASSO FUNDO, RIO GRANDE E SANTO ÂNGELO	100%	40.142,36	83%	33.451,97
SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DA EPTA DE TORRES	8%	3.500,00	0%	0

OBRAS/SERVIÇOS /ATIVIDADE	PREVISÃO		EXECUTADO ATÉ OUT/2003	
	FÍSICO%	VALOR R\$	FÍSICO%	VALOR R\$
AEROPORTO REGIONAL DE CAXIAS DO SUL				
TRANSFERÊNCIA DA ESTAÇÃO PRESSIONÁRIA DE TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS PARA O TERMINAL DE PASSAGEIROS	-	-	Em Licitação	-
CONCLUSÃO DO MURO DE CONCRETO DO ENTORNO DO SÍTIO AEROPORTUÁRIO	100%	8.804,00		8.804,00
EXECUÇÃO DA NOVA ENTRADA DE ENERGIA E READEQUAÇÃO DOS CIRCUITOS ELÉTRICOS DO TERMINAL DE PASSAGEIROS	100%	8.369,00		8.369,00

OBRAS/SERVIÇOS /ATIVIDADE	PREVISÃO		EXECUTADO ATÉ OUT/2003	
	FÍSICO%	VALOR R\$	FÍSICO%	VALOR R\$
EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA CONSUMO NA SEÇÃO CONTRA-INCÊNDIO	100%	5.077,90	50%	2.538,95
AQUISIÇÃO DE AGENTES EXTINTORES PARA O SERVIÇO DE SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIOS SESCINC	100%	5.157,50		5.157,50
EXECUÇÃO DE CERCA DE TELA JUNTO AO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	100%	3.280,00		3.280,00
SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DA EPTA	100%	134.631,84	83%	112.193,20
CONCESSÃO DE ÁREAS PARA OCUPAÇÃO POR BAR/LANCHERIA, TABACARIA, LOCADORA DE VEÍCULOS.	100%	109.828,58	83%	91.523,82

SETOR PORTUÁRIO: PRINCIPAIS ATIVIDADES E OBRAS

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2003				
ATIVIDADE	PREVISÃO		EXECUTADO	
	FÍSICO	VALOR	FÍSICO	VALOR
OBRA DO CAIS DO PORTO NOVO DO RIO GRANDE	460 M	23.837	90%	15.458
CONCLUSÃO DO PÁTIO AUTOMOTIVO	1.000.000 M2	3.673	95%	3.391
DRAGAGEM MANUTENÇÃO DO CANAL	2.930.000 M3	12.357	64%	6.897

Unidade valor: R\$ 1.000,00

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS

➤ Obra inicial do Projeto de Transferência das operações, no Porto de Porto Alegre, do Cais Mauá para o Cais Navegantes: Construção de 33,80 metros de linha férrea para o Guindaste Takraf com capacidade 32/40 toneladas (obra finalizada; Investimento R\$ 657.000,00);

➤ Execução de um módulo de 93,60 metros de linha férrea, para guindaste, bitola de 10,00 metros, de um total de 350,00 metros projetados, a ser construído no Cais Navegantes do Porto de Porto Alegre (em andamento, projeto de engenharia concluído; encontra-se em processo de licitação; investimento de R\$ 1.360.000,00);

➤ Reforma dos armazéns portuários D-1 e D-2, no Cais Navegantes (obras já iniciadas); investimento de R\$ 347.000,00; Constituição de comissão de revitalização do Cais Mauá, no Porto de Porto Alegre, pelo Governador do Estado, da qual participam as Secretarias dos Transportes, da Cultura, do Turismo e da Coordenação e Planejamento, além da Superintendência de Portos e Hidrovias e da Procuradoria Geral do Estado;

➤ Dragagem de aprofundamento de calado do Rio Gravataí, para 17 pés (5,20 m), uniformizando a profundidade com os canais de acesso ao Porto de

Porto Alegre. Os serviços foram iniciados recentemente, com utilização da Draga Governador Triches, no trecho entre o Terminal da Bunge Fertilizantes e os Terminais da Petrobrás e Aduos Trevo. Volume previsto: 60.000 m³, no prazo máximo de 120 dias; investimento de R\$ 240.000,00;

➤ Dragagem do Rio Gravataí: obra de emergência para manutenção de calado da Barra do Rio São Gonçalo, em razão de assoreamento dos canais. Volume previsto: 45.000 m³, com prazo máximo de 45 dias (serviço em execução, valor do investimento: R\$ 180.000,00).

ENERGIA

O diagnóstico do setor energético no Rio Grande do Sul aponta para as seguintes constatações, que nortearam as ações da **Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)**, no ano de 2003 e fundamentam os seus objetivos para 2004.

SITUAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2003, na média gerou 61% da energia elétrica necessária para o abastecimento do Estado. Os 39% da energia importada provêm do Sistema Interligado. No ano de 2003, houve inclusive aumento da média de necessidade de importação de energia, em virtude da estiagem ocorrida na Região Sul, que causou diminuição expressiva nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

A capacidade de abastecimento eletroenergético do Rio Grande do Sul é atualmente de 4.730 MW e a demanda máxima do Estado, em março de 2003, foi de 4.075 MW. No sentido de vislumbrar o atendimento para os próximos anos e garantir o abastecimento de eletricidade no Estado, a Secretaria atua na coordenação do Comitê de Operação e Planejamento do Sistema Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul – COPERGS, formado pela AES Sul, CEEE e RGE e a SEMC, Comitê esse que busca equacionar os interesses comuns dessas empresas e desenvolver as soluções em prol do desenvolvimento energético do Estado.

O Rio Grande do Sul apresenta uma capacidade instalada de 3.818 MW, oriundos de usinas hidrelétricas, termelétricas à óleo combustível, à gás natural e à carvão mineral, e de fontes alternativas de energia. Neste número não estão incluídos os autoprodutores de energia. As fontes alternativas em operação, no Estado, são usinas termelétricas, a biomassa, e pequenas e microcentrais hidrelétricas.

SITUAÇÃO DA MATRIZ DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Matriz de Geração Elétrica do Estado, em relação à capacidade instalada, está concentrada na geração hídrica, na ordem de 66%. O gás natural responde por 15,7%, o carvão mineral por 14,1%, a geração à Óleo, por 2,4% e as fontes alternativas de energia representam apenas 1,6% do total da capacidade instalada.

SITUAÇÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL

No panorama da exclusão elétrica, o Rio Grande do Sul ocupa o 7º lugar em números absolutos, ficando atrás apenas dos Estados da Bahia, Maranhão,

Pará, Piauí, Ceará e Minas Gerais. Segundo os dados estatísticos do IBGE, existem atualmente 101.396 domicílios gaúchos não atendidos por energia elétrica e destes, 76.000 estão localizados em áreas rurais, cujas famílias possuem renda familiar inferior a três salários mínimos. Esse contingente representa uma população de aproximadamente 500 mil pessoas que, em pleno século XXI, vivem à margem da modernidade, sem usufruir das condições mínimas dos benefícios da energia elétrica e contribuindo, sobremaneira, para o êxodo rural.

Um fato de grande relevância marcou o ano de 2003 no que diz respeito ao setor elétrico. Trata-se do novo Marco Regulatório, tornado público por Medida Provisória emitida em dezembro de 2003, o qual terá reflexos significativos, tanto no diz que respeito às regras de relacionamento entre as empresas do setor, como sobre a viabilização de novos empreendimentos na área de energia elétrica, especialmente quanto às obras de geração.

A partir desse diagnóstico, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações estabeleceu como metas diretas, nesta gestão, as seguintes propostas:

- busca da auto-suficiência na geração da energia elétrica no Rio Grande do Sul;
- diversificação da matriz energética do Estado, com a ampliação da geração, através das fontes alternativas de energia e geração térmica à carvão e gás natural; e
- universalização do acesso à energia elétrica com um amplo programa de eletrificação rural.

A seguir, apresentam-se as principais ações realizadas pelo Governo do estado, em 2003, através da SEMC, da Cia. Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Cia. Rio-grandense de Mineração (CRM), segundo as prioridades antes citadas.

ENERGIA ELÉTRICA

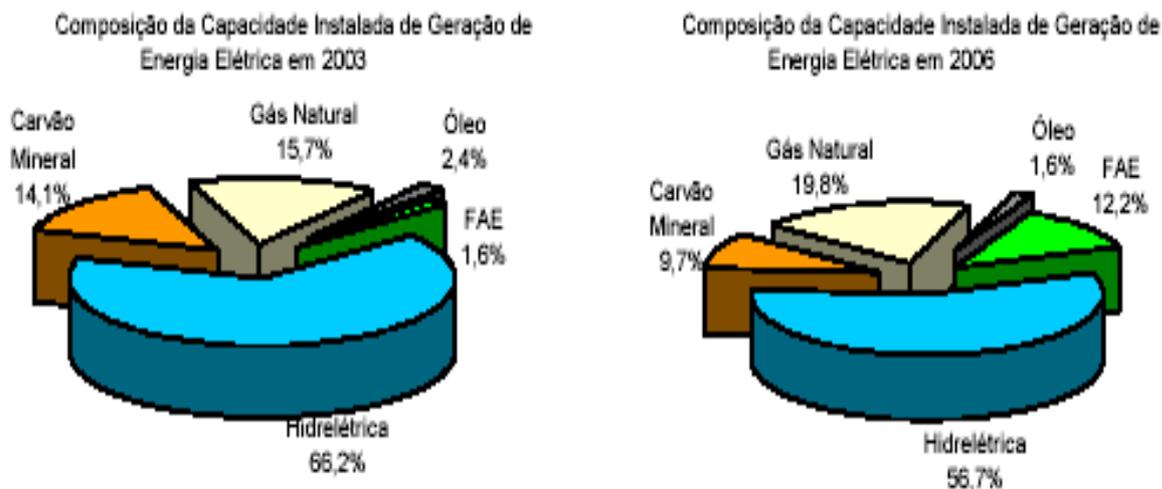
O ano de 2003 apresentou importantes avanços nos projetos na área de infra-estrutura, através da decisiva participação do Estado como formulador das políticas energéticas.

A tabela a seguir contém as participações de cada fonte na capacidade instalada e na produção de energia elétrica no Rio Grande do Sul em 2003, conforme dados extraídos do Balanço Energético do Estado..

Geração de energia Elétrica no RS - 2003

Fonte	Potência		Energia	
	MW	%	MW Médios	%
Hidrelétrica	2528	66,2	1227	71,4
Carvão Mineral	538	14,1	179	10,4
Gás Natural	600	15,7	276	16,1
Óleo	90	2,4	4	0,3
Fontes Alternativas	62	1,6	31	1,8
Total	3.818	100	1.717	100

O gráfico a seguir ilustra a participação das fontes de energia no período 2003-2006.



As tabelas a seguir resumem os empreendimentos de geração elétrica previstos para o período 2003-2008. Os investimentos totais diretos em energia previstos para o Estado alcançam a soma de R\$ 15,5 bilhões de reais ou U\$ 5 bilhões de dólares³.

Investimentos em Energia, no RS, Previstos para o Período 2003-2008

Fonte	Potência		Energia		Investimento Total Estimado	
	MW	%	MW Médios	%	US\$(milhões)	R\$(milhões)
Hidrelétricas	2264	38,1	1225	43,7	1439	4186
UTE Carvão	1850	31,2	648	23,1	1958	5698
UTE Gás	500	8,4	350	12,5	300	873
Fontes Alternativas	1324	22,3	579	20,7	1184	3445
Total	5.938	100	2.802	100	4881	14202
Gasoduto Uruguiana- Porto Alegre					206	599
Investimentos Totais					5087	14801

Fontes Alternativas de Energia Previstas, no RS, para o Período 2003-2008

Fonte	Potência		Energia		Investimento Total Estimado	
	MW	%	MW Médios	%	US\$(milhões)	R\$(milhões)
Biomassa	86	6,5	73	12,6	51	149
PCH	529	40,0	291	50,3	477	1.387
MCH	9	0,7	5	0,9	8	24
Eólica	700	52,9	210	36,3	648	1.885
Total	1.324	100	579	100	1.184	3.445

EXPANSÃO DA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA

Existem várias usinas hidrelétricas em construção e previstas no Rio Grande do Sul. Na próxima tabela, é apresentado um resumo desses empreendimentos, identificando suas potências instaladas e energias asseguradas.

³ Dólar equivalente a R\$ 2,91: cotação média de novembro de 2003

São apresentados também os estágios atuais de cada empreendimento e as datas previstas para a entrada em operação.

É de se destacar que esses empreendimentos estão sendo executados a partir de consórcios envolvendo empresas privadas e a participação, nos casos indicados, da CEEE.

Expansão da Geração Hidrelétrica										
Usina	Localização	Potência	Energia ¹	Situação da Obra		Operação Comercial Prevista	Investimento Total Estimado		Geração de Empregos Prevista	
		MW	MW med	Início	Situação Atual		US\$	R\$	Construção	Operação
Monte Claro ²	Pinto Bandeira e Nova Roma do Sul - RS	130	59	abr/2002	conclusão de 52,91%	out/04 dez/04	78	225	1650	50
Castro Alves ²	Nova Pádua e Nova Roma do Sul - RS	130	64	jan/2004	Projeto e aquisição de terras	dez/05 fev/06 abr/06	71	207	1650	50
14 de Julho ²	Bento Gonçalves e Cotiporã - RS	100	50	ago/2004	Projeto	mar/06 nov/06	65	190	1650	50
Foz Chapecó ³	Alpestre - RS e Águas do Chapecó - SC	855	442	mar/2004	Projeto e aquisição de terras	nov/07 jan/08 abr/08 jul/08	537	1564	3200	70
Barra Grande	Esmeralda - RS e Anita Garibaldi - SC	690	380	jul/2001	conclusão de 60%	out/05 jan/06 abr/06	447	1300	2800	60
Monjolinho	Faxinalzinho e Nonoai - RS	67	43	mar/2004	Projeto	abr/06	55	160	700	30
Pai Querê	Bom Jesus - RS e Lages - SC	292	187	jul/2004	Projeto	jun/05 ago/05	186	540	1700	50
Total		2264	1225				1439	4186	13350	360
Campos Novos ⁴	Campos Novos - SC	880	378	ago/2001	Conclusão de 50%	jan/06 abr/06 jun/06	458	1333	3200	70

Fonte: ANEEL

Nota1: Energia assegurada conforme resolução ANEEL 266 ou contrato de concessão

Nota2: Usina do Projeto CERAN (Complexo Energético do Rio das Antas) com participação da CEEER (30%)

Nota3: Usina com participação da CEEER (20%)

Nota4: Usina com participação da CEEER (6,51%). Não agregará à potência instalada no RS

Projeto Ceran (Complexo Energético do Rio das Antas de 360 MW)

A CEEER está investindo, em conjunto com parceiros privados, no Projeto Ceran – Complexo Energético do Rio das Antas de 360 MW. O investimento previsto pela CEEER no Projeto é de R\$ 186 milhões, sendo 30% com recursos próprios e 70% com financiamento do BNDES. Atualmente, está em obras a Usina Hidroelétrica Monte Claro, que já tem 52,9% das obras concluídas. Esse empreendimento, onde trabalham 1.145 empregados, tem previsão de conclusão da primeira unidade de geração para outubro de 2004.



(Figura: site ENERCAN)

A CEEE está também participando na construção da Usina Hidroelétrica Campos Novos, com potência de 880 MW, que está com 50% das obras concluídas. A primeira unidade entrará em operação em 2006. Em 2003, foram investidos nesse projeto R\$ 7 milhões pela CEEE.

Projeto do Complexo Hidrelétrico Garabi

No ano de 2003, foram reativados os estudos do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Garabi, no rio Uruguai. Trata-se do maior projeto de aproveitamento hidrelétrico do Sul do País, com a construção de uma usina com capacidade de 1.800 MW, com investimentos previstos de US\$ 1,5 a US\$ 2,0 bilhões, através de concessão binacional para projeto, construção e exploração. Essa obra gerará 7.000 empregos durante a sua construção e outros 300 empregos durante a operação, além de milhares de empregos indiretos. Os Presidentes do Brasil e Argentina já manifestaram a intenção de criar um grupo de trabalho para desenvolvimento hidrelétrico do trecho compartilhado do Rio Uruguai (declaração conjunta de 16/10/03) e o Ministério de Minas e Energia do Brasil e a Secretaria de Energia da Argentina já estão mantendo contatos para reativação do Projeto. Prevê-se, para 2004, a continuidade dos debates sobre o assunto, com a realização de encontro dos governadores da área atingida pelo empreendimento e a constituição e efetivação do grupo de trabalho para a viabilização do empreendimento.

Expansão da Geração Termelétrica a Carvão Mineral

Existem várias usinas termelétricas previstas no Rio Grande do Sul. Na tabela abaixo é apresentado um resumo desses empreendimentos, identificando suas potências instaladas, energias e combustíveis.

Expansão da Geração Termelétrica no RS

Usina	Empreendedor	Localização	Potência	Energia	Situação da Obra		Operação Comercial Prevista	Investimento Total Estimado	
			MW	MW med	Início	Situação Atual		US\$ (milhões)	R\$ (milhões)
Candiota III	CGTEE	Candiota	350	123	aguarda definição ²	Negociação do PPA	2008	260	757
Jacuí ¹	TRACTEBEL	Charqueadas	350	123	2004	55% das obras físicas	2008	200	582
Seival	STEAG e COPELMI	Candiota	500	175	aguarda definição ⁴	Negociação do PPA	2008	830	2.415
CTSul	CTSUL Ltda.	Cachoeira do Sul	650	228	aguarda definição ⁵	Processo de liberação na FEPAM e na ANEEL	2010	760	2.212
Total			1850	649				2.050	5.966

Fonte: SEMC

Nota1: Será possível a entrada comercial em 2006 se efetivado o PPA com a CEEE.

Nota2: Aguarda definição do no Modelo do Setor Elétrico que vai indicar a partir de quando será adquirida a energia nova gerada.

A retomada ou execução das usinas térmicas à carvão estão na dependência, fundamentalmente, das negociações envolvendo os empreendedores, para o que o novo marco regulatório do setor elétrico deverá contribuir.

EXPANSÃO DA GERAÇÃO A PARTIR DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA

Existem várias usinas, a partir de fontes alternativas de energia, em estudo no Rio Grande do Sul e que estão apresentadas a seguir. A viabilização da maior parte dos empreendimentos será através da implantação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), aprovado pela Lei 10.438/02, cujo regulamento será editado em breve. Esse programa buscará a viabilização dos projetos de energia eólica, das microcentrais hidrelétricas e das usinas de biomassa.

Energia Eólica

O Governo do Estado tem desenvolvido esforços de natureza política e técnica para a viabilização de projetos de energia eólica no Rio Grande do Sul. A implantação desses projetos gerará benefícios, tanto do ponto de vista da sua contribuição para a auto-suficiência na geração de energia elétrica, com o uso de uma fonte de energia ambientalmente limpa, como do ponto de vista econômico, tendo em vista a instalação prevista de fábricas de equipamentos para usinas eólicas no Estado.

No âmbito do PROINFA, que garantirá a compra de 1100 MW de energia eólica no Brasil, o Rio Grande do Sul foi contemplado com 220 MW, o que permite prever a implantação, já a partir de 2004, dos parques eólicos de Osório e Cidreira, que importam investimentos da ordem de US\$ 215 milhões, com a geração de 1.350 empregos diretos na fase de implantação das usinas. Além desses empreendimentos, há uma lista de possibilidades de usinas eólicas no Estado, como mostra a tabela a seguir:

Projetos de Parques Eólicos com Licença de Instalação

Usina	Empreendedor	Localização	Potência	Energia	LI	Situação da Obra		Operação Comercial Prevista	Investimento Total Estimado	
			MW	MW med		Início de Const.	Situação Atual		US\$ (milhões)	R\$ (milhões)
Osório	ELECNOR	Osório	50,0	15,0	06/01/03	mai/2004	aguarda chamada pública	ago/2005	50	145
Osório Sangradouro	ELECNOR	Osório	50,0	15,0	06/01/03	set/2004	aguarda chamada pública	dez/2005	50	145
Osório Índios	ELECNOR	Osório	50,0	15,0	06/01/03	jun/2005	aguarda chamada pública	out/2006	50	145
Cidreira	ELEBRÁS	Tramandaí	72,0	21,6	30/05/03		aguarda chamada pública		65	189
Serra dos Antunes	GAMESA	Piratini	98,6	29,6	30/06/03		aguarda chamada pública		84	244
Xangri-lá II	ERB	Xangri-lá	6,0	1,8	10/09/03		aguarda chamada pública		5	16
Osório I	ERB	Osório	30,0	9,0	10/09/03		aguarda chamada pública		27	79
Xangri-lá I	ERB	Maquiné	24,0	7,2	23/09/03		aguarda chamada pública		22	63
Palmares	ELECNOR	Palmares do Sul	50,0	15,0	24/09/03	set/2004	aguarda chamada pública	dez/2005	50	146
Livramento	GAMESA	Santana do Livramento	149,6	44,9	31/10/03		aguarda chamada pública		127	370
Xangri-lá	ProWind	Xangri-lá	26,3	7,9	04/12/03		aguarda chamada pública		20	58
Casqueiro I	ERB	Osório	6,0	1,8	10/12/03		aguarda chamada pública		6	16
Casqueiro II	ERB	Osório	40,5	12,2	10/12/03		aguarda chamada pública		36	106
Total			653	196					592	1.722

Fonte: SEMC

Projetos de Usinas de Biomassa

Também beneficiadas pelo PROINFA, as Usinas de Biomassa constituem importantes iniciativas na linha da diversificação da Matriz Energética do Estado, que dispõe de um potencial de utilização de biomassa avaliado em 150 MW, principalmente derivado da utilização de casca de arroz. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos esforços para viabilização de empreendimentos que explorem esse potencial, destacando-se as Usinas de Dom Pedrito, com 12 MW, e de Alegrete, com 8 MW, ambas com licença ambiental para instalação, a serem construídas pela Koblitz Energia S.A. e Pilecco & Cia. Ltda., respectivamente. Além dessas, há ainda quatro usinas aguardando liberação ambiental, a serem construídas em Alegrete (2), Capão do Leão e Dom Pedrito.

Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs

Ainda quanto às fontes alternativas de energia, devem ser destacadas as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), também abrangidas pelo PROINFA, no qual a cota do Rio Grande do Sul está fixada em 185 MW, o que justifica a convicção de que, em 2004, vários projetos possam ser viabilizados.

Uma ação importante desenvolvida, em 2003, diz respeito à agilização do processo de licenciamento ambiental, que representava um sério entrave ao andamento desses projetos. Com as medidas adotadas, esse processo, que antes exigia prazos superiores a um ano, ficou reduzido para 90 dias. Entre os projetos em fase de viabilização, já com licenciamento ambiental concluído, destacam-se os seguintes:

Projetos das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's

Usina	Empreendedor	Localização	Potência	LI
			MW	
JOÃO CERUTTI	Hidrelétrica Frederico João Ceritti	Erval Seco	1	16/05/01
BOM RETIRO	Moinhos Estrela Ltda.	Cruzeiro do Sul	30	06/01/03
FERRADURA	BT Geradora de Energia Ltda.	Erval Seco	9,2	04/02/03
SÃO MARCOS	Hidrelétrica Rio São Marcos Ltda.	São Marcos	1	30/04/03
ESMERALDA	Desenvix S/A	Barracão e Pinhal	22,2	09/05/03
COTIPORÁ	Cotiporá Energética S/A	Cotiporá	13	30/05/03
CAÇADOR	Caçador Energética S/A	Nova Bassano e Serafina Corrêa	15	30/05/03
LINHA EMÍLIA	Linha Emília Energética	Dois Lajeados	13	03/06/03
SÃO BERNARDO	CJ Energética	Rio Bernardo José - Barracão e Esmeralda	15	06/06/03
ALBANO MACHADO	Gerção Luz Empreend. E Participações Ltda. (André)	Trindade do Sul	2,4	07/07/03
DA ILHA	Hidrotérmica S/A	Antônio Prado	26	16/07/03
JARARACA	Hidrotérmica S/A	Antônio Prado	28	16/07/03
CARLOS GOZATO	CESBE S/A	Campo Novo	8,6	18/09/03
TOTAL			184,4	

Fonte: SEMC

TRANSMISSÃO

A CEEE realizou, em 2003, investimentos de aproximadamente R\$ 25 milhões em obras de expansão e melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica do Estado, o que resultou em um aumento de aproximadamente 160 km de Linhas de Transmissão, destacando-se as Linhas Caxias x Taquara, Taquara x Osório 2 e Gravataí 2 x Porto Alegre 6. Ocorreu, também, um incremento de 150 MVA na potência instalada das Subestações com a entrada em operação da SE Taquara. Dentro deste valor está o investimento de mais de R\$ 3 milhões na expansão da telecomunicação.

Em função destes investimentos a capacidade máxima de atendimento ao Estado, em condições normais, é de 4.730 MW.

DISTRIBUIÇÃO

Na Área de Distribuição, a CEEE investiu, aproximadamente, R\$ 37 milhões em obras de expansão e melhoria do Sistema de Distribuição. Na sub-transmissão, houve um incremento de 20 km em Linhas de Transmissão e mais de 115 MVA de potência em Subestações. No Programa Reluz, a Empresa investiu mais de R\$ 1,2 milhão em parceria com dez prefeituras.

A CEEE investiu, ainda, R\$ 1,4 milhão em oito Programas de Eficientização e R\$ 850 mil em Pesquisa e Desenvolvimento.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Dentro dos eixos do Governo do Estado de promoção de ações visando ao combate as desigualdades regionais e à inclusão social, um dos principais problemas diagnosticados pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, no exercício de 2003, foi a questão da exclusão elétrica.

No Brasil, existem, ainda 2.484.700 domicílios que não possuem energia elétrica e 75% destes se localizam na área rural. O Estado do Rio Grande do Sul ocupa, em números absolutos, o 7º lugar no quadro de exclusão, ficando na frente apenas dos Estados da Bahia, Maranhã, Pará, Piauí, Ceará e Minas

Gerais, com um total de 101.396 domicílios sem energia elétrica e destes, 76.000 mil localizados na área rural.

Domicílios não atendidos por energia elétrica

Região/Estado		Tipo de Domicílio		Total
		Urbano	Rural	
Região	Norte	56.195	447.124	503.319
	Nordeste	201.642	1.110.768	1.312.410
	Sudeste	166.565	206.214	372.779
	Centro-Oeste	31.610	90.336	121.946
	Sul	49.011	125.235	174.246
Brasil		505.023	1.979.677	2.484.700
Estado	Paraná	11.784	32.031	43.815
	Santa Catarina	11.832	17.203	29.035
	Rio Grande do Sul	25.395	76.001	101.396
Região Sul		49.011	125.235	174.246

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Tendo em vista esse quadro, o Governo Federal lançou, em 2003, o Programa Nacional de Universalização do Acesso ao Uso da Energia – Programa Luz para Todos, que prevê a parceria entre o Governo Federal, Estados, Municípios e Distribuidoras de Energia para atacar de forma definitiva esse grave problema social. Para tanto, o Governo do Estado já firmou o termo de adesão ao Programa e aprovou, no orçamento para 2004, a dotação de R\$ 11 milhões como contrapartida. Além disso, foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado a Lei que cria o **Programa Estadual de Eletrificação Rural**, que se integrará ao Programa Federal “Luz para Todos”. O Programa prevê a seguinte participação: 50% dos recursos do Governo Federal, 30% das Distribuidoras e Cooperativas, 10% dos Estados e 10% dos Municípios.

As obras serão executadas pelas distribuidoras e cooperativas e fiscalizadas pelos órgãos dos governos Federal e Estadual. O Programa será coordenado por um Comitê Gestor, que definirá os critérios de seleção dos projetos que serão analisados e acompanhará o desenvolvimento do mesmo no Estado, cujo prazo de execução será até o ano de 2008. Um dos critérios que também serão adotados pelo Comitê Gestor diz respeito à seleção dos municípios que escolheram, através do processo da Consulta Popular, como prioridade, a execução de obras de eletrificação rural.

Projetos-Piloto do Programa de Eletrificação Rural

Para dar início ao Programa de Eletrificação Rural, no Estado, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações acertou com o Ministério de Minas e Energia o lançamento de Projetos Pilotos, cujas obras foram selecionadas dentre projetos de áreas específicas e já elaborados.

O Ministério de Minas e Energia acertou o início desses projetos-piloto a partir de fevereiro de 2004, com recursos na ordem de R\$ 3,0 milhões, que foram

distribuídos entre as áreas de concessão da CEEE e da RGE, cujas obras deverão ser construídas em até 120 dias. Esses projetos-piloto terão seus valores custeados em 85%, através de recursos do Ministério de Minas e Energia, sendo os 15% restantes cobertos pelas distribuidoras.

O Governo do Estado selecionou os projetos pilotos da área da CEEE que terão execução imediata a partir de fevereiro de 2004, conforme segue:

Relação dos Projetos-Piloto de Eletrificação Rural

Município	Localidade	Famílias Beneficiadas	Valor Total
			Em R\$
Mostardas	Praia São João	90	152.966,75
Dom Pedrito	Rede Interior	39	130.344,12
Pinheiro Machado	Rede Interior	48	322.882,19
Santa Vitória do Palmar	Médanos - IRGA	21	156.940,54
São José do Norte	Capão da Areia, Curral Velho, Arroio Inhame e Várzea, São Caetano, Três Capões, Canastreiro, Gravatá e Capão do Melo	463	1.197.572,63
Terra de Areia	Beco do Cotovelo e Três Pinheiros	20	18.931,71
Bagé	Joca Tavares, Coxilha das Flores, Palmas	32	106.374,17
Lavras do Sul	Passo dos Carros e Meia Lua	34	120.143,74
TOTAL			2.206.155,85

GÁS NATURAL

Atualmente, a oferta de gás natural, destinado ao atendimento do mercado gaúcho, está limitada à capacidade de transporte do Gasoduto Bolívia-Brasil. Assim, dos 2,3 milhões de m³/dia de gás recebido da Bolívia, 2,2 milhões já estão comprometidos com os contratos de fornecimento já firmados e com o fornecimento de gás para a Usina Termocanoas. Restam, portanto, somente 100 mil m³/dia para novas comercializações, equivalentes ao abastecimento de cinco indústrias de porte médio ou 10 postos de gás natural veicular (GNV). Acresce-se, ainda, o gás destinado à Usina Termelétrica Uruguaiana, da AES-Sul, cuja demanda diária é 2,8 milhões de m³.

O aumento da capacidade de transporte de gás boliviano está condicionado à instalação de nova tubulação, com 701 km de extensão, para a qual não existe ainda custo estimado, estudo de viabilidade e projeto de engenharia. Essa alternativa é de viabilidade duvidosa, na medida em que, pelas novas normas da Agência Nacional do Petróleo, as tarifas de fornecimento serão proporcionais à distância.

Resta, portanto, a alternativa do gás argentino, cujo gasoduto, que ligará Uruguaiana a Porto Alegre, permitirá a formação de um anel de gasodutos, possibilitando a circulação de gás pelas regiões, inclusive com inversão de fluxo. A construção do **Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre** está a cargo da Transportadora Sul Brasileira de Gás (TSB), formada pela associação das empresas Ipiranga, Gaspetro, Repsol-YPF, Tecgas e Total-Fina. Quando concluído, esse gasoduto acrescentará uma capacidade de 12 milhões de m³/dia de gás natural, permitindo significativo aumento do mercado consumidor, tanto no Rio Grande do Sul como nos demais estados alcançados pelo anel de gasodutos. Prevê-se a conclusão da primeira fase dessa obra em 18 meses, significando um acréscimo de capacidade de 6,9 milhões de m³/dia de gás natural.

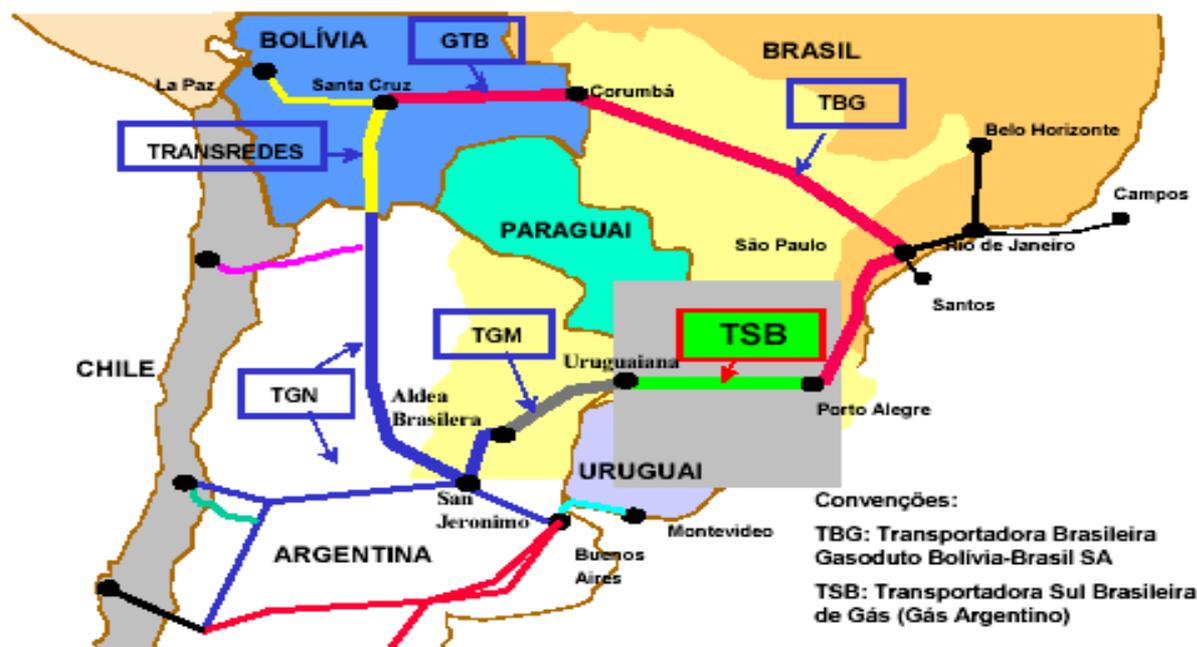


Figura - Fechamento do Anel de Gasodutos

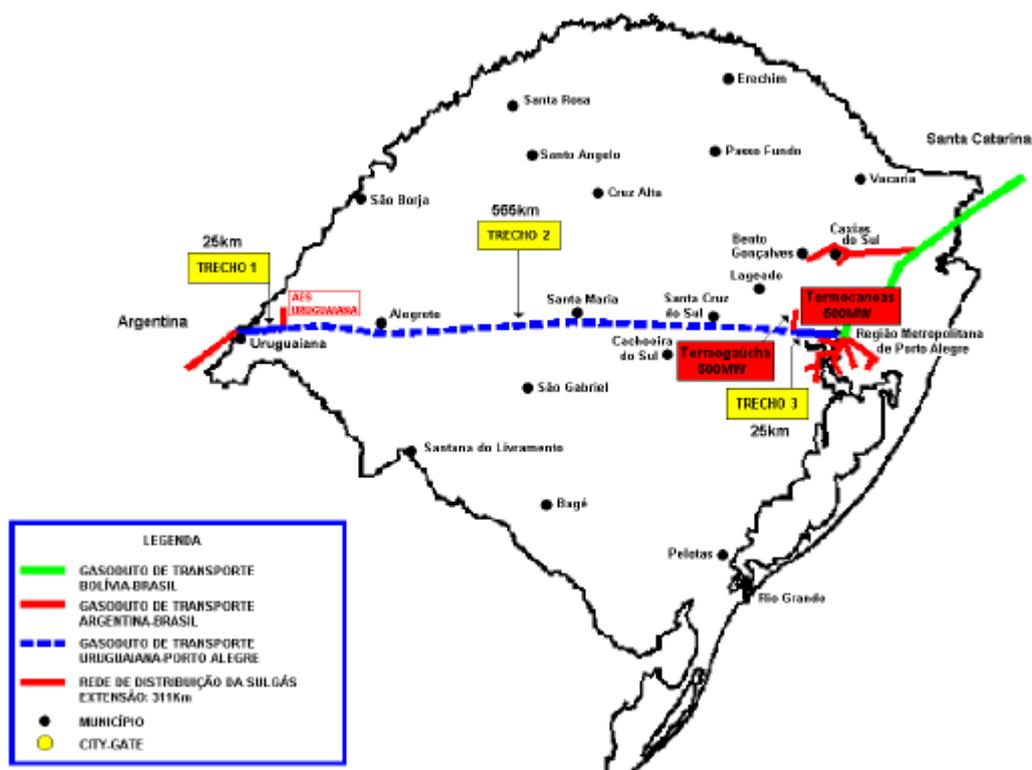
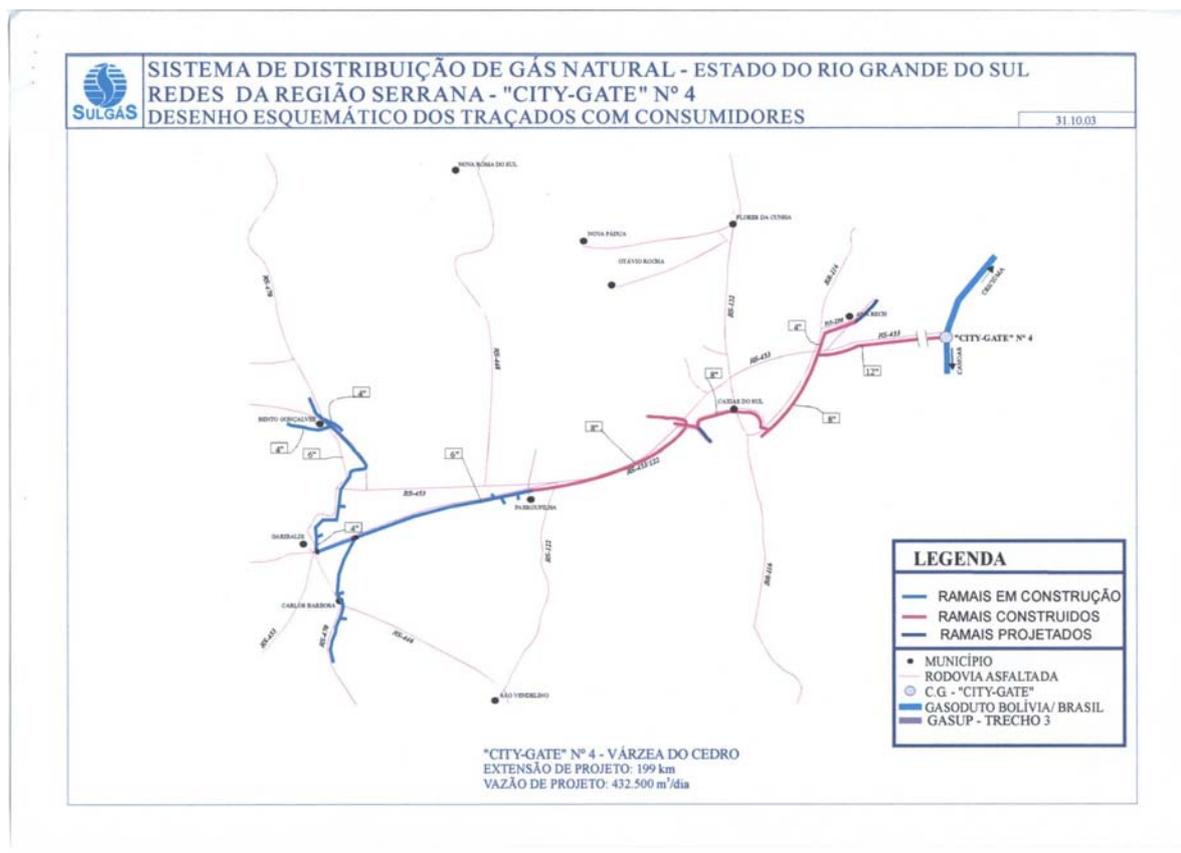


Figura – Gasoduto Uruguiana-Porto Alegre e Localização da Termelétricas

GASODUTO SERRA GAÚCHA

Dentro do programa de implementação do Gasoduto Serra Gaúcha, foi dada continuidade à obra de expansão e distribuição de gás desde Farroupilha até os municípios de Garibaldi, Carlos Barbosa e Bento Gonçalves, com extensão total de 50 km e investimentos, em 2003, de R\$ 5 milhões. A conclusão da obra está prevista para o primeiro trimestre de 2004.



(Figura: SEMC/SULGÁS)

GASODUTO ANEL PORTO ALEGRE

O Gasoduto Anel Porto Alegre terá uma extensão de aproximadamente 22 km. O gasoduto principal está concluído no trajeto city-gate de Canoas até a Av. Ipiranga, já fornecendo gás natural a postos de combustíveis (GNV), e podendo, em breve, fornecer aos setores comerciais, hospitais, shopping, universidades e também a condomínios residenciais. Durante o ano de 2003, foram investidos aproximadamente R\$ 1,5 milhão neste empreendimento.

SANEAMENTO E OBRAS PÚBLICAS

Uma das principais atividades desenvolvidas pela **Secretaria de Obras Públicas e Saneamento (SOPS)** é a de prover com abastecimento de água as comunidades não alcançadas pela **Cia. Riograndense de Saneamento (CORSAN)**. Esse abastecimento é realizado através da perfuração de poços tubulares profundos. Além disso, a SOPS auxilia os municípios que necessitam de equipamentos para desassoreamento de rios e riachos, através de Convênios de Termo de Cessão de Uso de Dragas. Em 2003, foram realizadas perfurações de poços tubulares em 149 localidades do Estado, atendendo a 63 municípios e beneficiando mais de 7.700 famílias.

Outra atividade de grande relevância desenvolvida pela SOPS é a instalação, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, drenagem urbana, sistemas de tratamento de esgoto sanitário e resíduos sólidos nas áreas urbana e rural, através do repasse de recursos para a execução de obras em diversos programas especiais e do apoio às Prefeituras Municipais na

elaboração de projetos, na contratação e fiscalização das obras. Na área de infraestrutura hídrica, podem ser citadas diversas atividades que incluem desde a elaboração de projetos até a construção de obras de barragens e barramentos.

No que se refere à drenagem urbana, é realizada a desobstrução de canais bem como a elaboração de projetos e execução de obras para implantação de redes de esgoto pluvial. Em 2003, foi desenvolvido um diagnóstico/prognóstico da drenagem urbana do Estado, sendo identificados 175 municípios com drenagem em situação crítica.

Em 2003, foi firmado convênio entre o Governo do Estado e o Governo Espanhol com o objetivo de realizar o diagnóstico de saneamento ambiental para pequenas comunidades do Rio Grande do Sul. O custo total do contrato é da ordem de 339 mil euros, sendo que a fonte de recursos é do Governo Espanhol, sem contrapartida do Estado. Esse diagnóstico será desenvolvido num período de oito meses e subsidiará o **Programa de Saneamento Ambiental para Pequenas Comunidades do Rio Grande do Sul**, que beneficiará a população de mais de 220 municípios do Estado com menos de 5.000 habitantes.

Foram concluídas, em 2003, mais de 70 obras de sistemas simplificados de abastecimento de água e/ou sistemas simplificados de esgoto. Estão sendo firmados convênios com 72 municípios do Estado, no âmbito do Programa de Saneamento para Pequenas Comunidades/2003, com recursos oriundos do Fundo de Recursos Hídricos, no valor de R\$2.812.660,26, beneficiando, aproximadamente, 3.661 famílias.

Nas comunidades indígenas foram concluídas obras de abastecimento de água nas Aldeias Irapuã, Guarita, Cantagalo, Pinhalzinho, Vontouro. Encontram-se em fase de finalização, para início em 2004, Salto Grande Jacuí, Coxilha da Cruz e Pacheca, com um investimento de R\$ 844,85 mil, beneficiando 332 famílias, em parceria com a FUNASA.

É de destacar a aprovação, pela Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei, encaminhado pelo Poder Executivo, definindo a **Política Estadual de Saneamento**, que se constitui em uma proposta de normatização, tendo por finalidade disciplinar o planejamento e as execuções das ações, obras e serviços de saneamento no Estado, respeitadas as atribuições e competências constitucionais dos entes federados.

No âmbito da **CORSAN** foram realizados, em 2003, investimentos de R\$ 49 milhões em obras, com destaque para as ampliações e melhorias dos sistemas de abastecimento de água em Gravataí, Passo Fundo, Campo Bom e Frederico Westphalen e os sistemas de tratamento de esgoto em Torres e Tramandaí. As obras de esgotamento sanitário abrangeram, em 2003, uma população de mais de 630 mil pessoas a as de tratamento de água atingiram a mais de 350 mil pessoas.

Os quadros a seguir mostram as principais obras realizadas pela CORSAN, em 2003, nas áreas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto.

Obras de Esgotamento Sanitário

Localidade	Objeto	População Beneficiada	Valor (R\$)	% Executado
Alegrete	Execução das Obras Integrantes do Sistema de esgotamento Sanitário - Alegrete	22.000 habitantes	4.161.834,77	26,38%
Cacequi	Execução do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários - Cacequi	6.000 habitantes	1.719.412,43	85,85%
Cachoeirinha-Gravataí	Implantação de ligações das instal. prediais aos ramais prediais de esg. Sanit. - Lote 1 - Cachoeirinha/Gravataí	355.778 habitantes	2.448.737,50	85,63%
Cachoeirinha-Gravataí	Ligações prediais de esgoto sanitário - Lote 2 - Cachoeirinha/Gravataí	355.778 habitantes	2.283.375,00	96,88%
Cachoeirinha-Gravataí	Ligações prediais de esgoto sanitário - Lote 3 - Cachoeirinha/Gravataí	355.778 habitantes	1.821.400,97	67,44%
Cassino	Execução dos coletores principais da bacias 1 e 2, Estação Elev. e Linha de Rec. - Cassino	24.000 habitantes	1.494.678,78	97,41%
Cassino	Execução da estação de tratamento de esgoto - Cassino	10.000 habitantes	1.515.884,33	89,03%
Dom Pedrito	Ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários, ETE, reforma de uma EBE e linha de recalque - Dom Pedrito	16.000 habitantes	962.338,17	46,01
Jaguarão	Execução da Estação de Tratamento de Esgoto - Jaguarão	25.000 habitantes	958.726,40	50,38%
Torres	Ampliação do Sistema de Coleta e Tratamento de esgoto - Torres	35.000 habitantes	2.858.303,11	98,64%
Torres	Exec. de obras no Sist. de trat. de esgoto sanitário - Torres	35.000 habitantes	4.965.882,50	87,64%
Tramandaí	Exec. das obras de ampl. da rede coletora de eagotos e ligações prediais, p/ o Bairro da Barra - Tramandaí	5.000 habitantes.	575.340,84	74,87%
Uruguaiana	Execução da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário - Uruguaiana	97.300 habitantes	3.269.655,20	19,43%
Total de Projetos Prioritários - R\$			29.035.570,00	

Obras de Tratamento de Água

Localidade	Objeto	População Beneficiada	Valor (R\$)	% Executado
Bento Gonçalves	Execução das obras de conclusão ETA Nova, reforma da ETA Velha e execução de rede de distr. de água - Bento Gonçalves	92.064 habitantes	650.600,68	71,16%

Localidade	Objeto	População Beneficiada	Valor (R\$)	% Executado
Campo Bom	Exec. da Subest. Transf., Elevatória de Água Tratada EBA-8EV e Inst. Elétricas - Campo Bom	6.000 habitantes	1.152.765,41	83,35%
Chувиска	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - Chувиска	4.000 habitantes	658.905,98	40,34%
Encantado	Exec. Obras da Captação, Elevatória, AAB, ETA e AAT - Encantado	20.000 habitantes	1.722.687,62	85,67%
Frederico Westphalen	Execução das Obras da Adutora e estação Elevatória de Água Tratada - Frederico Westphalen	10.000 habitantes	1.006.516,59	57,60%
Gravataí	Exec. das obras da Capt. e Elevatória de Água Bruta, EAB. Câmara de Man., Instal. Elétr. e de Urban. EAB-3 - Gravataí	61.000 habitantes	1.155.913,12	92,75%
Nova Santa Rita	Execução das obras pertencentes ao Projeto de Implantação do Sistema de Água - Nova Santa Rita	50.000 habitantes	2.510.824,35	90,60%
Passo Fundo	Execução das obras de barragem de nível, estação de bombeamento e adutora de água bruta - Passo Fundo	45.000 habitantes	2.098.244,45	63,96%
Pedro Osório	Execução das obras de ampliação de abastecimento de água - Pedro Osório	20.000 habitantes	1.363.241,57	91,76%
Rosário Do Sul	Elevatória da ETA, Reforma de Rede e Reservatório de 500 m ³ - Rosário do Sal	15.000 habitantes	859.427,16	92,36%
São Borja	Implant. das obras da EAB, d Câmara de Manob. e da Exec. das Instal. Elétricas - São Borja	30.000 habitantes	969.401,42	82,21%
Triunfo-Sitel	Exec. obras novo sist. abast. água (capt., elev. água bruta, ETA met. casa quím) Triunfo-Sitel	-	791.616,16	97,65%
Total de Projetos Prioritários - R\$			14.940.144,51	

Foi firmado, entre a CORSAN e Projeto Para Proteção e Uso Sustentável do Sistema Aquífero Guarani (PSAG), um protocolo de intenções onde a Companhia se compromete a fornecer informações sobre poços existentes no aquífero e, o PSAG, a disponibilizar a participação da CORSAN em programas de capacitação, incluindo intercâmbio entre instituições similares e a utilização de consultores para demandas objetivas.

Estão sendo retomadas as obras paralisadas dos Programas Pró-Saneamento e Pró-Conclusão. Desta maneira, foi possível comprometer a utilização de saldos de contratos de financiamento no valor total de R\$ 7,1 milhões, resgatando a credibilidade da CORSAN junto à Caixa Econômica Federal, o principal financiador do Setor.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

HABITAÇÃO

Até o final de 2003, de um total de 4.123 unidades habitacionais contratadas, foram concluídas 3.450 casas pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Nesse Programa, o Governo Federal garante recursos para a compra de materiais visando à construção das casas, enquanto o Governo do Estado, através da **Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR)**, participa com os terrenos, infra-estrutura básica, acompanhamento, supervisão e responsabilidade técnica. O total investido, em 2003, pelo Governo do Estado, em infra-estrutura foi de R\$ 9,96 milhões.

O Programa **Minha Casa** tem por objetivo promover a Política Habitacional com inclusão social, colocando o cidadão e sua família como centro e alvo de políticas públicas integradas, visando a sua qualificação social. Esse Programa é voltado para as famílias residentes nas áreas urbana e rural com renda familiar de até 5 salários mínimos, e, através dele, será garantido o acesso da população mais carente à moradia com qualidade e conforto mínimos, dotadas de serviços de infra-estrutura (água, esgoto e energia elétrica) e serviços sociais básicos (saúde, educação, qualificação profissional / renda e segurança). Em 2003, foram retomadas obras paralisadas em exercícios anteriores, através de convênios com municípios e cooperativas habitacionais, tendo o Governo do Estado investido R\$ 8,63 milhões, em 119 municípios. Foi dada, assim, continuidade à construção de 4.049 casas, 423 módulos sanitários e 4.470 lotes, e à ampliação ou melhorias de 734 unidades habitacionais.

Através da Lei n.º 11.987 de 14 de outubro de 2003, foi criada a **Câmara Setorial de Regularização Fundiária**, regulamentada pelo Decreto n.º 42.660. Na área da regularização fundiária destaca-se:

➤ retomada de convênios com cooperativas habitacionais para aquisição de áreas e urbanizações com ações em 13 municípios e beneficiando 3.153 famílias. O investimento do Governo do Estado foi de R\$ 828.168,34;

➤ retomados convênios e contratos com 11 Prefeituras para a regularização fundiária, beneficiando 12.164 famílias, com um investimento do Governo do Estado de R\$ 1.641.324,49.

Considerando a demanda de habitações e as condições precárias de habitabilidade nas reserva indígenas foi instituído, pelo Decreto n.º 42.808 de 06/01/2004, o **Programa Estadual de Habitação Indígena** que tem como objetivo combater o *déficit* habitacional indígena das tribos Kaingang e Guarani, respeitando as suas exigências culturais. Em 2003, foram concluídas obras em Barra do Ribeiro e iniciaram-se as construções de 18 casas em São Miguel das Missões, que serão concluídas ainda em 2004.

DESENVOLVIMENTO URBANO

A **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado entre os municípios. Sua área de atuação abrange a Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se encontram 31 municípios; a Aglomeração Urbana do Nordeste, com 10 municípios; e a Aglomeração Urbana do Sul, com 4 municípios. Nessas áreas estão localizados cerca de 4,5 milhões de habitantes, representando, no

ano de 2002, 40% da população gaúcha, ocupando aproximadamente 7% da área territorial do Estado e concentrando cerca de 70% da economia do Rio Grande do Sul. Em de 2003, destacam-se as seguintes ações, descritas a seguir.

O Programa de **Resíduos Sólidos e Infra-estrutura Urbana** tem como objetivos melhorar a infra-estrutura física e social das áreas e as condições ambientais da Região Metropolitana e das aglomerações urbanas recuperando, urbana e ambientalmente, áreas degradadas e promovendo o desenvolvimento social e econômico de comunidades. Em 2003, foram realizadas obras de:

- pavimentação e infra-estrutura asfáltica de cinco ruas (R\$ 801 mil), beneficiando 50 mil habitantes e assinatura de convênio para execução da pavimentação asfáltica da Estrada da Branquinha (R\$ 1,02 milhão) em Viamão;
- infra-estrutura completa e pavimentação da avenida Araranguá, (R\$ 278 mil) em Alvorada, beneficiando 20 mil pessoas usuárias do transporte coletivo metropolitano;
- construção de galpão de reciclagem em Rio Pardo, cujo objetivo é reduzir o impacto da destinação dos resíduos no meio ambiente. Atualmente são produzidas aproximadamente 17 toneladas por dia;
- lançamento do edital para construção do galpão de reciclagem em Guaíba, junto ao aterro sanitário do município;
- obras em Montenegro na Avenida das Américas com pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, meio fio, sinalização horizontal e vertical, o investimento é de R\$ 418 mil.

O Programa **Desenvolvimento para o Usuário do Transporte Coletivo** tem por objetivo qualificar e reorganizar o Sistema Estadual de Transporte Metropolitano e Aglomerações Urbanas, através de melhorias físicas, operacionais e tarifárias na busca de qualidade dos serviços prestados, bem como estimular o seu uso através de políticas e ações de incentivo.

Para avaliar o transporte coletivo da Região Metropolitana foi promovido convênio para a realização de pesquisa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além disso, para intensificar a fiscalização nos ônibus que realizam transporte interurbano na Região Metropolitana e veículos que fazem serviços privados de fretamento, foi realizado convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia (CREA/RS).

Através do projeto de **Renovação da Frota**, foram entregues 15 ônibus novos em Viamão. A parceria entre poder público estadual e empresas concessionárias de ônibus da Região Metropolitana, permitiu entregar à população cinco veículos articulados (66 passageiros sentados), cinco convencionais (51 passageiros sentados) e cinco padrão rodoviário tipo executivo (48 passageiros sentados). O investimento da Empresa Viamão foi de R\$ 3 milhões. Ainda no âmbito do Projeto, a Fundação fez a entrega de 12 novos veículos que atenderão as linhas executivas e seletivas das comunidades de Viamão e Gravataí. O investimento das empresas concessionárias foi de R\$ 2,95 milhões.

O Projeto **Linha Rápida**, que busca integrar o sistema de transporte coletivo nos eixos norte e nordeste da Região Metropolitana teve as obras reiniciadas no Terminal Triângulo, concentrando-se no término dos túneis, liberando a passagem dos pedestres na área e resolvendo problemas de circulação.

O Programa **Planejamento e Ordenamento Espacial** é realizado de forma a institucionalizar e implementar as aglomerações urbanas, viabilizar o planejamento e a gestão das funções públicas de interesse comum. A Fundação, através de convênio com as prefeituras de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Santo Antônio da Patrulha, estabeleceu novos critérios de anuência prévia ao parcelamento do solo para fins urbanos. A partir desse convênio, as prefeituras poderão realizar a liberação parcial dos solos, até 5 mil/m² sem anuência prévia da METROPLAN.

A METROPLAN, em conjunto com a SEHADUR e Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo, assinou termo de cooperação técnica para agilizar os programas de assentamentos rurais e de construção de moradias habitacionais. Com essa parceira serão executadas ações para a realização de serviços topográficos.

Para qualificação de recursos humanos, foi realizada a capacitação de Gestores Municipais para a elaboração de Planos Diretores, em Osório, com 47 participantes de 21 municípios e o I Curso de Agentes Ambientais, este com mais de 150 inscritos, que deverão ser multiplicadores de educação ambiental na Sub-bacia de Sapucaia.

MEIO AMBIENTE

O ano de 2003 foi caracterizado pela ampliação e consolidação das atividades da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)**, bem como pelo estreitamento das relações com os diversos segmentos ligados à área ambiental. A agilização na emissão de licenças ambientais, a revitalização do **Pró-Guaíba** e a descentralização das ações de gestão do Estado para os municípios são alguns dos destaques desse período.

Com base no diálogo aberto, foi possível integrar pessoas e organizações em torno da idéia de que as questões ambientais estão no bojo de todas as atividades humanas. Transmitiu-se o pensamento de que todos são agentes do desenvolvimento sustentado e de que a variável ambiental precisa estar presente desde o início do planejamento de qualquer empreendimento econômico ou social.

Além desta conquista no campo das relações com a comunidade, a SEMA avançou na emissão de licenças ambientais, totalizando mais de 23 mil documentos durante o ano de 2003. A **Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM)** registrou um acréscimo de 61% na expedição de licenças prévias, de instalação e de operação, incluindo a regularização de lavouras com irrigação. Na comparação entre 2002 e 2003, a FEPAM avançou de 9.803 para 15.801 documentos expedidos. No Departamento de Recursos Hídricos (DRH), a ampliação foi de 176%, passando de 92 outorgas de uso de água, em 2002, para 254 em 2003.

PRÓ-GUAÍBA

Durante o ano de 2003, o Governo do Estado revitalizou uma parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para apoio a famílias rurais. Projetos de reflorestamento ambiental foram realizados, através de convênios entre a SEMA - por meio do Programa Pró-Guaíba - e a Associação Riograndense de Pequenos Agricultores (ARPA), ligada ao MPA. Esta parceria é fundamental para o desenvolvimento sócio-ambiental na Região Hidrográfica do Guaíba.

Em um primeiro convênio, foram beneficiadas 2.006 famílias de agricultores, em 46 municípios, com a liberação de R\$ 2.159.417,00. Num segundo convênio, foram liberados R\$ 908.000,00 para 1.075 famílias em 45 municípios. Os recursos liberados serviram para o pagamento das mudas de árvores nativas, exóticas e frutíferas, mão-de-obra de plantio, adubo orgânico e cercamento de áreas florestadas, atingindo 10.327 hectares de propriedades.

PNMA II

Em dezembro, o Governo do Estado recebeu R\$ 412 mil para aplicação no diagnóstico da situação da suinocultura no Noroeste do Estado. Os recursos foram transferidos pelo Ministério do Meio Ambiente para o **Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II)**, convênio entre os governos estadual e federal para estímulo a práticas de criação de suínos que proporcionem a melhoria da qualidade do meio ambiente. A verba também é aproveitada em ações de orientação técnica a 135 propriedades da Bacia Hidrográfica de Santo Cristo, Santa Rosa e Herval Novo.

A SEMA é o órgão responsável pelo PNMA no Rio Grande do Sul, tendo como co-executores a FEPAM, as Secretarias Estaduais da Agricultura e da Saúde, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). A suinocultura exerce grande impacto ambiental, principalmente sobre os recursos hídricos, e o objetivo deste Programa é a redução dos efeitos e melhoria da qualidade da água, do solo e da saúde pública. O Programa implementa instrumentos de resolução de conflitos ambientais e apresenta alternativas de exploração econômica para os produtores, a maioria deles de pequeno porte e com rendimentos baixos.

MATA ATLÂNTICA

O Projeto **Conservação da Mata Atlântica** do Rio Grande do Sul, executado pelo Governo do Estado, recebeu um aporte de 750 mil euros, equivalentes a R\$ 2,730 milhões, do banco alemão KFW. Os recursos serão aplicados em Unidades de Conservação (UCs) no Nordeste do Rio Grande do Sul. Durante os quatro anos previstos para as realizações, o total de investimentos da instituição alemã deve chegar a 6,135 milhões de euros (R\$ 22 milhões) e a contrapartida do Estado deve ser de 4,430 milhões de euros (R\$ 16 milhões).

Este Projeto decorre de um acordo de cooperação financeira firmado entre os governos brasileiro e alemão, para ações destinadas ao manejo e preservação da Mata Atlântica. No Rio Grande do Sul, as iniciativas visam a conservação e o desenvolvimento sustentado de áreas da região Nordeste do Estado, beneficiando 23 municípios. As ações vão desde o planejamento da gestão das unidades, passando por licenciamento e fiscalização ambientais, até o uso sustentável de espaços do entorno da mata. Para a execução dos trabalhos nas UCs, a SEMA selecionou, em 2003, seis técnicos de nível superior; seis técnicos de nível médio; e 16 guardas-parque.

SIGA-RS

Uma das principais diretrizes do Governo para o meio ambiente é a descentralização das atividades de administração do setor. Assim, em junho de 2003 foi instituído o **Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS)**, para habilitação das prefeituras a ações como o licenciamento de

empreendimentos que geram impacto local sobre o meio ambiente e projetos de educação específica na área. Em 2003, o número de municípios habilitados subiu de 48 para 77. Por meio da Central de Atendimento do SIGA-RS, a SEMA orienta cerca de 20 prefeituras por semana em processos de habilitação à gestão local. Atualmente, 65 municípios estão com processos em análise na Central do SIGA-RS. O órgão também realizou três seminários de capacitação para técnicos municipais, com a participação de 195 pessoas. Nesses eventos, acontecidos em Porto Alegre, as orientações foram transmitidas por profissionais dos quadros da própria Secretaria e de seus órgãos vinculados – FEPAM, DRH, Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) e Fundação Zoobotânica (FZB).

RS – PROBIO

O Projeto, a cargo da **Fundação Zoobotânica** consiste na avaliação da biodiversidade na Lagoa do Cerro, na Lagoa do Casamento e em seus ecossistemas associados da zona costeira. Iniciado em março de 2003, com previsão de conclusão para julho de 2004, e desenvolvido com recursos do Ministério do Meio Ambiente, objetiva inventariar a biodiversidade de algas, plantas, invertebrados e vertebrados, a fim de definir estratégias e prioridades de conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres da zona costeira do Rio Grande do Sul.

Destacam-se entre as ações previstas para 2004:

- intensificação do processo de descentralização das ações de gestão ambiental, pela SEMA e FEPAM, em especial as tarefas referentes aos licenciamentos e à fiscalização das atividades que provocam impacto local sobre o meio ambiente.
- a conclusão da avaliação da biodiversidade de ecossistemas da zona costeira (**PROBIO**) pela **FZB**.
- prosseguimento da elaboração de estudos das bacias hidrográficas dos rios Tramandaí e Pardo e do Lago Guaíba e o início da formulação de dois novos planos, pelo Departamento de Recursos Hídricos da SEMA;
- a implantação das infra-estruturas de 11 unidades de conservação, envolvendo as comunidades regionais no cuidado destes locais pelo Departamento de Florestas Protegidas;
- a conclusão de metas físicas do Módulo I Programa Pró-Guaíba e a criação da Agência das Águas da Região Hidrográfica do Guaíba, órgão de suporte político, técnico e financeiro do trabalho.

POLÍTICAS SOCIAIS

POLÍTICAS SOCIAIS

O Rio Grande do Sul, reconhecidamente, tem índices sociais e de qualidade de vida não apenas superiores à média nacional, mas que o colocam na disputa pelo primeiro lugar no “*ranking*” dos Estados brasileiros. No entanto, é indiscutível que se tem, ainda, um longo caminho a percorrer visto que muitos rio-grandenses hoje, vivem à margem dos benefícios do progresso social. Por essa razão, o objetivo a ser atingido é o de propiciar melhores condições de vida a todas as camadas da população. O Governo do Estado vem cumprindo seu compromisso com a inclusão social, integrando-se à mobilização nacional em torno dessa questão. A política traçada abrange além de programas emergenciais de transferência de renda, iniciativas voltadas à universalização do acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia e à segurança. O compromisso com a inclusão se traduz em metas programáticas de grande impacto social – como a diminuição da mortalidade infantil e a erradicação do analfabetismo na população adulta. O Orçamento do Estado reflete essa prioridade, ao destinar 66,5% dos seus gastos para a área social. Embora de grande alcance, essas políticas governamentais precisam ser complementadas pelos esforços da sociedade civil, criando um grande movimento de sinergia e solidariedade no Rio Grande do Sul.

SAÚDE

O ano de 2003 foi de importantes avanços na área da Saúde do Rio Grande do Sul. Nesse ano foram iniciados programas inovadores, como o **Primeira Infância Melhor**, que articula ações em Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura, para proporcionar um desenvolvimento integral e mais adequado para as crianças, desde antes do nascimento até os seis anos de idade. Foi criada, em vários municípios, uma figura nova, a do Visitador da Primeira Infância, que acompanha a criança em casa, orientando e apoiando a família. Já são mais de 3.000 famílias sendo visitadas em casa em 57 municípios gaúchos.

Foram repassados, diretamente, mais de 130 milhões de reais para municípios e hospitais, recurso esse adicional aos que os mesmos já vinham recebendo pelos atendimentos feitos. Para continuar recebendo esses recursos do Governo Estadual, o compromisso dos hospitais é o de direcionar o atendimento para a prevenção de doenças, ajudando a diminuir a mortalidade infantil, por exemplo, mudando a lógica de ganhar só pelo atendimento à doença e passando a ganhar também pelo atendimento preventivo.

Como toda a execução dos serviços e ações de saúde depende das administrações municipais, boa parte dos esforços foram aplicados no resgate da confiança de prefeitos e das secretarias municipais de Saúde na parceria com o Estado, afetada pelos sucessivos atrasos nos repasses de recursos que, em janeiro de 2003, chegavam a dois anos para os municípios, um ano de atraso nos pagamentos para os hospitais e seis meses para os medicamentos excepcionais e especiais. Foram renegociadas as dívidas com os municípios, quitada a que havia com os hospitais, e estão sendo pagos os medicamentos com um prazo máximo de 60 dias.

Com os Programas lançados e implementados em 2003 fica clara a busca de dois objetivos. De um lado, a urgência em ampliar significativamente o acesso da população mais pobre e necessitada aos serviços públicos de saúde.

De outro lado, para que os resultados apareçam, é imprescindível o reforço ao atendimento com uma nova lógica que permita obter ganhos com a promoção da saúde, ao contrário da existente historicamente, que trabalha só com os ganhos em cima da doença. Até os índices tradicionais de saúde devem ser revistos. Em vez de número de consultas ou do número de leitos hospitalares, serão contabilizados também, por exemplo, a diminuição da mortalidade infantil, e a diminuição da necessidade de internações, fazendo com que os hospitais e os profissionais do setor ganhem mais por isso. Por ser uma proposta bastante ambiciosa, é indispensável contar, para a sua concretização, com importante parceria com o Governo Federal e, principalmente, com os municípios responsáveis pela execução de todos os programas planejados.

Como elementos fundamentais dessa proposta, e dentre as ações mais relevantes realizadas nos principais Programas da **Secretaria Estadual da Saúde** - responsável no Estado pela gestão da saúde pública -, podem ser destacadas, no ano de 2003, as seguintes.

SAÚDE PARA TODOS (PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA)

O Programa **Saúde para Todos**, lançado em junho de 2003 com a adesão imediata de 258 municípios, surgiu como eixo estruturante que visa à reorientação do modelo assistencial através da atenção básica, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidades entre os serviços de saúde e a população, ampliando, dessa forma o acesso da população àqueles serviços. O Programa tem, entre os seus propósitos, o de expandir o Programa Saúde da Família (PSF), aumentando de forma significativa o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) nos quatro anos de governo.

As Equipes de Saúde da Família são formadas por médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde, em alguns casos por odontólogo e auxiliar de consultório dentário. Cada equipe tem a seu cargo o atendimento de 1.000 famílias, envolvendo aproximadamente 3.500 pessoas. Os municípios são responsáveis pela organização e o trabalho das equipes. Objetivando a ampliação rápida do número de ESFs, o Governo criou, em 2003, um incentivo para os municípios, sendo essa a primeira vez no Estado, e o primeiro Governo estadual do País a incentivar com recursos próprios Equipes de Saúde da Família. Somando estes recursos aos que são repassados pelo Governo Federal, os municípios garantem um recurso importante, a mais, que facilita a implantação do Programa.

No final de 2002 existiam 470 ESFs em operação no Rio Grande do Sul. Era o menor atendimento do País, proporcionalmente à população. O atual Governo colocou como sua maior prioridade a ampliação rápida do Programa prevendo que, em 2006, estarão em operação 1.600 equipes, garantindo o desenvolvimento de ações de promoção e prevenção a 5.600.000 pessoas, 60% da população do Estado. Para atingir essa meta foi instituído, no atual Governo, um incentivo de R\$ 24 mil por equipe/ano aos municípios habilitados e um acréscimo de R\$ 6 mil/ano a cada equipe de saúde bucal/ano, além de prêmios aos agentes que identificarem e acompanharem, até a cura, pacientes com tuberculose e hanseníase. Quando a população acompanhada por uma equipe do PSF tiver melhora dos seus índices de saúde, os agentes comunitários de saúde receberão um incentivo extra do Governo Estadual, no valor de R\$ 240,00 por agente/ano, que será transferido fundo a fundo aos municípios.

Quanto aos principais resultados obtidos pelo Programa em 2003, podem ser destacados os seguintes: a ampliação do número de Equipes de Saúde da Família, de 470 para 650; a ampliação, de 5.249 para 5.853, no número de Agentes Comunitários de Saúde; a ampliação, de 137 para 167, no número de Equipes de Saúde Bucal; a incorporação de novos municípios ao Programa, chegando a 298 ao final de 2003; a realização de várias atividades de capacitação para atualização dos profissionais da área, e de seminários de sensibilização para prefeitos e secretários municipais de Saúde.

Em 2003, o Governo do Estado repassou aos municípios que participam do Programa Saúde para Todos o total de R\$ 9.858.380,00, com um adicional de R\$ 1.376.880,00 para o incentivo de fim-de-ano aos agentes comunitários de saúde, num total de R\$ 11.235.260,00.

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

O Programa **Primeira Infância Melhor (PIM)** prioriza o estímulo ao desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos, com ênfase ao período de zero a três anos de idade, que é considerado crucial para o desenvolvimento das competências humanas. Sua proposta é altamente inovadora porque integra as ações, no nível municipal, com as Secretarias de Educação, do Trabalho e Assistência Social, e da Cultura, com o apoio do Gabinete da Primeira-Dama (Grupo Técnico Estadual) e a colaboração de entidades da sociedade civil organizada, sob a coordenação da Secretaria Estadual da Saúde, e cria um novo e importante personagem nas políticas públicas, que é o Visitador da Primeira Infância. Não é só um Programa para a criança doente, mas principalmente um Programa para a criança sadia desenvolver-se melhor. Buscando um começo melhor para as crianças, particularmente as das famílias mais pobres, o Programa é, do ponto de vista social, o primeiro elo da corrente da igualdade de oportunidade a todos.

O PIM tem na sua estrutura um Grupo Técnico Estadual e o Comitê Estadual para Desenvolvimento da Primeira Infância (CEDIPI). O primeiro é responsável pela capacitação e acompanhamento e avaliação do Programa junto aos municípios e o segundo, através de execução de ações conjuntas com as entidades parceiras (como FECOMÉRCIO, FAMURS, FEDERASUL, FARSUL, FETAG, FIERGS/SESI, Parceiros Voluntários, Pastoral da Criança/CNBB, SESC, Sindicato dos Hospitais, SINDILOJAS/POA, Sociedade de Pediatria do RS e SEBRAE/RS, entre outras), amplia a proposta a outros segmentos da sociedade. Os municípios selecionados recebem do Governo do Estado cursos de capacitação e um salário mínimo/mês por Visitador.

Até 2006, a meta é atender a gestantes e crianças de zero a seis anos pertencentes às 100 mil famílias em situação de maior risco social do Rio Grande do Sul. Sua execução é concretizada no nível municipal por meio da figura do Visitador Domiciliar que acompanha regularmente 25 famílias, dando orientações sobre o desenvolvimento infantil quanto ao vínculo afetivo, limites, experiências adequadas ao desenvolvimento, segurança, valorização de hábitos culturais, entre outros aspectos.

O Programa Primeira Infância Melhor foi planejado e implantado em tempo em um curto espaço de tempo. Até dezembro de 2003, 57 municípios receberam capacitação pelo GTE. Dentre eles, 50 municípios já haviam confirmado o início da implantação do Programa tendo sido habilitados pela

Comissão Intergestora Bipartite (CIB), contando com 77 Visitadores atendendo a um total de 1.925 famílias.

Destacam-se, ainda, dentre as atividades desenvolvidas em 2003 no âmbito do Programa: a disponibilização de assessoria técnica aos municípios participantes; a realização de ações de capacitação para o Grupo Técnico Estadual e entidades parceiras, bem como para monitores e visitadores; a implantação e funcionamento efetivo do Comitê Estadual para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância (CEDIPI), através do Decreto nº 42.199, de 07/04/2003, composto por duas instâncias representadas pelo Fórum Estadual de Desenvolvimento da Criança e por uma Equipe Executiva; assinatura de um convênio com a Pastoral da Criança, com um repasse anual de R\$ 300 mil reais, objetivando ampliar o trabalho que a Pastoral faz nessa área e capacitar seus agentes; a instituição, por Decreto do Governo do Estado, da Semana Estadual do Bebê e do Dia Estadual do Bebê (23 de novembro), datas essas que foram comemoradas em todo o Estado com ações de valorização da Primeira Infância.

Foi ainda realizado o "Primeiro Seminário Internacional: Primeira Infância Melhor", em novembro, com participação de sete convidados internacionais (Estados Unidos, Itália, México, Cuba e Chile), seis convidados nacionais, representantes da UNESCO e UNICEF e 16 palestrantes do Rio Grande do Sul. O evento contou com um público aproximado de 700 pessoas, composto principalmente de profissionais das áreas de medicina, enfermagem, psicologia, fisioterapia, pedagogia, técnicos das Secretarias de Estado envolvidas e das Secretarias Municipais participantes do PIM, além de profissionais da Educação do México e estudantes de várias universidades.

VIVA A CRIANÇA

O Projeto **Viva a Criança** integra o Programa Atenção Integral à Saúde, desenvolvido pela Secretaria Estadual da Saúde, e tem como objetivo o de reduzir em 35% o coeficiente de mortalidade infantil no Estado, partindo do patamar atual de 15,5/1000 para menos de 10/1000 até o ano de 2006, através de programas de atendimento a gestantes e a crianças no primeiro ano de vida, colocando o Rio Grande do Sul ao nível de países do Primeiro Mundo. As ações previstas são desenvolvidas em articulação com os municípios e com a colaboração de diversas entidades representativas da sociedade organizada, estando integradas com outros programas prioritários da Secretaria Estadual da Saúde, tais como: Saúde para Todos, Município Resolve, Região Resolve, Primeira Infância Melhor, Informação para a Vida, Parceria Resolve, Salvar.

Para alcançar esse objetivo, o foco está centrado nos cuidados preventivos, que podem levar à redução do índice, como as consultas freqüentes das gestantes e uma rede de atendimento que envolve a maioria dos programas da Secretaria. Existe um empenho especial junto aos municípios, pois são eles que executam as políticas de saúde. Nesse sentido, os repasses que a Secretaria Estadual faz enfatiza, em todas as ações, que as Administrações Municipais devem priorizar a prevenção da mortalidade infantil, e cuidar bem das gestantes.

Junto às diversas ações estimuladas com recursos repassados aos municípios pela Secretaria da Saúde, como as dos Programas Saúde da Família, Primeira Infância Melhor, Município Resolve, Região Resolve, Parceria Resolve e outros, foi instituído pelo Governo do Estado (Decreto nº 42.201, de 07/04/2003) o Prêmio Viva a Criança, com o propósito de distinguir os

municípios e as regiões que mais se destacaram na redução e/ou manutenção dos menores Coeficientes de Mortalidade Infantil (CMI), com um total de premiação de R\$ 1 milhão, a ser concedido todo o dia 7 de abril.

Ainda no primeiro semestre de 2003 foi realizado o I Seminário Viva a Criança, que teve por finalidade a sensibilização dos técnicos das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde e o estabelecimento, por parte dos mesmos, do rol de prioridades em cada uma das sete macrorregiões do Estado, no sentido da redução da mortalidade infantil, sendo definidas, de modo geral, como estratégias: a qualificação da atenção pré-natal; a regionalização da assistência perinatal; a expansão da cobertura do Programa Saúde da Família.

Dentro do Projeto, destacam-se, ainda, como aspectos relevantes em 2003: a implementação da Rotina de Vigilância Epidemiológica do Óbito Infantil – relatório semanal qualitativo dos óbitos de crianças menores de um ano em todos os municípios do Rio Grande do Sul; a identificação dos bolsões de mortalidade infantil nos 54 municípios que contabilizam mais de 70% dos óbitos de crianças menores de um ano no Estado, a serem priorizados para atuação das Equipes de Saúde da Família; o incentivo à adesão dos gestores municipais ao Programa de Humanização do Pré-natal e do Nascimento (PHPN), com ênfase nos 54 municípios prioritários; ações com vistas à reorganização da rede ambulatorial e hospitalar, com foco nos fluxos de referência e contra-referência do pré-natal e parto de risco; estímulo aos gestores de hospitais para a implementação da Iniciativa Hospitalar Amigo da Criança (IHAC) em maternidades do Estado que atendem pelo sistema público de saúde; a sensibilização dos gestores hospitalares para a adoção do Método Canguru como modelo assistencial nos hospitais equipados com UTI Neonatal e realização de capacitações nesse método; o estabelecimento de parceria com instituições tais como Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul, Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Rio Grande do Sul, Conselho Regional de Enfermagem, Pastoral da Criança, Parceiros Voluntários, Rottary Clube, Lions Clube, Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e outras entidades governamentais e não-governamentais que se engajaram na luta da sociedade gaúcha para melhorar a qualidade de vida das crianças; capacitação de médicos pediatras e profissionais de enfermagem para o atendimento do recém-nascido em sala de parto, em parceria com o Ministério da Saúde e Sociedade Brasileira de Pediatria.

PARCERIA RESOLVE

O Programa busca apoiar os hospitais que prestam serviço ao SUS, inovando na forma de pagamento, mudando a lógica de pagar pelo número de doentes internados. No "**Parceria Resolve**", o hospital passa a ganhar, além do valor relativo ao atendimento dos doentes, um valor fixo adicional que vai depender da melhoria dos índices de saúde da região e do desempenho do hospital, medido também pelo sistema de apuração da satisfação do usuário. Esse adicional será baseado em indicadores e metas de avaliação dos serviços prestados, com a aprovação dos respectivos Conselhos de Saúde, tendo como critérios: a opinião dos usuários do sistema; o atendimento a referências pactuadas; ações de auxílio ao gestor para diminuir a mortalidade infantil na região onde o hospital se insere; realização de cirurgias eletivas ou serviços especializados definidos pelo gestor; atendimentos extra-hospitalares (programas de interesse local, atendimentos domiciliares, hospital-dia, entre outros).

Lançado em julho de 2003, o Programa contempla 340 instituições, incluindo hospitais privados comprometidos com o SUS e hospitais públicos municipais, buscando, por meio de financiamento específico, estimular não somente a cura das enfermidades, mas também a promoção e prevenção e recuperação da saúde. Já foram transferidos R\$ 59.300.489 à rede hospitalar vinculada ao SUS, através do Programa, e foram assinados 289 contratos e termos de compromissos com hospitais.

SALVAR

Salvar é um programa da Secretaria Estadual da Saúde com enfoque na promoção da qualidade de vida para diminuir o índice de mortes e seqüelas em traumas e doenças agudas. O Salvar visa a desconcentrar a assistência médica, atendendo mais próximo de onde as pessoas vivem, organizando e propiciando maior rapidez e qualidade ao atendimento à população nas situações de urgência/emergência, sendo concebido para prestar atendimento em veículos adequados (UTI's móveis e ambulâncias) e com equipamentos de última geração.

Numa primeira etapa, foram definidos para atendimento 31 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (representando 38% da população do Rio Grande do Sul), tendo como referência hospitais públicos, universitários e os filantrópicos localizados na Região. Em julho de 2003 foram assinados, pelos Prefeitos da RMPA, Protocolos de Intenções ao Programa.

Foram identificados dez hospitais, localizados em municípios previamente selecionados da RMPA, os quais estão recebendo recursos específicos adicionais que chegaram, em 2003, a R\$ 6 milhões, para ampliarem sua capacidade de atendimento e sua resolução, evitando e diminuindo os encaminhamentos a Porto Alegre.

Para integrar a Rede Salvar foram já adquiridos 40 veículos equipados para remoção de emergência que vão conduzir o usuário aos hospitais selecionados, que deverão ser entregues até o início de fevereiro.

No total, foram investidos, em 2003, R\$ 3,8 milhões do Ministério da Saúde e R\$ 10,2 milhões do Estado do Rio Grande do Sul. A previsão é, até 2006, estender o Programa para as regiões Sul, Serra, Missioneira, Vales, Norte e Centro Oeste. O Salvar vai evitar o encaminhamento de casos e a superlotação dos hospitais de Porto Alegre.

REGIÃO RESOLVE

O Programa **Região Resolve** visa à descentralização da atenção à saúde, por meio da ampliação dos serviços de alta e média complexidade no Interior do Estado, evitando o deslocamento dos usuários até Porto Alegre para receber tratamento especializado. O Estado foi dividido em sete macrorregiões, e a ampliação da resolutividade da região (dos atuais 55% para 95%) se dá com a qualificação e instalação de serviços nessas macrorregiões do Rio Grande do Sul.

O Programa está agora em fase de negociação regional, para definir o que cada município e cada hospital fará. A Região do Litoral já pactuou todas as suas ações e está funcionando como região-piloto, sendo que as demais regiões deverão ter a sua pactuação concluída no início de 2004. Em 2003, foram

repassados R\$ 1.448.666,66 para hospitais e consórcios intermunicipais iniciarem o Programa.

MUNICÍPIO RESOLVE

O Programa **Município Resolve** busca a descentralização da saúde, dando ênfase à municipalização. Dentro dessa filosofia, é entendido que o poder local, mais próximo das necessidades e do controle da população, qualifica o processo de gestão. As ações de atenção básica devem ser desenvolvidas pelos municípios, de acordo com o perfil epidemiológico, essencial para a garantia de acesso a serviços qualificados.

Lançado em junho de 2003, o Programa visa melhorar a qualidade e garantir o acesso da população às ações de atenção básica em saúde nos municípios gaúchos, oportunizando aos gestores municipais liberdade na destinação dos recursos, bem como descentralizar e aumentar a resolutividade do sistema, especialmente nas ações de média e alta complexidade. Município Resolve é um programa de fortalecimento da gestão municipal, através de repasses fundo a fundo, porque é através dela que são executadas as políticas de saúde.

São metas do Programa: habilitar 100% dos municípios à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada; habilitar 100% dos municípios sede de módulo à Gestão Plena do Sistema Municipal; repassar mensalmente recursos, fundo a fundo, no valor per capita/ano de R\$ 3,50 para 100% dos municípios em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada; repassar mensalmente recursos, fundo a fundo, para 100% dos municípios em Gestão Plena do Sistema Municipal, num valor per capita/ano variável, conforme o nível de abrangência da gestão.

Em 2003 já foram repassados R\$ 63 milhões, fundo a fundo, a 438 municípios habilitados à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada e 13 municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal. Estão incluídos nos valores transferidos, fundo a fundo, o financiamento de outras ações de saúde, como Verão Gaúcho, Primeira Infância Melhor, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, entre outros.

CUCA LEGAL

Como parte integrante do Programa Saúde Mental, da Secretaria Estadual da Saúde, o **Cuca Legal** visa a implementar ações de controle da adicção e depressão em todas as regiões do Estado, aproximando o acesso aos portadores de sofrimento psíquico e dependentes químicos. Nesse sentido, é proposta uma política específica voltada para organizar uma grande rede com o Governo e a área não-governamental, visando dar uma resposta mais efetiva, tanto na prevenção quanto no atendimento às pessoas que constituem o seu público-alvo.

A implementação prevista apóia-se na instalação de Centros de Atendimento Especializado em Dependência Química e Depressão no Estado, localizados nos municípios maiores e pólos regionais, atendidos por equipes multidisciplinares que receberão os pacientes encaminhados do atendimento básico feito pelos municípios da região, e que serão mantidos por uma parceria entre Estado e municípios.

Ainda no primeiro semestre de 2003 foi assinado pelo Governador o Decreto nº 42.306, criando Centros de Atenção Cuca Legal, destinados ao atendimento ambulatorial prioritário aos transtornos decorrentes do uso abusivo do álcool e outras drogas e transtornos depressivos. Foram também firmados Protocolos de Intenções com a Fundação de Incentivo à Pesquisa em Álcool e Drogas (FIPAD) – pelo qual foi prevista a capacitação de 600 profissionais da rede de saúde para esse atendimento especializado, junto com a Escola de Saúde Pública –, e com a Cruz Vermelha Brasileira/RS para atendimento ambulatorial na mesma área. Os convênios decorrentes desses dois Protocolos foram aprovados e assinados em dezembro do mesmo ano.

Dos 39 municípios previstos em 2003 para receber o incentivo financeiro para a implantação de Centros de Atenção Cuca Legal, na dependência da aprovação de Comissões Intergestoras Bipartites (CIB's), somente 18 foram aprovados, ficando os demais, possivelmente, para 2004.

INFORMAÇÃO PARA A VIDA

O Programa **Informação para a Vida** tem como objetivo principal, através da propagação de informações de qualidade e com respaldo técnico, mobilizar a sociedade do Rio Grande do Sul em torno da promoção da saúde e prevenção das principais doenças, com responsabilidade de todos os envolvidos no processo. Dentre as ações previstas com esse propósito, merecem atenção especial as **campanhas de prevenção**, com esclarecimentos sobre doenças, epidemias ou mesmo para divulgar cuidados básicos para melhorar os índices da saúde da população.

Ressalta, nesse sentido, o fato de que o Rio Grande do Sul continua sendo o um Estado sem dengue. Mantê-lo longe da doença exige esforço crescente do Governo Estadual, apoio do Governo Federal e uma forte parceria com os municípios. Em janeiro de 2003 foi deflagrada uma forte campanha de conscientização através dos meios de comunicação. Foram duplicadas as equipes de agentes de combate à dengue e distribuídos mais de 60 veículos para diferentes municípios. Junto a isso soma-se a formação do Comitê Estadual de Mobilização Contra a Dengue, o apoio do III Exército e a mobilização estadual no Dia D contra a Dengue (29 de novembro), que uniu um terço da população gaúcha (3.014.943 de pessoas) em ações diretas.

ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR

A Assistência Complementar a ser prestada através deste Programa busca contribuir para melhorar as condições de vida e propiciar a integração social das pessoas portadoras de deficiências, diminuindo as dependências e ampliando as suas potencialidades laborativas, bem como as condições de desempenhar atividades de vida diária, através do aumento da oferta de serviços de reabilitação. Dentro desse escopo, foi proposta a construção de uma **Unidade da Rede Sarah de Hospitais** no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, em junho de 2003, foi assinado um termo de cooperação técnica com essa Rede, que se constitui no maior complexo brasileiro reconhecido internacionalmente, voltado às doenças do aparelho locomotor e problemas de desenvolvimento neurológico. A idéia é criar no Estado uma rede de Centros de Reabilitação, regionais e microrregionais, ligados a um hospital de referência, o que irá atender a uma real necessidade da população .

A instalação da Rede no Estado prevê a construção de um hospital em nível de excelência em Santa Maria. Foi notável a mobilização feita para trazer a instituição para o Rio Grande do Sul, reunindo todos os segmentos sociais da cidade, com o apoio de 45 prefeitos gaúchos, e de deputados federais para destinar recursos do Orçamento da União para 2004 para o Hospital, contribuindo significativamente para a decisão do Ministério da Saúde, que é o repassador dos recursos para a operacionalização do projeto. O Governo do Estado destinou R\$ 10 milhões do Tesouro do Estado para ajudar na instalação da rede e do Hospital, nos próximos 4 anos.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

A Escola de Saúde Pública tem, entre as suas funções, a de elaborar o pensamento estratégico das ações de saúde no Rio Grande do Sul, tendo se transformado gradativamente, no transcorrer de 2003, em um grande centro de articulação da formação para as políticas prioritárias definidas pelo Governo do Estado. Nesse sentido, foram organizados, junto com as Universidades, sete pólos de capacitação profissional, regionalizados, visando atender basicamente o Programa de Saúde da Família (PSF). Essa organização em pólos e sua descentralização são fundamentais para a formação de médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares de enfermagem e outros profissionais que integram e integrarão as Equipes de Saúde da Família. Foram feitos cursos de sensibilização para todos os profissionais que integram as equipes formadas durante 2003. Todos os cursos realizados pela Escola, a partir desse ano giraram em torno do PSF e da sua lógica. A própria organização e estruturação da Escola está sendo alterada para servir a esse objetivo.

Também foi organizado pela Escola, em dezembro, o 1º Fórum Gaúcho de Saúde Coletiva, com diversas parcerias, revelando uma grande produção científica dos profissionais gaúchos que apresentaram 500 trabalhos durante o evento.

PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Este Programa, desenvolvido pela SES juntamente com a **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** tem o objetivo de garantir, na rede pública, a disponibilidade e o acesso a medicamentos básicos de uso contínuo, ou de alto custo, aos usuários desses tipos de medicamentos.

Destaca-se, dentro do Programa, como uma prioridade de governo, o Projeto **Fornecimento de Medicamentos para a Terceira Idade**, lançado em março de 2003 com o propósito de ampliar o acesso gratuito aos medicamentos essenciais e de uso continuado, para a população com mais de 60 anos, de forma a reduzir a mortalidade e melhorar a qualidade de vida da população-alvo. O Projeto foi implantado pela Portaria SES nº 08/03 e pela Resolução CIB/RS nº 20/2003, que estabelecem uma suplementação de recursos financeiros da contrapartida estadual ao Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica (IAFB), levando em conta a população total do município, para a aquisição de medicamentos básicos para a Terceira Idade.

Mais de 20 municípios já contam com "Farmácias da Terceira Idade" e outros 120 já se habilitaram para aderir ao projeto, que é resultado de parceria do Estado com os municípios, sendo que estes últimos instalam as farmácias e cadastram quem necessita, enquanto o Estado complementa recursos para os

medicamentos básicos e compra os medicamentos especiais. No ano de 2003 foram pagos R\$ 5,5 milhões para as prefeituras, além de serem distribuídos medicamentos produzidos pelo Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS) diretamente a todos os municípios no período do inverno.

Ainda dentro do **Programa Estadual de Assistência Farmacêutica** merece destaque, como uma ação expressiva do Governo Estadual, o atendimento a 30 mil pessoas portadoras de patologias crônicas e de alta complexidade, que receberam, e estão recebendo regularmente, medicamentos excepcionais e especiais, de alto custo para o usuário. Trata-se de 200 medicamentos para doenças mais raras, e que, em 2003, consumiram um total de R\$96 milhões. Hoje, todas as dívidas do último semestre do governo anterior foram quitadas e a Secretaria da Saúde paga com no máximo 60 dias de prazo. Para melhorar o atendimento, a SES está descentralizando a entrega de 90% dos medicamentos, através das Coordenadorias Regionais da Saúde. Também está sendo feita a reforma e informatização do Centro de Distribuição de Porto Alegre.

Tendo papel fundamental para o desenvolvimento dos projetos de fornecimento de medicamentos, a **FEPPS** desenvolveu outras ações de extrema relevância, em 2003. Através dos seus diversos setores, atendeu 16 mil emergências no Centro de Informações Toxicológicas (CIT), realizou 652 mil exames laboratoriais, 30 mil análises de água para consumo humano por meio do Instituto de Pesquisas Biológicas/Laboratório Central (IPB/LACEN) e produziu mais de 55 milhões de unidades de medicamentos em seu Laboratório Farmacêutico (LAFERGS). Foram distribuídos "kits" básicos de medicamentos para doenças do inverno, em todos os 496 municípios gaúchos. Além disso a FEPPS teve patenteado um "kit" de diagnóstico da tuberculose, que vai baratear e facilitar a descoberta de novos casos da doença. O Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT) da Fundação, desenvolveu, com êxito, esse projeto, com colaboração técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No que respeita ao Programa **Qualidade do Sangue**, que tem como objetivo principal o de reestruturar a Hemorrede Pública Estadual, são de destacar, em 2003: a instalação, sob os auspícios da Câmara de Assessoramento Técnico de Sangue, Outros Tecidos e Órgãos do Rio Grande do Sul (CATESTO/RS), dos serviços hemoterápicos do Núcleo de Cruz Alta e de Alegrete e do Hemocentro Regional de Pelotas, propiciando a cobertura de sangue para as regiões Norte, Sul e Centro-oeste do Estado; a elaboração do Plano Diretor do Sangue, aprovado pelas instâncias de Controle Social, o qual apresenta a situação da Hemoterapia no Rio Grande do Sul e aponta soluções para situações que poderiam constituir-se em problemas, tendo um caráter plurianual (2004-2007); a qualificação dos serviços hemoterápicos e hemológicos através de seminários e treinamentos envolvendo a Hemorrede Pública Estadual, num trabalho intenso de resgate da doação voluntária de sangue e da implantação de serviços novos na Clínica Hematológica Multiprofissional. Foram, ainda, repassados pelo Estado recursos da ordem de R\$ 2,1 milhões para a Hemorrede, contemplando os municípios de Alegrete, Cruz Alta, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Maria.

EDUCAÇÃO

Para atender o que preconiza a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação quanto à universalização do acesso à Educação

Básica em todos os níveis e modalidades, a **Secretaria da Educação** gerenciou, em 2003, 3.041 escolas estaduais, com um universo de 1.446.471 alunos, 93.116 professores e 18.590 funcionários. Outras inúmeras medidas implementadas vieram complementar também a observância deste preceito : 783 escolas adequadas à Resolução 246/99 CEED para o atendimento da Educação Infantil; 110.845 alunos inscritos nas Centrais de Vagas com matrícula informatizada, envolvendo 8 municípios e um investimento de R\$ 253.292,20, sendo o custo médio/aluno de R\$ 2,51; repasse de R\$ 997.852,48 a 40 escolas para a aquisição de equipamentos e/ou mobiliários com vistas à expansão do nível médio (o Plano de Expansão do Ensino Médio prevê a criação de 139 novos cursos em 2004); abertura de 1.186 bolsas em escola de Educação Especial; 1.554 bolsas em Escola de Ensino Médio; 1.452 alunos beneficiados em contrapartida da cedência de 298 professores estaduais; nove compras de vagas para o Ensino Médio e Educação Especial; 330 mil inscritos para os Exames Supletivos; 256.872 alunos da rede estadual transportados pelas 452 Prefeituras conveniadas, num valor total de R\$18 milhões; 6.026 professores nomeados e destes, 4.523 empossados; 1.214 professores contratados emergencialmente e destes, 577 empossados; 5.590 servidores nomeados cujas posses encontram-se em processo de tramitação; 744 professores cedidos/contratados pelo PRADEM em 222 prefeituras com um recurso total de R\$ 7.150.000,00 e 1.459 funcionários cedidos/contratados pelo PRADEM.

No tocante a **melhorias na rede física**, ao final de 2003, o quadro assim se configurava: 92 obras foram concluídas (R\$ 1.139.795,44); 172 já detinham autorização de início (R\$ 2.084.795,44); 17 estavam em fase de empenho (R\$ 160.601,23) 12 em execução (R\$ 580.854,41) e 206 em processo licitatório (R\$ 8.925.089,00).

Possivelmente o maior desafio da educação pública, no Estado, seja a elevação dos seus índices de desempenho, com melhoria nas taxas de evasão e repetência. Uma das maiores preocupações no que se refere à busca dessa melhoria diz respeito à **qualificação dos recursos humanos**. No ano de 2003, destaca-se a realização das seguintes capacitações : 17 professores capacitados em curso de Formação Indígena no idioma guarani; 1.350 professores de Ensino Médio capacitados na área de ciências da natureza e suas tecnologias, envolvendo 14 Instituições de Ensino Superior; 300 professores de Educação de Jovens e Adultos capacitados; 190 professores capacitados em cursos de Tabagismo, DST e AIDS, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde em duas regiões do Estado; 12 professores capacitados para atuarem em sala de recursos de deficientes visuais, num total de 200 horas/aula, beneficiando 5 escolas; 40 professores e 20 deficientes auditivos capacitados no curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com duração de 80 horas/aula; 14 núcleos de Tecnologia Educacional instalados com formação para 25 professores multiplicadores.

Outros resultados também podem ser visualizados dentro do processo da **qualificação**, em 2003, entre os quais podem-se ressaltar: 453 crianças atendidas na implantação de duas bibliotecas infantis como Projeto-Piloto; 51 novas Escolas de Ensino Médio beneficiadas com aquisição de acervo bibliográfico; (tramitando na CELIC); 855 Escolas de Ensino Médio beneficiadas com material didático relativo a três áreas do conhecimento no valor de R\$ 1.200.000,00, recursos MEC/BID (tramitando na CELIC); 110 Escolas da Rede Pública Estadual acessadas à Internet de banda larga em parceria com o Governo Federal (GESAC/SEED/MEC); 466.500 alunos beneficiados no Programa de Merenda Escolar referente a contrapartida de R\$ 30.052.250,00 ; 900 trabalhos

dentro da 11ª Edição do Programa "Criança do Rio Grande Escrevendo História", envolvendo 18 CREs; 90 atletas participando dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBS) em 6 modalidades esportivas; 160.000 alunos participando dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) em 6 modalidades esportivas, envolvendo 1.125 escolas das Redes Pública e Privada em todos os municípios do Rio Grande do Sul; 1.043 trabalhos analisados, sendo selecionados 30 para editoração do Livro "Água Viva" com distribuição de 7.500 exemplares; 97 trabalhos selecionados, sendo dois premiados com o Prêmio Incentivo à Educação Fundamental/MEC.

De suma importância para os rumos futuros da educação no Estado foi a construção do **Plano Estadual de Educação** em 2003. Mais de 60 mil gaúchos e 4 mil entidades envolveram-se neste trabalho que será a base para a elaboração de uma lei sobre o conjunto da educação gaúcha para os próximos dez anos.

Entre outras medidas relevantes tomadas na questão **gerenciamento**, pode-se ressaltar: integração de 79 novas escolas ao sistema PROCERGS – Escola, totalizando 1.932 escolas estaduais; 3.041 escolas atendidas através do repasse de recursos financeiros para as suas autonomias financeira, administrativa e pedagógica (R\$ 45.078.160,00 – janeiro a setembro e previsão de R\$ 17.400.000,00 – outubro a dezembro); atendimento a 543.922 alunos através de merenda descentralizada; capacitação em gerenciamento do sistema de prestação de contas dos recursos MEC/BID para o Ensino Médio dos quadros técnicos da Secretaria da Educação e das 29 Coordenadorias Regionais de Educação; investimento de R\$ 1.331.259,50 na realização de ações publicitárias para a divulgação dos programas "Volta às Aulas", "Alfabetiza Rio Grande", "Escola Aberta para a Cidadania", "Matrículas 2004" e "Plano Estadual de Educação".

Foi de fundamental importância para fomentar a atuação da Secretaria de Educação, a assinatura de vários convênios com entidades públicas e privadas em 2003 :

➤ **Prefeituras:**

- 476 do Transporte Escolar;
- 286 da Merenda Descentralizada;
- 222 do PRADEM;

➤ 496 para realização de práticas de ensino e estágio profissional dos alunos do Curso Normal Estadual na Rede Municipal, atendendo Resolução nº 252/00 CEED – em fase de assinatura;

➤ **Instituições Educacionais Privadas :**

- 66 do Programa Convênio Bolsa de Estudos para Educação Especial;
- 26 do Programa Convênio Bolsa de Estudos para o Ensino Médio;
- 08 de compra de vagas para a Educação Especial;
- 98 em contrapartida de 298 professores cedidos para Educação Especial e Ensino Médio;
- 01 capacitação de 900 professores para a realização da 4ª edição do curso "A TV na Escola e os Desafios de Hoje" – FURG;

➤ **MEC/BID/PROMED :**

- Nº 272/00 – Editoração de Material Didático-Pedagógico;
- Nº 074/00 – Pró-Ciências – Capacitação de Recursos Humanos;
- MET/SE Nº 085/02 – Núcleo de Esporte na Escola;
- CEITEC - Centro de Ciência em Tecnologia Aplicada – Convênio com a Sec. de Ciência e Tecnologia, beneficiando a E.E.E.F Onofre Pires;
- Protocolo de Intenções para criação da Escola Binacional Brasil/Uruguai;
- Protocolo de Intenções com a Sec. de Ciência e Tecnologia para desencadear Projeto : Educação em Tecnologia;
- Protocolo de Intenções com: Sec. da Saúde, Sec. do Trabalho e Assistência Social, Sec. da Cultura, Gabinete da 1ª Dama e Sec. da Educação, envolvendo 62 municípios para implantação do Programa Primeira Infância Melhor.

Não obstante a importância de todos os programas/projetos desenvolvidos pela Secretaria da Educação em 2003, alguns deles assumiram um caráter prioritário. Entre os mesmos destacam-se :

PROJETO ESCOLA ABERTA PARA CIDADANIA

Ao propor o uso dos espaços físicos das escolas estaduais, nos finais de semana, oferecendo atividades desportivas, artísticas e sócio-culturais aos jovens e à comunidade, busca-se, através deste Projeto, contribuir para a alteração dos índices de violência, envolvendo jovens no Rio Grande do Sul. O Projeto foi implantado, no mês de agosto, em 12 municípios e 52 escolas, envolvendo 18 CREs e, em média, 92.850 pessoas mensalmente.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

É propósito do Governo priorizar a ampliação e a qualificação do Ensino Profissional no Estado. Em 2003, a Rede Pública Estadual atendeu 28.042 alunos e contou com 1.148 professores, distribuídos em 149 escolas. Inúmeros procedimentos foram realizados com vista à qualificação dessa modalidade de ensino, entre as quais pode-se destacar: capacitação de 16 integrantes da Superintendência de Educação Profissional (SUEPRO) em Planejamento Estratégico e Gerenciamento de Projetos, e de 400 gestores em Educação Profissional pertencentes às 149 escolas e 29 CREs. Houve também beneficiamento de áreas físicas como a aquisição de equipamentos, através do pregão da CELIC com recursos MEC/BID/PROEP, para os centros tecnológicos de Guaíba, da Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato (Taquara), da Escola Técnica Parobé (Porto Alegre) e da Escola Técnica Estadual Professora Maria Rocha (Santa Maria). Além disso, R\$ 780.286,00 foram aplicados em ampliações e melhorias de outras Escolas Técnicas. Em 2003, foi formada a Frente Parlamentar Gaúcha de Apoio à Educação Profissional.

Deve-se destacar, também, no ano de 2003, as premiações em nível nacional, para as seguintes escolas técnicas gaúchas :

- Escola Técnica Monteiro Lobato com o Projeto “Novos Conceitos em Educação – um olhar sobre a Prática da Informática”, que obteve: 1º lugar -

Prêmio Intel de Criatividade e Inovação; 2º lugar - Ciências Humanas; Melhor Projeto da Área Educacional Yázigi; Participação ESI-2003 – Rússia; Instituto Estadual Pereira Coruja – com Projeto “Aplicação da Qualidade Total no Laboratório de Química”, conquistando o 1º lugar na Feira de Projeto e Engenharia USP/SP, além da participação no 42º Congresso de Química de Ouro Preto/MG;

➤ Escola Técnica de Agricultura (ETA) com projeto “Beneficiamento de Resíduos Sólidos da CEASA” (Projeto Ração), que recebeu o Prêmio Fundação Banco do Brasil.

ALFABETIZA RIO GRANDE (Educação de Jovens e Adultos)

Este Programa propõe-se a combater o analfabetismo que, conforme o último Censo do IBGE, atinge, no Rio Grande do Sul, 6,65% da população com 15 anos ou mais. Além da estrutura estadual, do apoio da União e da cooperação técnica da UNESCO, o Programa fundamenta-se também em convênios firmados com municípios e outras entidades privadas. Em 2003, foram assinados 145 convênios com prefeituras municipais e 41 com entidades particulares. Foram formadas, ao longo do ano, 1.500 turmas nas escolas da rede pública e 1.270 em instituições de cunho privado, com uma média de 20 alunos por turma.

CONSOLIDAÇÃO DA UERGS

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) visa “ministrar, com expansão gradativa, o ensino de graduação, de pós-graduação e a formação de tecnólogos, através de cursos presenciais e não-presenciais; desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, visando ao desenvolvimento regional sustentável, ao aproveitamento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais”.

Dentro de sua estrutura multi-campi e descentralizada, no ano de 2003, a UERGS abriu 1.410 novas vagas em diferentes cursos e implantou seis novas unidades. A Universidade procurou qualificar seus espaços físicos através de benfeitorias como reformas, reaparelhamentos de laboratórios, etc. Também promoveu a abertura do processo seletivo para a contratação de professores e funcionários com previsão de 180 vagas para professores em seis regiões, e 102 vagas para funcionários. Realizou, também em 2003, na área de Extensão, o Curso Prático de Operação e Manutenção de Tratamento Biológico, e um curso de Educação à Distância (via Internet e videoconferência) para a formação dos agentes administrativos no uso do Sistema de Protocolo Integrado do Estado (SPI). Ainda, no ano, assinou convênio de cooperação com a Aliança Francesa e o Instituto Goethe para o ensino de francês e alemão a seus alunos, através do Laboratório de Línguas à Distância. Os convênios assinados integram o Projeto Ensino de Língua Estrangeira à Distância, que já inclui o convênio com a associação de Cultura Italiana do Rio Grande do Sul.

FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E PESSOA PORTADORA DE ALTAS HABILIDADES (FADERS)

A FADERS tem sob sua responsabilidade “propor, articular, coordenar, promover e desenvolver, em conjunto e com a participação da sociedade, a

implementação da política pública para as pessoas portadoras de deficiência (PPD) e pessoas portadoras de altas habilidades (PPAH)". Para isso, em sua função especializada, atende diretamente à população-alvo em suas unidades na Capital. Na sua função de coordenação e articulação, busca descentralizar suas ações e atingir todo o Estado, tanto no que se refere ao atendimento das leis específicas às PPD e PPAH, quanto às diretrizes político-técnicas de atendimento nas áreas de educação, saúde, trabalho, geração de renda e assistência social, acessibilidade e cidadania, e esporte, lazer e recreação.

Em 2003, entre outras ações, a Instituição realizou inúmeros cursos de capacitação, participou de seminários e encontros, promoveu e executou a IX Semana das PPDs. De grande relevância no ano foi a criação da "Gerência da Cidadania", cuja atuação, junto às organizações governamentais e não-governamentais, visa fortalecer a implementação das políticas para as PPDs e PPAHs.

A FADERS atende diretamente em suas unidades, aproximadamente, 2.000 alunos e aprendizes e, indiretamente, cerca de 20 mil pessoas.

Para 2004, a Instituição almeja reaparelhar suas bases físicas; realizar ações de prevenção às deficiências; incluir, em 45 municípios, as PPD e PPAH nas ações básicas de saúde; continuar a prestar o atendimento educacional a alunos surdos e portadores de deficiência mental nas duas escolas especiais da Fundação e , em parceria com a Secretaria da Educação, viabilizar o acesso escolar às PPD e PPAH; fortalecer a implementação da Política Estadual para PPD e PPAH; acompanhar o cumprimento das leis específicas para a acessibilidade, assistência social, acesso à informação, à comunicação e ao meio físico desse segmento social; viabilizar o acesso ao emprego e geração de renda e apoiar entidades não-governamentais de assistência a pessoas portadoras de deficiência.

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA (FETLSVC)

Voltada à formação de nível técnico, a Fundação atende uma população de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul, provenientes das regiões do Vale do Rio dos Sinos, Paranhana, Caí e da Grande Porto Alegre. Desenvolveu, no ano de 2003, os cursos técnicos de Química, Mecânica, Eletrotécnica-Eletrônica, Segurança do Trabalho e Automotivo, atendendo uma clientela de 3.067 alunos matriculados nos turnos diurno (1.886 alunos) e noturno (1.181 alunos). Formou, nesse período e nessas áreas, 391 técnicos para atender a demanda do mercado regional.

Foi dada continuidade ao **Programa de Expansão do Ensino Profissional (PROEP)**, com a conclusão das obras dos Módulos I e II que permitem a ampliação da capacidade operacional, iniciando, em julho de 2003, um novo curso técnico na área automotiva.

A Fundação manteve o convênio firmado com a UERGS em 2000, mantendo três cursos de Tecnólogo em suas instalações.

Realizou a 18ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC) e o 10º Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET) com a participação de vários estados brasileiros e países como Argentina, Paraguai, Peru, Chile, México, Turquia, Portugal, Espanha e Rússia. Foram apresentados 140 projetos de pesquisa, contemplando quinze áreas do

conhecimento. A feira recebeu 10.000 visitantes, e seus projetos premiados participam de feiras nos Estados Unidos, Europa e América Latina.

Deu continuidade aos seguintes projetos: Conservação de Energia – convênio AES, atendendo 120 residências; Pólo de Inovação Tecnológica do Vale dos Sinos, com a assinatura do protocolo de criação; Incubadora Tecnológica, com a conclusão da obra e aquisição de equipamento e mobiliário. Iniciou o desenvolvimento de dezesseis novos projetos, dos quais destacam-se a prestação de serviços a empresas e à comunidade em geral, oferecimento de cursos de curta duração nas áreas de polímeros, ISO, CIPA, informática, mecânica automotiva, motorista, eletricidade residencial, espanhol e inglês, Diagnóstico Energético da bacia do Rio dos Sinos, Programa de Gestão Ambiental, Melhoria da Qualidade de Vida, Mutirão de Empreendedorismo e Novos Talentos PROAR/Liberato – estes últimos selecionando projetos de alunos para financiamento, montagem de planos de negócios e incubação.

Foram firmados vários convênios com empresas e instituições, objetivando a cooperação educacional e técnica, prestação de serviços e consultoria.

No tocante ao aperfeiçoamento dos recursos humanos da Instituição, foi oportunizada a participação de professores e funcionários em cursos de especialização, mestrado e doutorado, bem como em congressos, seminários, cursos e visitas de estudos

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Os problemas da área de Segurança têm crescido e se tornando críticos em todo o País. A situação do Rio Grande do Sul, embora melhor do que a de outros grandes Estados da Federação, é grave e exige uma atenção redobrada por parte do poder público. Por essa razão, a preservação da integridade física e patrimonial dos rio-grandenses é uma prioridade essencial para o Governo do Estado e essa batalha só será vencida se houver uma atuação integrada e em muitas frentes. O primeiro requisito para o sucesso na luta pela segurança pública é contar com servidores, civis e militares, responsáveis, motivados e competentes. Face à situação encontrada no Rio Grande do Sul, as primeiras providências destinaram-se a estabelecer uma relação de respeito e de valorização da polícia militar e da polícia civil. Emblemas dessa nova atitude foram as devoluções do Colégio Tiradentes, do prédio histórico do quartel-general e da casa do comandante da corporação à administração da Brigada Militar. Em seguida, foram aumentados os recursos destinados ao setor e, com a ajuda dos Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROS), buscou-se fortalecer a política de segurança pública com a participação da comunidade. Por certo, ainda há muito a ser feito, mas os resultados começam a aparecer.

PROGRAMA CRIMINALIDADE REPRIMIDA

É o mais abrangente dentre os Programas desenvolvidos pela **Secretaria da Justiça e da Segurança** e visa “combater com maior agilidade, eficiência e eficácia a criminalidade, mediante o controle gerencial de indicadores

e a adoção de procedimentos operacionais dos órgãos policiais, potencializados pela recomposição de recursos e meios, alcançados na aquisição de equipamentos e instrumentos, veículos, obras de construção e reformas, além de outros materiais que garantam a infra-estrutura necessária ao implemento das atividades”. Para alcançar tal propósito, a Secretaria buscou aparelhar-se e reaparelhar-se em 2003. Entre outros feitos, adquiriu 236 novos veículos; dois helicópteros e três aeronaves para a criação da Patrulha Aérea – Porto Alegre, Região Metropolitana e Vale do Rio dos Sinos; reabriu 19 Delegacias Regionais de Polícia no Interior do Estado; três Delegacias Regionais Metropolitanas – Canoas, Alvorada e São Leopoldo – e abriu Delegacias Especializadas de Proteção a Crianças e Adolescentes em Passo Fundo – em fase de instalação – e em Santa Cruz do Sul. Também a Comissão Permanente de Segurança Pública do CODESUL foi reativada, em 2003, viabilizando a ação policial integrada dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

A melhoria de indicadores de gestão na Segurança Pública do Estado já aparece na redução do tempo médio de atendimento do serviço 190, que passou de 98 segundos, em janeiro, para 3 segundos em setembro; e na diminuição do tempo de chegada da viatura ao local da ocorrência, que diminuiu de 10 minutos e 38 segundos, em janeiro, para 10 minutos em setembro.

Na Polícia Civil, os inquéritos policiais remetidos à Justiça aumentaram 110,39%, no primeiro semestre (56.483), em relação ao mesmo período de 2002 (26.847).

PROGRAMA INTELIGÊNCIA POLICIAL

O Programa foi lançado para controlar a criminalidade através da antecipação às ações criminosas. Um dos primeiros passos, em 2003, foi a integração dos órgãos de inteligência policial estadual com a esfera federal para atualização e otimização de informações úteis no combate ao crime, através da realização de reuniões técnicas, coordenadas pelo Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos (DIAE), da Secretaria da Justiça e da Segurança. No ano, também foi propiciada a qualificação técnica de dez servidores da Secretaria na sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em Brasília.

PROGRAMA COMUNIDADE ALERTA

Este Programa aproxima e integra a polícia com a comunidade, estabelecendo parcerias e convênios com entidades de direito público e privado. Através dessas parcerias, já foram instituídos 197 Conselhos Pró-Segurança Pública (CONSEPROs), totalizando 334 no Estado. A criação do **Projeto Tô Ligado**, que já realizou 168 palestras em 135 escolas de 38 municípios, alertou uma comunidade estudantil de 30.962 alunos sobre os malefícios do uso de drogas e a responsabilidade penal do uso do tráfico.

PROJETO RECOMPOSIÇÃO DE EFETIVOS

O Projeto possibilitou o incremento no número de servidores da Segurança, com a admissão de 1.494 policiais militares na Brigada Militar. Todos receberam formação específica nas suas áreas de atuação (curso de 1.500 horas/aula). Na Polícia Civil, 600 novos policiais concluíram o curso de formação nas carreiras de Inspetor e Escrivão, num total de 1.110 h/aula.

Através dos dois quadros que seguem, podem ser observadas as atuações da Brigada Militar e da Polícia Civil, nos dois últimos anos, bem como o crescimento dessas atuações no período.

BRIGADA MILITAR

Quadro de Crescimento da Atuação Policial

Serviços Prestados	1º Sem/02	2º Sem/02	Total no ano de 2002	1º Sem/03	2º Sem/03	Total no ano de 2003	Incrmento 2003/2002
Operações de Policiamento	6.765	10.709	17.474	12.299	14.601	26.900	53,94
Policiamento em locais de diversão pública	2.146	3.465	5.611	3.334	3.948	7.282	29,78
Armas de fogo apreendidas	2.717	3.401	6.118	4.117	3.478	7.595	24,14
Policiamento em estabelecimento de ensino	33.243	40.209	73.452	43.413	51.341	94.754	29
Escolta ou diligência	2.212	2.748	4.960	2.839	3.011	5.850	17,94
Inspeções de locais	50.820	57.366	108.186	56.917	69.838	126.755	17,16
Prisões em flagrante	11.992	10.831	22.823	13.202	20.735	33.937	48,7
Apoio a autoridade	14.200	14.414	28.612	15.262	15.176	30.438	6,38
Total	124.095	143.141	267.236	151.383	182.128	333.511	24,8

Fonte : Brigada Militar

Obs. : Os dados relativos ao 2º Semestre de 2003 são preliminares podendo sofrer pequenas alterações

POLÍCIA CIVIL

Crescimento da Produção Policial

Período de Janeiro a Novembro de 2002 e 2003

Produção Policial	2002	2003	Porcentagem
Procedimentos policiais remetidos	241.588	290.229	20,13
Recaptura de presos	2.195	2.504	14,08
Flagrantes elaborados	8.727	10.537	20,74
Prisões temporárias decretadas	769	1.173	52,54
Mandatos de prisões	3.109	3.437	10,55

Fonte : Órgãos da Polícia Civil

Apreensão de Substância Tóxica	2002	2003	Porcentagem
Maconha (gr)	622.717,63	1.829.693,5	193,82

		8	
Cocaína (gr)	35.440,08	65.409,18	84,56

Fonte : Órgãos da Polícia Civil

CORPO DE BOMBEIROS

Merece também salientar que, ao final do ano de 2003, o efetivo do Corpo de Bombeiro da Brigada Militar teve um acréscimo de 194 novos soldados oriundos do Curso Básico de Formação de Bombeiro Militar. Com estes, o efetivo totaliza 2.877 bombeiros, sendo 177 oficiais e 2.700 praças.

Computando todas as ocorrências registradas, o Corpo de Bombeiros prestou, em 2003, 110.846 atendimentos. Entre as ocorrências classificadas como Infrações e Eventos, destacam-se as de incêndio (13.760), vendaval (727) e inundação (430). Nos Serviços Prestados, que constituem 77% dos atendimentos, predominam a assistência (17.401), o combate ao incêndio (11.830), o salvamento de pessoa (9.569) e a remoção de fonte de perigo (6.618). Nas ocorrências de Atendimento de Emergência, que totalizam 10.522, destaca-se o atendimento de mal súbito e diversas.

Por iniciativa do Comando do Corpo de Bombeiros, foram realizadas inspeções em todos os Comandos Regionais, durante os meses de maio a setembro, com o objetivo de levantar a situação logística existente. Foi apurada a distribuição das 590 viaturas/embarcações e avaliado o estado de conservação das mesmas, onde constatou-se que aproximadamente 65% das viaturas empregadas apresentam boas e ótimas condições. Atualmente, 37 municípios possuem Fundos de Reequipamentos de Bombeiros - convênios entre os municípios e a Brigada Militar/SJS.

Entre outras realizações do ano de 2003, figuram a atuação nos 115 casos decretados de situação de emergência em municípios, no âmbito da Defesa Civil, e a realização, em outubro, do VI Seminário Nacional de Bombeiros, pela primeira vez no Rio Grande do Sul.

SUSEPE

A **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)**, subordinada à Secretaria da Justiça e da Segurança, "é o órgão estadual responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade, das restritivas de direito e das medidas de segurança." Ao buscar o aprimoramento do sistema prisional gaúcho focaliza, entre outras preocupações, as condições de saúde dos presos, sua ressocialização, e a redução do número de fugas e evasões. No ano de 2003, a SUSEPE realizou inúmeras ações para tais propósitos, arroladas a seguir :

- Implantação de sistemas e procedimentos para unificação dos códigos de identificação dos presos, gerando redução de carga de trabalho operacional e aprimorando os controles sobre os presos;
- Aquisição de 14 viaturas especiais para transporte de presos;
- Renovação do estoque de munição (real e anti-motim) e aquisição de 60 algemas;
- Aquisição de 28 armas calibre 12;

- Aquisição de rádios Hand Talk (12) para a área de segurança da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas e Pesídio Regional de Pelotas;
- Implementação, ao longo de 2003, 46 PACs (Protocolos de Ação Conjunta) elevando a atividade laboral para 8.000 presos ou aproximadamente 45% da população carcerária;
- Renovação do convênio com o Ministério do Desporto (Projeto Pintando a Liberdade) com aumento do recebimento da verba inicial de R\$124.000,00, para R\$ 273.527,54 (em 2004);
- Implantação de Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJAS), escolas com poder de certificação funcionando dentro dos presídios, em Santa Maria, Passo Fundo, Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, Bento Gonçalves, Bagé, Charqueadas, Presídio Central de Porto Alegre e Penitenciária Madre Pelletier em Porto Alegre;
- Realização de Supletivo para Ensino Fundamental e Médio para um total de 3.964 apenados;
- Realização de atividades de ensino formal à 2.280 presos, ministrados por 205 professores;
- Convênio firmado com a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) para estágio curricular e extracurricular de estudantes nos estabelecimentos penais nas áreas do Direito, Enfermagem e Psicologia;
- Curso de Formação para o ingresso nas carreiras de Auxiliar, Monitor e Agente Penitenciário de 245 novos concursados;
- Nomeação, em contrato emergencial, de 53 Técnicos de Nível Superior (Psicólogos e Assistentes Sociais) para suprir as deficiências profissionais para o tratamento penal e ressocialização de presos;
- Implantação de três cooperativas para ocupação de mão-de-obra prisional: uma em Rio Pardo (Multifuncional) atuando, no momento, em empreitadas para pintura de prédios; outra na Penitenciária Feminina em trabalhos de costura; e uma terceira em Vacaria, com presos do regime semi-aberto, egressos e familiares de presos na colheita de maçã (90 presos beneficiados);
- Capacitação teórica em DST/Aids para 16 médicos contratados em regime emergencial, monitoras penitenciárias, nutricionistas em parceria com o Ambulatório de Dermatologia Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde.
- Elaboração e manutenção de banco de dados referente ao atendimentos, exames e tratamento de presos portadores do vírus e doentes de Aids, bem como tuberculose e outras doenças.
- Mutirão de atendimento jurídico aos apenados do Instituto Penal Escola Profissionalizante (Charqueadas) e Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí;
- Realização de curso emergencial de revisão de práticas de segurança em estabelecimentos penais no Rio Grande do Sul, em duas edições, para 115 Agentes Penitenciários;
- Realização do 1º Curso de Capacitação de Delegados Regionais Penitenciários.

Conclusão de Obras de Emergência

No que respeita a obras, foram concluídas, em regime de emergência, as seguintes: Presídio Central de Porto Alegre (Convênio nº 019/200-DEPEN) - 541 vagas criadas e 282 vagas recuperadas; Penitenciária Modulada de Osório (Convênio nº 108/201) - 360 vagas criadas; Penitenciária Estadual de Rio Grande (Convênio nº 107/2001) - 96 vagas criadas; Presídio Estadual de Lajeado - 54 vagas criadas e 44 no Albergue.

Obras em Andamento

Estão em andamento: Penitenciária Estadual de Rio Grande - Pavilhão Penitenciário Norte, novo reservatório elevado de água e novo gerador e mais 96 vagas a serem criadas; Albergue de Santa Rosa - 84 vagas a serem criadas; Presídio Regional de Passo Fundo - Construção do muro externo e passarelas.

INSTITUTO-GERAL E PERÍCIAS (IGP)

Ao IGP competem, especialmente, as atividades de perícias médico-legais e criminalísticas, os serviços de identificação e o desenvolvimento de estudos e pesquisas em sua área de atuação. Para desenvolver estas funções, em 2003, o Instituto adquiriu equipamentos de informática, no valor de R\$ 23.800,00, para a sua informatização, tal como o *software* Atendimento de Solicitações de Processamento de Impressões Digitais (ASPID), programa para tratamento de latentes, compatível com o Sistema *Automated Fingerprint Identification Segment* (AFIS). Esse Sistema possibilitará que as impressões digitais coletadas no local de crime sejam confrontadas eletronicamente com uma base de dados criminais cadastrados. Foi também concluído, no ano, o reaparelhamento do Departamento Médico-Legal e o Laboratório de Perícias, iniciados no ano de 2002, com um valor dispendido de R\$ 397.671,03.

O IGP, no ano que passou, assinou convênios com os municípios de Arroio Grande, Capão da Canoa, Ernestina, Novo Xingú, Gramado Xavier, São Sepé, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Serafina Corrêa, Bozano, Pantano Grande, Piratini, Quevedos e São José das Missões, para a instalação de postos de identificação.

Na área de Fonética Forense, constituiu uma comissão para avaliar a situação do Departamento de Criminalística frente às Recomendações Técnicas da Associação Brasileira de Criminalística, obtidas da mesa Técnica e Fonética Forense, realizada no XVII Congresso Nacional de Criminalística.

Através do Departamento de Identificação, o Instituto, em 2003, emitiu mais de 3.800 carteiras de identidade em eventos voltados para populações carentes de 43 municípios.

Segundo dados do Departamento de Criminalística - relativos a novembro de 2003 - 1.716 locais de crimes foram atendidos, com a expedição de 2.094 laudos. Através do quadro abaixo, pode-se visualizar a quantificação de outras atividades também desenvolvidas pelo Instituto em 2003, e a sua comparação com o ano de 2002.

DEPARTAMENTO MÉDICO-LEGAL			
PORTO ALEGRE			
Dados estatísticos	2002	2003	Porcentagem
Necropsia em morte violenta	2099	1976	-5,86%
Necropsia para verificação de óbito	1518	1330	-12,38%
Lesões corporais	38492	42487	10,38%
Violência sexual	1677	2047	22,06%
Embriaguez	2903	3396	16,98%
Exames odontológicos	406	451	11,08%
Perícias diversas	48	84	75,00%
Outras perícias clínicas	93	123	32,26%
Perícias externas	735	955	29,93%

O total de perícias realizadas pelo IGP, em 2003, foi de 125.112, com um acréscimo de 8,34% em relação a 2002 (115.480).

É de fundamental importância para o desenvolvimento das ações do Instituto que os seus recursos humanos vivenciem uma permanente qualificação técnica. Para este fim, seguem, abaixo, algumas possibilidades ofertadas no ano :

➤ Participação de um Perito Criminalístico no Curso de Fonética Articulatória, promovido pelo Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, em Brasília, de 21/10 a 13/11 de 2003.

➤ Participação de 11 peritos do IGP no XVII Congresso Nacional de Criminalística, realizado em Londrina-PR de 05/10 a 10/10 de 2003.

➤ Realização da FASE II do Curso de Formação do IGP, com 100 candidatos para vagas de Papiloscopistas e Auxiliares de Perícia, participando do Curso Básico na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, e 93 candidatos a Perito Criminalístico, Médico e Odonto-Legista e Papiloscopista, participando do Curso Específico no IGP e nos seus Departamentos e Laboratórios.

➤ Integração com a Polícia Federal, participação em Treinamentos, Cursos e Simpósios – Programa de Melhoria da Gestão na Administração Pública – Implantação do *Balanced Scorecard*, da Secretaria da Justiça e da Segurança(03 servidores); e II Simpósio Internacional de Identificação Humana por DNA, do Centro de Estudos do Instituto de Biologia da UERJ, no Rio de Janeiro (2 servidores)

➤ Término das fases do concurso para ingresso nas carreiras de Auxiliar de Perícia, Fotógrafo Criminalístico, Papiloscopistas, Perito Químico-Forense, Perito Médico-Legista e Perito Criminal.

➤ Curso de Formação para 180 alunos, nas carreiras de Auxiliar de Perícia, Fotógrafo Criminalístico e Perito Médico-Legista.

➤ Formatura, em 02/12 de 2003, de 93 alunos do Curso de Formação do Instituto-Geral de Perícias, de um total de 198 alunos; o restante dos alunos iniciou a formação específica, com previsão de término em março de 2004 (carga horária básica de 420 horas/aula e carga horária específica de 380 horas/aula).

DETRAN

Considerando o grave quadro de violência no trânsito, no Estado e no País, torna-se imperativo, dentro das políticas públicas, priorizar o seu combate. Assim, o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)**, através do Programa **Redução de Acidentes de Trânsito**, buscou reduzir o número de acidentes de trânsito, mediante a conscientização da necessidade de cumprimento da legislação vigente. Dentro deste Programa, foram realizadas, durante o ano de 2003, inúmeras atividades com o intuito de atingir o objetivo proposto, tendo como fio condutor a conscientização. Entre as realizações destacam-se :

- Oficinas técnicas e pedagógicas para agentes de fiscalização e educadores públicos e privados;
- Produção de material educativo;
- Realização de oito encontros regionais, para a elaboração de um documento norteador de todas as ações de Educação Para o Trânsito dentro do Programa Gaúcho de Educação para o Trânsito (PROGET);
- Atividades pedagógicas, teatro de fantoches e teatro de sombra em escolas estaduais e municipais de nove municípios;
- Atividades educativas e informativas programadas para a Semana Nacional de Trânsito, iniciada no dia 18/09/2003, com o tema definido pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) "Dê preferência à vida ", visando concentrar esforços na conscientização e redução do número de acidentes de trânsito. Ocorreram também palestras e atividades em escolas de Porto Alegre, tendo como objetivo a conscientização para um trânsito mais seguro, bem como a distribuição de 3.000 volantes da promoção realizada em parceria com o jornal Diário Gaúcho, voltada para os motoboys;
- Projeto Criança, realizado no Departamento Esportivo da Criança da SOGIPA, em Porto Alegre, no dia 11 de novembro de 2003, tendo como alvo o público infantil e infanto-juvenil, com 200 participantes;
- Realização da 20ª Reunião do Fórum Gaúcho de Secretários e Dirigentes de Transporte e Trânsito, espaço para atividades de Educação para o Trânsito, no dia 28 de novembro de 2003, com a participação de 300 alunos (público infantil e infanto-juvenil) das Escolas de Santo Antônio da Patrulha;
- Reunião para Sistematização do PROGET, em 03/12 de 2003, no Auditório da Secretaria de Justiça e Segurança do Estado.

Os resultados positivos do Programa já se fazem sentir ao ser constatada uma redução de 34,2% no número de óbitos, nas rodovias estaduais, considerando-se o período de outubro de 2002 a outubro de 2003.

Além das atividades, arroladas acima, é pertinente assinalar os dados a seguir, que também contribuíram para retratar a dinâmica do DETRAN em 2003:

- Acréscimo de 4,2% no total de condutores habilitados no Estado (de 3.054.304, em 2002, para 3.181.540, em 2003);
- Concessão de 129.505 novas permissões para dirigir;
- Renovação de 482.434 de Carteiras Nacionais de Habilitação;

- Acréscimo de cerca de 13% no número de profissionais credenciados - médicos, instrutores, psicólogos, etc. (de 5.796, em 2002, para 6.557, em 2003).

O DETRAN também teve participação nas seguintes ações: Operação Volta às Aulas com a Brigada Militar; disponibilização do banco de dados, em especial das fotografias para auxiliar os órgãos policiais através do sistema de consultas integradas; campanha educativa, visando a redução de acidentes com os motoboys.

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A **Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS)** é o órgão responsável pelo desenvolvimento da política estadual de acesso ao mercado de trabalho, programas de qualificação profissional, saúde e segurança do trabalho, geração de emprego e renda. Também cabe à STCAS a implementação das ações estaduais de assistência social, baseada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A Secretaria exerce o papel de dar sustentação às demandas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Idoso, do Índio, da Comunidade Negra e o de Defesa do Consumidor. Faz, ainda, o registro de entidades civis, indispensável à concessão da declaração de utilidade pública estadual e, por intermédio do PROCON, desenvolve diversas ações de defesa dos direitos do consumidor.

Os órgãos vinculados à STCAS são: a **Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS)**, que coordena e desenvolve programas, ações e serviços direcionados à geração de emprego e renda e à inclusão social da população, como intermediação de mão-de-obra, ação social comunitária e atendimento ao seguro-desemprego; a **Fundação de Proteção Especial (FPE)**, que administra a execução de medidas de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social no sistema de atendimento estadual, em regime de abrigo e meio aberto; e a **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)**, órgão responsável pela execução de medidas sócio-educativas de internação e de semi-liberdade aplicadas judicialmente aos adolescentes que cometem ato infracional.

No ano de 2003, a Política de Assistência Social traçada no Estado obteve significativo apoio através da regulamentação de dois programas que motivam o investimento na área social e a participação da sociedade e dos empresários nessas ações: o **Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS)**, e o **Programa Solidariedade**.

O **PAIPS** é um programa que visa estimular a adoção de mecanismos de parceria e de colaboração, beneficiando o desenvolvimento e a articulação de ações de inclusão e promoção social, mediante concessão de incentivo fiscal a contribuintes do ICMS, por meio da transferência de recursos dessas empresas em favor da execução de projetos apresentados por entidades não governamentais com atuação comprovada na área da assistência social. Às empresas interessadas, é concedida renúncia fiscal do ICMS a recolher, limitado à 75% do valor total do projeto que será financiado. Em 2003, mais de 40 empresas se cadastraram para viabilizar melhorias como aumento na capacidade de atendimento e modernização de instalações de mais de 200 entidades sociais que apresentaram projetos. A STCAS é responsável pelo cadastro das entidades

de assistência social e das empresas que pretendem participar do Programa e participa da Câmara Técnica que seleciona e encaminha os projetos ao Conselho Estadual de Assistência Social.

O **Programa Solidariedade**, que será implementado e desenvolvido a partir de 2004, visa apoiar a atuação de entidades vinculadas às áreas de assistência social, saúde e educação. Além de repassar recursos para entidades assistenciais, educacionais e de saúde para auxiliar no cumprimento de suas finalidades, o Programa tem por objetivos conscientizar os contribuintes para os benefícios do pagamento de impostos e promover o incremento da arrecadação através da exigência, pelo consumidor, da nota ou cupom fiscal. As pessoas físicas serão beneficiadas por sorteios de prêmios pela LOTERGS, sob a denominação de "A Nota é Minha", e as entidades assistenciais concorrerão, com os demais participantes de suas respectivas áreas, a repasses de recursos disponibilizados no Orçamento Anual do Estado. Nesse programa, a STCAS será responsável pelas inscrições e pela habilitação das entidades de sua área de competência, além de participar do Comitê Gestor do Programa Solidariedade

As realizações da STCAS e de seus órgãos vinculados em 2003, na suas amplas áreas de atuação, centraram-se nas ações descritas a seguir.

Através do **Programa Alimentar-RS**, que visa garantir uma alimentação saudável, equilibrada nutricionalmente e de qualidade a preços acessíveis, foi instalado no mês de abril, em Porto Alegre, o primeiro restaurante popular do Estado, uma parceria do Executivo com a empresa Vonpar. O restaurante serve cerca de 320 refeições diárias a desempregados, aposentados, moradores de rua e população carente cadastrados no Programa. Já foram firmados convênios para a instalação de restaurantes populares em Caxias do Sul e em Passo Fundo. A meta para 2004, proveniente de demanda do processo de Consulta Popular, é a viabilização de restaurantes populares em Cruz Alta, Uruguaiana, Pelotas e outro em Porto Alegre.

Ainda dentro da política de segurança alimentar e nutricional desenvolvida pela STCAS foi criado em 2003, por Lei Estadual, o **Conselho de Segurança Alimentar (Consea)**, que discute a elaboração de diretrizes que garantam o direito à alimentação e à nutrição dos gaúchos. Em seis meses de atividades, realizou 10 sessões plenárias, 72 conferências municipais e 17 regionais para normatizar questões que envolvem a segurança alimentar de 248 municípios. Em 2004, o Conselho realizou a 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar, em janeiro, e participará da Conferência Nacional, em março.

Criado para oportunizar trabalho e renda em caráter emergencial a trabalhadores desempregados, o Programa **Frentes Emergenciais de Trabalho** beneficiou 576 desempregados de 11 cidades gaúchas (Canoas, São Leopoldo, Eldorado do Sul, Gravataí, Porto Alegre, Caxias do Sul, Cachoeirinha, Encruzilhada do Sul, Erechim, Santa Maria e Venâncio Aires). As vagas de trabalho envolveram atividades como artesanato, reciclagem e horta urbana. O benefício tem duração de seis meses e compreende o direito a bolsa auxílio e a auxílio alimentação.

Por meio do Programa **Garantia de Renda Mínima Familiar – Família Cidadã**, que tem por objetivo garantir o acesso a programas e serviços de assistência social, educação, saúde, formação profissional e geração de trabalho e renda, além da concessão de benefício monetário para complementação dos rendimentos de famílias que recebem até dois salários

mínimos em situação e vulnerabilidade social, foram beneficiadas cerca de 4.500 famílias através do pagamento de 21.244 benefícios. Em uma primeira etapa, foram beneficiadas as famílias cuja situação de carência estabelecia a permanência no Programa para, em seguida, serem incluídas novas famílias cadastradas, residentes em 85 municípios conveniados. Em 2003, o valor médio mensal da bolsa-auxílio pago foi de R\$ 297,00.

O Programa Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON), dando continuidade ao Programa de **Promoção dos Direitos do Consumidor**, contabilizou, em 2003, 166 mil atendimentos através do telefone 151 e investiu na diminuição do estoque de processos administrativos da entidade, com o objetivo de viabilizar uma melhoria significativa do seu atendimento. Para descentralizar e agilizar seus serviços, implementou 12 termos de cooperação técnica com entidades representativas dos setores que mais geram demandas de consumidores, diminuindo em 30% os atendimentos diretos da entidade. Foram ainda estabelecidos fluxos de encaminhamento de reclamações aos grandes fornecedores (telefonia, varejo e distribuidores de energia elétrica), reduzindo a demanda de atendimentos do PROCON em 50%.

A entidade atuou ainda na orientação aos consumidores relativamente à compra de gás, lançando a campanha Gás Legal, e da fiscalização dos clubes de futebol do Estado, tendo em vista o Estatuto do Torcedor.

O Programa **Terra Indígenas e Etnossustentabilidade**, que visa garantir às populações indígenas do Estado a manutenção de sua identidade atendeu, em 2003, a 3.000 famílias indígenas, distribuindo emergencialmente cestas básicas, roupas e agasalhos para melhoria de sua condição nutricional. O Conselho Estadual dos Povos Indígenas coordenou a elaboração do Plano Estadual de Educação Indígena, em parceria com a Secretaria da Educação, e do Programa Estadual de Inclusão Indígena, com o objetivo de suprir o *déficit* habitacional e melhorar as condições de infra-estrutura das comunidades.

Através do Programa voltado às **Comunidades Remanescentes de Quilombos** e do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE), foi promovida a capacitação de 50 gestores e líderes nas comunidades quilombolas e a articulação de novos mapeamentos de 99 áreas designadas à população negra. Entre os destaques, consta ainda a realização da 1ª Conferência Estadual de Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado, ocorrida em novembro.

Dentro da política de **Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente**, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente apoiou a realização de conferências e a capacitação de 100 conselheiros de Direitos e Tutelares. Por meio do Conselho, ocorreu também a reativação do Sistema Integrado de Proteção à Infância e Adolescência em 20 municípios. O Conselho capacitou ainda 120 pessoas para o Programa de Apadrinhamento Afetivo de crianças e adolescentes abrigados no Estado e realizou duas conferências estaduais para debater os direitos da criança e do Adolescente.

Em 2003, houve também a preocupação de formular uma política de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Para tanto, foi articulado um conjunto de ações preventivas e assistenciais que possibilitam às crianças, adolescentes e familiares vítimas de violência sexual, o resgate dos direitos, o acesso a serviços de saúde, de assistência social, justiça, segurança e educação. As ações preventivas têm duas vertentes: a capacitação de adultos cuidadores, habilitando-os a identificarem precocemente situações de maus tratos, e o trabalho curricular de orientação sexual em sala de aula, visando reduzir

significativamente, a médio e longo prazos, os índices de violência contra crianças e adolescentes. As ações assistenciais referem-se ao atendimento especializado à vítima de violência através da implantação de serviços e centros de referência integrados, intergovernamentais e intersetoriais, em municípios que aderirem ao Programa.

Um dos maiores problemas constatados para o preenchimento das vagas de oferta de trabalho é a falta de qualificação profissional. Em 2003, o Programa de **Qualificação Profissional – Qualificar-RS**, que tem por objetivo oportunizar ações de educação profissional, reduzindo o desemprego e o subemprego da população economicamente ativa, promoveu cursos para aproximadamente 11.000 trabalhadores. Para o ano de 2004, além dos recursos do FAT previstos no Plano Nacional, serão acrescidos recursos orçamentários do Estado previstos através da Consulta Popular.

Operacionalizado nas agências da **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)**, o SINE – Sistema Nacional de Emprego - é um programa federal viabilizado com recursos do FAT. A FGTAS ampliou sua ação no Estado em 2003 inaugurando sete novas agências, que totalizam 122 agências em todo o Rio Grande do Sul. A meta é atingir, em 2004, 135 agências. Os serviços oferecidos destinam-se aos trabalhadores desempregados ou em situação de emprego vulnerável, jovens sem experiência profissional, pessoas portadoras de deficiência (PPDs), artesão, autônomos e pescadores artesanais.

Através do Programa **Intermediação de Mão-de-Obra**, mais de 330 mil trabalhadores foram atendidos pelas agências FGTAS/SINE no Estado, em 2003. Destes, 53.853 foram colocados no mercado de trabalho, para um total de 98 mil vagas captadas em empresas. Cerca de 6.300 vagas captadas destinavam-se a Pessoas Portadoras de Deficiências, sendo que entre os novos empregados encontram-se 528 PPDs. Ainda neste ano, foram confeccionadas mais de 157 mil carteiras de trabalho.

Também através das agências FGTAS/SINE, foram encaminhadas mais de 393 mil solicitações de **Seguro-Desemprego**, possibilitando o pagamento de R\$ 394 milhões aos trabalhadores, via Caixa Econômica Federal, nos primeiros 10 meses de governo.

O Programa **Artesanato Gaúcho** cadastrou 46.185 artesãos nos 496 municípios do Estado e assessorou 150 associações e cooperativas. Responsável pelo cadastramento e emissão das Carteiras de Identidade de Artesão, o Programa investiu no desenvolvimento e resgate cultural do artesanato e incentivou a retirada dos profissionais do setor da informalidade. Foram realizados pelo Programa 20 cursos profissionalizantes no primeiro semestre e 11 cursos no segundo semestre.

A inauguração em novembro do Abrigo Residencial 26, que passou a acolher 27 crianças e adolescentes em situação de abandono e risco social, marcou a atuação da **Fundação de Proteção Especial (FPE) no Programa Proteção Qualificada à Criança e ao Adolescente** em 2003. Somando-se ao Abrigo Residencial 25, inaugurado em maio, foi possível à entidade a desativação do Abrigo Feminino Infantil de Viamão, que funcionava em condições inadequadas para a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dois abrigos familiares situados no bairro Intercep, em Porto Alegre, permitiram a melhoria do atendimento de cerca de 40 crianças, com conforto e acompanhamento social adequado.

Além dessas obras, foi ainda inaugurado, em maio de 2003, o Abrigo Residencial 41, atendendo 14 crianças e jovens PPDs, e ampliada a base física do Abrigo Cônego P. Nadal, com anexo para monitores e salas de atendimento individualizado para o atendimento de 56 PPDs com severos comprometimentos no desenvolvimento mental.

Completando um ano de atuação na área de abrigamento de crianças e jovens que vivem sob a tutela do Estado por situação de vulnerabilidade familiar ou por risco social, a entidade atende 680 abrigados e, em Centros Sociais em meio aberto, mais 580 crianças e adolescentes. A FPE mantém dois Centros, um localizado na Vila Grande Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, e outro em Taquari.

Mais de 280 crianças e jovens em situação de alta vulnerabilidade social residentes na Vila Grande Cruzeiro do Sul passaram a contar, diariamente, com oficinas de profissionalização, reforço escolar e atividades esportivas propiciadas pelo Centro Infante Juvenil Zona Sul, no horário inverso ao turno escolar. As atividades sócio-educativas incluem participação das crianças assistidas em todas as iniciativas do Centro e alimentação.

A extensão do atendimento psiquiátrico aos internos foi uma das principais realizações da **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)** em 2003. Dentro dos objetivos do Programa **Atendimento ao Adolescente com Medida Sócio-Educativa de Internação e Semi-Liberdade**, a entidade concentrou suas atividades no resgate social dos menores infratores e priorizou a execução de atividades educativas e de valorização pessoal. Através do convênio com cooperativas médicas, passou a oferecer atendimento psiquiátrico constante aos 393 menores infratores lotados em seis unidades da FASE do Interior (Passo Fundo, Uruguaiana, Santo Ângelo, Pelotas, duas unidades em Santa Maria e duas em Caxias do Sul), atendendo a uma das principais reivindicações do Interior. Também investiu na realização de cursos e oficinas artísticas direcionadas aos internos das suas 15 unidades, o que resultou na primeira exposição de arte dos trabalhos criados pelos adolescentes infratores de todo o Estado, apresentada em dezembro na Assembléia Legislativa.

Dentro das atividades da FASE em 2003, destacam-se ainda:

- Ampliação na educação e profissionalização, com 1.112 adolescentes assistidos no Ensino Fundamental e 106 no Ensino Médio;
- Oferta de oficinas de informática, panificação, culinária, artesanato, cerâmica e música, entre outras, perfazendo um total de 15 unidades atendidas;
- Realização de Seminários de Egressos da FASE em Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e Uruguaiana;
- Conclusão das obras de reforma da infra-estrutura no Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE) Porto Alegre I e obras em andamento no CASE Porto Alegre II, Caxias do Sul e Uruguaiana, além da construção, em andamento, do CASE Porto Alegre III e do CASE Regional de Novo Hamburgo;
- Início do desenvolvimento de um novo sistema de informações sobre os adolescentes atendidos, atualização dos dados cadastrais, levantamento das ocorrências de fugas, evasões e deserções durante o ano.

Seguindo a meta de qualificar o atendimento aos internos da FASE em todo o Estado, está prevista para 2004 a contratação de 75 novos monitores, suprimindo a deficiência de pessoal das unidades de Caxias do Sul e Passo Fundo. As novas contratações beneficiarão o atendimento a 150 adolescentes infratores. Está prevista, ainda, a contratação de monitores, técnicos e funcionários

administrativos que serão lotados na nova unidade da FASE localizada em Novo Hamburgo, com capacidade para atender 60 jovens.

CULTURA

À **Secretaria da Cultura (SEDAC)**, como órgão responsável pela política cultural no Estado, compete resgatar, fomentar, valorizar e preservar os valores culturais do povo gaúcho. Seu raio de atuação extrapola a dimensão da Secretaria e integra-se a outros órgãos estaduais, prefeituras municipais, entidades de classe e comunidade cultural. Da mesma forma, articula-se com organismos nos âmbitos nacional e internacional, sendo as suas principais realizações nesse sentido: trabalho articulado com o Ministério da Cultura e Secretários da Cultura de todo o Brasil, criação da Comissão Permanente de Cultura do CODESUL; intercâmbio cultural com Açores-Portugal; coordenação de ações junto a comissão das etnias italiana, alemã, judaica, afrodescendentes e indígena.

Em nível estadual, a **Lei de Incentivo à Cultura** alcançou números recordes em 2003: o sistema LIC recebeu 1.011 projetos e, destes, aprovou 316. A comunidade cultural, através deste sistema, captou R\$ 35.062.858,76, com renúncia fiscal de R\$ 27.859.533,46.

Em 2003, os eventos já tradicionais realizados na área cultural foram mais uma vez sinônimos de sucesso : Feira do Livro de Porto Alegre, Jornada de Literatura de Passo Fundo, Festival de Cinema de Gramado.

Merece destaque a realização da 4ª Bienal do MERCOSUL, que contou com a participação de 76 artistas de 13 países, alcançou um público de mais de um milhão de visitantes, consolidando-se, assim, como um dos eventos mais significativos da arte visual contemporânea da América Latina.

Foi destaque também, a projeção alcançada pelo Rio Grande do Sul em função da minissérie da Rede Globo "A Casa das Sete Mulheres" que teve cenas gravadas no Estado graças à atuação conjunta das Secretarias da Cultura, do Turismo e da Comunicação que, por este trabalho, receberam o "Prêmio Top Marketing Cultural" da ADVB.

São programadas como ações prioritárias a serem realizadas em 2004:

- Continuidade das obras da construção do Multipalco do Theatro São Pedro;
- Início e conclusão das obras de construção da sede própria da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre no Shopping Total;
- Revitalização do Cais do Porto com reavaliação do projeto para implantação do Museu de Arte Contemporânea nos armazéns;
- Reestudo, pela Comissão Procine, para a implantação do Complexo Cinematográfico instalado no Vida Centro Humanístico;
- Restauração da Catedral Metropolitana;
- Programa Monumenta : Palácio Piratini, Margs, Biblioteca Pública, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e Memorial do Rio Grande do Sul;
- Criação de Centros de Desenvolvimento auto-sustentáveis em municípios de pequeno e médio portes com a construção de espaços apropriados;

- Revitalização das Salas de Cinema desativadas para multiuso cultural;
- Implantação, no Sobrado dos Azulejos, em Rio Grande, de um centro cultural, em parceria com o Ministério da Cultura, Universidade e Prefeitura de Rio Grande;
- Implantação do Fundo de Apoio à Cultura;
- Regulamentação da Lei do Livro;
- Implantação da Loteria Cultural.

FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

Além da programação cultural desenvolvida pela Fundação ao longo do ano, merecem especial atenção Projeto de construção do **Multipalco do Teatro São Pedro**, que ampliará o espaço físico do teatro, possibilitando o crescimento da produção cultural e artística do Estado. É uma obra de grande porte, avaliada em cerca de R\$ 22 milhões, que envolve parcerias com a iniciativa privada, contando com 17 patrocinadores/apoiadores: RBS, Brasil Telecom, Marcopolo, Votorantim, Habitasul, Eletrosul, Vídeo Makers Geyer, Gerdau, Dez Propaganda, TVE e Fm Cultura, EPT Engenharia e Dulce Helfer, Banrisul, Vompar, Lojas Renner e Dellano.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, RÁDIO E TELEVISÃO (FCP-RTV)

Imbuída do propósito de qualificar cada vez mais a programação das suas duas emissoras – TVE e Rádio FM Cultura – entre outros procedimentos a Fundação, em 2003, estabeleceu parcerias importantes que auxiliaram no cumprimento de sua função social, qual seja, a prestação de serviços de utilidade pública com ênfase na cultura, no entretenimento e na informação. As relações foram estreitadas com a TV Cultura de São Paulo e com a TVE/Rede Brasil, bem como, com as emissoras públicas, coordenadas pela Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais, a ABEPEC.

A **TVE** realizou a cobertura jornalística e também transmissões ao vivo de todos os grandes eventos culturais, políticos e sociais em 2003. Entre eles, as posses do Governador do Estado e do Presidente da República. Outras transmissões que merecem destaque referem-se aos seguintes eventos :

- Fórum Social Mundial – 63 horas de programação ao vivo;
- Procissão de Navegantes – 2 horas de programação ao vivo;
- Fórum da Liberdade – 8 reportagens nas duas edições diárias do Jornal da TVE, além de programas especiais;
- Festival de Cinema de Gramado – 4 horas de programação ao vivo, com a transmissão, em rede nacional, da cerimônia de premiação e 19 reportagens inseridas nos programas jornalísticos;
- Expointer – 40 horas de programação ao vivo, incluindo cerimônia de abertura e a geração de programas direto do Parque de Exposições Assis Brasil;
- Semana Farroupilha – transmissão ao vivo do desfile, durante 3 horas;
- Bienal do Mercosul – cobertura através dos noticiários da emissora, além da transmissão nacional da cerimônia e abertura;
- Jornada de Literatura de Passo Fundo – cobertura jornalística em colaboração com a Universidade Federal de Passo Fundo;

- 49ª Feira do Livro – 12 horas de transmissão ao vivo da Feira, direto do estande da emissora;
- Festivais de Música – gravação de 20 festivais para posterior veiculação;
- Concertos TVE – gravação e veiculação dos concertos da OSPA, hoje inseridos na grade da rede nacional de emissoras públicas.

A Fundação estabeleceu parcerias sólidas com as universidades do Estado, como as de Passo Fundo, Santa Maria, Feevale, Univats, Unisinós e UCS, entre outras, para veiculação de matérias jornalísticas das regiões que representam. Uma parceria com a FARSUL, FETAG e SENAR permitiu a produção do Programa Porteira Aberta, que vai ao ar pela TVE semanalmente.

Merecem destaque as co-produções com emissoras públicas de outros estados, realizadas em Porto Alegre e transmitidas para todo o País: Sem Censura, com Leda Nagle; Arte com o ator Sérgio Brito, e Jogo de Idéias, em parceria com o Itaú Cultural.

O telejornalismo produziu e exibiu 572 edições do Jornal da TVE, um programa voltado às notícias de qualquer procedência, e 240 programas Estação Cultura, com ênfase no jornalismo cultural. Da mesma forma, produziu e veiculou 52 edições do programa TVE Repórter, abordando temas de grande relevância social, tais como acidentes de trabalho, prostituição infantil, tabagismo, surdos-mudos, cegos. Este programa é veiculado em TVs nacionais.

O TVE Repórter ganhou o Prêmio Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), na categoria reportagem esportiva, edição 2003.

O Programa Frente a Frente foi levado ao ar em 52 oportunidades, entrevistando personalidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, entre elas, o Governador do Estado, Secretários da Fazenda, da Comunicação, da Coordenação e Planejamento e da Cultura, além do jornalista Mino Carta, do escritor Moacyr Scliar, e do antropólogo Roberto da Matta.

Na TVE, foi encaminhado o processo de edital para a construção de satélite, cujo contrato encerrou-se no final de dezembro de 2002, obrigando a atual diretoria a assinar dois emergenciais, o último ainda em vigência.

A área técnica está elaborando o novo projeto master digital. Desde julho, está no ar a programação noturna da TVE e o plano estratégico dos sistemas de informação de telecomunicações.

Na área de manutenção, o destaque são as 48 viagens realizadas ao Interior do Estado, num trabalho que assegurou a 70% da população o acesso ao sinal TVE.

A **Rádio FM Cultura** cobriu todos os grandes eventos do Estado, em ação conjunta com a TVE. Ao longo de 2003, a emissora ganhou quatro prêmios jornalísticos, um internacional, um nacional e dois regionais.

A FM Cultura retomou a programação ao vivo nos fins de semana, suspensa desde 1997, ampliando-a de 10h para 18h, e estabeleceu parceria com a Rádio FM da Universidade de Rio Grande e com a Rádio Universidade AM de Santa Maria, que retransmitem parte da sua programação.

Em 2003, a FM Cultura tomou a iniciativa de realizar duas campanhas de grande repercussão: a que reforçava a candidatura do Gaúcho Moacyr Scliar à Academia Brasileira de Letras, com a conseqüente transmissão ao vivo da cerimônia de posse do escritor; e a campanha em favor da manutenção da Lei de Incentivo à Cultura (LIC).

Estão em fase final de montagem os novos estúdios e a nova mesa do ar da Rádio FM Cultura, que vão dotar a emissora de equipamentos digitais, com ganho na qualidade do som. Além disso, amplia-se o espaço para a realização de gravações. A inauguração dos novos estúdios está prevista para os primeiros dias de fevereiro.

Com relação as proposições para 2004, além da continuidade da cobertura dos eventos culturais já consagrados no Estado tais como Feira do Livro, Semana Farroupilha, Festa dos Navegantes, etc., datas especiais terão também espaço na programação, dentre as quais destacam-se: Centenário da Imigração Judaica no Rio Grande do Sul, 180 anos da Colonização Alemã, Centenário de Nascimento de Érico Veríssimo, dentre outros.

Novos programas estão previstos para o ano de 2004, tais como:

➤ DOCTV – em parceria com o Ministério da Cultura e a Rede Pública de TV para realização de série de documentários, sendo dois produzidos no Rio Grande do Sul, com exibição prevista para o segundo semestre de 2004;

➤ Teledramaturgia – produção de 10 episódios da Série Histórias do Sul com recursos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura em parceria com a FUNDACINE, IECINE, IEL, APTC;

➤ Literatura – um programa semanal sobre literatura, com destaque especial para as obras regionais;

➤ Debates – retorno do espaço semanal dedicado ao debate de temas da atualidade, com os principais nomes da cultura, economia, política e de outras áreas.

➤ Na área jornalística - reformulação dos programas Jornal da TVE 1ª e 2ª edição, Frente a Frente, Cidadania e Estação Cultura.

Já a Rádio FM Cultura prevê a inauguração do novo estúdio com mesa digital, em fase de conclusão, além da melhoria do nível de sinal da emissora e reformulação da sua programação.

Na área técnica as ações prioritárias para 2004, concentram-se na qualificação e ampliação dos sinais de cobertura da TVE-RS e FM Cultura.

A Fundação também propõe-se ampliar a capacitação de recursos, buscando parcerias e apoio cultural para os programas gerados, dividindo-os em faixas temáticas (infantil, lazer e entretenimento, jornalismo, cultura, meio ambiente, reflexão e agronegócio), identificando-se os potenciais apoiadores culturais.

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE – FOSPA

A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre no intuito de oportunizar ao grande público o conhecimento do repertório sinfônico disponível realizou, em 2003, um total de 70 concertos, assim distribuídos: 37 Concertos Oficiais; 05 Concertos para Juventude (educativos); 04 Concertos Legais (educativos infante/juvenis); 03 Concertos Solidários (Assembléia Legislativa); 07 Concertos Especiais; 11 Concertos no Interior (interiorização da música erudita); 03 Sessões de Ballet.

São previsões de ações e metas para 2004: Construção do Teatro da OSPA para sediar a Orquestra Sinfônica da Fundação; Complementação das vagas existentes na Orquestra Sinfônica através de Concurso Público;

Implementação da educação musical através de iniciativas tais como: Projeto OSPA de Educação Musical Aplicada – POEMA, Ouvidoria; Realização de 37 Concertos Oficiais, oito Concertos para Juventude, 05 Concertos Série Escola, Concertos Especiais e Concertos no Interior.

FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (FIGTF)

Fundamentado na busca do desenvolvimento e da valorização da tradição e do folclore gaúcho, a **FIGTF**, desenvolveu e/ou participou de inúmeras ações nos diferentes focos da cultura regional, em 2003. Destacam-se, entre essas:

➤ Dia do Pajador Gaúcho – no dia 3 de janeiro, com uma apresentação dos pajadores gaúchos, no Galpão Jaime Caetano Braum, foi comemorada a passagem do Dia do Pajador;

➤ Festival da Barranca – no dia 18 de março, no Auditório Dante Barone da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o IGTF através de seu Diretor Técnico Vinicius Brum, dirigiu e produziu o espetáculo de lançamento do álbum comemorativo do Festival da Barranca, que pela primeira vez, em trinta e dois anos, deixou a cidade de São Borja para ser apresentado na capital;

➤ Roteiro dos Festivais de Música – o IGTF, juntamente com a Associação das Comissões de Festivais de Música do Rio Grande do Sul, realizou reunião para a elaboração do calendário dos Festivais de Música relativo ao ano de 2003, cuja coordenação continua com o Instituto;

➤ Cavalgada do Litoral – o IGTF, através do seu presidente, participou da tradicional Cavalgada de Verão no litoral norte do Estado;

➤ Semana Farroupilha 2003 – o IGTF tomou as iniciativas legais para a formação da Comissão Oficial que coordena os festejos farroupilhas;

➤ Convênio de Cooperação com o MTG (Museu do Som Regional) – foi renovado o convênio com o MTG para o aumento do acervo do Museu do Som Regional do Instituto;

➤ Estúdio de Som César Passarinho – o IGTF está completando os equipamentos necessários para iniciar gravação de músicas como registro necessário para a memória da tradição e do folclore;

➤ Museu do Som Regional – através de parcerias, o IGTF implementou campanha de aumento de acervo do Museu do Som Regional, recolhendo cerca de 20.000 discos regionais;

➤ Estabelecimento de convênio com a Comissão Gaúcha de Tradição e Folclore – realização, em parceria, de projetos de pesquisa, publicação de pesquisas já realizadas e a realização de cursos de auxiliar de pesquisa;

➤ Estância Gaúcha das Águas Belas – o IGTF recolheu informações para viabilizar a implantação de parque temático na Estância das Águas Belas na cidade de Viamão;

➤ Interiorização do Governo - o IGTF vem participando do esforço de interiorização das ações do governo, apoiando eventos no Interior do Estado e participando, efetivamente, da instalação do Governo, como em Piratini;

➤ Desfile Farroupilha de 2003 – o IGTF vem participando, juntamente com a Secretaria do Turismo e o Movimento Tradicionalista Gaúcho, de estudos para elaboração de projeto que se traduza em prestar e desenvolver o tradicional Desfile Farroupilha como um evento que oportunize o seu aproveitamento como produto turístico.

ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS

GESTÃO PÚBLICA

Bons serviços públicos são imprescindíveis em qualquer contexto, mas muito especialmente nas sociedades como a brasileira e a rio-grandense, ainda marcadas pela insuficiência do desenvolvimento econômico e por grandes desigualdades de patrimônio, renda e oportunidades. Os governos têm como responsabilidade primordial e indelegável oferecer à comunidade os serviços sociais e de infra-estrutura que são indispensáveis no mundo contemporâneo e que não se prestam à atividade privada.

Por essa razão, o uso racional e ético dos fundos públicos, bem como o esforço permanente para dar eficiência, eficácia e resolutividade à ação governamental se constituem em eixo estratégico desta administração. O Rio Grande do Sul possui vastas redes de serviços necessárias e insubstituíveis nas áreas mais essenciais. Essas redes - de saúde, educação, assistência social e segurança pública - precisam ser valorizadas e capacitadas a fim de que a sociedade receba de volta, sob forma de serviços eficientes, os recursos pagos em impostos. Também como agente indutor e articulador de políticas de fomento e apoio ao desenvolvimento, guarda o poder público importantes funções.

Por tudo isso, valorizar e capacitar os servidores públicos e modernizar e tornar mais eficientes os serviços prestados aos cidadãos são compromissos deste Governo. Em 2003, foram iniciadas ações que têm como objetivo recuperar a situação financeira do Estado e que, ao longo de quatro anos, deverão tornar o serviço público gaúcho mais qualificado e capaz de atender às necessidades e expectativas dos cidadãos.

GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Seguindo a orientação do Governo do Estado, em 2003a **Casa Civil** pautou-se pela diretriz de buscar obstinadamente o melhor diálogo possível com a Assembléia Legislativa, tanto com os deputados da base de sustentação como com os da oposição. Esse relacionamento resultou na aprovação de todos os 133 projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo, um percentual de aprovação considerado histórico no Estado. Como parte do ambiente de diálogo estabelecido com os Deputados, 45 projetos de lei tiveram emendas acolhidas pelo Poder Executivo. Os trabalhos no parlamento foram acompanhados pela Subchefia Parlamentar, criada na atual Administração para acompanhar os projetos de lei em tramitação no Legislativo e dar atenção especial às solicitações dos deputados.

Além do diálogo permanente com o Poder Legislativo, ao longo de 2003, a Casa Civil manteve igualmente interação intensa e produtiva com o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

Iniciativa importante, o **Programa de Interiorização**, instituído na atual Administração, teve como premissa básica tornar o Governo presente e atuante em todo o Estado, unido aos municípios, às comunidades do Interior, estando presente onde o cidadão convive com seus problemas e dificuldades. Em 2003 foram realizadas 16 interiorizações, sediadas em: Tramandaí, Santa Rosa, Livramento, Piratini, Caxias do Sul, Passo Fundo, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Lajeado, Erechim, Tenente Portela, Três Coroas, Dom Pedrito,

Camaquã, Rio Pardo e Guaporé. Com a presença de Secretários de Estado e dirigentes estaduais, através do Programa de Interiorização, foram atendidos 372 prefeitos, 980 vereadores, 70 lideranças indígenas e 1.823 representações de associações.

Procurando manter aberto um canal permanente de diálogo com a sociedade, até dezembro mais de 32.000 pessoas foram atendidas pela Casa Civil. Foram mantidas, ao longo do ano, reuniões de trabalho com todos os secretários, presidentes de fundações, dirigentes de autarquias e presidentes das empresas de economia mista ou estatais, com a finalidade de repassar as orientações do Governo Estadual, buscar soluções para pendências e receber a prestação de contas das ações realizadas.

Dentro do Programa **Reestruturação e Modernização da Segurança Governamental**, que tem por preocupação garantir a segurança do Governador, de sua família, do público interno e externo que frequenta os Palácios Governamentais e proteger os bens estaduais de uso do Governador, a **Casa Militar** implantou ou aperfeiçoou os sistemas manuais de identificação e controle de acesso de visitantes e fornecedores do Palácio Piratini, bem como o de identificação para o acesso a eventos no Palácio e aos estacionamentos interno e externo. Iniciaram-se, ainda, os processos de aquisição de equipamentos rastreadores de escutas telefônicas e de aquisição de veículos para as equipes de segurança. A Casa Militar promoveu, ainda, a realização de diversas instruções, como tiro, direção defensiva e de segurança de dignitários.

No âmbito da **Defesa Civil**, deu-se a formulação e implementação do Plano Estadual de Defesa Civil (Dec. 42.355/2003), bem como criação do Centro Estadual de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Dec. 42.329/2003).

Dentro da **Política de Comunicação Social**, na área de Imprensa, a **Secretaria da Comunicação Social (SECOM)** implementou a descentralização, para o acesso direto dos veículos às notícias de interesse público em todos os órgãos, e criou a Agência de Notícias, que democratizou a distribuição das informações das atividades da Administração. Os órgãos da Administração operam com assessoria própria no seu relacionamento independente com os jornalistas, contando com o apoio logístico da Secretaria da Comunicação Social. A orientação repassada pela SECOM foi a de atendimento irrestrito à imprensa, sete dias por semana, pelos assessores de comunicação dos órgãos.

Já por meio da Agência de Notícias, ocorreu a disponibilização de informação de interesse da imprensa para livre acesso e uso, através do *site* do Governo do Estado na Internet. A credibilidade do *site* está evidenciada no número de visitas, que saltou de 623.145, em 2002, para 1.006.084, em 2003. A atuação da SECOM destaca-se, ainda, pela ampliação do contato com o Interior do Estado. O relacionamento com todos os veículos de comunicação do Estado, fora a Capital, variou de 146, no início da atual Administração, para 816 no final de 2003.

Na área de Publicidade e Relações Públicas, a Secretaria de Comunicação Social promoveu um processo de licitação que, após envolvidas as entidades representativas do setor em intensas discussões, hoje é reconhecido pelo mercado como um modelo a ser seguido pela administração pública de todo o País. Nessa área, como na de Imprensa, o foco é a descentralização das decisões, sem perder a unidade do discurso, e o objetivo é que a publicidade tenha cunho técnico, e não político-partidário.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

O **Gabinete do Vice-Governador (GVG)** pautou-se pela atuação, em 2003, em três focos principais, além de outras atividades. São eles: o Processo de Participação Popular (PPP), a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES) e a restauração do Palacinho.

Coube ao GVG coordenar o **Processo de Participação Popular** (PPP), elaborado com o intuito de legalizar a participação popular na elaboração da peça orçamentária, aproveitando o que havia de melhor nas diferentes experiências de participação já produzidas no Rio Grande do Sul. Procurou-se instituir um modelo mais amplo de consulta popular, baseado nas seguintes diretrizes: valorização dos COREDES e das lideranças municipais; realização de Assembléias abertas a todo o cidadão; definição de prioridades através de voto na urna; destinação de mais recursos para as regiões mais pobres; elaboração do Orçamento com transparência.

Formatada a proposta inicial, foi tarefa do GVG estreitar relações, ouvir, aprender e visitar as 22 regiões que compõem os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), desempenhada entre março e maio de 2003. Aliado a isto, buscou-se fomentar a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES), ou as Comissões Provisórias. Ao mesmo tempo, tratou-se de revisar a base jurídica de sustentação do Processo de Participação Popular.

A Assembléia Legislativa aprovou as necessárias alterações na Lei 11.179/1998, que dispunha sobre a **Consulta Popular**, criando a Lei 11.920/2003. Assim, foi legalizada e regulamentada a fórmula que permite aos eleitores gaúchos discutir e votar parcela do Orçamento do Estado relativamente aos serviços e investimentos de programas finalísticos, tanto no que diz respeito a prioridades de interesse municipal como regional.

Os primeiros parceiros que firmaram um Termo de Cooperação para a ampla difusão do processo foram: o Fórum dos COREDEs, a Federação das Associações de Municípios (FAMURS), a Associação Gaúcha Municipalista (AGM), a União dos Vereadores (UVERGS), a Federação dos Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (FECONSEPRO) e a Assembléia Legislativa. Também firmaram Termo de Cooperação, divulgando e distribuindo gratuitamente todo o material gráfico alusivo ao PPP o Sindicato do Centro de Formação de Condutores (SCFC), a Federação do Comércio (FECOMÉRCIO), a Associação Rio-grandense de Transporte Intermunicipal de Passageiros (RTI), o Sindicato das Estações Rodoviárias do RS, a Associação Gaúcha de Concessionárias de Rodovias (AGCR), a Brasil Telecom, a Federação das Indústrias (FIERGS) e a Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS).

Além de reuniões com prefeitos de todo o Estado, lideranças partidárias, parlamentares, vereadores e entidades representativas de todos os segmentos da sociedade, o GVG foi também responsável pelas reuniões de apresentação do PPP, bem como pelo acompanhamento das Assembléias Gerais Regionais nos 22 COREDEs, elaboração das listas de prioridades e distribuição de material. Em agosto de 2003, foi realizada a Consulta Popular, apurado o resultado e, logo após, iniciaram-se as reuniões de avaliação do processo nas 22 regiões.

No segundo foco de atuação do GVG, a criação e implementação do **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social** (CODES), as ações foram centradas na elaboração do Projeto de Lei de sua criação, debates com a

sociedade, com os COREDEs e com o Legislativo. O CODES foi criado através da Lei 11.931/2003 e sua instalação está prevista para 2004, devendo constituir-se em um fórum permanente de debates, proposições e deliberações sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado. O Conselho ficará diretamente vinculado ao Governador, e será integrado pelo Vice-Governador, Secretários de Estado, titulares dos Poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público, trinta e cinco representantes de entidades da sociedade civil organizada e, como convidados, cidadãos de notório conhecimento e reconhecida capacidade nas suas áreas de atuação.

Em 2003, o GVG deu andamento ao processo de revitalização do **Palacinho**, tombado como patrimônio histórico em 1996. A mansão situada na Avenida Cristóvão Colombo, 300, em Porto Alegre, destina-se à residência do Vice-Governador, mas vem sendo utilizada como estrutura de gabinete. A edificação tem importância histórica e já foi destinada a diferentes usos, como residência particular, sede da Administração Pública e residência oficial do Vice-Governador. O prédio foi vendido ao Governo Gaúcho em 1954 e passou a ser residência oficial em 1971. Já faz parte da memória histórica da cidade, sendo datada de 1926, o que lhe confere valor de antiguidade por se tratar de imóvel localizado num meio urbano em acelerado processo de transformação.

Como parte do processo de revitalização do prédio, foi instituída pelo Governador uma Comissão Técnica que, além de promover e coordenar as obras necessárias à recuperação física e arquitetônica do local, tem por atribuição organizar a ocupação do espaço físico do Palácio através da realização de eventos culturais em suas dependências.

Após as articulações iniciais, no mês de setembro de 2003, foi fundada a Associação Amigos do Palacinho, em outubro, foram capacitados os estagiários do curso de Arquitetura que irão atuar no projeto de restauração e, em novembro, foram realizados seminários de divulgação das ações. O início das obras de restauração está previsto para maio de 2004.

Entre as outras atividades desenvolvidas pelo GVG, em 2003, destacam-se: a criação, estruturação e formação de gestores para o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CPPJ); as visitas a um terço dos Municípios do Estado, divulgando ações de Governo, fortalecendo a relação com os COREDEs e fomentando a criação de COMUDES; as representações de Governo e participações em omissões.

COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

A **Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP)** atua como órgão responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações de governo, visando contribuir para o êxito dessas ações e para a melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, são propósitos fundamentais da Secretaria os de: formular políticas estratégicas que orientem a Ação de Governo; fortalecer o planejamento governamental e melhorar a coordenação das ações do governo; aproximar a execução orçamentária ao orçamento aprovado; melhorar o atendimento ao usuário dos serviços públicos; ampliar a captação de recursos e a cooperação com os organismos de financiamento internacional.

Dentro desses propósitos, destacam-se, em 2003, como ações mais relevantes, as identificadas a seguir.

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS

Com o objetivo de definir e priorizar as áreas decisivas para a atuação das políticas públicas, considerando seus impactos num processo de desenvolvimento equilibrado e sustentado, no âmbito do Estado, está em andamento o processo de contratação de Consultorias para a elaboração de **Estudos Estratégicos para a Política de Desenvolvimento do Estado**, com recursos financiados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os estudos programados enquadram-se em dois Programas, subdivididos em módulos, a saber: Programa de Modernização e Melhoria da Administração e da Gestão Pública no Rio Grande do Sul (módulos I e II); Programa de Apoio ao Planejamento e à Formulação de Políticas Estratégicas para a Economia do Rio Grande do Sul (módulos I e II).

No início deste ano de 2004 será feita a contratação das consultorias, envolvendo: o recebimento das propostas, para análise e seleção e a contratação das empresas selecionadas; execução dos trabalhos pelas contratadas; acompanhamento e fiscalização pela SCP e recebimento dos trabalhos.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO

Dentro do propósito de fortalecer o planejamento governamental e melhorar a coordenação das ações de Governo, a Secretaria da Coordenação e Planejamento concentrou esforços, em 2003, na introdução e na implementação de um **novo modelo de planejamento e gestão por programas**, através da adoção de uma nova metodologia de elaboração e gerenciamento para o Plano Plurianual 2004-2007, que teve como bases: a organização de todas as ações de governo em um conjunto de programas, com objetivos e metas claramente definidos, obedecendo à orientação estratégica do Governador do Estado; a obrigatoriedade de avaliação anual dos programas, para estimular o seu aperfeiçoamento contínuo.

Como decorrência disso, a concepção de planejamento adotada no PPA 2004-2007 pautou-se por contemplar as seguintes características: uma visão estratégica da realidade estadual, com estabelecimento de objetivos a serem alcançados; a identificação dos problemas a enfrentar ou das oportunidades a aproveitar, buscando tornar realidade essa visão estratégica; a concepção de programas a serem implementados, com vistas à consecução dos objetivos; a especificação das diferentes ações do programa, com identificação dos respectivos produtos, dando origem a projetos e atividades que passam a integrar os orçamentos anuais; a atribuição de **indicadores** aos objetivos e de **metas** aos produtos. Através disso, buscou-se um encadeamento lógico entre o Plano e os orçamentos anuais, tendo o **programa** como módulo integrador e os projetos e atividades orçamentários como instrumentos de realização dos programas.

Para o acompanhamento da execução do PPA, a qual se iniciará em 2004, foi iniciada a construção de um **sistema informatizado de acompanhamento físico e financeiro** das ações e programas do Plano de forma concatenada com a execução orçamentária e com o acompanhamento das ações prioritárias do Governo. O sistema, desenvolvido a partir do Sistema de

Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) - cedido ao Estado pelo Ministério do Planejamento, deverá ser capaz de permitir o acompanhamento da evolução dos indicadores dos programas, propiciando elementos para a sua avaliação. O desenvolvimento desse sistema propiciará ao Estado modernos meios de gestão da aplicação dos recursos públicos, através do acompanhamento e monitoramento da execução orçamentária de forma integrada com a execução física das ações do Plano e com a aferição dos resultados. A implantação do Sistema compreende várias etapas, algumas delas em andamento, conforme segue: estudo do Sistema Federal – SIGPLAN (concluída); alimentação do SIGPLAN com os dados do PPA, a partir dos sistemas utilizados pelo Estado: EPP (Elaboração do Plano Plurianual) e EPO (Elaboração do Proposta Orçamentária) (em andamento); testes de funcionalidade do sistema, com a identificação das adequações necessárias às peculiaridades do PPA do Estado (em andamento); execução e implantação das adequações (em 2004); implantação do sistema, a qual deverá ocorrer por módulos, prevendo-se inicialmente o módulo financeiro, seguido pelo acompanhamento físico e pelo módulo de avaliação (no decorrer de 2004).

Dentro do novo modelo de planejamento e gestão por programas e buscando uma integração completa com o Plano Plurianual, o **Orçamento do Estado** não só incorporou, pela primeira vez, nas previsões para 2004, as ações previstas no Plano dentro de cada programa, como também registrou os produtos e as metas físicas associadas a essas ações, de forma a permitir um acompanhamento mais efetivo da execução orçamentária, dentro dos princípios do orçamento-programa.

Tendo como grande marco essas inovações, são ainda de destacar, entre as ações executadas na área orçamentária em 2003: participação nas atividades preparatórias do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, com a finalidade de acompanhar os repasses e a aplicação dos recursos alocados pelo Governo Estadual para a viabilização do evento; participação na elaboração do Plano Plurianual, desenvolvendo os trabalhos relativos à projeção de receitas e consolidação das despesas estimadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, bem como na previsão dos recursos vinculados pelas normas constitucionais e legais; coordenação dos trabalhos para a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício econômico-financeiro de 2004; elaboração de Projeto de Lei que autorizou o Poder Executivo a abrir crédito suplementar de até R\$ 500.624.315,20 no Orçamento Geral do Estado, destinado a atender passivos contingentes (Despesas de Exercícios Anteriores); realização de estudos e análises para o estabelecimento das quotas de programação mensal de despesas de custeio e liberações de recursos para investimentos e inversões financeiras, tendo em vista os limites das previsões de receitas projetadas; realização de estudos e análises sobre as atividades e projetos do Orçamento de 2003 que foram contingenciadas em termos de despesas corrente e de capital; elaboração de 16 projetos de lei e respectivos decretos referentes a créditos orçamentários adicionais dependentes de provimento legislativo; coordenação dos trabalhos e orientação técnica para a elaboração do Projeto de Lei do Orçamento Anual do Estado, exercício de 2004, compreendendo as propostas dos Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual; participação no processo de acompanhamento da execução dos projetos prioritários do Governo Estadual; estabelecimento de intercâmbio técnico e de capacitação com os organismos orçamentários das demais unidades federadas, com a finalidade de

discutir os problemas referentes à elaboração, execução e acompanhamento do orçamento, bem como elaboração de propostas de aperfeiçoamento das normas relativas à matéria; promoção de Seminário sobre Orçamento Público, do qual participaram sete estados da Federação; exame das emendas de origem legislativa; participação em todas as etapas do Processo de Participação Popular (PPP), através da Consulta Popular.

Para o ano de 2004, estão programadas, além das atividades que são próprias do processo orçamentário anual: desenvolvimento e a implantação de nova sistemática de elaboração da proposta orçamentária, baseada na plataforma WEB; a continuidade de intercâmbio técnico e de capacitação com órgãos responsáveis pelo processo orçamentário das demais unidades federativas; o assessoramento técnico e operacional ao Processo de Participação Popular desenvolvido pelo Gabinete do Vice-Governador.

Ainda na área orçamentária, merece atenção especial o papel exercido pela SCP na **Junta de Coordenação Orçamentária (JUNCOR)**. Como integrante da JUNCOR, a SCP participou na elaboração do Decreto nº 42.113, de 15 de janeiro de 2003, que regulamentou o artigo 23 da Lei nº 10.356, de 10 de janeiro de 1995, alterando a composição e atribuições da Junta e instituindo o Comitê Técnico; participou de 26 reuniões, desenvolvendo os trabalhos de Secretaria Executiva e assessorando as deliberações sobre cotas de programação mensal de despesas de custeio, liberações de recursos para investimentos e inversões financeiras, solicitações de recursos orçamentários e celebração de convênios e contratações de operações de crédito, que impliquem contrapartida de recursos do Tesouro do Estado; participou, ainda, do Comitê Técnico, subsidiando a JUNCOR nas deliberações das solicitações de recursos orçamentários (SRO) referente ao Orçamento do corrente exercício, totalizando 52 reuniões técnicas de análise de assuntos e pleitos pertinentes à execução orçamentária. Em 2004, a SCP dará prosseguimento às atividades relativas ao Comitê Técnico da Junta de Coordenação Orçamentária, subsidiando as deliberações das solicitações de recursos orçamentários (SRO) referentes ao exercício econômico-financeiro de 2004.

Também considerado como um dos instrumentos operacionais do novo modelo de planejamento e gestão, o **Sistema de Monitoramento dos Programas/Projetos Prioritários de Governo** foi implantado pela SCP para possibilitar o acompanhamento e gerenciamento mais eficaz da execução dos programas governamentais, permitindo a geração de informações gerenciais nas áreas social, administrativa, de infra-estrutura, e de desenvolvimento econômico e tecnológico. Dentre as ações desenvolvidas nesse sentido, em 2003, destacam-se: a realização de visitas a todas as Secretarias de Estado para conhecimento dos programas e projetos a serem; a definição dos programas/projetos considerados prioritários e a validação dos mesmos pelo Governador do Estado; a elaboração de relatórios de acompanhamento; a elaboração do Balanço Geral das Prioridades de Governo e a preparação das informações que integrarão o Portal do Governador.

Para o ano de 2004 estão programadas: seqüência das atividades de identificação dos programas/projetos prioritários de Governo em conjunto com os órgãos, com acompanhamento sistemático dos mesmos; emissão de relatórios e pareceres gerenciais mensais, visando à atualização das informações do Portal do Governador; assessoramento ao Gabinete do Vice-Governador no acompanhamento dos projetos definidos pela Consulta Popular 2003 e na condução do processo de formatação da Consulta Popular para 2004;

assessoramento aos órgãos do Governo do Estado na identificação, planejamento e elaboração de novos projetos prioritários; implementação de plano de capacitação dos monitores dos Departamentos de acompanhamento de projetos da SCP; auxílio ao processo de identificação, formulação e encaminhamento de pleitos ao Orçamento Geral da União (OGU); participação na elaboração do Orçamento Geral do Estado 2005 e nos ajustes a serem feitos no PPA 2004-2007; assessoramento à Junta de Coordenação Orçamentária (JUNCOR) na liberação dos recursos destinados aos projetos prioritários.

Como parte integrante e elemento fundamental no processo de fortalecimento do planejamento e modernização da gestão pública, o **Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE)**, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e objeto de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através da Caixa Econômica Federal, abrange todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, com o objetivo de modernizar as administrações públicas estaduais, mediante a integração das funções **planejamento, orçamento e gestão**, visando a melhoria da prestação dos serviços à sociedade. Para efetivar a preparação do Programa, no Rio Grande do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho do PNAGE/RS, integrado por técnicos da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos e da Secretaria da Coordenação e Planejamento, com assessoria do MP.

Durante o ano de 2003, foram desenvolvidos no âmbito do PNAGE/RS: discussão e validação de metodologia de pesquisa para a realização de um diagnóstico da gestão e do planejamento da Administração Estadual, segundo os componentes de reestruturação organizacional, políticas e gestão de recursos humanos, modernização do Sistema de Planejamento, tecnologias de gestão, tecnologia da informação e comunicação, e modelos de gestão descentralizada nos setores de saúde, educação e segurança; capacitação da equipe estadual, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília, para a preparação do diagnóstico; realização de Seminário de Sensibilização para outros atores estaduais a se integrem na realização do diagnóstico; levantamento de informações relativas a cada um dos componentes e realização de entrevistas com pessoas selecionadas; elaboração do diagnóstico final e encaminhamento para validação; impressão final do documento. Finda a etapa do diagnóstico, foi ainda realizado, também na ENAP, em Brasília, curso e preparação do Marco Lógico do Programa, envolvendo as equipes estaduais. Em 2004 serão elaborados os projetos que comporão o PNAGE/RS. Essa fase terá a participação, além da SCP e da SARH, também das Secretarias da Justiça e Segurança, da Educação, e da Saúde.

Como uma ferramenta de grande valor para o planejamento governamental, a SCP lançou, em outubro de 2003, o **Atlas Socioeconômico do RS**, em sua 2ª edição ampliada – também disponibilizado em versão digital. O produto resultou da continuidade do trabalho iniciado em 1998, com o lançamento da primeira edição, incorporando e aprofundando, ainda, novos temas nas áreas de infra-estrutura, meio ambiente, população, indicadores sociais e economia, com o objetivo principal de fornecer informações especializadas, na forma de textos, gráficos e tabelas, sobre a realidade gaúcha, possibilitando comparações entre os municípios do Estado e em relação aos demais estados e ao Brasil. O formato adotado permite a atualização e ampliação das informações, conforme forem sendo disponibilizados novos dados sobre os temas abordados, constituindo importante fonte de pesquisa e referência para, entre outros usuários, profissionais planejadores da área pública

ou privada, alunos e professores dos diversos níveis de ensino. Para o ano de 2004 está programado o aperfeiçoamento da ferramenta, com a interatividade do produto e disponibilização para *download* de todas as tabelas que geraram os mapas. Está prevista, ainda, a atualização dos dados dos temas já abordados e a ampliação de outros temas. Além disso, deverá ser disponibilizada, a partir de junho, a versão do Atlas em língua inglesa.

MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Com o propósito de melhorar o atendimento ao usuário, o **Controle da Melhoria da Qualidade dos Serviços Públicos**, realizado através da SCP, tem como objetivos: atender à legislação pertinente aos serviços públicos, especialmente o Código Estadual de Qualidade dos Serviços Públicos (Lei nº 11.075/98); dotar o Governo do Estado de mecanismos concretos de avaliação e de acompanhamento da melhoria dos serviços públicos; estimular a participação da cidadania, através do fortalecimento do Cadastro de Usuários Voluntários, conforme o Código de Qualidade dos Serviços Públicos; ouvir e incorporar, de forma sistemática, a opinião dos gaúchos sobre a qualidade dos serviços que recebem; apontar, prioritariamente, a evolução das metas nas áreas de saúde, segurança e educação.

Com o objetivo de estabelecer metas de desempenho e eficiência para os órgãos estatais, foram assinados, em 2003, **Contratos de Gestão** com a CORSAN, CRM, FEPPS/LAFERGS, CORAG e CEEE. No que se refere à CORSAN e à CEEE, foi dada ênfase à melhoria dos indicadores de universalização e qualidade dos serviços e inclusão da obrigatoriedade de escutar os consumidores sobre a qualidade dos mesmos. A assinatura de Contrato de Gestão com o Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS) visou incrementar as quantidades de medicamentos produzidos, incluindo medicamentos de maior valor agregado. Quanto à CORAG e à CRM, os Contratos estão baseados na melhoria das condições econômico-financeira dessas empresas. As metas estabelecidas nesses Contratos vêm sendo acompanhadas trimestralmente pela SCP, sendo também avaliados os resultados obtidos pelas instituições em relação às mesmas. Para 2004, estão previstas assinaturas de Contratos de Gestão com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), com os hospitais estaduais (Hospital Sanatório Partenon, Hospital São Pedro, Hospital Itapuã), e com outras entidades estaduais, a critério do Governador do Estado.

Foi retomada, em 2003, a aplicação da Lei 11.075/98 – **Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos**, que havia sido relegado a um segundo plano nos últimos quatro anos, envolvendo, nesse sentido: negociação, com as Secretarias de Estado da Educação, da Saúde e da Justiça e Segurança, de metas para o período 2003/2006; envio, até 30 de setembro, de 7.221 cédulas aos inscritos no Cadastro de Usuários Voluntários do Rio Grande do Sul para manifestação sobre as metas estabelecidas para as áreas de segurança, saúde e educação; apuração, por uma Comissão Eleitoral nomeada pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, dos votos recebidos, via correio, até o dia 14 de novembro; remessa dos resultados, juntamente com relatório, para o Governador do Estado e a Assembléia Legislativa, em cumprimento à Lei. Estão previstos, para 2004, os mesmos procedimentos, a serem adotados em relação aos órgãos estaduais vinculados às áreas de Assistência Social e de Meio Ambiente.

O **Cadastro de Usuários Voluntários para Avaliação dos Serviços Públicos (CUV)** foi substancialmente ampliado, passando de 5.200 usuários, em dezembro de 2002, para 14.200 em dezembro de 2003. Está prevista, em 2004, a ampliação do número de cadastrados, através de parcerias com outros órgãos públicos e iniciativa privada.

Foi, ainda, realizada em 2003, **Pesquisa de Opinião sobre os Serviços Públicos**, através de correspondência enviada a 35.000 usuários, sorteados entre os mais de 3 milhões de consumidores de energia elétrica (CEEE, AES-Sul e RGE) e água (CORSAN), para conhecer a opinião dos mesmos sobre a qualidade dos serviços oferecidos nas áreas de saúde, segurança pública, educação e infra-estrutura. Em 2004, estão previstas as seguintes pesquisas: II Pesquisa Estadual sobre a Qualidade dos Serviços Públicos, visando conhecer a opinião dos gaúchos sobre a qualidade dos serviços de que são usuários; pesquisa em Educação, para a qual estão previstas discussões para a montagem específica a respeito da educação pública junto aos alunos, pais e professores, principalmente os contornos da nova escola e a avaliação do aproveitamento dos alunos.

Atuando dentro do propósito de atendimento ao cidadão, a **Central de Atendimento ao Cidadão – Tudo Fácil**, (localizada no Centro da Capital) foi concebida com o objetivo de reunir, em um mesmo espaço físico e de forma integrada, os serviços públicos mais demandados pela população. Em 2003, foi implantada nova programação visual e melhoria do *lay out*. Para uma melhor coordenação, planejamento e execução dos serviços dessa Central, foi criada uma comissão encarregada de elaborar a minuta do novo decreto para a ampliação do atendimento através da implantação de uma **Rede Tudo Fácil**. Para 2004, está prevista a criação de uma nova unidade de atendimento na Zona Norte de Porto Alegre, para o que foram licitados os projetos arquitetônicos e de redes. Ademais, dentro do plano de expansão, está a implantação de três novas Centrais de Atendimento nos municípios de Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria, além do uso de unidades móveis.

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o perfil e a natureza das necessidades da sociedade a serem atendidas pela Administração Pública, a SCP disponibilizou na sua *home page*, em outubro de 2003, o **Trilhas Gaúchas**, um conjunto de 17 propósitos de melhoria, distribuídos entre as seguintes áreas: população e infância, comunidade e democracia, economia, e meio ambiente. A evolução dos propósitos de melhoria é medida através de 57 indicadores de resultados, mensurados periodicamente, que podem servir de referência sobre os avanços da sociedade gaúcha, sejam eles derivados de ações governamentais ou não-governamentais, em relação a aspectos-chave das condições de vida e do bem-estar da população do Rio Grande do Sul. Para o ano de 2004, está prevista a atualização dos indicadores ora utilizados, bem como a elaboração de novos propósitos de melhoria e novos indicadores de resultado.

AMPLIAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA COOPERAÇÃO COM OS ORGANISMOS DE FINANCIAMENTO INTERNACIONAL

Em atendimento à sua competência legal de obter recursos para o desenvolvimento dos programas governamentais, a Secretaria da Coordenação e Planejamento utiliza-se tanto de fontes internas de captação – através da formulação de emendas ao Plano Plurianual e ao Orçamento Geral da União – como da captação de recursos internacionais.

No plano interno, a Secretaria coordenou, em 2003, as ações relativas à apresentação de emendas ao PPA da União, sendo que, das 29 emendas apresentadas pelo Rio Grande do Sul, 11 foram aprovadas. Também em 2003, no acompanhamento da elaboração e da execução do Orçamento Geral da União (OGU) foram realizadas atividades de assessoria aos órgãos da estrutura administrativa estadual para a elaboração e a apresentação de planos de trabalho, com a finalidade de captar recursos federais, sendo aprovadas emendas de interesse do Estado no valor de R\$ 144,3 milhões. Além disso, foram apresentados aos órgãos federais os pleitos do Estado ao OGU 2004. Para o ano de 2004, serão adotados os mesmos procedimentos de 2003, aumentando os esforços na busca de recursos federais do OGU para o Rio Grande do Sul, através do acompanhamento da execução orçamentária anual, bem como na elaboração, discussão e aprovação da LDO e LOA para 2005.

No que respeita à captação de recursos de financiamento externo, o Governo do Estado empreendeu um grande esforço, durante o ano de 2003, no sentido de reaproximação a organismos internacionais de financiamento. A articulação fez-se, especialmente, junto ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com os programas já negociados junto às duas instituições, somados a outros que estão em negociação, estima-se que, até o final do atual Governo, o Rio Grande do Sul receberá cerca de US\$ 344 milhões.

Essa articulação garantiu a manutenção de dois grandes programas que estavam prestes a ser cancelados por atraso na execução ou por utilização indevida de recursos nos anos anteriores. Com a prorrogação do **RS Rural** e do Programa de **Restauração e Manutenção de Rodovias**, novas obras e investimentos foram retomados e terão continuidade até 2005.

O **RS Rural**, com financiamento total de US\$ 100 milhões, esteve prestes a ser cancelado, no início de 2003, quando o Banco Mundial apontou a destinação indevida de recursos para outros fins através do Caixa Único do Estado. Através de negociações realizadas pelo Governo, o Programa foi preservado, beneficiando famílias através de projetos de geração de renda, manejo adequado de recursos naturais, construção de infra-estrutura básica, além de ações voltadas à sanidade animal, reflorestamento e apoio à agroindústria.

O **Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias** também correu o risco de ser cancelado porque o cronograma de execução do contrato estava atrasado. Com a intervenção pessoal do Governador do Estado e a negociação junto ao BIRD, o Programa foi prorrogado até 2005, sendo garantidos recursos de US\$ 48 milhões para restaurar, recuperar e reforçar o pavimento de rodovias estaduais, reduzindo o custo dos transportes e diminuindo o tempo médio de viagens.

O **Programa de Pavimentação Rodoviária** também continua em 2004. É financiado pelo BID (US\$ 150 milhões) e JBIC (US\$ 75 milhões). O objetivo é contribuir para a redução de custos de transportes do Estado, através da construção de novos trechos de rodovias pavimentadas, proporcionando maiores facilidades à integração rodoviária. O saldo do contrato é de US\$ 83 milhões.

Durante o ano de 2003, a SCP iniciou a coordenação da elaboração do projeto para o **Programa de Biodiversidade**, a ser financiado pelo Banco Mundial, com a participação de diversos Órgãos Estaduais relacionados ao tema.

A proposta foi concluída, estando na fase de análise na Secretaria de Assuntos Internacionais do Governo Federal (SEAIN) e no Ministério do Meio Ambiente. A Missão de Orientação e Análise ocorreu em novembro de 2003. O Estado está realizando todas as ações necessárias para receber uma doação de US\$ 7 milhões para o Programa, sendo que os recursos fazem parte de um fundo do *Global Environment Facility - GEF* para apoiar iniciativas de proteção à fauna e à flora em todo o mundo. O projeto técnico, coordenado pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, é realizado em conjunto com a Fundação Zoobotânica, Secretaria do Meio Ambiente, FEPAM, Emater, RS Rural e FEPAGRO.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Sul/RS, cuja preparação é coordenada pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, está em fase de análise pelo agente financiador (BID), tendo avançado significativamente a preparação técnica do projeto, inclusive a relativa aos arranjos institucionais, durante o ano de 2003. Foram efetuadas diversas reuniões com representantes do Ministério do Turismo e do BID – notadamente uma longa e importante missão de orientação transcorrida em Foz do Iguaçu para elaboração, análise e revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS/RS), dos Termos de Referência e dos projetos básicos previstos na fase de preparação do Programa. O Governo do Estado concluiu o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Serra Gaúcha, primeiro passo para garantir recursos junto ao BID nos próximos 5 anos, que serão aplicados para desenvolver o turismo no Estado, por meio de obras de infra-estrutura, fortalecimento da capacidade de gestão e incentivo ao investimento privado. Ao Rio Grande do Sul caberão US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 60 milhões correspondem ao valor financiado e US\$ 40 milhões à contrapartida.

Cabe ainda registrar a elaboração da carta-consulta já encaminhada à COFIEIX, do Ministério do Planejamento, onde se encontra delineada a proposta de um grande programa de apoio ao desenvolvimento regional –um programa que se prevê tenha um orçamento de 300 milhões de dólares- a ser financiado pelo Banco Mundial e que deverá ter como tomador principal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Titular da SCP preside a **Comissão de Acompanhamento das Medidas de Ajuste Fiscal e de Redução da Despesa Pública**, por sugestão da qual foram adotadas medidas para controle dos gastos, como: quotas financeiras para despesas com comissionamentos de pessoal; número máximo de terminais telefônicos celulares para as unidades administrativas; limite para as contas mensais de celulares pagos pelo Estado; diminuição de convênios e contratos; negociação com empresas prestadoras de serviços terceirizados para diminuição de custos; rescisão de contratos, entre outros.

É de destacar, ainda, dentro das atividades desenvolvidas em 2003, a reformulação do *site da* SCP, com vistas a tornar mais acessíveis as informações sobre os trabalhos desenvolvidos na Secretaria e no Estado do Rio Grande do Sul. Foi disponibilizado, nesse sentido, um conjunto de indicadores, mapas, tabelas e gráficos, retratando dados econômicos, sociais, de meio-ambiente, de infra-estrutura, entre outros. O *site* tornou-se também uma ferramenta para a obtenção de informações sobre o Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa. Como reforço, são ainda divulgados alguns textos técnicos, entre os quais ressalta o Quadro Comparativo do RS x Brasil, nas áreas

de finanças públicas, saúde, segurança e educação, além de ser dado destaque aos produtos “Trilhas Gaúchas” e “Atlas Socioeconômico do RS”. As inovações operadas contribuíram para um aumento no número de acessos ao *site*, resultando em 12.938 visitas entre 21 de outubro e 31 de dezembro de 2003, e 2.348 visitas somente na primeira quinzena de 2004. A média de visitas/dia, no período de outubro a janeiro, variou entre 166 a 265.

Em 2004, novos produtos vão tornar ainda mais ágil a pesquisa de dados e, entre outras novidades, será possível fazer buscas a programas previstos no PPA. O cidadão também passará a ter acesso à Elaboração da Proposta Orçamentária (EPO). O *site* da SCP tornará acessível a visualização das metas dos Contratos de Gestão firmados com as estatais e os programas com financiamento externo mantidos ou negociados pelo Estado.

Como órgão de apoio operacional ao planejamento estadual, a **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)**, criada em 1973, é responsável pela elaboração das séries estatísticas do Estado do Rio Grande do Sul e pela realização de estudos, pesquisas e análises sobre a economia e a sociedade gaúchas, divulgadas através de livros e periódicos, impressos e em CD-ROM, e também no *site* da Instituição.

A principal realização da FEE a destacar, em 2003, na área de pesquisa, foi a criação do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, que permite mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios do Estado. O IDESE é resultado da agregação de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda.

Na área de divulgação, o destaque foi o lançamento do novo *site* da FEE, na Internet, que apresenta um **Resumo Estatístico do RS** com 22 tabelas contendo dados gerais sobre o Rio Grande do Sul, além de uma seção de mapas com legenda de caracterização socioeconômica do Estado, dos 497 municípios e dos 22 COREDEs. O novo *site* disponibiliza, ainda, estatísticas socioeconômicas do Rio Grande do Sul, como o PIB estadual e municipal, emprego e desemprego na Região Metropolitana, indicadores sociais municipais (IDESE) e estimativas populacionais, além das publicações, na íntegra, de boletins, revistas e relatórios de pesquisa produzidos pela Fundação.

Dentre as atividades desenvolvidas pela FEE, em 2003, destacam-se as ações a seguir explicitadas.

Na área de **publicações periódicas**, foram publicadas 35 edições dos boletins mensais da FEE (Informe PED, Carta de Conjuntura e Indicador Mensal do Comércio Varejista – IMCV), quatro edições da revista Indicadores Econômicos FEE, duas da revista Ensaios FEE e uma da publicação Mulher e Trabalho. Na área de **livros e relatórios de pesquisa**, foram editados dois volumes da série Teses FEE, quatro da série Documentos FEE e dois CD-ROM.

No que respeita a **Congressos e Seminários**, foram apresentados, pelos servidores da FEE, um total de 27 trabalhos, sendo seis em seminários regionais, 14 em congressos nacionais e sete em congressos internacionais. Quanto à **participação na mídia**, foram realizadas, pelos pesquisadores da Fundação, 241 intervenções no rádio e 174 na televisão, e foram publicados 26 artigos assinados. A FEE obteve 437 referências em jornais e revistas.

Visando atender a **demandas do Governo**, a FEE desenvolveu atividades que compreenderam palestras, proferidas pelo Presidente da

Instituição e pelo corpo técnico, auxílio na organização de eventos (seminários) e consultoria técnica em diversas áreas.

Quanto à **organização de eventos**, a FEE promoveu um Seminário Comemorativo aos 30 anos da Instituição, com palestrantes locais e do Centro do País. Além disso, foram realizados diversos eventos sob a forma de palestras e debates, abordando temáticas variadas e trazendo palestrantes de renome.

Além das atividades desenvolvidas em 2003, estão em andamento, nos diversos Centros que integram a FEE, uma série de projetos, dentre os quais destacam-se os identificados a seguir:

Através do **Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)**: A expansão recente das cadeias de grãos e de carnes no Brasil; A inserção externa do *cluster* de móveis da Região da Serra Gaúcha: evolução e perspectivas; A pobreza rural na pequena propriedade da Região Norte do Rio Grande do Sul; As estratégias empresariais para os vinhos finos no Brasil e Uruguai: uma análise comparativa; Conselhos municipais de políticas públicas e direitos na Região Metropolitana de Porto Alegre (convênios FEE/IPPUR-UFRJ e FEE/UFRGS-PPG-Sociologia, financiamento FAPERGS); Desigualdades sócio-espaciais, dinâmica populacional e provimento da moradia no território metropolitano de Porto Alegre, 1991-2000 (convênio FEE/IPPUR-UFRJ); Estudos prospectivos de energia elétrica na área de influência da CEEE, 2003-2008 (parceria UERGS, financiamento ANEEL); GEORGS – O Rio Grande do Sul Georreferenciado (CEES/CIE); Integração, relações sociais e espaço no Mercosul; Mercados regionais de trabalho no RS: manifestações da reestruturação produtiva nos anos 90 (parceria UFRGS/UCS, financiamento FAPERGS); O investimento direto estrangeiro e a abertura dos mercados: a nova internacionalização das economias “emergentes” latino-americanas; Observatório das Metrôpoles: desigualdades sócio-espaciais e governança urbana (convênios FEE/IPPUR-UFRJ e FEE/PPGE – UFRGS e financiamento CNPQ/FAPERJ/PRONEX 2003); Os processos de discriminação e de reapropriação das terras públicas no RS (1895-1906); Políticas públicas sociais no RS.

Através do **Centro de Informações Estatísticas (CIE)**: A ação de entidades governamentais e não-governamentais na reciclagem de resíduos sólidos urbanos: trabalho, construção da identidade profissional e empoderamento de catadores/recicladores na região Metropolitana de Porto Alegre; Atualização das estimativas do PIB para os municípios do Rio Grande do Sul; Atualização das séries anuais do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, a nível global e setorial; Banco de informações sócio-econômicas do Rio Grande do Sul – FEEDADOS; Biblioteca virtual do Rio Grande do Sul (parceria CIENTEC, EMATER/RS e IRGA, financiamento FAPERGS); Circuito do capital em uma economia aberta; Elaboração do Índice Mensal do Comércio Varejista (IMCV); GEORS: O Rio Grande do Sul Georreferenciado (CEES/CIE); Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul; Índice de desenvolvimento sócio-econômico – IDESE; Projeções e estimativas demográficas para o Rio Grande do Sul.

Através do **Centro de Pesquisa de Emprego e Desemprego (CPED)**: Pesquisa de emprego e desemprego na RMPA (convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE, financiamento FAT/TEM: Fundo de Amparo ao Trabalhador); A inserção do jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com base em indicadores da PED-RMPA; Análise dos diferenciais de rendimento da indústria de transformação na Região Metropolitana de Porto Alegre; Para onde vai o mercado de trabalho? A

tendência à precarização das relações de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir dos anos 90.

Estão, ainda em andamento, alguns **Projetos Especiais**, dentre os quais: A dimensão institucional do crescimento econômico: uma discussão comparativa das modernas teorias de crescimento econômico (financiamento CNPq); Avaliação sócio-econômica do Programa RS-RURAL (convênio de cooperação técnico-financeira FEE/SAA/EMATER); Brasil e Argentina: estudo comparado dos processos de desenvolvimento econômico no período 1870-1970; Modelo computável para simulação de políticas econômicas.

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A **Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH)** e seus Órgãos Vinculados – como áreas de suporte à estrutura governamental – têm relação direta e, portanto, de fundamental importância com um dos eixos estruturantes do Governo, o da **Modernização da Gestão Pública**. A presença de um Estado mais ágil, eficiente e eficaz, prestando serviços de qualidade e com menores custos é o que a sociedade deseja em razão do seu grau crescente de complexidade tecnológica e cultural. Mesmo com a consciência de que há muito a fazer, os resultados apresentados em 2003, tanto aqueles de natureza financeira, quanto os de racionalização administrativa, demonstram as possibilidades de uma área meio, com boas práticas de gestão, iniciativa e criatividade, contribuir para que o Estado disponha de mais recursos para aplicar em áreas de maior demanda social.

Dentre os principais resultados obtidos nessa área, podem ser destacados os que seguem:

SISTEMA DE COMPRAS DO ESTADO

Através do **Pregão** foram introduzidas, pela Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos modalidades de compra inovadoras, mais eficientes, ágeis e com clareza de execução, em que a fase de habilitação ocorre após a disputa das propostas de preço, sendo analisada apenas a documentação da empresa vencedora. As duas modalidades, implantadas em outubro de 2003, foram o Pregão Eletrônico e o Presencial.

O **Pregão Eletrônico** corresponde a uma modalidade de licitação feita através da Internet. Implantada através do Decreto n.º 42.434/03, esta forma de aquisição, desenvolvida em parceria com a PROCERGS e BANRISUL, amplia o princípio da universalização e aumenta a facilidade de acesso e rapidez, baixando os custos e garantindo maior transparência aos atos de contratação do Estado. O primeiro Pregão Eletrônico foi realizado para a aquisição de veículos para a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), representando uma economia de 18% para o Estado, tendo sido divulgado seu resultado no mesmo dia da realização do evento.

O **Pregão Presencial**, modalidade de licitação ao vivo, enseja também maior transparência, agilidade e, principalmente, economia. Foram realizadas após implantação do referido projeto, 25 licitações ao vivo para diversas compras. A redução de preço foi de R\$ 1.808.640,00, representando 12% de economia para o Estado em relação aos preços estimados.

A utilização destas duas modalidades de licitação, Pregão Eletrônico e Presencial, permitirá uma redução de até 20% nos custos das Licitações Públicas, representando uma economia para o Estado de mais de 40 milhões/ano.

O **Portal de Compras Eletrônicas RS**, desenvolvido em parceria entre SARH-CELIC, PROCERGS e BANRISUL, é um portal de entrada onde estão disponibilizadas, em um só local, todas as informações sobre o Pregão Eletrônico para as contratações do Estado. Dentre estas, destacam-se a programação de abertura de pregões, os resultados dos pregões realizados e notícias gerais sobre compras do Estado. Além das informações, o Portal de Compras Eletrônicas RS oportuniza ao licitante participar ativamente dos pregões, possibilitando apresentar sua cotação eletrônica (proposta inicial) e seus lances eletrônicos de qualquer ponto do País ou Exterior.

As compras do Governo do Estado estão sendo realizadas com observância de indicadores de qualidade. Nos prazos de execução de todas as modalidades de licitação foram fixados Indicadores de Execução, utilizando-se como referência aqueles praticados pelas melhores organizações públicas do País. Os indicadores estabelecidos permitem a todos os órgãos do Governo que demandarem a CELIC, o conhecimento dos prazos em que serão atendidos, possibilitando-lhes, com isso, planejar de forma racional e adequada suas ações, buscando mais agilidade no processo de compras em benefício da sociedade.

MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

A SARH, em conjunto com a Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP), vem participando das negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para obtenção de financiamento para o **Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE)** junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O montante previsto para o Rio Grande do Sul é de U\$ 18 milhões e o objetivo é a melhoria da prestação dos serviços públicos para atender as demandas da sociedade. No ano de 2003, obteve-se como resultado o diagnóstico geral da administração pública estadual e a capacitação dos servidores envolvidos. O diagnóstico possibilitou identificar necessidades de modernização para o Estado na área de gestão.

Em conjunto com a Secretaria da Fazenda, a SARH vem participando da implantação do projeto **Gestão Integrada de Recursos Humanos**, para a aquisição de um sistema que vai permitir integrar todas as informações referentes a recursos humanos em um único banco de dados da Administração Direta e Indireta do Estado. O Edital de licitação será lançado no primeiro trimestre de 2004. Estima-se, com este Projeto, uma economia de até 3% do valor da folha de pagamento.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Programa **Eficientização Energética**, realizado em parceria com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) já propiciou, na sua primeira etapa, uma economia de R\$ 10 mil/mês na conta de energia elétrica do prédio do Centro Administrativo do Estado.

Foi também realizada, em parceria com a Brasil Telecom, a **Ampliação da Central Telefônica do CAFF**, em 450 ramais e 90 linhas

digitais, sem ônus para o Estado, facilitando o acesso da população aos órgãos públicos estaduais, bem como agilizando o sistema de comunicação interna.

Atuando na **Gestão da Telefonia Celular**, a Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento do Uso da Telefonia Celular, presidida pela SARH, em acordo com a orientação do Governo, efetuou uma redução em torno de 40% no número de aparelhos celulares utilizados pelos integrantes do Poder Executivo Estadual e adotou medidas de racionalização do uso da telefonia celular, através da fixação de limites de consumo mensal. Obteve-se, em 2003, uma economia de 22,39% nos gastos com telefone celular (cerca de R\$ 598 mil).

Como parte integrante do **Programa de Controle de Abastecimento da Frota Oficial**, utilizando tecnologia moderna, foi dado início ao teste piloto em 86 veículos do novo método de abastecimento, que, após totalmente implementado, poderá gerar uma redução de 15% nas despesas com combustíveis, representando R\$ 600 mil/mês.

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO

A SARH, com o apoio do Governo do Estado, trouxe para o Estado, no primeiro semestre de 2003, a realização do 50º Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração. Naquela oportunidade, foram discutidos, com todos os Secretários da Administração dos Estados da Federação, temas relevantes, tais como: Reforma Previdenciária, Programa de Racionalização da Gestão Pública e Processamento de Dados e Modernização dos Estados.

GESTÃO DOCUMENTAL

O Arquivo Público do Estado iniciou o **Censo de Arquivos de Documentos Oficiais do Estado** em todos os Órgãos, com o objetivo de avaliar, qualitativa e quantitativamente, o contexto de documentos oficiais do Poder Executivo Estadual, os quais são instrumentos de apoio à administração pública.

Organizado pelo Sistema de Arquivo do Estado - SIARQ/RS, o Seminário "Modernização da Gestão Pública - Gestão Documental como Ferramenta de Trabalho", realizado em dezembro de 2003, teve como objetivo estimular e sensibilizar os órgãos públicos, através de seus gestores, quanto à necessidade de implementar a política de preservação do patrimônio documental produzido pelas repartições. Na ocasião ocorreu o ato de assinatura do convênio com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), para apoio e participação nos Censos Municipais, na presença de vários prefeitos e autoridades do Estado e de fora do Estado ligadas ao tema.

GESTÃO PATRIMONIAL DO ESTADO

Buscando atingir uma maior racionalização e economia no uso de imóveis, em 2003 foram realizadas várias ações dentre as quais podem ser destacadas: a retomada dos processos de alienação de 309 imóveis que não têm utilidade para o Estado, com perspectiva de receita de R\$ 9,460 milhões, as quais já haviam sido autorizadas pelas Leis 10.721/96, 10.928/97 e 10.959/97; a redução de valores empregados na locação de imóveis pelo Estado, propiciada pela intensificação das ações de compartilhamento de imóveis próprios entre as várias áreas de governo, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 320

mil/ mês em aluguéis; o controle e reavaliação das cessões e autorizações de uso onerosas que o Estado faz de alguns de seus imóveis próprios, gerando um incremento de 82% das Receitas Patrimoniais (correspondente a uma arrecadação de R\$ 993.613 em 2003).

Além disso, a SARH, seguindo orientação do Governo de, quando possível, apoiar reivindicações dos municípios, com o aval governamental e, nos casos cabíveis, com aprovação da Assembléia Legislativa, concluiu processos de doações de imóveis. Em 2003, foram aprovadas e sancionadas 21 leis autorizativas de doações aos municípios Almirante Tamandaré, Camaquã, Centenário, Condor, Farroupilha, Fazenda Vilanova, Giruá, Gramado (2), Guaporé, Guarani das Missões, Horizontina, Imigrante, Lajeado, Marau, Morro Redondo, Santo Antônio das Missões, São José do Sul, São Marcos, Rodeio Bonito, Tuparendi. Com estas doações, o Governo reafirma o propósito de apoiar as prefeituras em projetos que atendam as áreas sociais, em benefício das comunidades locais.

A **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)**, vinculada à SARH, encontra-se entre as instituições signatárias de Contratos de Gestão dentro da Administração Pública Estadual. Esses Contratos constituem-se em compromissos administrativos, firmados entre o Governo do Estado e as Empresa Estatais, Autarquias e Fundações, através dos quais ficam definidas as responsabilidades gerenciais, indicadores, metas de desempenho operacional, financeiro e o grau de autonomia dos dirigentes, com as instituições signatárias, sendo controladas pelos resultados, com forte enfoque na melhoria dos serviços para os usuários.

Nessa linha, a Diretoria da CORAG e o Estado assinaram um Contrato de Gestão, em junho de 2003, abrangendo o período de 2003–2006, permitindo que a Empresa tenha condições de melhorar a sua gestão, contextualizada com as diretrizes de Governo, para atender a sua Missão, com possibilidade, inclusive, de competir com o mercado. Como resultado da utilização dessa ferramenta, a CORAG já apresentou incremento de 59,4% em seu Resultado Operacional (de R\$ 2.076.263 em 2002, para R\$ 3.310.411 em 2003).

Como órgão executor da política de Informática do Estado, a **Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)**, tem trabalhado lado a lado com os demais órgãos da Administração Estadual, gerando soluções que contribuam para apoiar a ação do Governo, para racionalizar e modernizar a máquina pública, para melhorar os serviços prestados aos cidadãos e aumentar a competitividade das empresas gaúchas, através do emprego de telecomunicações e tecnologia de informação.

Dentro do propósito de Gestão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações do Estado (GESITE), cujo objetivo é Integrar todos os Sistemas de Informação e Telecomunicações do Rio Grande do Sul e coordenar a sua operacionalidade, houve a decisão de elaborar o **Plano Estratégico dos Sistemas de Informação e Telecomunicações Plurianual (PESIT)**, até 2006. Em 2003, teve início o trabalho com a emissão da Ordem de Serviço nº018/03, determinando à PROCERGS que coordenasse um diagnóstico junto a toda a Administração Direta e Indireta, para o levantamento dos Sistema de informação do Estado e das necessidades físico-financeiras em termos de *hardware*, *software* e serviços. O diagnóstico foi concluído e servirá de base para a elaboração do PESIT.

Com o objetivo de **Modernização do Parque Tecnológico** da PROCERGS, foi assinado convênio no valor U\$ 5 milhões para a utilização de recursos do Banco Mundial.

Constituindo-se em um portal desenvolvido para a comunidade jurídica, o **Via JUS** abrange o Rio Grande do Sul e os demais Estados da Federação, oferecendo o Serviço de Notas de Expediente Eletrônicas com informações sobre os processos. Em 2003, o Sistema foi expandido para Santa Catarina, atingindo um mercado de 5.000 advogados, com faturamento previsto de R\$60.000,00/mês.

Por solicitação do Governador do Estado, para atender sua necessidade de informações gerenciais estratégicas e de acompanhamento da Gestão Pública, a PROCERGS desenvolveu o projeto **Portal do Governador**, o qual se constitui em uma ferramenta (web) que simula uma área de trabalho, publicando de forma sistematizada e organizada as informações pertinentes ao cenário político e econômico.

Com o propósito de fortalecer o enfoque de inclusão social, a PROCERGS disponibiliza **acesso gratuito à Internet** em eventos promovidos pelo Governo do Estado.

Como uma extensão para o meio virtual do "Tudo Fácil" (Projeto da Secretaria da Coordenação e Planejamento), a PROCERGS instituiu o **Portal de Serviços e Informações - Tudo Fácil Eletrônico**, com os objetivos de: disponibilizar os serviços e informações do Governo Estadual, que sejam de interesse do cidadão, de forma agrupada, organizada e em um único local; criar o Catálogo oficial de serviços e informações oferecidos pelo Estado; propiciar, aos órgãos estaduais, a manutenção das informações atualizadas e íntegras no Catálogo, através da ferramenta de administração disponível na "web"; disponibilizar mais uma forma de relacionamento entre o Estado e o cidadão. O Sistema já está apto para, em 2004, suportar o processo de inclusão de serviços e a conseqüente disponibilização à sociedade, a partir do lançamento que será feito, oportunamente, pelo Governador do Estado.

Através da racionalização e novas negociações com os fornecedores, a Empresa economizou em despesas de infra-estrutura o total de R\$820.000,00 em relação ao exercício anterior, somando-se a R\$ 2,2 milhões com a renegociação de tributos (COFINS).

O planejamento da PROCERGS para 2004, através das suas diversas Diretorias, envolve, entre outras, as ações a seguir.

Pela Diretoria Comercial estão previstos: a realização de Contrato de Gestão; o gerenciamento do processo de comercialização; a implantação de ERP; a adequação do Plano de Cargos e Salários; o equacionamento das dívidas com fornecedores; a negociação de dívida com clientes inadimplentes; o encaminhamento de ações efetivas após avaliação da pesquisa de nível de satisfação de clientes; a intensificação de novos projetos de inclusão digital, através de parcerias com universidades, ONG's, empresas privadas e outros órgãos do Governo; a utilização do Compras Eletrônicas para a Empresa; a realização de ações para o fortalecimento do mercado de Informática no Rio Grande do Sul.

A Diretoria de Desenvolvimento tem, na sua programação, além da criação e manutenção de cerca de 30 *sites*, a realização de ações de apoio e assessoramento a vários órgãos da Administração Estadual, tais como: AME

(Assessoria de Medicamentos Especiais) - Secretaria Estadual da Saúde; IPE-COMPREV - recuperação de créditos da Previdência; SGM - Sistema de gerenciamento do material da CORAG; SDI - novo sistema comercial da CORSAN.

A Diretoria Operacional, por sua vez, destaca no seu planejamento: a substituição do Sistema Operacional - ambiente IBM - atualização tecnológica que permitirá crescimento de até 30% na produção atual; a substituição da CPU - aumento de 26,6% na capacidade de processamento (para 690 MIPS); a atualização tecnológica do ambiente de processamento UNISYS, com um investimento previsto de R\$ 3,5 milhões; a substituição dos atuais equipamentos Servidores por *hardware* especializado, com um investimento previsto de R\$ 2,5 milhões; a implantação de uma estrutura moderna de *backup/restore* para ambiente de baixa plataforma, com investimento previsto de US\$ 800 mil; a criação e implantação de uma Coordenação Corporativa da informação; projetos de melhoria e controle da impressão do Estado; voz sobre IP para o Estado; infra-estrutura para o projeto de *e-gov* do Rio Grande do Sul.

Na área da formação de recursos humanos, a **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)**, órgão ligado à SARH, focou suas ações, em 2003, no fortalecimento da Instituição como fomentadora da capacitação do funcionalismo público estadual, abrindo suas portas para as Prefeituras e Câmaras de Vereadores, buscando se modernizar e ser competitiva e lucrativa como instituição pública.

Com o propósito de transformar-se em **Escola de Governo**, a FDRH vem assumindo, na atual Administração, a filosofia de capacitação continuada, buscando disponibilizar oportunidades de **capacitação e qualificação de servidores**, na qual estejam asseguradas a eficiência e a eficácia na prestação de serviços públicos, com vistas a suprir as necessidades da sociedade e justificar a existência das estruturas que formam o Estado. Nesse sentido, com os recursos orçamentários disponíveis em 2003, ofereceu treinamento, sem ônus para as Secretarias, a 1.921 servidores públicos, aos quais foram ministrados 72 diferentes cursos de capacitação e qualificação. Em parceria com o SENAC, a FDRH disponibilizou, gratuitamente, o curso de Informática Básica nas unidades do SENAC em todo o Estado.

Ainda dentro do escopo de valorização do servidor público, foi realizado o Iº Congresso de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual, o qual contou com a participação de 1.500 servidores públicos e mostrou a necessidade da capacitação do corpo funcional do Estado para o ingresso no Programa de Modernização da Gestão Pública.

Visando a uma atuação mais competitiva na área de concursos, a Fundação reformulou a grade de custos de sua Divisão de Concursos Públicos. O resultado deste trabalho foi a **realização efetiva de 10 Concursos**, para prefeituras, câmaras de vereadores, Poder Legislativo e outros, num total de 53.821 candidatos inscritos em todo o Estado.

Dentro do propósito de **interiorização das suas ações**, a FDRH efetivou a assinatura de convênios com prefeituras, câmaras municipais, órgãos federais e iniciativa privada. O resultado destas iniciativas pode ser mensurado pelo número de bolsistas administrados pela FDRH que, em janeiro de 2003, era de 7.590 vagas nos órgãos do Governo do Estado, e que, através desta abertura de mercado, finalizou o ano com um aumento de 60% no número de vagas.

Quanto ao **desempenho financeiro**, a administração da FDRH, no ano de 2003, buscando atender as metas governamentais, administrou as despesas correntes obtendo, nesse particular, uma economia de 49,89% sobre o ano de 2002. Os números do balanço de 2003 levaram em conta um passivo anterior não considerado até 2002. A atual administração tomou a decisão de tornar esse passivo oficial, para que a transparência dos números espelhem a verdadeira realidade.

O **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)**, através do seu titular e representantes dos Poderes e demais órgãos da Administração Pública Estadual, por delegação do Governador do Estado, tem se dedicado à elaboração de minutas de anteprojetos de leis complementares para a adequação da Previdência do Estado e do Plano de Saúde existente às novas regras federais e constitucionais.

Nesse sentido, vem sendo desenvolvido intenso trabalho no sentido da **Reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Estado**. Cumprindo uma diretriz de Governo, no início da gestão, através do Decreto 42.105 de 09/01/03, foi criado um Grupo de Trabalho composto por representantes da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, Secretaria da Fazenda, Instituto de Previdência do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Casa Civil e Secretaria da Coordenação e Planejamento, para Avaliação da Previdência Pública do Estado e Acompanhamento da Reforma Previdenciária. No decorrer de 2003, este Grupo de Trabalho promoveu reuniões, debates internos, debates com os demais poderes e entidades representativas dos servidores públicos, tudo com o objetivo de avaliar o contexto, apresentar um diagnóstico e propor alternativas. No final do exercício, cumprindo sua tarefa, foram apresentadas as minutas de dois anteprojetos: IPE Previdência e IPE Saúde.

O anteprojeto do **IPE Previdência** propôs a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS), definindo o IPERGS como Órgão gestor único, garantindo, portanto, seu caráter público, contemplando aposentadorias e pensões. Envolve, entre os seus principais conceitos: a preservação do caráter público do IPE; uma gestão democrática e paritária; abrangência para todos os servidores de todos os poderes do Estado; garantia dos direitos adquiridos; sustentabilidade atuarial do sistema (benefícios com fonte de custeio); regime contributivo de repartição simples; criação de um fundo de natureza financeira para a cobertura de benefícios previdenciários; possibilidade de o Estado instituir regime de previdência complementar próprio.

Através do anteprojeto **IPE Saúde**, por decisão de Governo, reconhecendo a importância de manter e aprimorar a assistência à saúde dos servidores públicos e dependentes, foi proposta a reestruturação do Sistema de Saúde, segundo os seguintes conceitos: caráter público e compulsório; gestão e financiamento independentes das áreas da Saúde e da Previdência; solidariedade (percentual único para todos os servidores, com contrapartida do Estado de igual valor); maior ênfase na saúde preventiva; redução da alíquota de contribuição dos servidores de 3,6% para 3,1% (Estado contribuindo com o mesmo percentual de 3,1%).

Alguns dados sobre a população protegida na área de Previdência e os serviços médicos oferecidos pelo IPERGS são apresentados a seguir:

IPERGS - População protegida e assistência médica
(jan.- dez./2003)

População Protegida	Número
Segurados	326.993
Dependentes	490.246
Pensionistas	48.683
Total	865.922

Assistência Médica	Números	Valores
Consultas Médicas	2.667.473	36.885.484,00
Serv. Complementares	4.852.797	51.309.107,56
Atend. Ambulatoriais	86.917	28.552.491,24
Atend. Hospitalares	120.070	175.091.609,62
Pronto Atendimento	271.047	5.547.289,88
Órteses e Próteses	17.724	5.625.701,47
Reembolsos	17.759	3.458.389,95
Processos	1.303	805.534,79
Totais	8.035.090	307.275.608,51

Destaca-se ainda, como um projeto prioritário do Governo desenvolvido pelo IPERGS, o **COMPREV – RS – Compensação Previdenciária**, que tem como objetivo o de operacionalizar, até maio de 2004, a compensação previdenciária de aproximadamente 70.000 processos de aposentadorias e pensões, concedidas a partir de 05/10/1988, no uso de um direito que os estados têm, após a Constituição de 1988, de buscar ressarcimento junto ao INSS em relação aos servidores públicos aposentados que contaram tempo de trabalho na iniciativa privada, tendo, portanto, contribuído para o Regime Geral da Previdência.

Com a finalidade de buscar esse direito para o Rio Grande do Sul, foi reestruturado o Grupo de Trabalho para agilizar a análise dos processos de aposentadorias sobre os quais há possibilidade de ressarcimento ao Estado. Foram enviados ao INSS 26.105 processos de aposentadoria dos 65.000 previstos, sendo prazo final para reivindicar este direito, maio de 2004.

Até dezembro de 2003 o Estado já havia obtido ressarcimento equivalente a R\$ 6,9 milhões, valor que corresponde a apenas 2.974 processos que o INSS homologou. O montante estimado para o Rio Grande do Sul pode chegar a R\$ 300 milhões.

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

No que respeita à Administração Fazendária, as realizações da **Secretaria da Fazenda (SEFAZ)** – órgão da Administração Estadual responsável por essa área - centraram-se, principalmente, no combate à sonegação e no aumento da arrecadação, através de ações voltadas para a contenção das despesas, para o incremento da arrecadação e para a modernização da gestão fazendária.

Dentre as ações vinculadas à contenção da despesa, destacam-se:

- liberação orçamentária dentro das reais possibilidades de pagamento do Tesouro;
- redução de despesas por meio de fixação de cotas de gastos por órgão; Contingenciamento de gastos de manutenção e investimentos;
- reescalamentos de prazos para pagamentos de despesas vencidas;
- lançamento do SIAC *Office Banking*, disponibilizando uma ferramenta de acompanhamento da relação das entidades com o SIAC;
- redução de *floating* bancário da arrecadação.

Como ações destinadas a aumentar a receita, citam-se:

- obtenção de receitas extraordinárias (FCVS, Títulos, juros sobre capital);
- antecipações de ICMS (janeiro a março);
- REFAZ I (maio/junho) e REFAZ II (novembro/dezembro);
- fiscalização setorial no ICMS;
- cobrança diferencial de alíquota do ICMS na entrada do Estado;
- contingenciamento das transferências de crédito fiscal acumulado;
- Programa "Solidariedade" – notas fiscais e prêmios – Novembro/2003;
- Programa de Educação Fiscal – Lei 11.930/2003;
- concessão de descontos no IPVA para pagamento antecipado em dezembro/2003;
- realização de *blitzes* eletrônicas de IPVA realizadas pela Receita Estadual uma por dia em todo Estado, com resultado superior, em 35%, a estimativa (dos R\$ 400 mil/dia esperados foram arrecadados R\$ 600 mil/dia).
- participação efetiva na emissão das LFTRS, realizada através de leilão eletrônico, em 25/09/2003, na Bolsa de Mercadorias e Futuros, gerando recursos na ordem de R\$ 75.352.928,52.

Alguns resultados são apresentados sinteticamente a seguir.

Resultados do REFAZ I

Total de adesões	5.968
Valor dos débitos negociados	R\$ 239.554.624,87
Resultado bruto do REFAZ	R\$ 150.668.893,45

ICMS – Janeiro a Agosto/2003
Desempenho dos Estados Selecionados

Estados	Participação Relativa (%)	Crescimento Real (%)	
		Agosto	Acumulado jan-nov
1) Goiás	2,92	3,08	-2,42
2) Rio Grande Sul	7,09	7,58	-1,35
3) Santa Catarina	3,70	3,94	-1,45
4) Bahia	4,84	4,94	-5,87
5) Paraná	5,50	5,67	-4,90
6) Minas Gerais	9,11	9,30	-5,76
7) Pernambuco	2,75	2,69	-9,84
8) São Paulo	35,21	33,48	-12,22
9) Rio de Janeiro	10,03	9,65	-11,90
BRASIL			-7,68

As principais ações efetivadas com vistas à Modernização da Gestão Fazendária constituíram-se em:

- implantação de modelo de gestão focado em resultados, com acompanhamento de metas e ações estratégicas;
- modernização tecnológica dos sistemas: módulos do ICMS Eletrônico e FPE – Finanças Públicas Estaduais;
- ampliação da oferta de serviços por auto-atendimento;
- redução de 5% nos custos da Secretaria da Fazenda – RS em contratos com terceirizados;
- implantação de sistema e cursos para os servidores fazendários de todo o estado na modalidade “educação a distância”;
- treinamento de mais de 300 servidores de órgãos públicos estaduais em matérias de Gestão Pública relativas ao negócio fazendário.

Dentro da estratégia global adotada pela SEFAZ, e considerando o *déficit* estrutural nas finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul, será desenvolvido um **Plano de Recuperação Fiscal**, com enfoque estrutural, envolvendo ações de curto, médio e longo prazo, visando soluções estruturais para a crise fiscal. No curto prazo, a estratégia é aumentar as receitas próprias tributárias e extraordinárias, fortalecendo ações de racionalização da despesa. O uso de tecnologia da informação no controle dos contribuintes será intensificado,

com acompanhamento permanente da movimentação econômica, através do **ICMS eletrônico e fiscalização setorial**.

Além disso, os sistemas que controlam as despesas públicas estão sendo modernizados, de forma a evitar inconsistências e oferecer informações gerenciais ágeis aos tomadores de decisão de diferentes órgãos públicos.

Através dos Programas de **Educação Fiscal, Solidariedade e Formação de Gestores Públicos**, são implementadas ações educacionais e preventivas, que visam criar consciência fiscal, envolver a comunidade, bem como instruir o gestor público sobre as regras da boa aplicação dos recursos públicos.

Como estratégia interna, a SEFAZ-RS adota práticas modernas de gestão e uso de tecnologia de ponta, primando pelo constante controle de suas próprias despesas.

Dentre as ações previstas pela SEFAZ, podem ser destacadas, sinteticamente: o desenvolvimento do sistema RHE – Recursos Humanos do Estado; a ampliação do FPE – sistema Finanças Públicas do Estado; o desenvolvimento de sistema de controle de precatórios; a compensação previdenciária; a educação fiscal; o ICMS eletrônico; a fiscalização setorial; a Modernização do Sistema de Gerenciamento do Crédito Tributário; a modernização do ITCD; a automação do IPVA – auto-lançamento; a ampliação da oferta de serviços por auto-atendimento, em balcões e internet, para contribuintes e fornecedores; o Portal de Legislação na Internet; o Programa Solidariedade; o atendimento municipal; a arrecadação *on-line*; o reaproveitamento de imóveis próprios; a racionalização da distribuição de recursos humanos; a educação continuada aos servidores fazendários; a racionalização e automação de processos críticos; a redução de risco e controle de segurança na rede SEFAZ.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)**, instituição vinculada à tutela do interesse público e fundamental ao regime de legalidade da administração pública, atuou: na defesa dos princípios e das normas constitucionais; no controle da legalidade; no exercício da função correicional no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, zelando pela probidade administrativa; no desenvolvimento da advocacia preventiva tendente a evitar demandas judiciais; na proposição de orientações jurídico-normativas para a Administração Pública; na defesa do patrimônio público, seja implementando ações com o escopo de incrementar os recursos que ingressam no erário, seja evitando ou reduzindo despesas decorrentes de ações judiciais.

Algumas **medidas de caráter interno** foram tomadas, ao longo de 2003, com o intuito de melhor possibilitar o desenvolvimento das ações da PGE. Assim, a fim de aprimorar o sistema de cobrança da dívida ativa judicial, em 30 de setembro de 2003, por meio da Portaria nº 308, foi criada a Equipe de Recuperação de Créditos Especiais, que integra a Procuradoria Fiscal, sendo responsável pelos processos de empresas devedoras com passivo em fase de cobrança judicial superiores a um milhão de reais e tendo como forma de trabalho a elaboração de estratégias gerais de cobrança, conjunta e periodicamente

discutidas entre os Procuradores do Estado. Ainda no tocante à cobrança da dívida ativa judicial, a Procuradoria-Geral do Estado constituiu comissão para exame de medidas a serem adotadas objetivando a aceleração da cobrança dos créditos tributários. Nesta matéria, impõe-se o registro positivo do incremento na arrecadação da dívida ativa em cobrança judicial, comparativamente aos anos anteriores (2000 e 2001), tendo a Procuradoria-Geral do Estado sido responsável pela arrecadação, no ano de 2003, de R\$ 201.263.566,00 aos cofres públicos.

Por outro lado, com o escopo de aperfeiçoar **a defesa do patrimônio público**, reduzindo-se a despesa decorrente do incremento das demandas judiciais, no decorrer do ano de 2003, foi somada à estrutura orgânica da Procuradoria-Geral do Estado, por meio da Portaria nº 308, de 30 de setembro de 2003, a Equipe Previdenciária, integrando a Procuradoria de Pessoal a qual competirá exercer a representação judicial e a consultoria jurídica nas matérias relacionadas ao regime de seguridade da Administração Pública Estadual.

No que pertine ao **aprimoramento dos órgãos de execução** da Procuradoria-Geral do Estado, destaca-se a criação do Centro de Estudos em Direito Tributário Doutor Maurício Batista Berni (CEDIT). Importa frisar a realização da 6ª Seleção Pública para Estágio Remunerado na Procuradoria-Geral do Estado para estudantes do curso de direito e de nível médio em Porto Alegre e no Interior do Estado, que contou com 1.639 candidatos inscritos na Capital e 2.661 candidatos inscritos no Interior, tendo sido selecionados 231 estudantes na Capital (179 de nível médio e 52 de nível superior) e 329 no Interior (215 de nível médio e 114 de nível superior).

Internamente, relevante encaminhamento iniciou-se com a elaboração de projeto visando à consolidação eletrônica do peticionamento dos Procuradores do Estado com emissão automática dos Relatórios Mensais de Atividades.

Foram empossados seis novos Procuradores do Estado no ano, sendo um desses designado, pela Procuradora-Geral do Estado, para atuar como Agente junto à Secretaria da Fazenda do Estado, aprimorando-se, assim, de forma contínua, o Sistema de Advocacia do Estado. Igualmente, no período, registra-se a posse de vinte e cinco servidores.

Foram promovidos, ao longo do ano, cursos e outras atividades afetas às áreas de atuação da PGE, no âmbito da Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional.

Externamente, deve-se destacar a participação de membros da Procuradoria-Geral do Estado em inúmeras Comissões, Grupos de Trabalho e reuniões. Nessa senda, no período, buscou-se estreitar relações com órgãos do Poder Judiciário, seja em âmbito estadual, seja em âmbito federal, e com os demais órgãos do Poder Executivo Estadual.

Enfim, com o escopo de que seja dimensionado o número de ações em que há atuação da Procuradoria-Geral do Estado, relevante frisar que, ao final do mês de dezembro de 2003, a Procuradoria-Geral do Estado contava com, aproximadamente, 360.751 processos judiciais cadastrados no seu sistema interno de Controle de Processos Judiciais (CPJ), conforme consta no quadro demonstrativo abaixo, havendo um incremento, em relação a 2002, de 30,37% de processos novos apenas no ano de 2003.

Quadro Demonstrativo do Número de Processos Judiciais sob a Responsabilidade da PGE em 31/12/2003

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO	Nº DE PROCESSOS JUDICIAIS
Procuradoria do Interior	106.538
Procuradoria de Pessoal	96.153
Procuradoria de Execução e Precatórios	68.060
Procuradoria da Fazenda Pública Estadual	43.560
Procuradoria da Domínio Público Estadual	45.744
Procuradoria da Probidade Administrativa e de Processo Administrativo/Disciplinar	49
Gabinete da Procuradoria	271
Procuradoria junto aos Tribunais Superiores	376
Total	360.751

Permanecendo o percentual de crescimento, estima-se que em 31/12/2004, a PGE terá sob sua representação cerca de 468.589 processos judiciais.

ATIVIDADES NO ÂMBITO DA COORDENAÇÃO-GERAL

Pertinente à Coordenação da Procuradoria de Pessoal, incluindo Equipes Estatutária, Trabalhista e Previdenciária, destacam-se dois tipos de atividades: reuniões com Assessorias Jurídicas e Assessorias Técnicas de vários órgãos da Administração Direta e Indireta, com vistas a esclarecimento de situações fáticas e dúvidas jurídicas no âmbito de pessoal e de previdência do Estado, e acompanhamento do dissídio coletivo da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

Pertinente à Coordenação da Procuradoria Fiscal: reuniões com o Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Alegre e com seu escrivão (penhora de imóveis); com o Juiz Diretor do Foro da Comarca de Porto Alegre e com o Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da mesma comarca (reativação da sala à disposição da PGE no Prédio do Tribunal de Justiça do Estado).

ATIVIDADES DE CONSULTORIA

Na Procuradoria de Pessoal, Equipe de Consultoria, foram realizadas 50 reuniões, sendo relatados 224 processos que originaram 144 minutas de pareceres e 75 minutas de informações. Houve 43 pedidos de urgência.

Na Equipe de Consultoria da Procuradoria do Domínio Público Estadual, houve ligeiro aumento de expedientes distribuídos em 2003, comparativamente ao segundo semestre de 2002.

Refira-se, por importante, que a edição dos Decretos Estaduais nºs 42.367/03 e 42.566/03 resultou na principal causa do incremento uma vez que aumentou sensivelmente o âmbito da competência dos expedientes licitatórios. É importante registrar que foram atendidas todas as solicitações dos Secretários Estaduais ou dirigentes superiores das entidades da Administração Indireta.

O total de peças produzidas, no ano de 2003 pela Equipe de Consultoria da Procuradoria do Domínio Público Estadual é o seguinte:

TIPOS DE PEÇA	PRODUÇÃO TOTAL NO ANO
Pareceres	46
Informações	110
Defesas em ADIns	129

Em relação à Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa, foram distribuídos à Equipe de Revisão 180 processos administrativos disciplinares, sendo encaminhados ao Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado 164 com pareceres e 6 com informações. De outra banda, no âmbito da Equipe de Probidade Administrativa, foram elaboradas 76 informações, exaradas 353 promoções, bem como elaboradas peças processuais em processos judiciais acompanhados pela Equipe, num total de 250 manifestações, dentre petições iniciais, contestações, recursos e outras.

ATIVIDADES NO ÂMBITO JUDICIAL

Importa dar relevo às atuações em ações judiciais envolvendo concursos públicos, processos de aposentadorias, promoções, etc.

Ademais na área judicial trabalhista, o trabalho feito pela Procuradoria-Geral do Estado viabilizou vitória para o Estado em diferentes matérias.

No âmbito da Procuradoria de Execuções e Precatórios, destaca-se a atuação da Procuradoria-Geral do Estado na análise do precatório referente ao processo judicial movido pelo CPERS/SINDICATO, no valor de R\$ 2.121.484,45, e o acompanhamento dos pedidos de Intervenção Federal no Estado do Rio Grande do Sul. A Procuradoria de Execuções e Precatórios acompanhou, ainda, a retomada do pagamento dos precatórios judiciais.

Cumprir referir que o número de processos judiciais que a Procuradoria de Execuções e Precatórios tinha sob sua responsabilidade passou de 53.307, em 31/12/2002, para 68.334, em 31/12/2003, crescendo 15.027 novos processos, perfazendo um crescimento de 28,19% no número de demandas. Foram elaboradas, no período, 28.610 peças processuais, entre as Equipes Trabalhista, Cível e Seção de Recursos da PEP. Impugnaram-se, por excesso de execução e insuficiência de documentos, inúmeras ações, em valores que somados corresponderam à quantia de R\$ 99.620,19, conforme segue:

Devedor	Total Requisitado	Aprovados pela PGE	Valores Requisitados Indevidos
ERGS	125.577,99	59.863,81	65.714,18
DETRAN	8.546,64	8.546,64	-
IPERGS	137.197,54	105.677,43	31.520,11
DAER	2.385,90	-	2.385,90
Totais	273.708,07	174.087,88	99.620,19

Para fins de pagamento, foram analisados os precatórios da FEPAM, relativos a 2003, os precatórios de pequeno valor do Estado do Rio Grande do Sul, referentes ao exercício de 2000 e os precatórios do IPERGS de 1999 e os de pequeno valor de 2000, conforme valores abaixo:

Entidade	Exercício	Valores
FEPAM	2003	603.793,92
ERGS	2000	286.344,78
IPERGS	1999	116.423,36
IPERGS	2000	65.150,86
	Total	1.071.712,92

No âmbito da Procuradoria Fiscal, é relevante apontar o montante arrecadado, até 09/12/2003, a título de honorários advocatícios, que perfaz um total de R\$ 8.395.374,53. Além disso, considerando tão-somente os dados da Capital, foram extraídos alvarás judiciais relativos a executivos fiscais, no ano de 2003, que importam na arrecadação direta aos cofres públicos do valor de R\$ 1.939.505,58.

Merece destaque a adesão ao parcelamento do programa REFAZ II de um grupo de empresas que negociaram um passivo fiscal de R\$ 156.931.904,01.

Necessário chamar a atenção também para a otimização da cobrança da dívida ativa judicial. Nos meses de janeiro a outubro de 2003, na Comarca de Porto Alegre, foram arrecadados R\$ 61.570.968,00, tomados os valores corrigidos. Em contrapartida, nestes mesmos meses, no ano de 2002, foi ultimada a arrecadação de R\$ 40.146.782,00. Assim, verificou-se o incremento da arrecadação em volume superior a R\$ 20.000.000,00.

Assim sendo, comparados os dois períodos, isto é, janeiro/outubro dos anos de 2002/2003, verifica-se o incremento superior a 50% dos créditos pagos na 1ª DEFAZ de Porto Alegre, considerando os valores corrigidos pelo IGP/DI. Aliás, nos dez primeiros meses de 2003, foi arrecadado mais do que em todo o ano de 2002.

No corrente ano, no âmbito da Equipe de Defesa Fiscal, foram mantidos judicialmente créditos tributários estaduais no valor de R\$ 144.716.923,42, excluídos os alvarás judiciais. Relativamente ao controle dos depósitos judiciais efetuados pelos contribuintes, a soma, no ano de 2003, alcança a quantia de R\$ 15.877.236,46. De janeiro a outubro de 2003, foram apresentadas, no âmbito da mesma Equipe, 174 contestações, interpostos 1.422 recursos/contra-razões, e elaboradas 1.115 petições diversas. Além disso, foram recebidas pela equipe 559 novas ações judiciais, das quais 20 Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Registrou-se, também, o levantamento e a apropriação, pelo Estado, de depósitos judiciais que perfazem o montante de R\$ 8.721.207,32, e assegurou-se a transferência de recursos/repasses da União para o Estado, obtendo-se decisões judiciais que determinaram a exclusão do Estado do Rio Grande do Sul do Cadastro de Inadimplentes (CADIM) e a emissão de certidão negativa de débito (CND) em favor do Estado.

Outras vitórias judiciais significativas também foram obtidas pela Procuradoria-Geral do Estado, por meio da Equipe de Contencioso e Recursos Fiscais da Procuradoria Fiscal.

Em termos da atuação judicial da Procuradoria-Geral do Estado, em seus órgãos de execução no Interior do Estado, destacam-se o acompanhamento de diversas ações.

Importa dar relevo, no âmbito das Procuradorias Regionais, ao monitoramento dos depósitos judiciais de interesse do Estado cujos montantes são superiores a R\$ 100.000,00, e daqueles cuja natureza é de origem tributária.

Relativamente à cobrança da dívida ativa judicial, os dados constantes nos relatórios de movimento geral do c/correntes – DAT judicial da Secretaria da Fazenda, meses de janeiro a novembro do ano de 2003, apontam uma redução acumulada no estoque na ordem de R\$ 257.383.930,51, cabendo ao Interior do Estado, nos períodos apontados, o abatimento de R\$ 200.379.033,37.

No trabalho desenvolvido pela Procuradoria junto aos Tribunais Superiores, com sede em Brasília, pode-se destacar o acompanhamento de recursos extraordinários, especiais, etc., perante os Tribunais Superiores, relacionados a matérias de grande relevância, bem como o resultado de algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

A **Defensoria Pública do Estado** tem a função de prestar assistência jurídica a todo cidadão carente que dela necessitar. Para isto, conta com a atuação de 258 defensores públicos, atendendo 116 comarcas das 161 existentes no Estado. Até o dia 31 de outubro de 2003, prestou 203.381 atendimentos e atuou em 145.762 processos.

Se comparado com o ano de 2002, observou-se que, embora com o mesmo número de defensores públicos – novas nomeações só repuseram aposentadorias – houve um aumento de 10% no número de consultas e atuação em processos. Dezessete comarcas que não tinham atendimento passaram a tê-lo em 2003; 70 novos estagiários forenses remunerados foram admitidos no ano e 7 comarcas reforçaram suas atuações com a presença de mais defensores públicos.

A Defensoria teve atuação específica na área de regularização fundiária – **Projeto Usucapião**. Este Projeto busca promover a regularização fundiária no Estado do Rio Grande do Sul, propiciando a obtenção do título de propriedade àquelas pessoas que detenham a posse do imóvel e já tenham condições de requerê-lo. Em convênio com a UFRGS, foram realizados levantamentos topográficos em Porto Alegre (2.630); Uruguaiana (444); Alegrete (96); Guaíba (54); Fontoura Xavier (29); Alvorada (104); Rio Pardo (94) e Lajeado (30).

Outras medidas visando ampliar a ação da Defensoria Pública foram também dinamizados em 2003, como a criação de uma equipe para atuar na região da Grande Porto Alegre em sessões de julgamento do Tribunal do Júri e a prestação do 1º atendimento aos assistidos efetivada pelos defensores públicos em atuação nos Fóruns Regionais de Porto Alegre – descentralização do atendimento.

ANEXO
SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DO RIO
GRANDE DO SUL

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DO RIO GRANDE DO SUL

Buscou-se avaliar a situação socioeconômica e ambiental do Rio Grande do Sul através de um conjunto de aspectos-chave, distribuídos entre quatro áreas: a) população e infância; b) comunidade e democracia; c) economia; e d) meio ambiente. Estes aspectos-chave, mensurados através de indicadores, permitem avaliar se a sociedade gaúcha está obtendo êxito em relação às condições de vida e do bem-estar da população, em função de ações governamentais ou não-governamentais.¹

Os aspectos-chave selecionados para a avaliação da situação socioeconômica do Rio Grande do Sul são os seguintes:

- A proteção e o estímulo ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.
- O incentivo à auto-estima, ao respeito, à solidariedade entre as pessoas e à participação na vida das comunidades.
- A capacidade dos gaúchos em distinguir-se durante a vida escolar e acadêmica e em suas atividades profissionais.
- A promoção do crescimento econômico sustentável do Estado, com geração de riqueza e prosperidade, de forma que a população tenha um bom padrão de vida.
- A prestação de serviços eficientes e eficazes pelos governos municipais e estadual, de forma a atender as necessidades da população.
- A conservação e proteção dos recursos naturais do Estado, visando à manutenção de um ambiente saudável e de qualidade de vida.

Antes da avaliação final de cada uma das áreas é apresentada uma comparação entre alguns indicadores do Brasil e do Rio Grande do Sul e, finalmente, é feita uma abordagem sobre a situação atual, os progressos e os desafios em cada área.

POPULAÇÃO E INFÂNCIA

1. Situação de pobreza das crianças

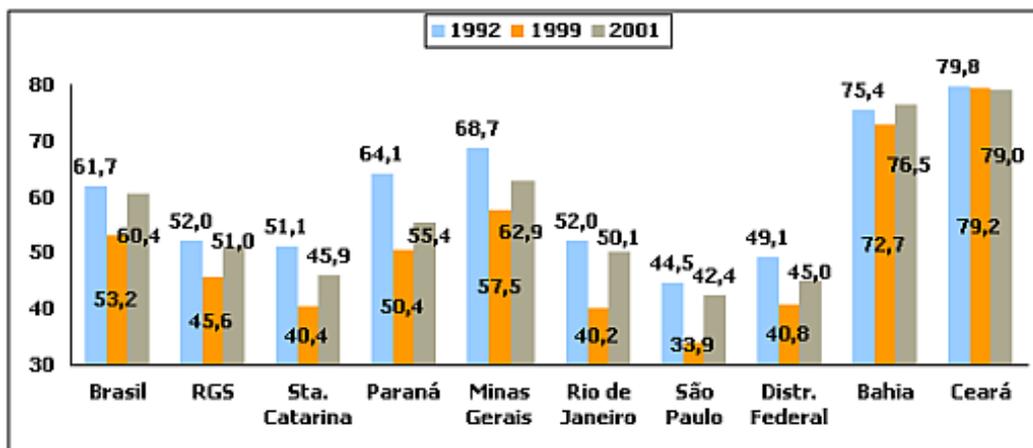
O indicador selecionado para este aspecto-chave é o de pobreza infantil, haja vista que um elevado grau de pobreza pode trazer danos irreversíveis ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. Crianças que crescem sob níveis críticos de pobreza enfrentam sérios problemas com relação à sua alimentação, moradia e vestuário. Além disso, vivem em ambientes que as tornam mais vulneráveis à criminalidade e à violência, têm

¹ É importante ressaltar que este trabalho baseia-se no “Trilhas Gaúchas”, instrumento elaborado e construído pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, e que se encontra à disposição para consulta em www.scp.rs.gov.br.

baixíssima, ou nenhuma assistência médica no acompanhamento de seu estado geral de saúde, tendendo a um menor sucesso na vida escolar.

1.1. Indicador:

1.1.1. Pobreza Infantil: percentual de famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade com rendimento mensal familiar per capita de até um salário mínimo.



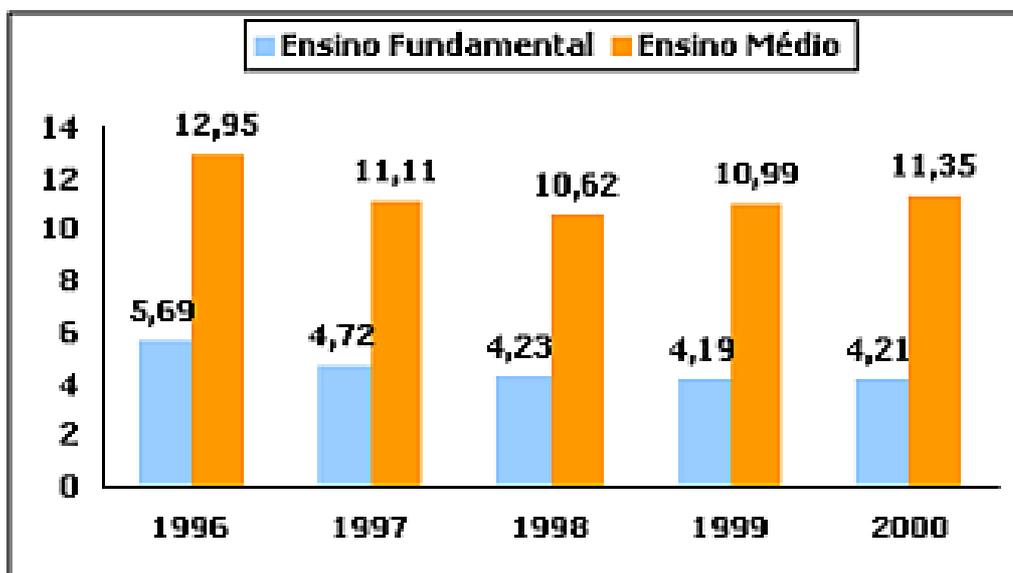
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

2. Convívio familiar das crianças

Os indicadores selecionados para este aspecto-chave foram abandono escolar, transferência escolar, abuso e maus tratos contra crianças e adolescentes, gravidez na adolescência, crianças e adolescentes desaparecidos e mortalidade materna. A escolha destes indicadores baseia-se no fato de que um ambiente familiar saudável e harmônico, baseado em um bom relacionamento, promove a sua segurança emocional e o seu desenvolvimento social e intelectual, indo ao encontro das expectativas de sucesso na sua vida escolar.

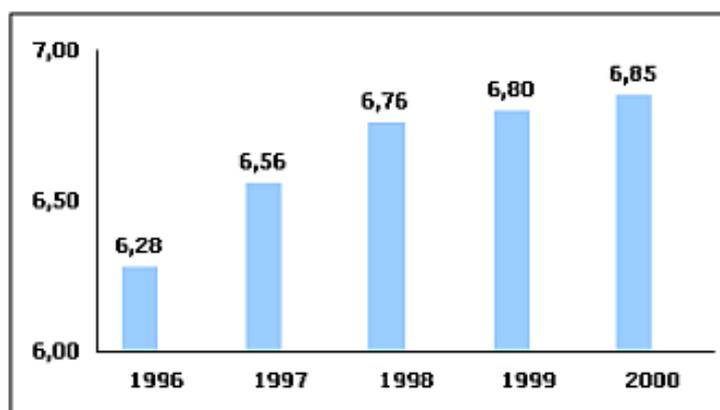
2.1. Indicadores:

2.1.1. Abandono Escolar: percentual de estudantes que abandonaram a escola durante o ano letivo, nos Ensinos Fundamental e Médio, em relação à Matrícula Total.



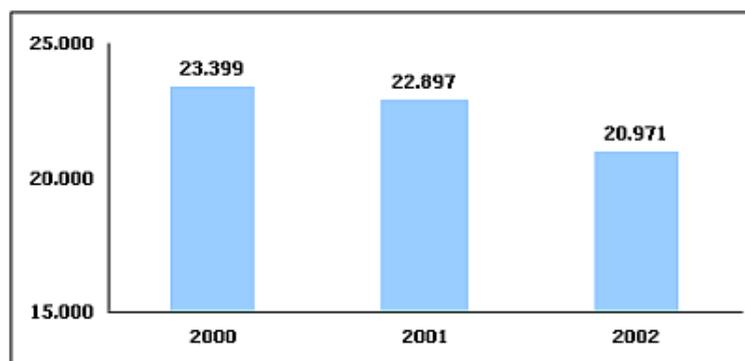
Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE / Anuário Estatístico do RS 2001

2.1.2. Transferência Escolar nos Ensinos Fundamental e Médio: percentual de estudantes nos Ensinos Fundamental e Médio transferidos durante o ano letivo.



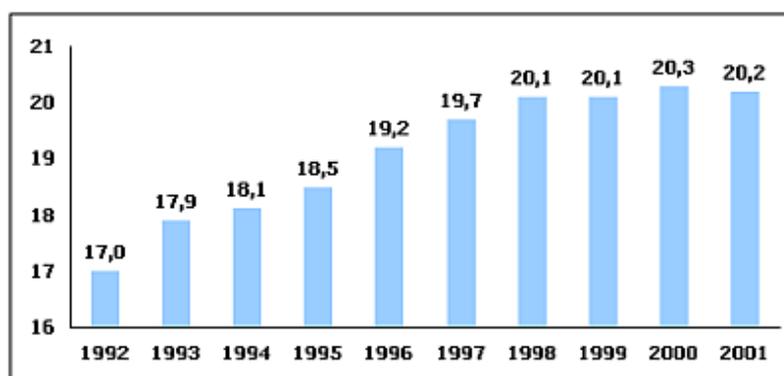
Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE / Anuário Estatístico do RS 2001 - Cálculo e elaboração: Assessoria Técnica da Secretaria da Coordenação e Planejamento

2.1.3. Abuso e Maus Tratos contra Crianças e Adolescentes: número de ocorrências criminais de abuso e maus tratos contra crianças e adolescentes.



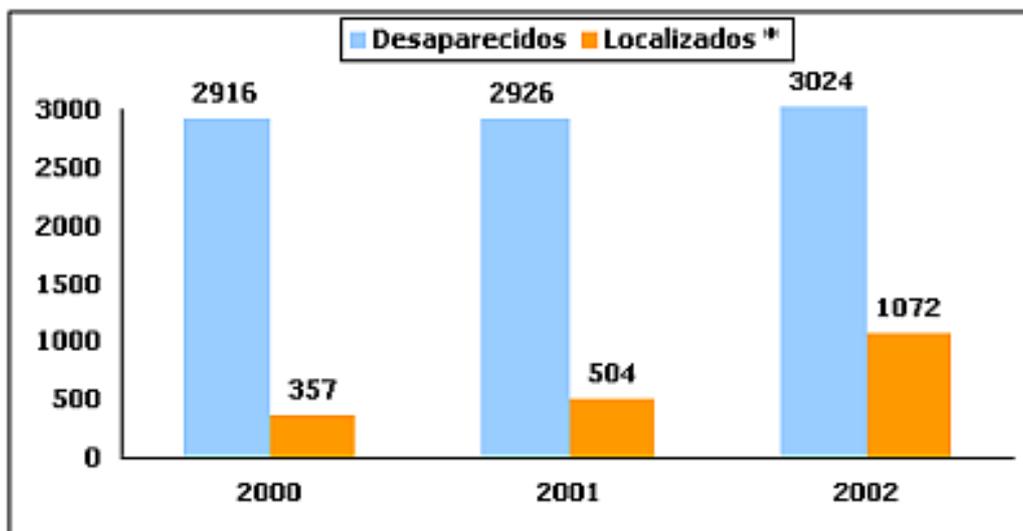
Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul / Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil / Divisão de Planejamento e Coordenação - Serviço de Estatística.

2.1.4. Gravidez na adolescência: percentual de adolescentes grávidas com idade de até 19 anos.



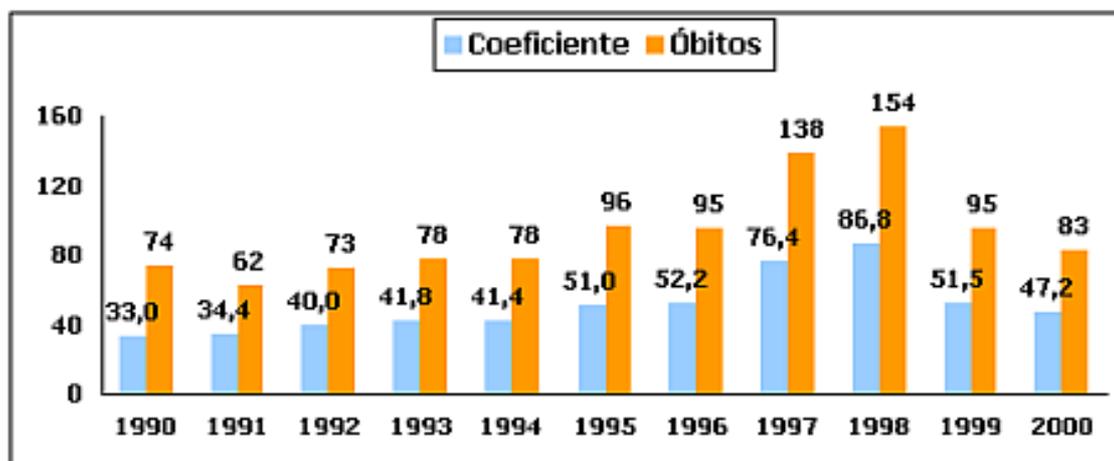
Fonte: Coordenadoria de Informações em Saúde - Secretaria da Saúde / RS

2.1.5. Crianças e Adolescentes Desaparecidos: número de ocorrências criminais de desaparecimento de crianças e adolescentes.



Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul / Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil / Divisão de Planejamento e Coordenação / Serviço de Estatística * Criança ou adolescente desaparecido e posteriormente encontrado / Baixa no boletim de ocorrência dada pelo responsável.

2.1.6. Mortalidade Materna: número de mortes maternas durante a gestação, e até 42 dias após o parto, por cem mil crianças nascidas vivas.



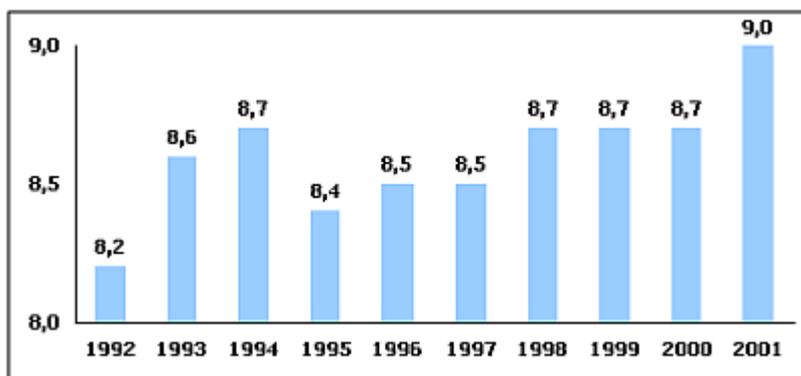
Fonte: Secretaria da Saúde / Coordenadoria de Informações em Saúde

3. Saúde e iniciação ao aprendizado das crianças

Para este aspecto-chave foram selecionados os indicadores de peso ao nascer e cobertura das campanhas de vacinação. A importância destes indicadores deve-se ao fato de que os primeiros anos da infância - do nascimento até a idade de cinco anos - são um período crítico para o crescimento e desenvolvimento da criança. O bom aproveitamento no aprendizado da criança deve ser precedido de uma combinação de boa saúde e alimentação adequada.

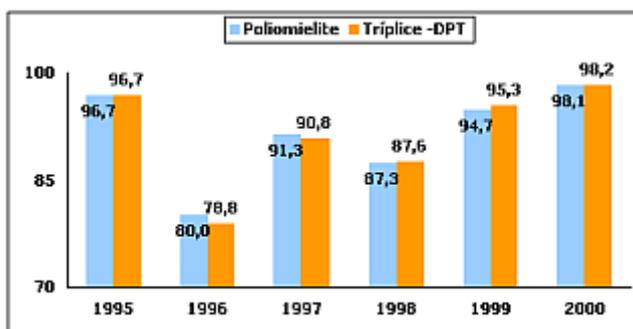
3.1. Indicadores:

3.1.1. Peso ao nascer: Percentual de crianças com peso abaixo do normal no nascimento.

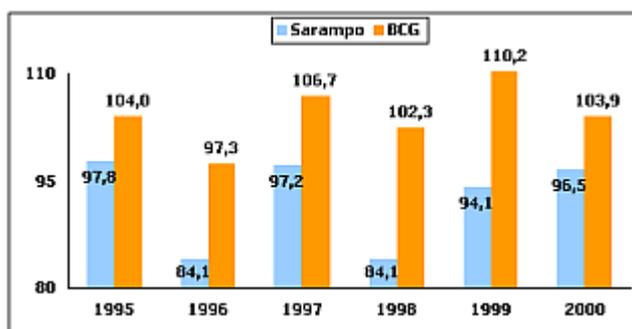


Fonte: Secretaria da Saúde / RS Coordenadoria de Informações em Saúde

3.1.2. Cobertura das campanhas de vacinação: Percentual de crianças vacinadas (poliomielite, tríplice - DPT, sarampo e BCG).



Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria Executiva / DataSUS



Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria Executiva / DataSUS - Nos casos em que o percentual supera os 100%, significa que o número de crianças vacinadas foi superior à meta, inicialmente, estimada.

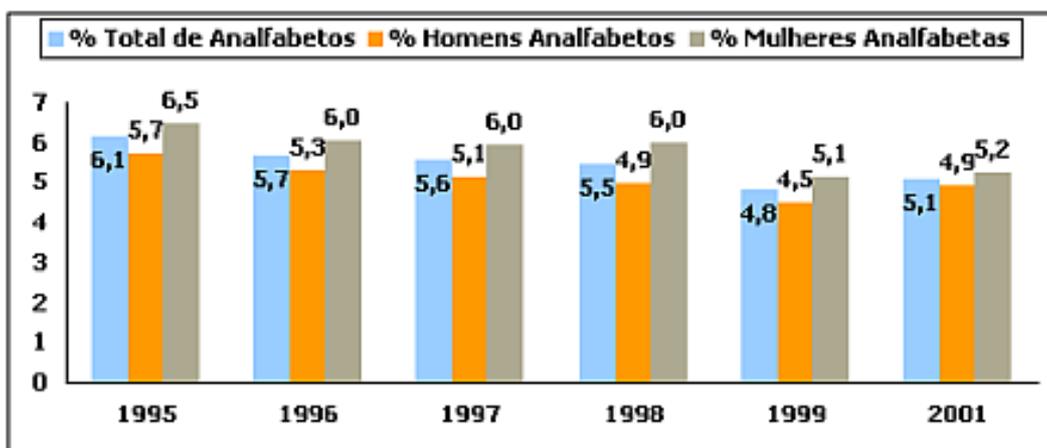
4. Progressos na vida escolar dos estudantes

Os indicadores selecionados para avaliar este aspecto-chave são: analfabetismo, avaliação da educação básica nos ensinos fundamental e médio,

ingresso na universidade e concluintes no ensino médio. A importância da educação reside no fato de ser um instrumento que exerce uma poderosa influência democratizante, promovendo a inclusão social. Além disso, uma população com um adequado nível de instrução tende a obter melhores rendimentos no mercado de trabalho.

4.1. Indicadores:

4.1.1. Analfabetismo: percentual da população, a partir dos quinze anos de idade, que não é alfabetizada.

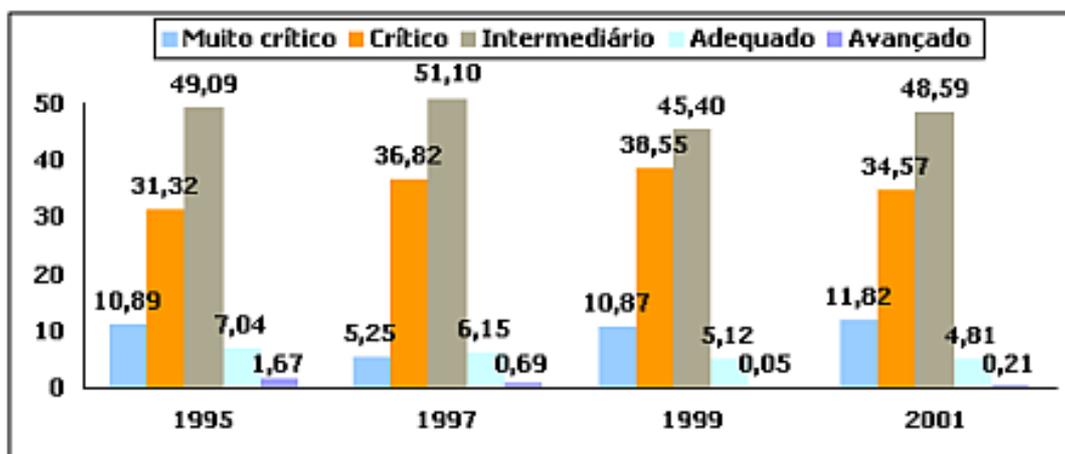


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

4.1.2. Avaliação da Educação Básica - Ensino Fundamental:

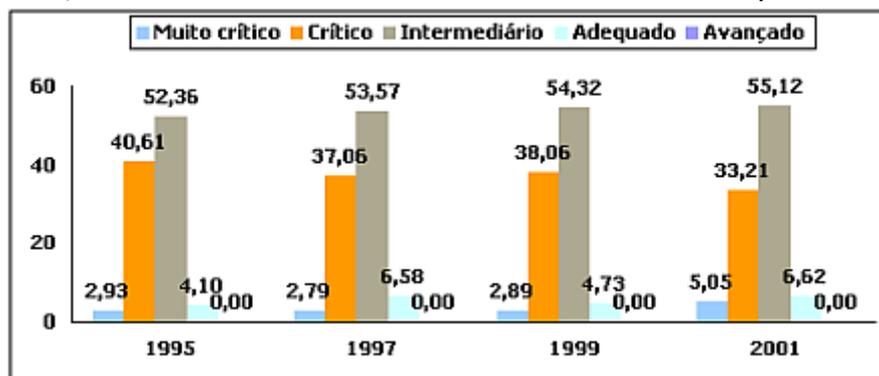
percentual de crianças que, em testes de habilidade e conhecimento, situam-se dentro da faixa normal de aprendizado esperada para sua idade e série em curso.

Testes de Avaliação da 4ª Série do Ensino Fundamental para Língua Portuguesa, RS - Percentual de Alunos por Níveis.



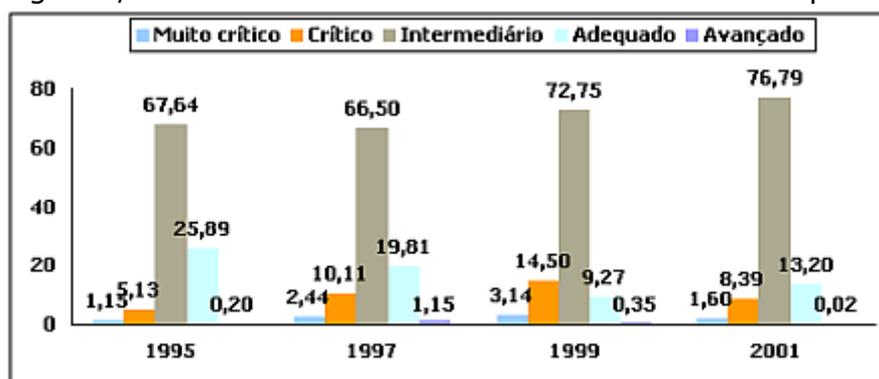
Fonte: Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais / INEP.

Resultados dos Testes de Avaliação da 4ª Série do Ensino Fundamental para Matemática, no Rio Grande do Sul - Percentual de Alunos por Níveis.



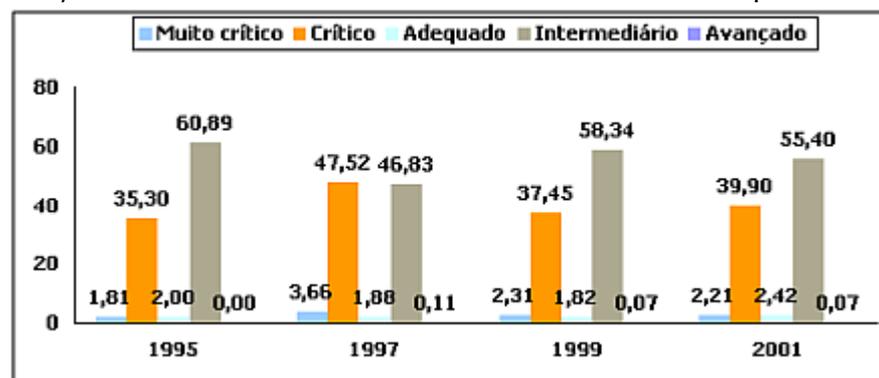
Fonte: Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais / INEP.

Resultados dos Testes de Avaliação da 8ª Série do Ensino Fundamental para Língua Portuguesa, no Rio Grande do Sul - Percentual de Alunos por Níveis.



Fonte: Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais / INEP.

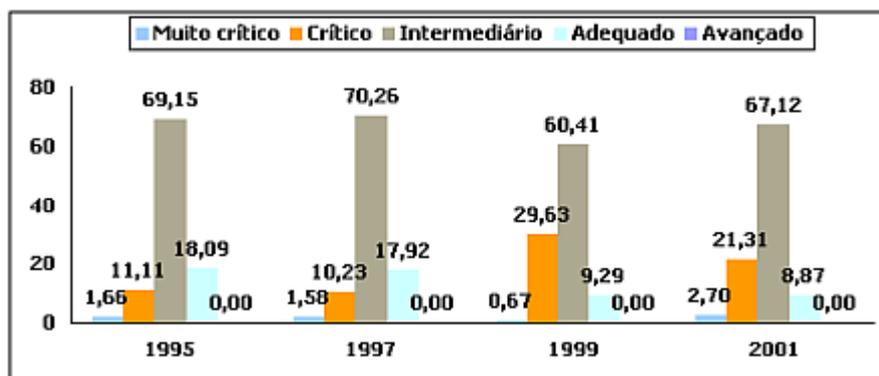
Resultados dos Testes de Avaliação da 8ª Série do Ensino Fundamental para Matemática, no Rio Grande do Sul - Percentual de Alunos por Níveis.



Fonte: Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais / INEP.

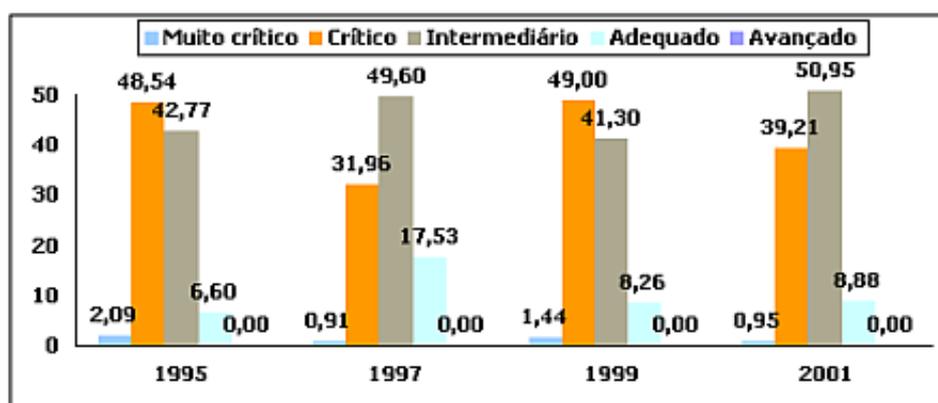
4.1.3. Avaliação da Educação Básica - Ensino Médio: percentual de estudantes que, em testes de habilidade e conhecimento, após a conclusão do Ensino Médio, mostram um adequado nível de aprendizado e conhecimento.

Resultados dos Testes de Avaliação da 3ª Série do Ensino Médio para Língua Portuguesa, no Rio Grande do Sul - Percentual de Alunos por Níveis.



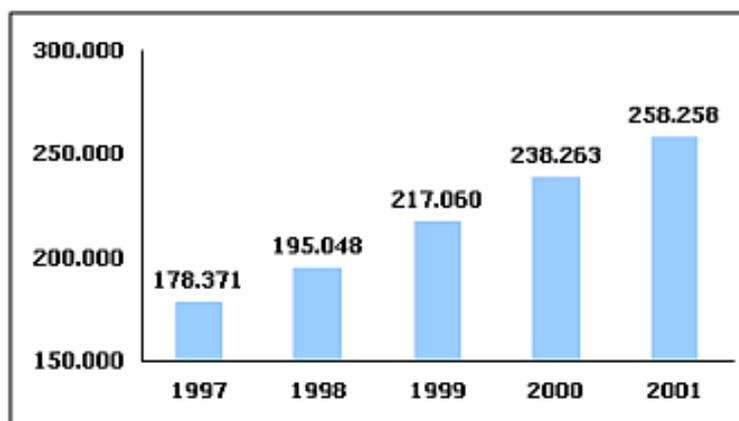
Fonte: Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais / INEP.

Resultados dos Testes de Avaliação da 3ª Série do Ensino Médio para Matemática, no Rio Grande do Sul - Percentual de Alunos por Níveis.



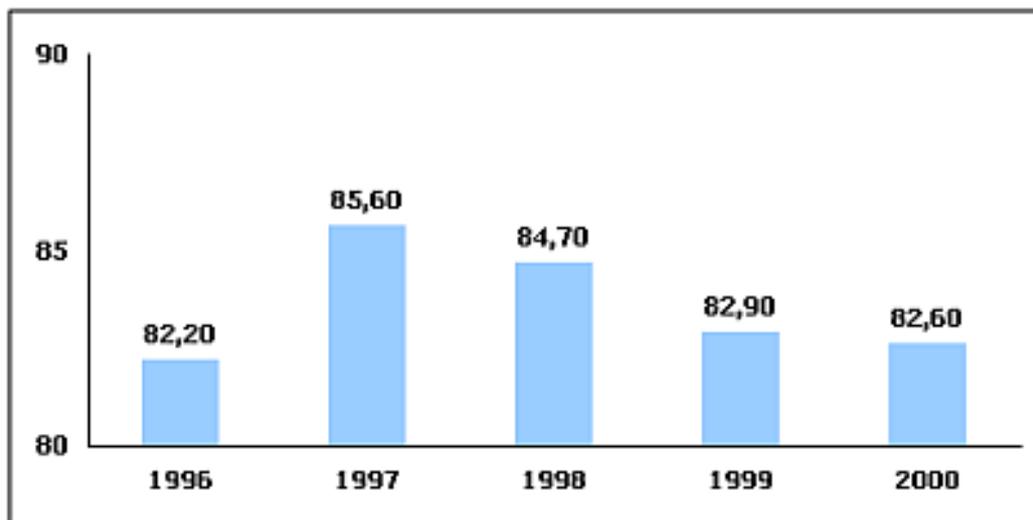
Fonte: Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais / INEP.

4.1.4. Ingresso na Universidade: número de alunos que ingressam, anualmente, no Ensino Superior.



Fonte: Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

4.1.5. Concluintes no Ensino Médio: percentual de alunos que concluíram o Ensino Médio, em relação ao total de matriculados, anualmente.



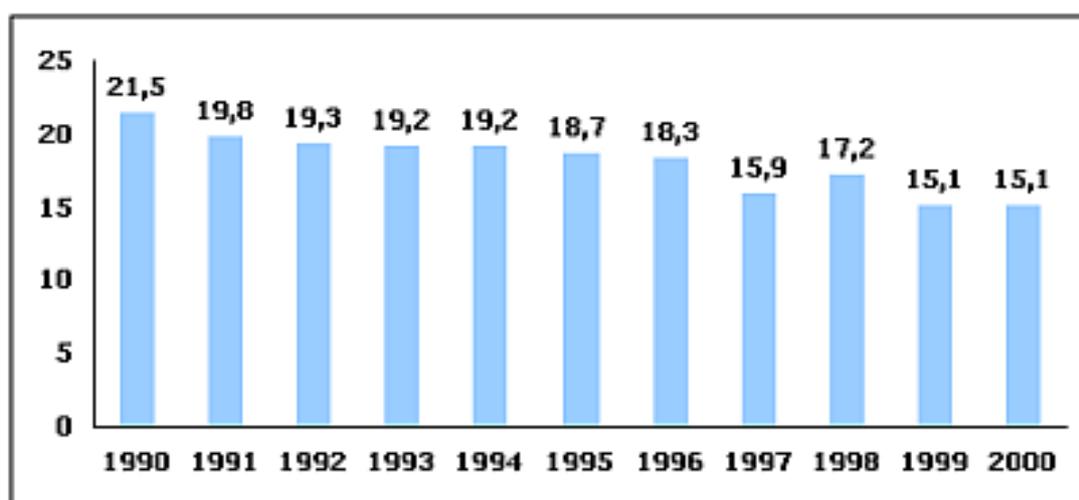
Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE / Anuário Estatístico do RS 2001

5. Saúde da população

O objetivo deste aspecto-chave é verificar os cuidados com a saúde física e mental da população e avaliar se o sistema de saúde é adequado em responder às necessidades da população e sua qualidade de vida. Para este aspecto-chave os indicadores selecionados são mortalidade infantil, expectativa de vida, morte prematura, doenças infecto-contagiosas e mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio).

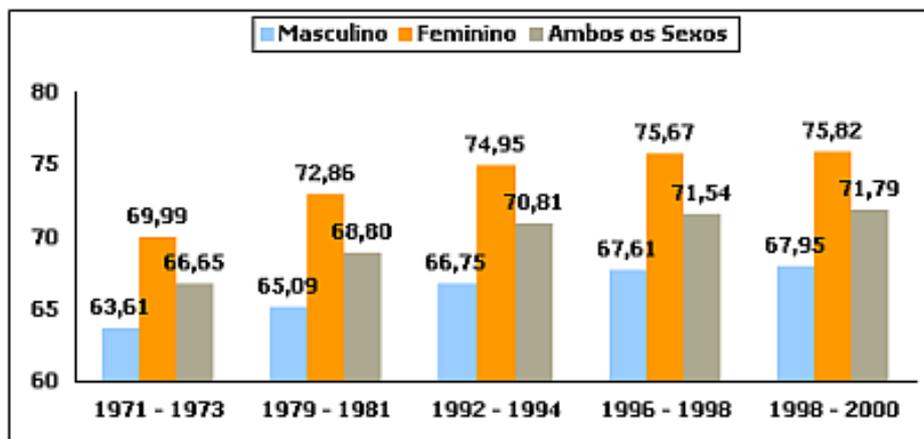
5.1 Indicador:

5.1.1. Mortalidade infantil: coeficiente de mortalidade infantil (número de mortes por 1000 nascimentos).



Fonte: Secretaria da Saúde do RS - Coordenadoria de Informações em Saúde.

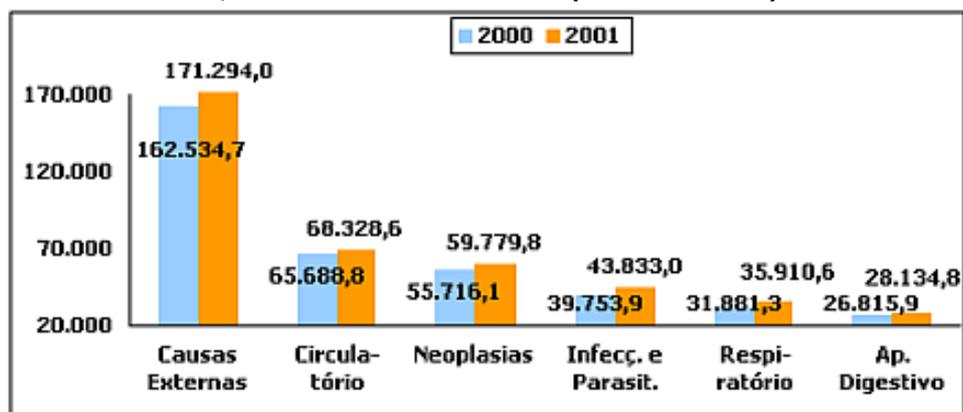
5.1.2. Expectativa de vida: esperança de vida, em números de anos, que uma pessoa tem desde o seu nascimento.



Fonte: Secretaria da Saúde do RS - Coordenadoria de Informações em Saúde.

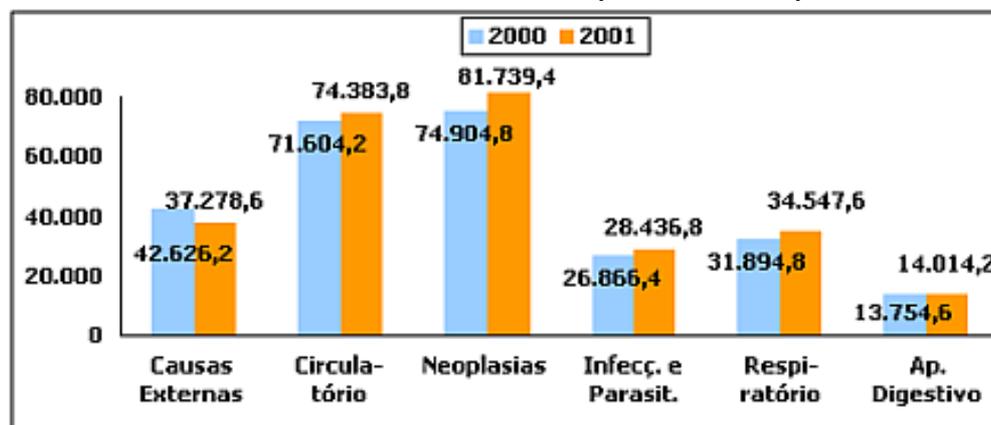
5.1.3. Morte prematura: número de anos perdidos devido à morte em idade abaixo da expectativa de vida média do Rio Grande do Sul.

Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) por Grupos de Causas, para Homens, no Rio Grande do Sul (2000 e 2001)



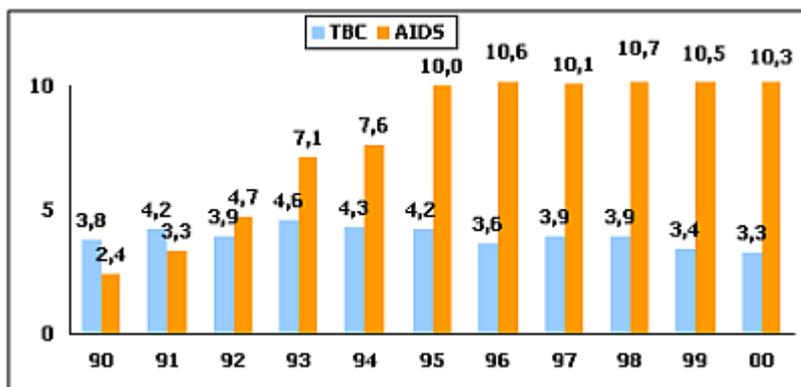
Fonte: Secretaria da Saúde do RS / Coordenadoria de Informações em Saúde.

Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) por Grupos de Causas, para Mulheres, no Rio Grande do Sul (2000 e 2001)



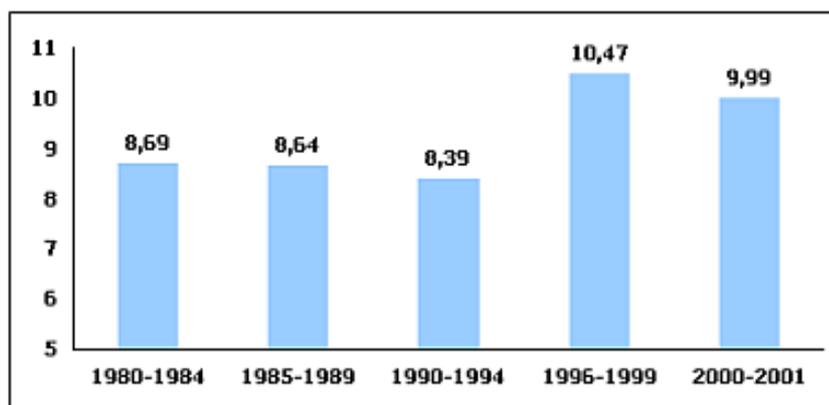
Fonte: Secretaria da Saúde do RS / Coordenadoria de Informações em Saúde.

5.1.4. Doenças infecto-contagiosas: coeficientes de mortalidade (número de casos para cada grupo de 100.000 pessoas) por AIDS e tuberculose no Rio Grande do Sul.



Fonte: Secretaria da Saúde do RS / Coordenadoria de Informações em Saúde.

5.1.5. Mortalidade por Lesões Autoprovocadas Voluntariamente (Suicídio): coeficiente de mortalidade (número de casos para cada grupo de 100.000 pessoas) por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio).



Fonte: Secretaria da Saúde do RS / Coordenadoria de Informações em Saúde.

6. Comparativo Brasil x Rio Grande do Sul

6.1. Situação de pobreza das crianças

Pobreza infantil: percentual de famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade, e com rendimento mensal familiar per capita até um salário mínimo, em 2001 (IBGE).

Brasil	60,4%
Rio Grande do Sul	51,0%

6.2. Convívio familiar das crianças

Mortalidade materna: coeficiente de mortalidade materna (1:100.000) no parto em 1999 (Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde/RS).

Brasil	55,8
Rio Grande do Sul	51,5

6.3. Saúde e iniciação ao aprendizado das crianças

Peso ao nascer: percentual de crianças com baixo peso ao nascer, em 1999 (Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde/RS).

Brasil	7,7%
Rio Grande do Sul	8,7%

6.4. Progressos na vida escolar dos estudantes

Analfabetismo: percentual da população, a partir dos quinze anos de idade, não alfabetizada, em 2001 (PNAD/IBGE).

Brasil	12,4%
Rio Grande do Sul	5,1%

Avaliação da educação básica – Ensino Fundamental: percentual de alunos por estágio de proficiência, em 2001 (Ministério da Educação / INEP).

Matemática – 4ª série

	Muito Crítico	Crítico	Intermediário	Adequado	Avançado
Brasil	12,53%	39,79%	40,89%	6,78%	0,01%
Rio Grande do Sul	5,05%	33,21%	55,12%	6,62%	0,00%

Língua Portuguesa – 4ª série

	Muito Crítico	Crítico	Intermediário	Adequado	Avançado
Brasil	22,21%	36,76%	36,18%	4,42%	0,43%
Rio Grande do Sul	11,82%	34,57%	48,59%	4,81%	0,21%

Avaliação da educação básica – Ensino Médio: percentual de alunos por estágio de proficiência, em 2001 (Ministério da Educação / INEP).

Matemática – 3ª série

	Muito Crítico	Crítico	Intermediário	Adequado	Avançado
Brasil	4,84%	62,60%	26,58%	5,99%	0,00%
Rio Grande do Sul	0,95%	39,21%	50,95%	8,88%	0,00%

Língua Portuguesa – 3ª série

	Muito Crítico	Crítico	Intermediário	Adequado	Avançado
Brasil	4,92%	37,20%	52,54%	5,35%	0,00%
Rio Grande do Sul	2,70%	21,31%	67,12%	8,87%	0,00%

6.5. Saúde da população

Mortalidade Infantil: coeficiente de mortalidade infantil (1:1000), em 2000 (IBGE e Secretaria da Saúde / RS).

Brasil	28,7
Rio Grande do Sul	15,1

Expectativa de vida: esperança de vida ao nascer (em anos), em 2001 (IBGE e Secretaria da Saúde / RS).

Brasil	68,9
Rio Grande do Sul	73,4

Doenças infecto-contagiosas: coeficiente de mortalidade (1:100.000) por AIDS, em 2000 (IBGE e Secretaria da Saúde / RS).

Brasil	9,0
Rio Grande do Sul	10,3

Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio): coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (1:100.000), em 1999 (Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde / RS).

Brasil	4,0
Rio Grande do Sul	10,47

7. Avaliação da Área de População e Infância

7.1. Situação Atual

Um adequado nível de saúde e educação de uma população, especialmente durante o período da infância, é considerado a base para o bem-estar e progresso de determinada região. Apesar de haver melhorias em alguns itens, muitos desafios ainda permanecem, especialmente na questão qualitativa dos Ensinos Fundamental e Médio. Quando comparados, os indicadores gaúchos da área de população e infância, com a situação nacional, pode-se afirmar que o Rio Grande do Sul está em situação um pouco mais favorável: são melhores os indicadores de pobreza infantil, mortalidade materna, analfabetismo, mortalidade infantil e expectativa de vida. Na avaliação qualitativa da educação, o Rio Grande do Sul está, também, levemente melhor em relação ao Ensino Médio e praticamente igual em relação ao Ensino Fundamental. Já nos indicadores de peso ao nascer, doenças infecto-contagiosas e, principalmente, suicídio, a situação do Rio Grande do Sul é pior do que a nacional.

7.2. Progressos

Alguns indicadores de saúde mostram, se não uma melhora em seus valores, ao menos uma certa estabilidade ao longo do período em que foram medidos. Com relação aos indicadores de saúde na infância, houve uma pequena diminuição nas ocorrências de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes e mortalidade infantil. Houve uma sensível melhora no indicador de cobertura das campanhas de vacinação e uma estabilidade nos índices de gravidez na adolescência. Já em relação aos indicadores da educação de crianças, observa-se uma leve tendência de queda nos índices de analfabetismo e aumento no número de concluintes do Ensino Médio, apesar de um leve declínio na taxa de aprovação.

Com respeito à saúde da população adulta, ocorreu uma sensível melhora na expectativa média de vida dos gaúchos. Melhoraram os indicadores de mortalidade materna e doenças infecto-contagiosas. Neste último, há tendência de queda nos índices de mortalidade por tuberculose e uma estabilidade nos coeficientes de mortalidade por AIDS. Também, nos indicadores

de educação da população adulta, houve um aumento de matrículas iniciais no Ensino Superior.

7.3. Desafios

No que se refere à saúde infantil, dois indicadores apresentaram uma piora em sua evolução: pobreza infantil e percentual de crianças com baixo peso ao nascer, que passou de 8,2% em 1992 e chegou a 9% em 2001. Já na questão da educação de crianças, houve um aumento nos percentuais de transferência e abandono escolar. Um grande desafio que permanece é melhorar a qualidade do ensino no Rio Grande do Sul nos Ensinos Fundamental e Médio, já que os indicadores de avaliação da educação básica continuam muito ruins. Também aumentaram as ocorrências de crianças e adolescentes desaparecidos.

Na população adulta houve uma sensível piora nos indicadores de morte prematura e na mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio).

COMUNIDADE E DEMOCRACIA

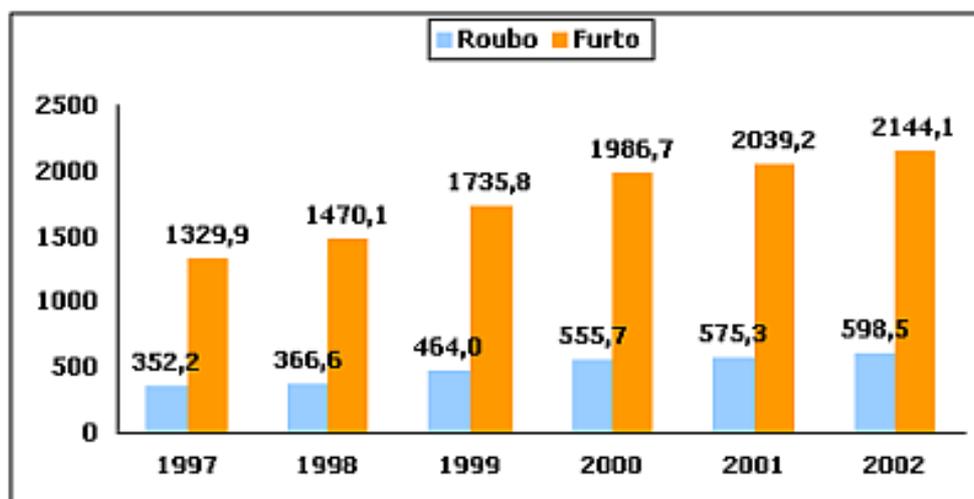
1. Segurança e solidariedade nas comunidades

As pessoas querem sentir-se confortáveis e seguras em suas comunidades. Quando estes sentimentos prevalecem, além de uma melhor qualidade de vida, as pessoas sentem-se mais à vontade para um maior envolvimento com suas comunidades. Para este aspecto-chave, foram selecionados os seguintes indicadores: violência e propensão ao crime, internação de adolescentes, mortalidade por acidentes de trânsito e trabalho voluntário.

1.1. Indicadores:

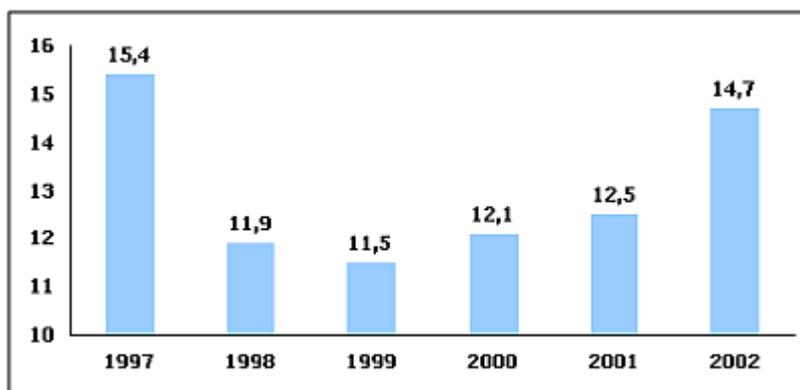
1.1.1. Violência e propensão ao crime: coeficientes de criminalidade (número de casos para cada grupo de 100.000 pessoas) - homicídios, furtos e roubos.

Coeficientes de Roubo e Furto no Rio Grande do Sul (1997 - 2002)



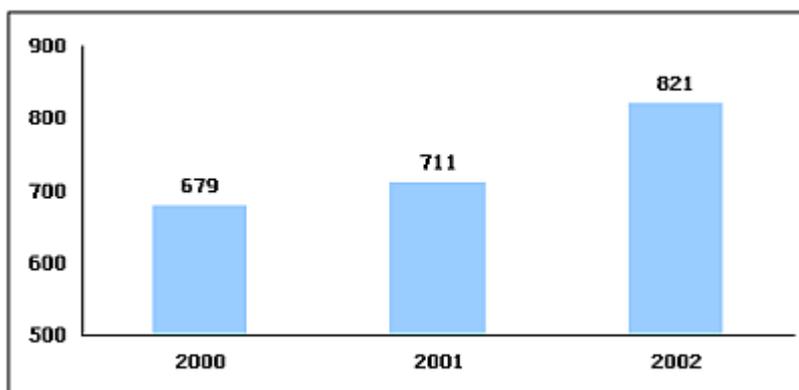
Fontes: Número de Homicídios: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul - População do Rio Grande do Sul: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Elaboração: Secretaria da Coordenação e Planejamento / Assessoria Técnica

Coefficientes de Homicídio no Rio Grande do Sul (1997 - 2002)



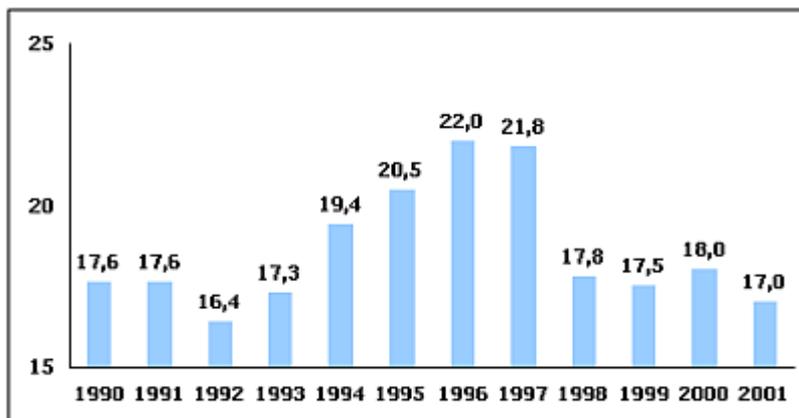
Fontes: Número de Homicídios: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul - População do Rio Grande do Sul: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Elaboração: Secretaria da Coordenação e Planejamento / Assessoria Técnica

1.1.2. Internação de adolescentes: número médio de adolescentes internados na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE.



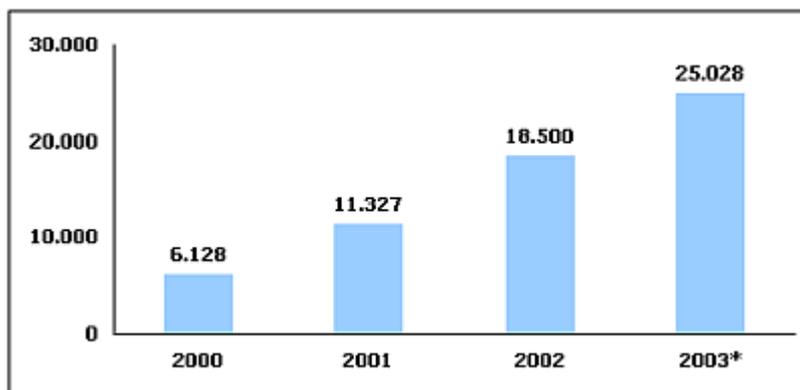
Fonte: Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

1.1.3. Mortalidade por acidentes de trânsito: coeficiente de mortalidade (número de casos para cada grupo de 100.000 pessoas) por acidentes de trânsito.



Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul / Coordenadoria de Informações em Saúde

1.1.4. Trabalho voluntário: número de pessoas envolvidas no trabalho voluntário - Parceiros Voluntários.



Fonte: Parceiros Voluntários.

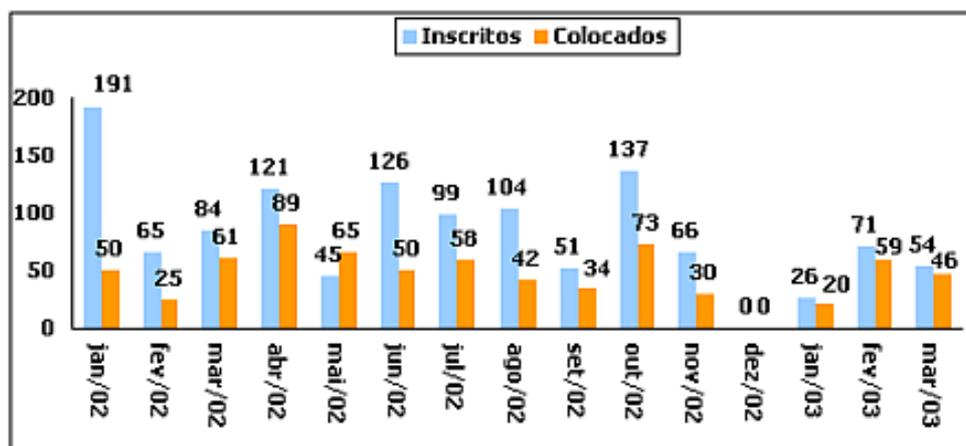
Obs.: *Dados fornecidos referentes ao mês de abril/2003.

2. Inclusão de PPDs - Pessoas Portadoras de Deficiência

A importância deste aspecto-chave reflete a luta pela inclusão, cidadania e equiparação de oportunidades a um importante segmento da população gaúcha - as pessoas portadoras de deficiência. O indicador selecionado é a quantidade de pessoas portadoras de deficiência com colocação no mercado de trabalho.

2.1. Indicador:

2.1.1. Colocação de PPDs no mercado de trabalho: número de pessoas portadoras de deficiência - PPDs inscritas e colocadas no mercado de trabalho, na região de Porto Alegre (janeiro de 2002 a março de 2003).



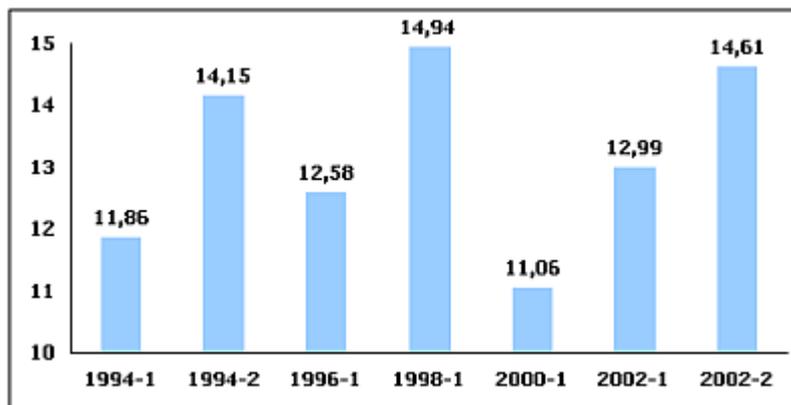
Fonte: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS/SINE, região de Porto Alegre. Nota: Não foi realizado levantamento das informações em dez/2002

3. Participação popular nas políticas e decisões governamentais

Este aspecto-chave reflete o desejo dos gaúchos em ter um governo representativo e democrático, bem como a crença de que uma ampla participação dos cidadãos no processo político e nas decisões governamentais é sinal de uma democracia saudável. Os indicadores selecionados foram o percentual de abstenção eleitoral e o percentual de votantes no Processo de Participação Popular, pois são indicadores que demonstram o grau de interesse do cidadão e o seu poder de interferir na condução das políticas governamentais.

3.1. Indicadores:

3.1.1. Abstenção eleitoral: em percentual, no Rio Grande do Sul nas eleições de 1994 a 2002 (1º e 2º turnos).



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

3.1.2. Percentual de votantes no Processo de Participação

Popular: o Processo de Participação Popular, instituído pelo Governo do Estado, teve sua primeira edição em 2003. De um total de 7.358.481 gaúchos aptos a votar, participaram 462.292, totalizando 6,28% dos eleitores.²

4. Qualidade do serviço público

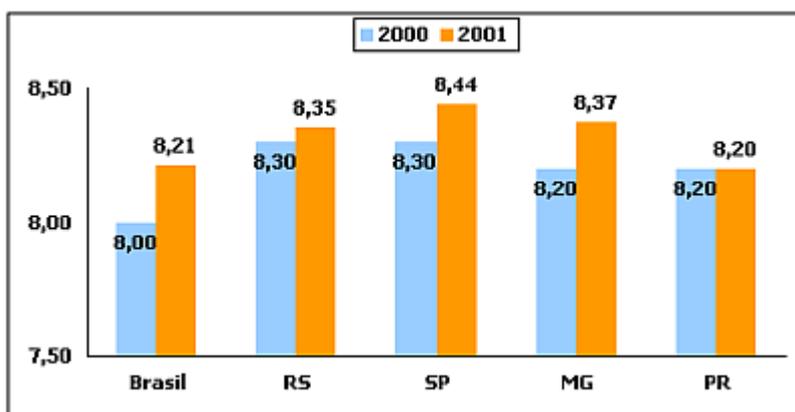
Este aspecto-chave procura medir a relação custo/benefício dos serviços prestados pelos governos estadual e municipais às comunidades do Rio Grande do Sul, verificando se estão atendendo às necessidades da população que os utiliza. Os indicadores selecionados para este aspecto-chave são a satisfação no Atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e o preço do governo – que mede a contribuição média de cada gaúcho para a manutenção dos serviços públicos estaduais e municipais.

4.1. Indicadores:

4.1.1. Satisfação no atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde): Nível de satisfação - notas de 0 a 10 atribuídas pelos usuários do SUS para medir a qualidade dos serviços prestados na área de saúde pública.

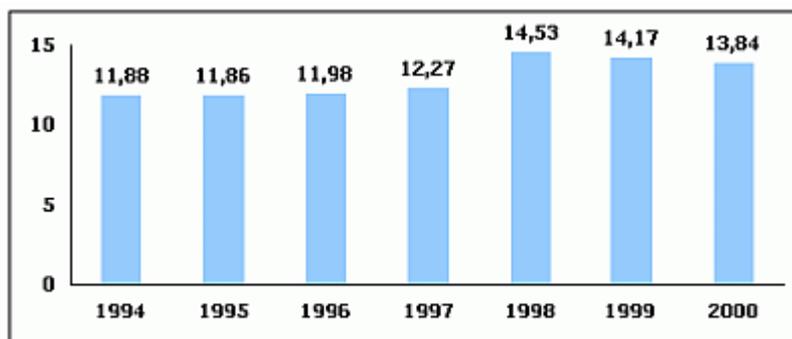
Índice de Satisfação Geral - Resultados no País e em algumas Unidades da Federação (2000 e 2001)

² Não são apresentadas informações evolutivas com relação à participação popular por que os dados referentes à Consulta Popular são metodologicamente incomparáveis com os relativos ao Orçamento Participativo.



Fonte: Ministério da Saúde / Assessoria de Comunicação Social

4.1.2. Preço do governo: participação percentual das receitas correntes (tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras) municipal e estadual na renda per capita da população gaúcha.



Fonte: Secretaria da Fazenda - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Balanços Gerais do Estado de 1986 a 2000), Tribunal de Contas do Estado / Contas Públicas e Fundação de Economia e Estatística.

5. Comparativo Brasil x Rio Grande do Sul

5.1. Segurança e solidariedade nas comunidades

Violência e propensão ao crime: coeficientes de criminalidade (número de casos para cada grupo de 100.000 pessoas) - homicídios, furtos e roubos, em 2002 (Secretaria da Justiça e Segurança/RS, Ministério da Justiça, IBGE).

	Coeficiente de Homicídios	Coeficiente de Furtos	Coeficiente de Roubos
Brasil*	23,2	1.090,7	445,6
Rio Grande do Sul	14,7	2.144,1	598,5

* Obs.: Não há informações para Pernambuco e Piauí.

Mortalidade por acidentes de trânsito: coeficiente de mortalidade (número de casos para cada grupo de 100.000 pessoas) por acidentes de trânsito, em 1999 (Ministério da Saúde).

Brasil	18,4
Rio Grande do Sul	18,8

5.2. Participação popular nas políticas e decisões governamentais

Abstenção eleitoral: percentual de abstenção eleitoral nas eleições de 2002/1º Turno (Tribunal Superior Eleitoral).

Brasil	17,74%
Rio Grande do Sul	12,99%

5.3. Qualidade do serviço público

Satisfação no atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS): índice de satisfação geral no atendimento pelo SUS (notas de 0 a 10), em 2001 (Ministério da Saúde).

Brasil	8,21
Rio Grande do Sul	8,35

6. Avaliação da Área de Comunidade e Democracia

6.1. Situação Atual

Os indicadores dessa área referem-se à importância da participação popular e da segurança nas comunidades. Alguns aspectos da vida em comunidade, como coeficientes de criminalidade e abstenção eleitoral, são indicadores razoavelmente fáceis de serem medidos. Já indicadores que tratam da eficiência dos serviços governamentais são de maior complexidade e, portanto, mais difíceis de medir. No geral, percebe-se que, contrapondo-se ao aumento contínuo da criminalidade no Rio Grande do Sul, há um aumento na participação e solidariedade entre as pessoas. Comparativamente à situação nacional, observa-se que, nos indicadores dessa área, a situação do Rio Grande do Sul é melhor em abstenção eleitoral e, praticamente, a mesma nos de mortalidade por acidentes de trânsito e satisfação no atendimento pelo SUS. Já nos coeficientes de criminalidade, em relação a furtos e roubos, a situação no Rio Grande do Sul é pior que a média nacional. O coeficiente de homicídios, apesar de crescente, ainda é inferior à média do País.

6.2. Progressos

Houve algum progresso, ainda que pequeno, em cada um dos itens. É sensível o aumento de pessoas físicas e jurídicas que se cadastram em programas de trabalho voluntário. No quesito participação popular, apesar de ocorrerem flutuações nos percentuais de abstenção eleitoral, a obrigatoriedade do voto o torna pequeno, quando comparado a outros países. Há uma tendência de redução no coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito. É interessante observar que o indicador de mortalidade por acidentes de trânsito é sempre maior que os coeficientes de homicídio, e também se refletirá na mortalidade por causas externas. Além disso, o índice de satisfação geral dos usuários no atendimento pelo SUS teve uma leve tendência de melhora.

6.3. Desafios

Apesar de determinados progressos em alguns dos itens, muitos desafios permanecem. Uma grande preocupação é com os coeficientes de

criminalidade. Os coeficientes de furto e roubo no Rio Grande do Sul são maiores que a média nacional. Já o coeficiente de homicídios ainda permanece menor que o resto do Brasil, mas o seu crescimento constante e contínuo faz com que tenda para aquele valor. Outro indicativo do aumento da criminalidade é o aumento na média mensal de internos no sistema Fundação de Atendimento Socioeducativo – RS (FASE). Já a relação do preço cobrado pelo Governo para prestação dos serviços teve uma leve tendência de queda nos últimos anos; mas, mesmo assim, encontra-se em um patamar bastante elevado quando comparado a seu menor valor histórico.

ECONOMIA

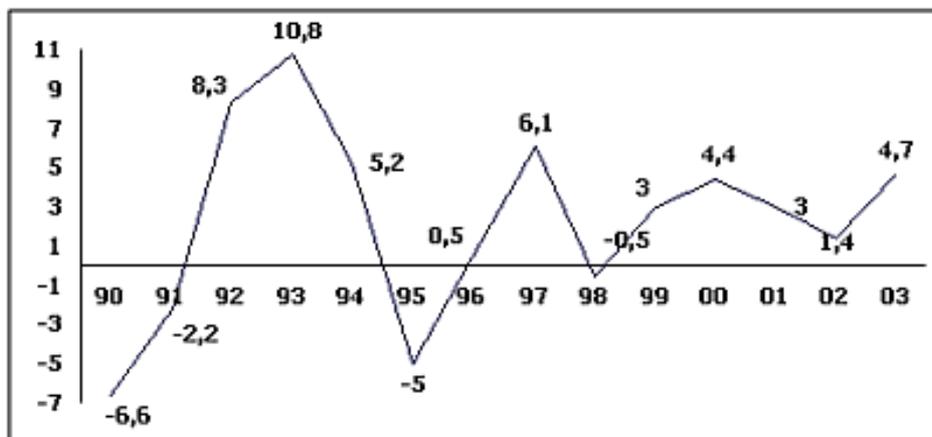
1. Crescimento econômico do Rio Grande do Sul

O crescimento econômico é responsável pela criação de novos empregos e melhores oportunidades de trabalho, elevando o padrão de vida das pessoas. É importante considerar, também, na análise do crescimento de uma economia, objetivos complementares, de longo prazo, que visem à prosperidade econômica e proteção ambiental. Para este aspecto-chave foram selecionados os seguintes indicadores: crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, o nível de ocupação da População Economicamente Ativa - PEA e a eficiência (produtividade) energética da economia.

1.1. Indicadores:

1.1.1. Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado:

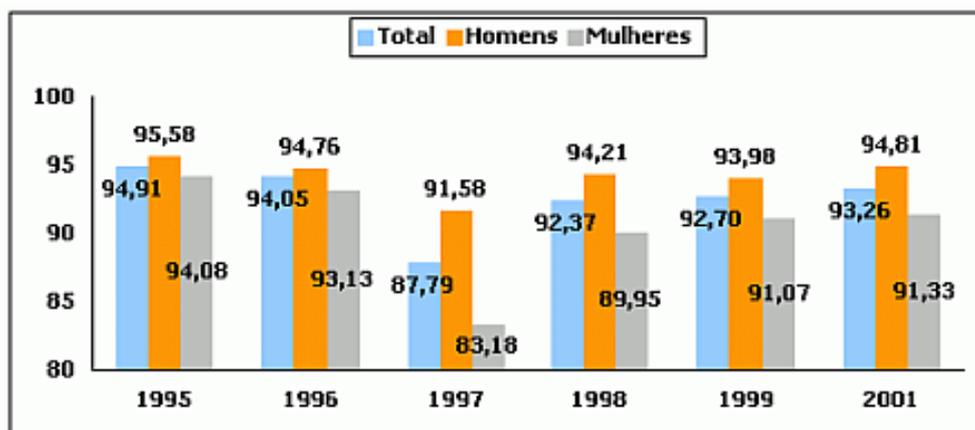
taxa de variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística / Núcleo de Contabilidade Social e IBGE / Departamento de Contas Nacionais.

1.1.2. O nível de ocupação da População Economicamente Ativa

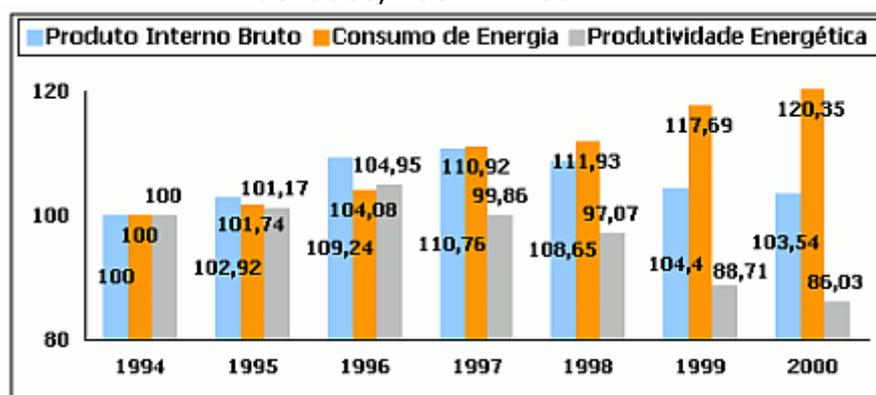
– **PEA**: percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, ocupadas na semana de referência da pesquisa, total e por sexo, no Rio Grande do Sul.



Fonte: Programa Nacional de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios – PNAD / IBGE.

1.1.3. Eficiência (produtividade) energética da economia: relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o consumo de energia do Estado.

Produto Interno Bruto (PIB), Consumo de Energia e Eficiência Energética Indexados, 1994 = 100.



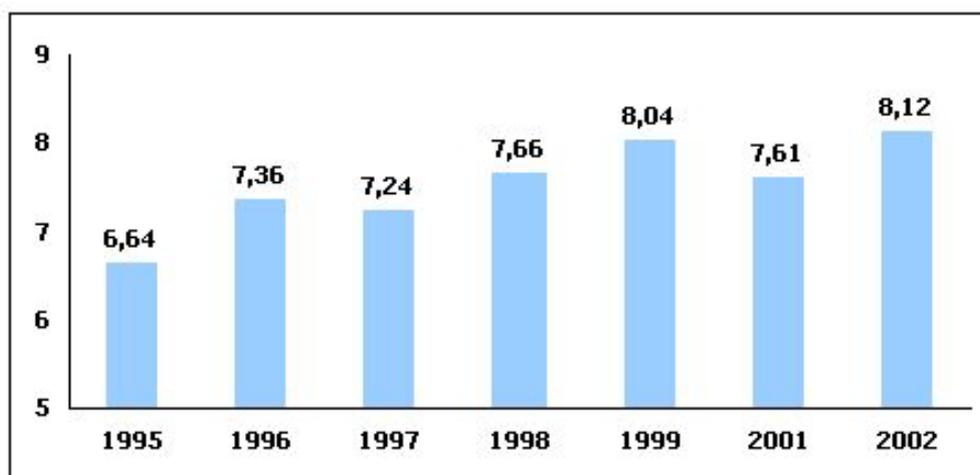
Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul (1999 - 2000); FEE - Fundação de Economia e Estatística e IBGE / Departamento de Contas Nacionais

2. Qualificação da força de trabalho gaúcha

Este aspecto-chave está relacionado à necessidade, cada vez maior, em se ter uma força de trabalho qualificada, em conhecimento e habilidades, para que a economia gaúcha se mantenha forte e competitiva. Além disso, uma força de trabalho bem qualificada, em conhecimento e habilidades, especialmente em áreas tecnológicas, também é um importante fator para a atração de investimentos externos e novas indústrias. O indicador selecionado para este aspecto-chave é o de adultos com educação superior.

2.1. Indicador:

2.1.1. Adultos com educação superior: percentual da população com diploma de curso superior, no Rio Grande do Sul.



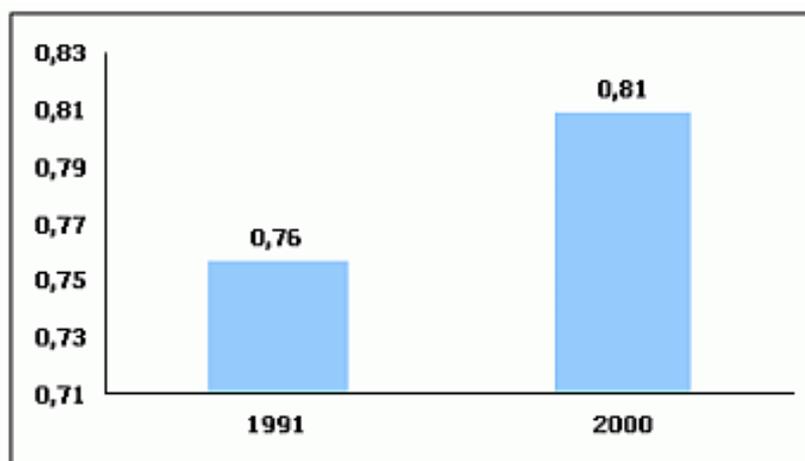
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD
 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

3. Padrão de vida da população gaúcha

Os indicadores aqui selecionados procuram mensurar o padrão de vida da população gaúcha: qualidade de vida - (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH), a média da renda das famílias do Rio Grande do Sul comparada com a média da renda das famílias no Brasil e a taxa de pobreza.

3.1. Indicadores:

3.1.1. Qualidade de vida: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.



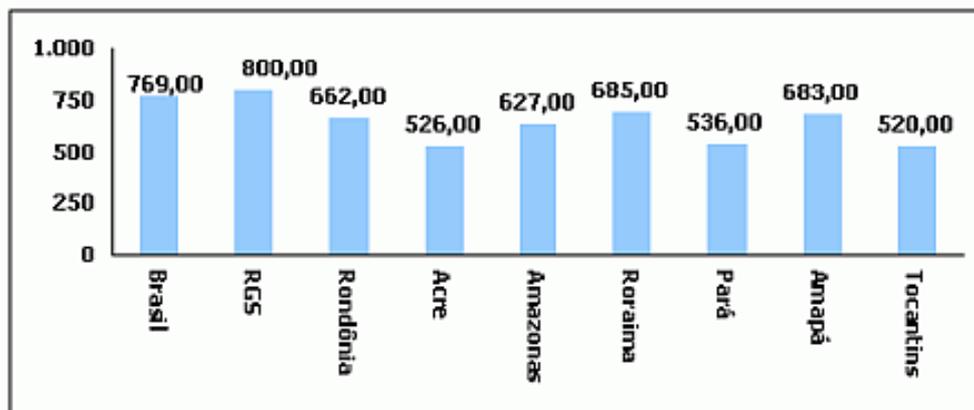
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Nota: O Rio Grande do Sul ocupava o 3º lugar no ranking das Unidades da Federação em 1991 e 2001.³

3.1.2. Média da renda das famílias do Rio Grande do Sul comparada com a média da renda das famílias no Brasil: Comparação

³ Localidades com índice até 0,499 têm desenvolvimento considerado baixo; localidades com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento e localidades com índices maior que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

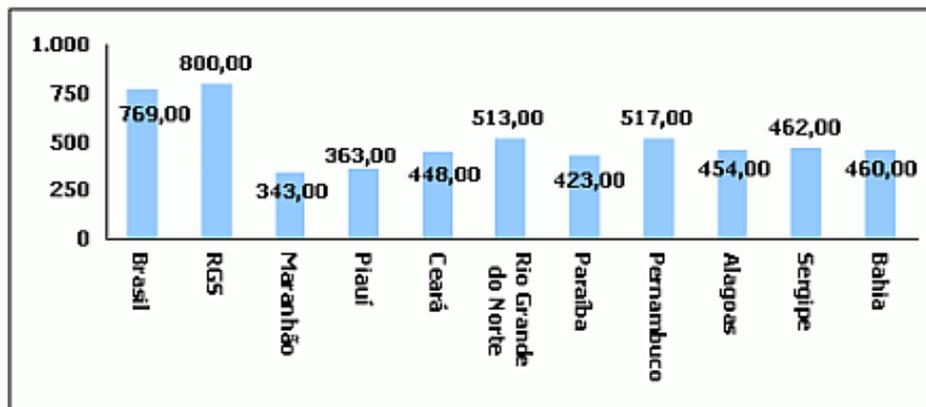
entre o valor do rendimento médio, em reais (R\$), das famílias no Rio Grande do Sul e o das demais unidades da federação.

Comparação entre o rendimento médio das famílias gaúchas com o das famílias da região Norte e rendimento médio das famílias do Brasil - Valores em Reais (R\$)



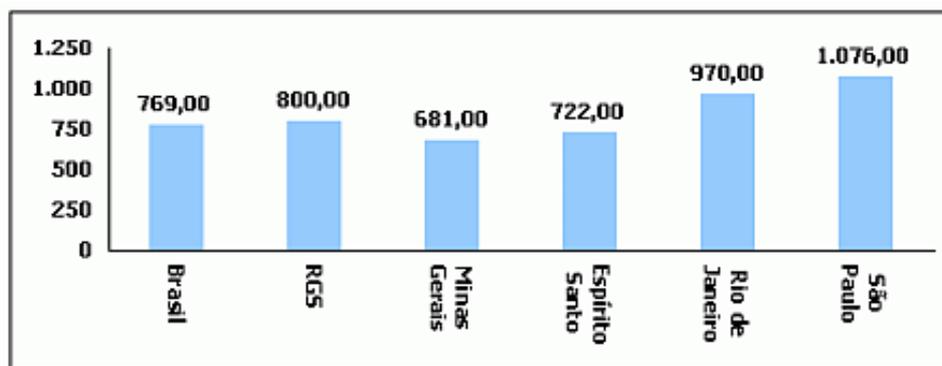
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Censo Demográfico de 2000

Comparação entre o rendimento médio das famílias gaúchas com o das famílias da região Nordeste e rendimento médio das famílias do Brasil - Valores em Reais (R\$)



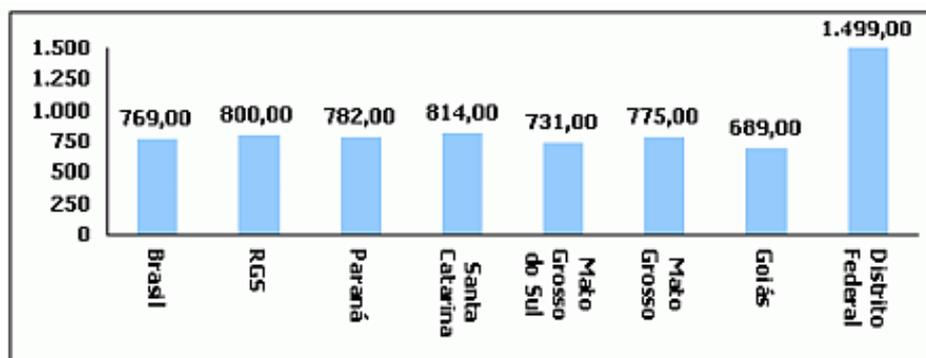
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Censo Demográfico de 2000

Comparação entre o rendimento médio das famílias gaúchas com o das famílias da região Sudeste e rendimento médio das famílias do Brasil - Valores em Reais (R\$)



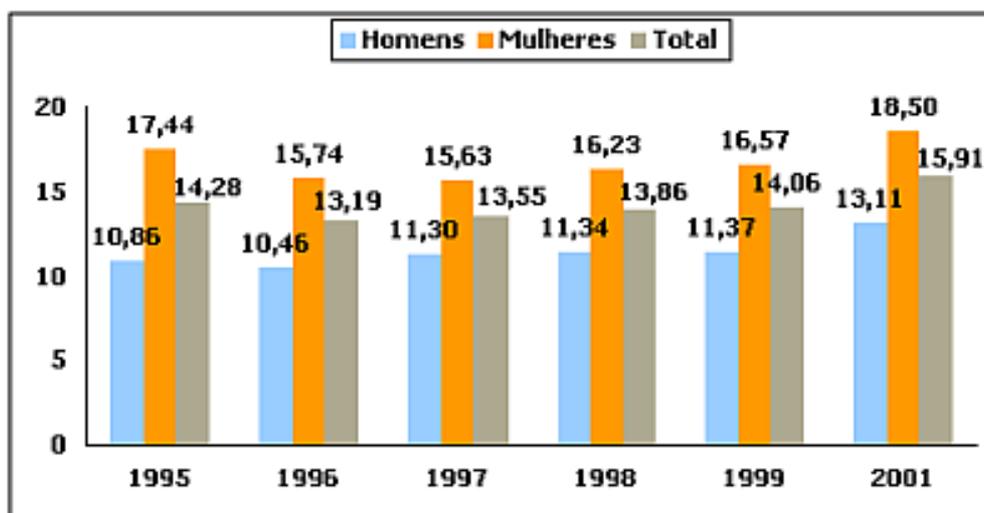
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Censo Demográfico de 2000

Comparação entre o rendimento médio das famílias gaúchas com o das famílias da região Sul e Centro-Oeste e rendimento médio das famílias do Brasil - Valores em Reais (R\$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Censo Demográfico de 2000

3.1.3. Taxa de Pobreza: Percentual de pessoas, no Rio Grande do Sul, que vivem abaixo da linha de pobreza (rendimento mensal médio até um salário mínimo).



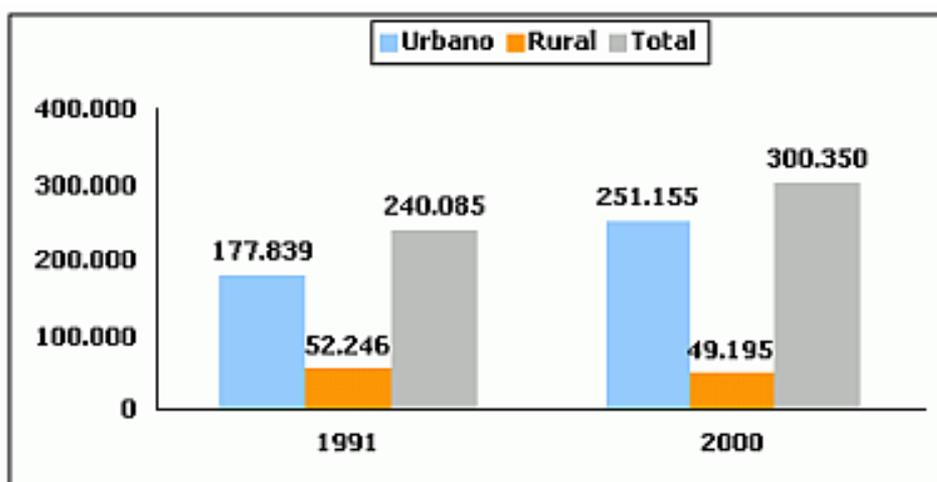
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

4. Habitação

Este aspecto-chave reflete uma das necessidades básicas do ser humano: lugar seguro e estável para morar. Uma comunidade com um bom número de famílias com casas, próprias ou não, em boas condições para morar é um indicativo de que a economia local é próspera e saudável e que sua população possui um padrão de vida adequado. Os indicadores selecionados para este aspecto-chave são déficit habitacional e casa própria.

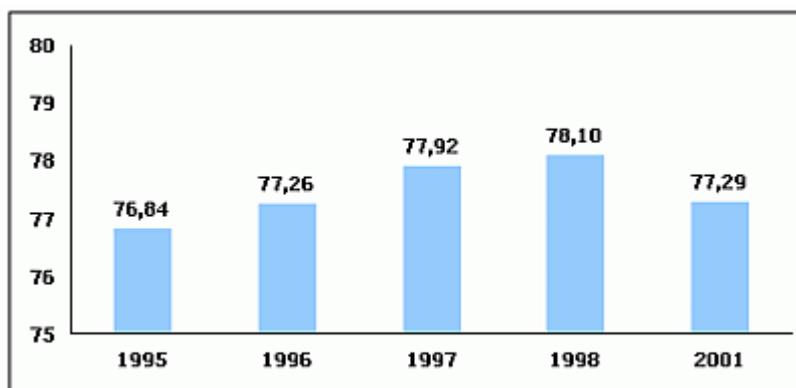
4.1. Indicadores:

4.1.1. Déficit habitacional: quantidade de moradias necessárias para abrigar pessoas ou famílias sem-teto.



Fonte: Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) e IBGE

4.1.2. Casa própria: percentual de famílias, no Rio Grande do Sul, com domicílio próprio.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

5. Viabilidade das pequenas comunidades

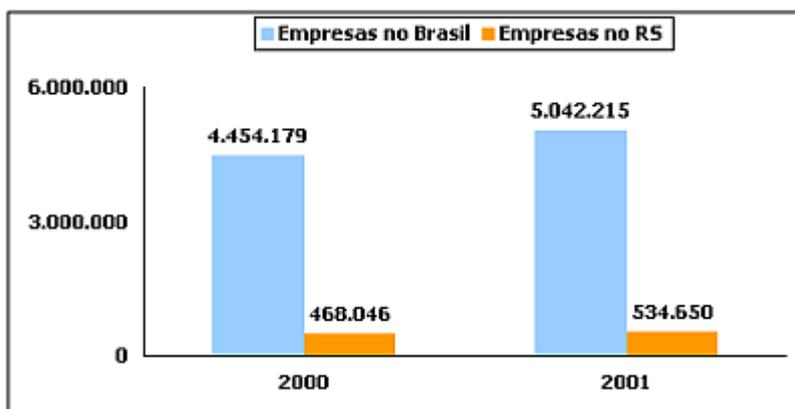
Este aspecto chave está relacionado às condições de viabilidade econômica e de infra-estrutura das pequenas comunidades gaúchas, urbanas e rurais. Este aspecto-chave compõe-se dos seguintes indicadores: êxodo municipal, demografia de empresas, disparidades regionais na renda, acesso asfáltico às sedes municipais e condições da malha viária.

5.1. Indicadores:

5.1.1. Êxodo municipal: municípios gaúchos que apresentam decréscimo em sua população ao longo dos anos.

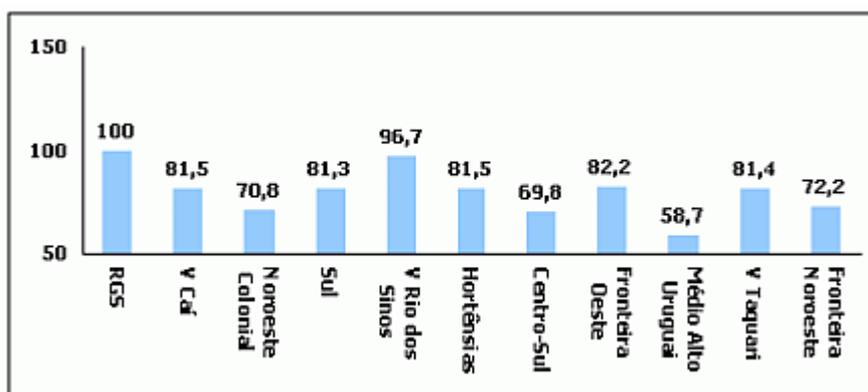
No período 1997/2000, 195 municípios gaúchos apresentaram decréscimo populacional, sendo que o maior percentual foi em Tupanci do Sul com 11,2% (Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE / Anuário Estatístico do RS 2001 - elaboração: Secretaria da Coordenação e Planejamento - Assessoria Técnica).

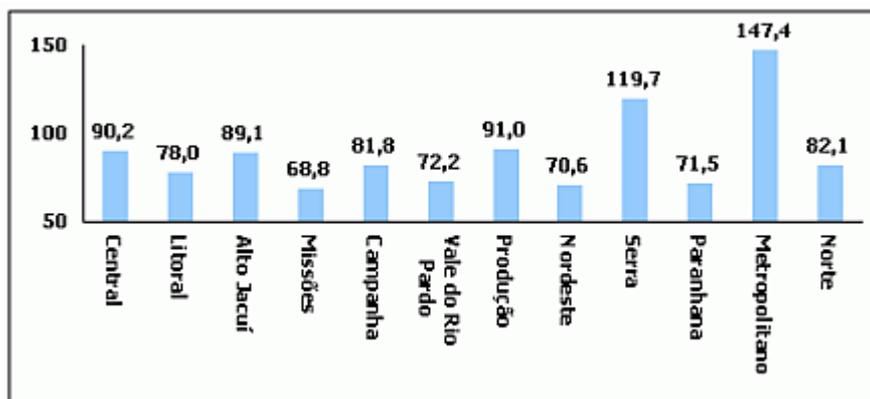
5.1.2. Demografia de empresas - variação no número de empresas: comparação entre o número de empresas no final de um ano com o número de empresas no final do ano seguinte do ano seguinte.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Levantamento do Cadastro Central de Empresas

5.1.3. Disparidades regionais na renda: Relação entre o rendimento médio do responsável pelo domicílio nas regiões abrangidas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e o rendimento médio do responsável pelo domicílio no Estado, em 2000.





Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Censo de 2000.

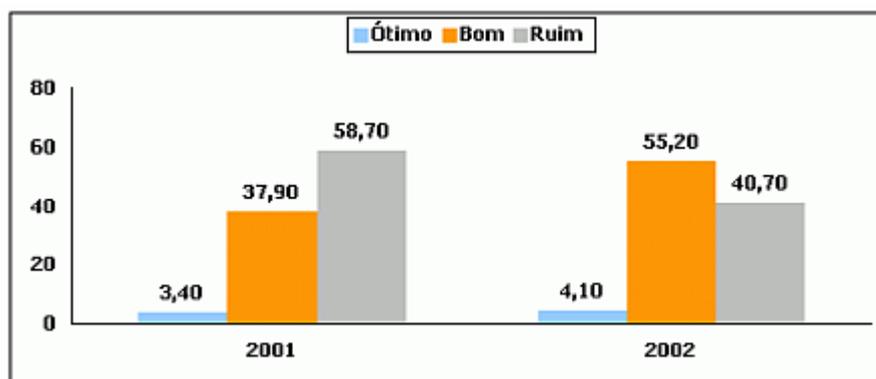
Nota: O rendimento médio do responsável pelo domicílio, no Rio Grande do Sul (R\$ 799,85) foi considerado 100 para efeito de comparação com o dos COREDEs.

5.1.4. Acesso asfáltico às sedes municipais: quantidade de municípios gaúchos com acesso através de via asfaltada.

Em 2003, 159 municípios gaúchos não possuíam acesso asfáltico a sua sede municipal (Fonte: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS).

5.1.5. Condições da malha viária: percentual da malha viária, para o transporte de carga e/ou passageiros, em boas condições de uso.

Estado Geral das Rodovias Gaúchas em 2001 e 2002



Fonte: Confederação Nacional dos Transportes.

6. Comparativo Brasil x Rio Grande do Sul

6.1. O crescimento econômico do Rio Grande do Sul

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado:

Crescimento, em percentual, do PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul, no período 1993/2003.

Brasil	+
	27,1%
Rio Grande do Sul	+
	25,1%

Obs.: Os valores para o PIB do Brasil e Rio Grande do Sul para 2002 e 2003 são estimativas preliminares.

Nível de ocupação da população economicamente ativa (PEA): pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, ocupadas na semana de referência da pesquisa, em 2002 (IBGE / PNAD).

Brasil	90,85%
Rio Grande do Sul	93,33%

Eficiência energética da economia: Quantidade de PIB, em Reais (x 1.000,00), produzido por tonelada equivalente em petróleo (tEP), em 2000 (Balanços Energéticos Consolidados do RS e Brasil).

Brasil	7,23
Rio Grande do Sul	12,55

6.2. Qualificação da força de trabalho gaúcha

Adultos com educação superior: número de pessoas, acima de vinte e cinco anos, com Educação Superior, em 2002 (IBGE / PNAD).

	Total	Com educação superior	Percentual
Brasil	90 324 862	7.014.665	7,77%
Rio Grande do Sul	6.023.328	489.162	8,12%

6.3 Padrão de vida da população gaúcha

Índice de desenvolvimento Humano – IDH, em 2000 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA)

Brasil	0,757
Rio Grande do Sul	0,81

Média mensal da renda das famílias do Rio Grande do Sul comparada com a média da renda das famílias no Brasil: Relação entre o valor do rendimento médio, em reais (R\$), das famílias no Rio Grande do Sul e Brasil, em 2000 (IBGE - Censo 2000).

Brasil	769,00
Rio Grande do Sul	800,00

Taxa de pobreza: percentual de pessoas com rendimento médio mensal de até um salário mínimo, em 2002 (IBGE/PNAD).

Brasil	21,76%
Rio Grande do Sul	17,24%

6.4. Habitação

Déficit Habitacional: déficit habitacional, em unidades, em 2000 (Fundação João Pinheiro).

Unidade	da	Déficit
---------	----	---------

Federação	Habitacional
Rio Grande do Sul	300.350
Santa Catarina	118.994
Paraná	256.907
Ceará	403.704
Rio de Janeiro	473.692
Bahia	574.371
Minas Gerais	620.734
São Paulo	1.132.896

Casa própria: percentual de famílias com casa própria, em 2002 (IBGE/PNAD).

Brasil	73,69%
Rio Grande do Sul	78,73%

6.5. Viabilidade das pequenas comunidades

Demografia de empresas: variação no número de empresas entre 2001 e 2002 (IBGE).

Brasil	+
	11,66%
Rio Grande do Sul	+
	12,46%

Condições da malha viária: estado geral das rodovias, em 2001 (Confederação Nacional do Transporte).

Conceito	Brasil	Rio Grande do Sul
Ótimo	2,9%	4,10%
Bom	28,4%	55,20%
Ruim	68,7%	40,70%

7. Avaliação da Área de Economia

7.1. Situação Atual

Uma região que almeja uma economia forte e saudável não deve se basear apenas na situação das famílias ou de indivíduos de forma isolada, mas deve levar em consideração outros fatores, tais como: qualidade da educação e proteção ao meio ambiente, por exemplo, que são as bases de uma economia saudável, além de garantirem sua sustentabilidade. O Rio Grande do Sul sempre foi considerado um estado brasileiro com uma economia forte, além de oferecer um bom padrão de vida à sua população. Entretanto, observando-se os indicadores de resultado, aqui apresentados, observa-se que são grandes os desafios, e há muito o que fazer para garantir um crescimento econômico constante e saudável do Rio Grande do Sul. Confrontando esses valores com a situação nacional, observa-se que o Rio Grande do Sul está melhor nos indicadores de taxa de pobreza e eficiência energética da economia, levemente melhor no nível de ocupação da PEA, no número de adultos com educação superior, qualidade de vida, média mensal da renda das famílias, casa própria, demografia de empresas e condições da malha viária. Entretanto, no período

1993/2003, o crescimento do PIB nacional foi um pouco maior que o do Rio Grande do Sul.

7.2. Progressos

Na área de economia, houve algum progresso nos indicadores de qualidade de vida da população gaúcha, conforme é possível comprovar através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, no período 1991/2000, cresceu meio ponto percentual. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), cujo primeiro levantamento foi realizado em 2000, pela Fundação de Economia e Estatística – FEE/RS, mostrou apenas um município gaúcho com conceito baixo: Benjamin Constant do Sul. Também, nos últimos anos, está havendo uma leve tendência de crescimento no nível de ocupação da população economicamente ativa e, de acordo com o Censo de 2000 – IBGE, apenas quatro unidades da Federação têm renda média maior que a do Rio Grande do Sul: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, na ordem. E, por último, em relação à infra-estrutura, de acordo com a pesquisa feita pela Confederação Nacional do Transporte, no período 2001/2002, houve alguma melhoria no estado geral das rodovias gaúchas.

7.3. Desafios

Apesar de ter havido algum progresso nos indicadores de qualidade de vida da população do Rio Grande do Sul, esse sinal de prosperidade não alcançou a todos os gaúchos. A tendência atual é de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) e de queda na eficiência energética da economia. Observa-se que há uma grande oscilação nos valores da taxa de crescimento do PIB, alternando entre valores positivos e negativos. Este fato reflete o fato de a economia gaúcha estar atrelada à política macroeconômica do país. Com relação à educação, apesar de o número de pessoas que concluem o Ensino Superior ter uma significativa tendência de crescimento, o percentual de pessoas da população adulta com formação de nível superior mantém-se, mais ou menos, constante, em torno de 7 a 8% da população adulta (25 anos ou mais), percentual considerado ainda baixo. Também houve um acréscimo no percentual de pessoas com rendimento médio mensal de até um salário mínimo. Com relação à moradia, no período 1991-2000 houve um acréscimo no déficit habitacional do Rio Grande do Sul. É interessante observar que ocorreu uma pequena diminuição no déficit habitacional rural. Não se deve pensar que a situação rural tenha melhorado, mas sim que, nesse período, houve uma migração para os centros urbanos gaúchos. Além disso, diminuiu o percentual de famílias gaúchas com casa própria.

Os maiores desafios, segundo a avaliação dos indicadores de resultado, são viabilizar economicamente as pequenas localidades urbanas e rurais. Quase 40% dos municípios gaúchos tiveram decréscimo populacional entre 1997/2000, e quase um terço deles ainda não têm acesso asfáltico à sede municipal – dados de 2003. A grande maioria desses municípios caracteriza-se por serem pequenas localidades.

Por fim, em relação à renda, dos vinte e dois Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), em apenas dois, no Metropolitano Delta do Jacuí e Serra, o rendimento médio do responsável pelo domicílio está acima do valor médio (R\$ 799,85) do Estado.

D. MEIO AMBIENTE

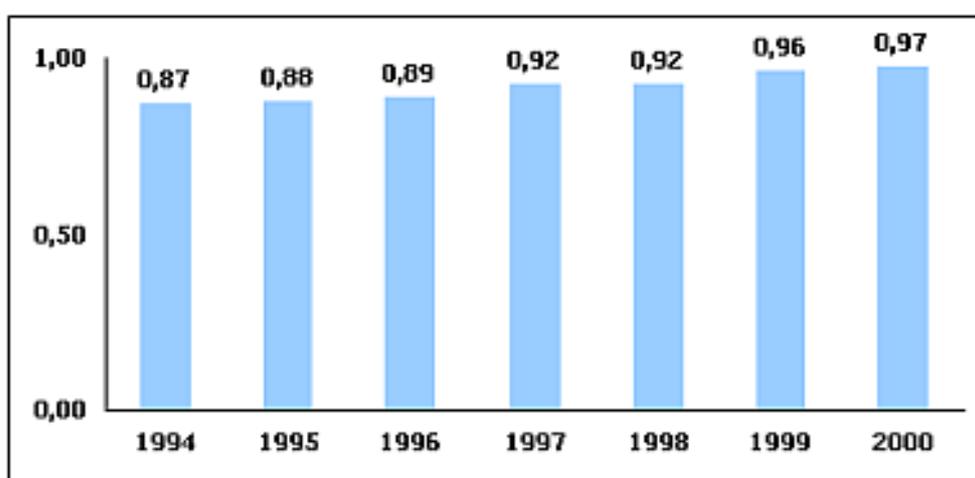
1. Conservação dos recursos naturais

Este aspecto-chave leva em consideração o fato de que toda a atividade econômica requer a utilização de algum tipo de recurso natural. Portanto, deve-se ter a preocupação de que os recursos naturais sejam conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável. Foram selecionados os seguintes indicadores: consumo de energia per capita, fontes renováveis de energia, consumo dos veículos, cobertura florestal, percentual de resíduos sólidos urbanos e reciclagem, volume de água distribuída e florestas plantadas.

1.1. Indicadores:

1.1.1. Consumo de energia per capita: consumo anual de energia, per capita, em toneladas equivalentes de petróleo, tEP.

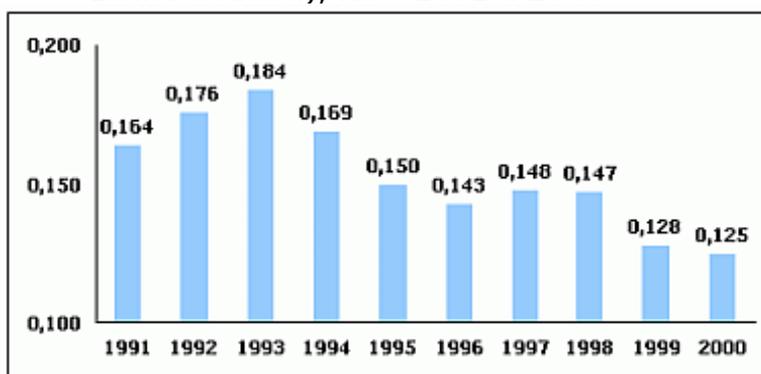
1.1.2.



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul (1999 - 2000) da e FEE - Fundação de Economia e Estatística.

1.1.3. Fontes renováveis de energia: índice de Energia Renovável, estabelecido através do percentual da participação de fontes renováveis na composição da matriz energética gaúcha, quantificada anualmente.

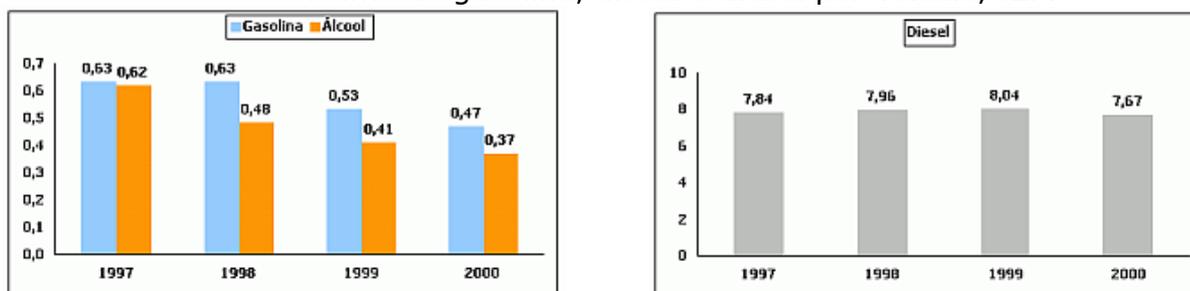
Varição do Índice de Consumo de Fontes Renováveis de Energia (Hídrica, Lenha e Álcool), RS - 1991 a 2000



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do RS (1999 - 2000)

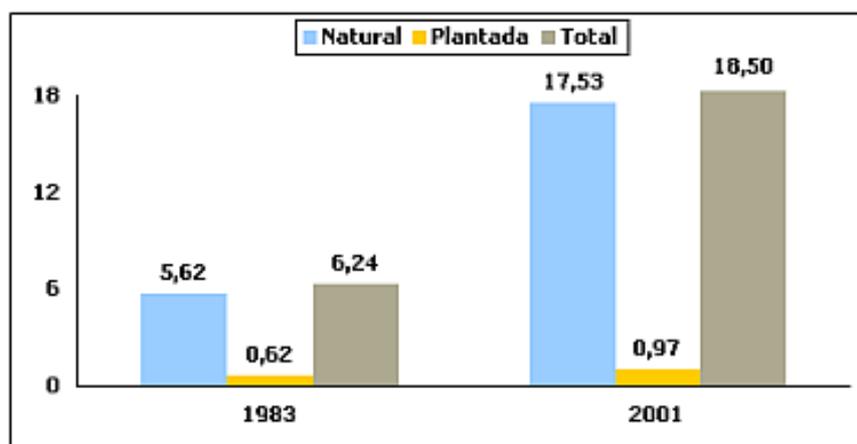
1.1.3. Consumo dos veículos: o consumo total anual de gasolina, álcool e diesel no Estado, por veículos, expresso em tEP - toneladas equivalentes de petróleo.

Consumo de gasolina, álcool e diesel por veículo, tEP.



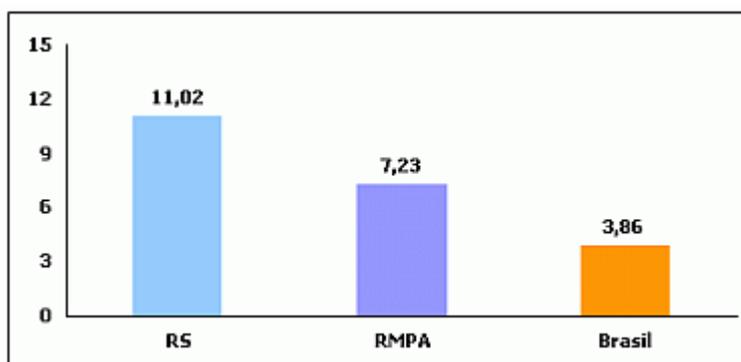
Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul (1999/2000) e Fundação de Economia e Estatística - FEE / Anuário Estatístico do RS 2001.

1.1.4. Cobertura florestal: percentual da participação de florestas na área total do Rio Grande do Sul.



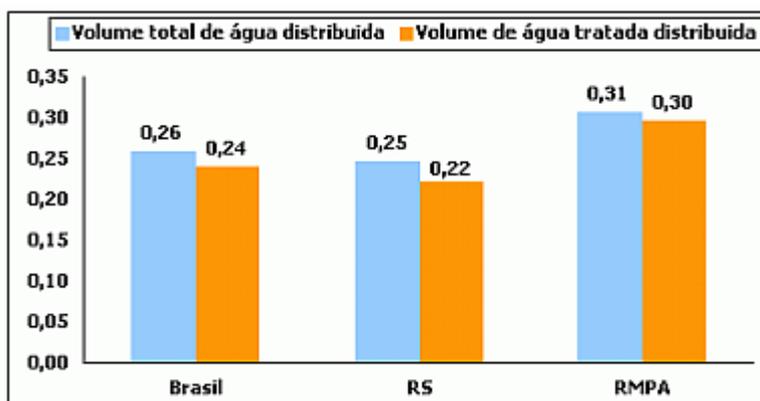
Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS – SEMA

1.1.5. Percentual de resíduos sólidos urbanos e reciclagem: Percentual de resíduos sólidos urbanos coletados e conduzidos às unidades de triagem e compostagem em 2000.



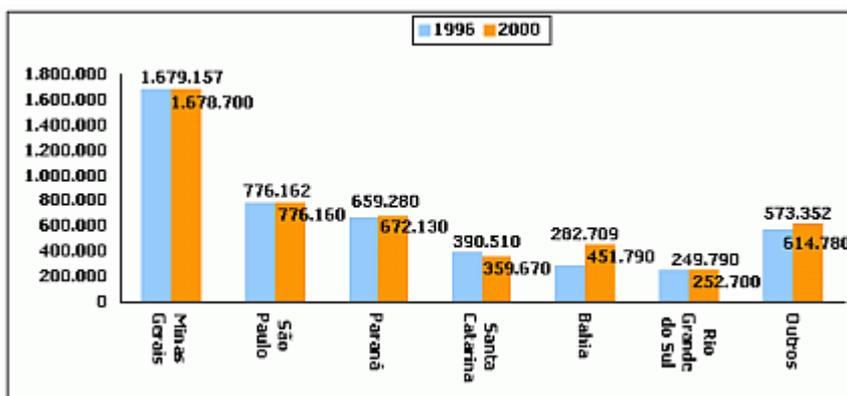
Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000

1.1.6. Volume de água distribuída: volume de água distribuída em m³/per capita x dia no RS (total e tratada).



Fonte: IBGE/ Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000

1.1.7. Florestas plantadas: áreas (em hectares) de florestas plantadas.



Fonte: Sociedade Brasileira de Silvicultura

2. Ecossistemas e biodiversidade

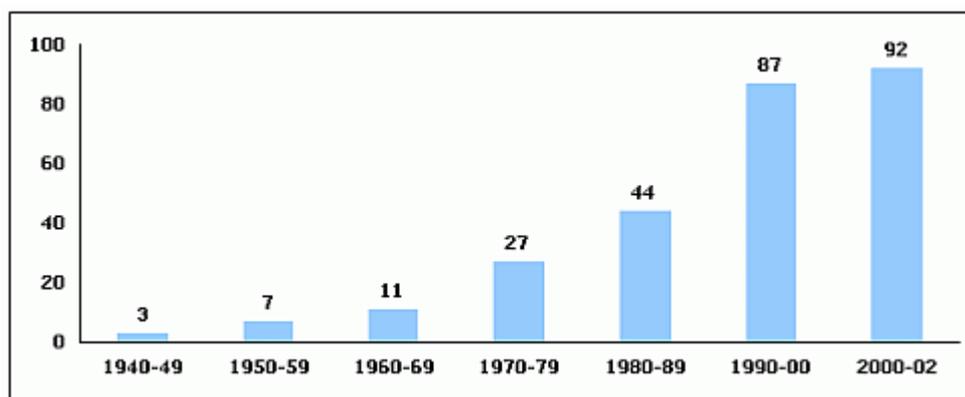
A existência de ecossistemas saudáveis, que dêem suporte à sobrevivência da espécie humana, inclui a manutenção da biodiversidade vegetal e animal. Para este aspecto-chave são selecionados os seguintes indicadores: vida silvestre, áreas naturais protegidas e mudanças no uso da terra.

2.1. Indicadores:

2.1.1. Vida silvestre: espécies da flora e da fauna do Rio Grande do Sul em extinção.

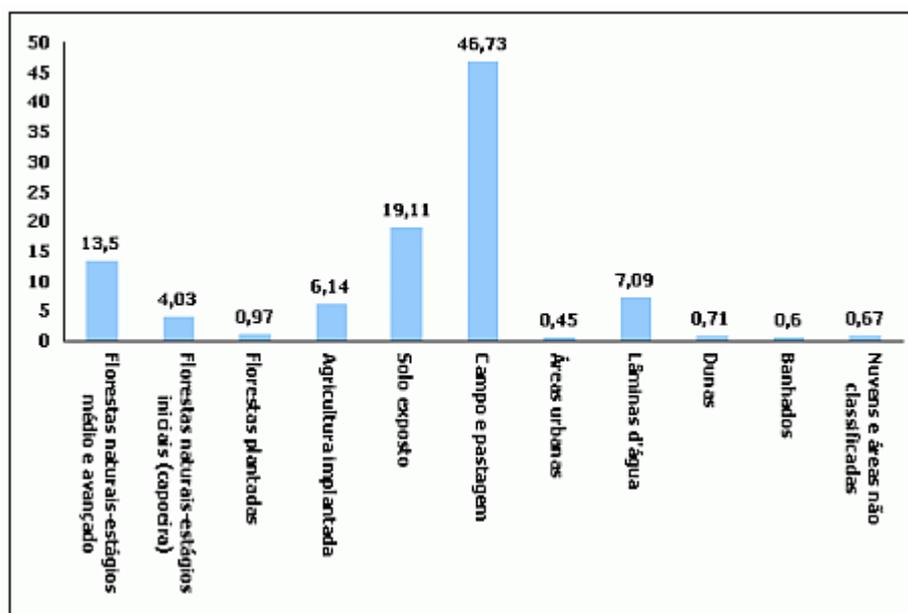
Em 2002 havia 607 espécies da flora e 261 espécies da fauna ameaçadas de extinção, segundo a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

2.1.2. Áreas naturais protegidas: número de Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais, municipais e particulares no Rio Grande do Sul.



Fonte: Fundação Zoobotânica; OLIVEIRA, M.L.A.A. de. Conservação in situ do patrimônio natural do Estado do Rio Grande do Sul. In: Anais do 8º Congresso Florestal Estadual. Nova Prata, 2001. p.204-213 e IBAMA.

2.1.3. Mudanças no uso da terra: área em Km² ocupada com florestas naturais, florestas plantadas, agricultura, campos e pastagens e áreas urbanas.

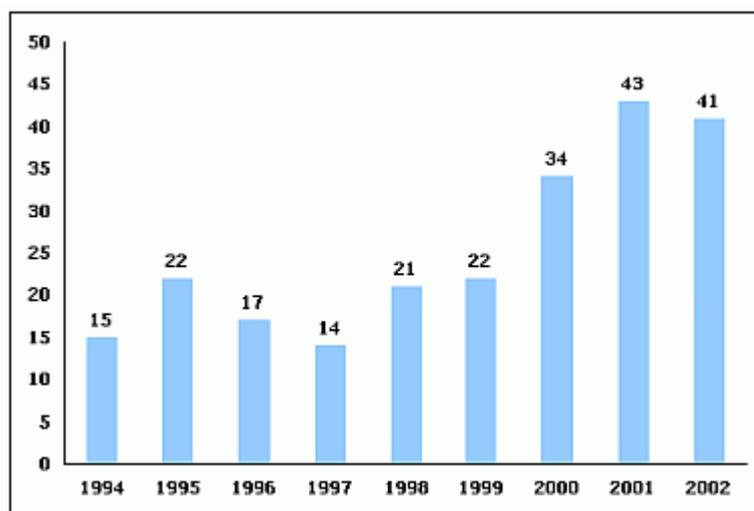


Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS - SEMA/ Inventário Florestal Contínuo do Estado do RS – 2001.

3. Qualidade do solo, do ar e das águas.

Este aspecto-chave reflete o perigo de contaminação e degradação do solo, água e ar, que pode resultar em prejuízos à saúde da população. Foram selecionados os seguintes indicadores: acidentes com transporte de cargas perigosas e erosão do solo agrícola.

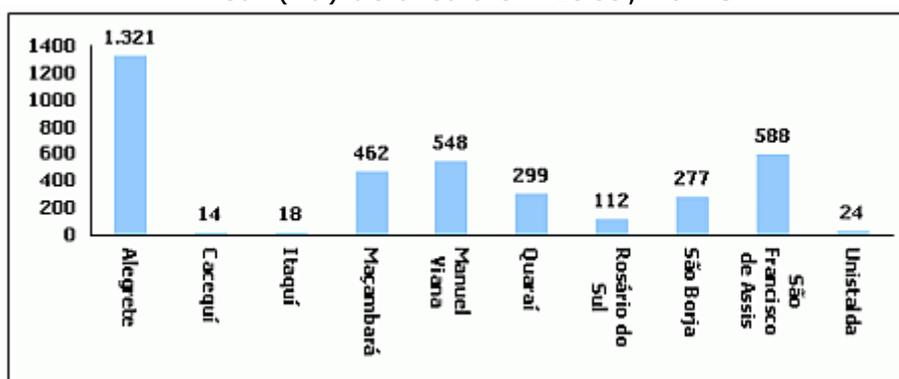
3.1.1. Acidentes com transporte de cargas perigosas: número de acidentes com transporte de cargas perigosas atendidos pelo serviço de emergência da FEPAM.



Fonte: Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiente - FEPAM / Emergência Ambiental

3.1.2. Erosão do solo agrícola - arenização: área total, por município, dos areasis do sudoeste do RS.

Área (ha) de areasis em 1989, no RS



Fonte: Suertegaray e outros. Atlas da Arenização - Sudoeste do Rio Grande do Sul. 2001 e Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia – CEP SRM

4. Comparativo Brasil x Rio Grande do Sul

4.1. Conservação dos recursos naturais

Consumo de energia per capita, em tonelada equivalente de petróleo (tEP), em 2000 (MME. Balanço Energético Nacional, 2002).

Brasil	0,89
Rio Grande do Sul	0,97

Fontes renováveis de energia: índice de consumo de fontes renováveis de energia (hídrica, lenha e álcool), em 2000 (MME - Balanço Energético Nacional, 2002).

Brasil	0,280
Rio Grande do Sul	0,125

Consumo dos veículos: consumo total de gasolina, álcool e diesel, em tonelada equivalente de petróleo (tEP), por veículo, em 2000 (DENATRAN, DETRAN e MME - Balanço Energético Nacional, 2002).

	Consumo Total (tEP)	Frota de Veículos	Consumo por Veículo (tEP)
Brasil	47.806.000	29.503.503	0,6
Rio Grande do Sul	3.401.000	3.048.560	0,8

Cobertura Florestal, em hectares (ha) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Secretaria do Meio Ambiente - RS (SEMA).

	Área Total de Florestas	Naturais	Plantadas	% Florestas sobre Área Total
Brasil (2000)	542.898.560	538.923.000	4.982.000	48,5
Rio Grande do Sul (2001)	52.303.770	49.556.290	2.747.480	18,5

Volume dos resíduos sólidos urbanos e reciclagem: percentual de resíduos sólidos urbanos coletados conduzidos às unidades de triagem e compostagem, em 2000 (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – IBGE).

	Coleta de Lixo (t/dia)	Conduzido às Estações de Compostagem e Triagem (t/dia)	% Lixo Conduzido
Brasil	228.413	8.814,7	3,85
Rio Grande do Sul	7.468	823	11,02

Volume de água distribuída – m³/per capita/dia, em 2000 (IBGE / Pesquisa Nacional de Saneamento Básico).

	Volume de Água Total Distribuída	Volume Total de Água Tratada Distribuída
Brasil	0,25	0,24
Rio Grande do Sul	0,24	0,22

5. Avaliação da Área

5.1. Situação Atual

Os itens relacionados ao meio ambiente procuram adequar uma economia forte e saudável à sustentabilidade. Há uma preocupação com a manutenção dos recursos naturais e ecossistemas, através de melhorias na qualidade do ar, da água e do solo, diminuindo a pressão exercida sobre eles pelo aumento populacional, consumo de energia e desenvolvimento econômico.

No caso do Rio Grande do Sul, observa-se que começa a haver um maior grau de conscientização em relação aos aspectos ambientais, e que foram realizados alguns progressos, mas que muitos desafios ainda permanecem. Em comparação com o cenário nacional, os indicadores apresentam uma situação mais favorável ao Rio Grande do Sul: apenas no aspecto-chave fontes renováveis de energia, eles são inferiores aos do país. O Rio Grande do Sul está melhor no consumo de energia per capita, cobertura florestal, volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem. Já em relação ao consumo dos veículos e volume de água tratada distribuída, a situação no Rio Grande do Sul é similar à do País.

5.2. Progressos

No período 1991/2000, em relação ao consumo de combustível de veículos, houve uma constante redução na utilização do álcool, o que também aconteceu com a gasolina, a partir de 1998. Esse fato indica uma diminuição do consumo per capita, já que a frota de veículos aumentou nesse período. Também a cobertura florestal do Estado apresentou um avanço significativo no período em que foi medida, 1983/2001, praticamente triplicando o seu valor, em percentual. Além disso, a qualidade do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, manteve-se em um nível bastante razoável, além do significativo aumento no número de áreas naturais protegidas. Por fim, o percentual de volume de resíduos sólidos coletados e conduzidos às unidades de triagem e compostagem é quase três vezes maior no Rio Grande do Sul do que a média do Brasil. Esses progressos indicam que há uma maior conscientização da população gaúcha referente às questões relacionadas ao meio ambiente.

5.3. Desafios

Alguns desafios ainda permanecem, como a crescente utilização de combustível fóssil, principalmente de óleo diesel. Esse fato dá-se devido à quase exclusiva utilização do modal rodoviário para o transporte de cargas e mercadorias no Rio Grande do Sul. Além disso, nos últimos anos, vem ocorrendo uma diminuição nos índices de consumo de fontes renováveis de energia – hídrica, lenha e álcool. Houve, também, um acréscimo expressivo nos acidentes com transporte de cargas perigosas, e existem muitas espécies da flora e fauna gaúchas em extinção ou grande perigo de extinção.